

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
CAMPUS DE MARÍLIA

MOISÉS JOSÉ ROSA SOUZA

A CRIAÇÃO DE ARTIGOS DE OPINIÃO EM BLOG: ENUNCIADOS
ARGUMENTATIVOS PARA A CONSTITUIÇÃO DA CONSCIÊNCIA SOCIAL

Marília – SP
2020

MOISÉS JOSÉ ROSA SOUZA

A CRIAÇÃO DE ARTIGOS DE OPINIÃO EM BLOG: ENUNCIADOS
ARGUMENTATIVOS PARA A CONSTITUIÇÃO DA CONSCIÊNCIA SOCIAL

A criação de artigos de opinião em blog: enunciados argumentativos para a
constituição da consciência social

Tese apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Educação da Faculdade de
Filosofia e Ciências, da Universidade
Estadual Paulista – UNESP - *Campus* de
Marília, como requisito para a obtenção do
título de Doutor em Educação.

Área de concentração: Teoria e Práticas
Pedagógicas

Orientador: Dr. Dagoberto Buim Arena

Marília – SP
2020

Ficha Catalográfica

S729c SOUZA, Moisés José Rosa

A criação de artigos de opinião em blog: enunciados argumentativos para a constituição da consciência social / Moisés José Rosa SOUZA. -- Marília, 2020

279 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientador: Dagoberto Buim Arena

1. Linguagem. 2. Escrita. 3. Enunciado. 4. Artigo de opinião.

5. Consciência social. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília.
Dados fornecidos pelo autor.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

A criação de artigos de opinião em *blog*: enunciados argumentativos para a constituição da consciência social

Autor: Moisés José Rosa Souza

Orientador: Dagoberto Buim Arena

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em EDUCAÇÃO, pela Comissão Examinadora:

Prof(a). Dr(a). DAGOBERTO BUIM ARENA
(Participação Virtual) Departamento de Didática /
Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

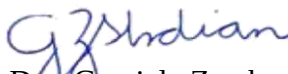
Prof(a). Dr(a). STELA MILLER (Participação Virtual)
Programa de Pós-Graduação em Educação / Unesp, Faculdade de Filosofia e
Ciências, Marília

Prof(a). Dr(a). ELIANETH DIAS KANTHACK HERNANDES (Participação Virtual)
Departamento de Administração e Supervisão Escolar / Unesp, Faculdade de
Filosofia e Ciências, Marília

Prof(a). Dr(a). NORMA SANDRA DE ALMEIDA FERREIRA (Participação Virtual)
Departamento de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte / Universidade
Estadual de Campinas

Prof(a). Dr(a). ANA MARIA ESTEVES BORTOLANZA
(Participação Virtual) Programa de Pós-Graduação em
Educação / Universidade do Sul de Santa Catarina

Marília, 14 de dezembro de 2020

A handwritten signature in blue ink, which appears to read "Graziela Zambao Abdian".

Profa. Dra. Graziela Zambao Abdian
Coordenadora do PPG em Educação

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Terezinha (in memoriam) e Oriel que, mesmo com exacerbada simplicidade e analfabetismo arraigado pelas adversidades da vida, souberam nos guiar pelas veredas da educação.

Aos meus irmãos presentes Aparecida (Teka), Maria (Bá), Celestino (Tino); e, in memoriam, Miguel, Manoel e José. A todos eles por serem e terem sido base fraterna e vital.

À Lara, por todas as razões possíveis.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, a razão suprema de tudo que há.

Agradeço aos/às colegas conquistados no curso do Doutorado: Andreia, Cláudia, Cledenice, Dioneia, Fábio, Greissi, Marcelo, Márcia Barbosa, Márcia Mendes, Mauro, Mônica, Neusa, Raimundo, Silvana, Silvane, Sirley, Sônia, Vanessa, hoje elevados à condição de amigos e amigas.

Agradeço imensamente aos sujeitos da pesquisa: Ana Késia; Gabriela Ribeiro; Gabrielly Melchior; Maria Fernanda; Nathally Gabrielly; Verônica Maria e Tainara Paloma.

Agradeço, também, aos professores que estiveram conosco: Suelly Amaral, Júlio Torres, Neusa Dal Rí, Dagoberto Arena, Eduardo Manzini, José Carlos, Stela Miller, Elieusa Lima, Rodrigo Gelamo e Graziela Abdian.

Agradeço especialmente ao professor Doutor Dagoberto Buim Arena, pessoa digna de admiração e respeito: um exemplo a ser seguido.

EPÍGRAFE

*“Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena”
(Fernando Pessoa)*

RESUMO

A linguagem está presente em todas as ações humanas. Ao longo da história, ela vem possibilitando ao homem, para além de se comunicar, apreender conhecimentos já construídos tempo afora, interagir com o outro e seus discursos e criar enunciados, orais ou escritos, presentes no curso da vida em sociedade. Sua modalidade escrita é uma tecnologia que, ao ser dominada pelo sujeito, mormente possibilita-o constituir-se como homem e participar ativa e formalmente do grande diálogo social e cultural. Mas a apropriação do ato de escrever não ocorre de forma natural, como o ouvir e o falar, ele decorre de um processo conjugado de ações que se entrecruzam até formar outros discursos. Isso posto, o objetivo nuclear foi realizar um experimento didático-formativo e por meio do qual desenvolver um processo de criação de enunciados escritos do gênero *artigo de opinião* a fim de responder se a prática do ato de escrever atua na formação da consciência social para o estar e o agir no mundo do sujeito-autor. Esta consciência, entendida como a parte do homem em que virtudes e valores humanos se formam, resulta do processo de humanização e emancipação do sujeito, por sua própria atividade mediada pelos usos da linguagem. Para fundamentar o trabalho, recorri a três teorias que se completam: Filosofia da Linguagem (FL), cuja concepção toma a linguagem como social, dinâmica e evolutiva no tempo e no espaço de sua realização; a Teoria Histórico-Cultural, sobretudo para a construção do material utilizado no experimento didático-formativo e para a execução do processo; e, por fim, Teoria da Argumentação (TA), que, juntamente com a Filosofia da Linguagem, foi base para a análise dos recursos, estratégias e procedimentos usados na criação do gênero artigo de opinião pelos sujeitos envolvidos na pesquisa. A investigação compreendeu duas pesquisas: bibliográfica e de campo. A parte bibliográfica baseou-se na dimensão teórica e consistiu em discutir a linguagem na perspectiva da Filosofia da Linguagem, sob as contribuições de Volóchinov e Bakhtin, entre outros; e, ainda, a argumentação no discurso, aventada por Perelman e Olbrechts-Tyteca, como também por Amossy, na Nova Retórica. A pesquisa de campo assentou-se em um experimento didático-formativo realizado no segundo semestre de 2019, com sete alunas do Ensino Médio de uma escola pública estadual em Rondônia. Os dados gerados na investigação resultaram do processo de criação dos artigos de opinião, com destaque para a realização das práticas de linguagem, tais como os atos de ler, ouvir, falar, discutir, escrever, reescrever, entre outros, em sua consecução. Ao longo desta tese, apresento e analiso, à luz das teorias citadas, não somente os artigos de opinião completos escritos pelos sujeitos, mas como foram criados, a construção dos argumentos, as estratégias e recursos mobilizados com a finalidade de persuadir os leitores, sempre com intuito de averiguar se o processo de criação dos enunciados atuou para a formação da consciência social dos que os produziram. Como resultado dos dados analisados, indica-se o desenvolvimento da escrita, juntamente com todas as demais práticas de linguagem que ela mobiliza para sua efetivação, como ação que contribui para a expansão da consciência social dos envolvidos no processo. Isso ficou evidente pelo progresso dos sujeitos em relação à percepção da realidade, cujo avanço representou (e representa) que a consciência social se desenvolveu (e desenvolve), à medida que o ato de escrever ocorria, e, sobretudo, pela qualidade dos

artigos de opinião criados no experimento didático-formativo e publicados no *Blog Jovem, Fala Sério!*.

Palavras-chave: Escrita; Gênero artigo de opinião; Sujeito; Consciência social.

ABSTRACT

Language is present in all human actions. Throughout history, it has enabled man, in addition to communicating, to apprehend knowledge already built over time, interact with others and their speeches and create statements, oral or written, present in the course of life in society. Its written modality is a technology that, when dominated by the subject, mainly enables him to become a man and to participate actively and formally in the great social and cultural dialogue. But the appropriation of the writing act does not occur in a natural way, like listening and speaking, it results from a combined process of actions that intertwine to form other speeches. That said, the core objective was to carry out a didactic-formative experiment and through which to develop a process of creating written statements of the opinion article genre in order to answer whether the practice of writing acts in the formation of social awareness for the being and acting in the world of the subject-author. This awareness, understood as the part of man in which human virtues and values are formed, results from the process of humanization and emancipation of the subject, through his own activity mediated by the uses of language. To support the work, I used three theories that complement each other: Language Philosophy (FL), whose conception takes language as social, dynamic and evolutionary in the time and space of its realization; the Historical-Cultural Theory (HCT), mainly for the construction of the material used in the didactic-formative experiment and for the execution of the process; and, finally, Argumentation Theory (TA), which, together with the Language Philosophy, was the basis for the analysis of the resources, strategies and procedures used in the creation of the argumentative genre opinion article by the subjects involved in the research. The investigation comprehended two searches: bibliographic and field. The bibliographical part was based on the theoretical dimension and consisted of discussing language from the perspective of Language Philosophy, under the contributions of Volóchinov and Bakhtin, among others; and, still, the argumentation in the speech, suggested by Perelman and Olbrechts-Tyteca, as well as by Amossy, in the New Rhetoric. The field research was based on a didactic-formative experiment carried out in the second semester of 2019, with seven high school students from a state public school in Rondônia. The data generated in the investigation resulted from the creation of opinion articles, with emphasis on the practice of language practices, such as the acts of reading, listening, speaking, discussing, writing, rewriting, among others, in achieving them. Throughout this thesis, I present and analyze, in the light of the aforementioned theories, not only the complete opinion articles written by the subjects, but how they were created, the arguments construction, the strategies and resources mobilized in order to persuade readers, always in order to find out if the process of creating the statements acted to form the social consciousness of those who produced them. As a result of the analyzed data, the development of writing is indicated, along with all other language practices that it mobilizes for its effectiveness, as action that contributes to

the expansion of social awareness of those involved in the process. This was evident by the progress of the subjects in relation to the perception of reality, whose advance represented (and represents) that the social consciousness developed (and develops), as the act of writing occurred, and, above all, by the quality of the articles of opinion created in the didactic-formative experiment and published in Blog Jovem, *Fala Sério!*.

Keywords: Writing; Gender opinion article; Subject; Social consciousness.

LISTA DE SIGLAS

EEFM	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EM	Ensino Médio
EF	Ensino Fundamental
FL	Filosofia da linguagem
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
IFMT	Instituto Federal de Mato Grosso
IFRO	Instituto Federal de Rondônia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Interssexuais e afins
LP	Língua Portuguesa
MEC	Ministério da Educação
MFL	Marxismo e Filosofia da Linguagem
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
SINAN	Sistema de Informações do Ministério da Saúde
TA	Teoria da Argumentação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
THC	Teoria Histórico-Cultural
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIR	Universidade Federal de Rondônia

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 - Identidade visual do <i>Blog Jovem, Fala Sério!</i>	35
Quadro 2 - As condições femininas	126
Quadro 3 - As causas, a Lei e o resultado da concessão das cotas	126

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	18
1 QUESTÕES METODOLÓGICAS E TEÓRICAS DA PESQUISA	31
1.1 A Ciência e o fazer científico nas Ciências Humanas	31
1.2 Sobre a pesquisa Bibliográfica e a de Campo	34
1.2.1 Pesquisa bibliográfica	34
1.2.2 Pesquisa de campo	35
1.3 Contexto inicial da pesquisa	37
1.3.1 Os sujeitos da investigação	38
1.3.2 Material de estudo do experimento didático-formativo.....	42
1.4 Contexto teórico da pesquisa	45
1.4.1 A Filosofia da Linguagem por Volóchinov e Bakhtin	46
1.4.2 A linguagem e seu uso efetivo	49
1.4.3 O Signo e a constituição da consciência social na Filosofia da Linguagem	52
1.4.4 A interação discursiva do signo como constituidora do eu e do outro	55
1.4.5 A Teoria da Argumentação	56
1.4.6 A argumentação como fator de interação: a presença do outro ..	59
1.4.7 Esquemas de argumentação e de análise	60
1.4.8 A Teoria Histórico-Cultural como base para o experimento didático- formativo	62
2 EXPERIMENTO DIDÁTICO-FORMATIVO: O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE ARTIGOS DE OPINIÃO EM <i>BLOG</i>	66
2.1 Questões gerais	66
2.1.1 A dinâmica dos encontros do experimento didático-formativo.....	66
2.2 O processo de apreensão do objeto artigo de opinião	70
2.2.1 O estudo do processo argumentativo	73
2.2.2 Estudo do gênero artigo de opinião	79

2.2.3 O processo de criação do gênero artigo de opinião	82
2.2.4 Criação, registro e publicação dos artigos de opinião em <i>Blog</i> ...	98
3 ANÁLISE DOS ENUNCIADOS ARGUMENTATIVOS À LUZ DA FILOSOFIA DA LINGUAGEM E DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO	105
3.1 A linguagem como atividade nuclear da argumentatividade	107
3.1.1 A questão do <i>ethos</i> e do <i>pathos</i> no discurso argumentativo	108
3.1.2 A ideologia presente na linguagem argumentativa	116
3.1.3 A presença da analogia na construção da argumentatividade ...	129
3.1.4 A palavra e sua força significativa na argumentação	137
3.1.5 O uso das figuras de linguagem como argumento	148
3.1.6 O diálogo na argumentação	152
4 A CRIAÇÃO DE ENUNCIADOS ARGUMENTATIVOS E A ATUAÇÃO NA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA SOCIAL DO SUJEITO	170
4.1 As práticas de linguagem e formação da consciência social	171
4.2 Avaliação do experimento didático-formativo pelos sujeitos envolvidos ..	179
4.3 Relação entre o ato de escrever e a formação da consciência social	187
4 CONCLUSÃO	207
REFERÊNCIAS	212
APÊNDICES	217
ANEXOS	254
Artigos de opinião criados no experimento didático-formativo	254
Registro fotográfico do lócus e dos sujeitos em ação	277

APRESENTAÇÃO

Falar ou escrever sobre nós mesmos não é tarefa fácil. Mas o fato é que é necessário reler o passado para compreendê-lo e planejar o que está por vir. Há mais de duas décadas atuo como professor. Minha história profissional se confunde com a de milhares de outros que, desde cedo, enveredaram na carreira docente com intuito, inicialmente, de ter um emprego.

Concomitante à formação acadêmica, trabalhei na roça com minha família até os dezoito anos de idade. Nesse período, quando não havia o que fazer na lavoura, em virtude, principalmente, do período chuvoso, trabalhava como boia-fria em um sítio distante. O que impossibilitava almoçar em casa. Então, o jeito era todos os dias levar a marmita de comida para, perto do meio-dia, poder me alimentar. Mais frio que a comida, era o futuro, tão incerto como chuvas no meio do ano na região em que moro. Mas, mesmo diante de adversidades, continuei a trabalhar e a estudar.

Depois de concluir o curso Magistério em 1994, iniciei na carreira docente, passando por quase todos os níveis de ensino. Comecei no primário, nos anos seguintes, atuei no ensino fundamental até 1999, ano em que concluí o curso de Letras, pela Universidade Federal de Rondônia. Depois desse período, comecei a lecionar no Ensino Médio. No ano seguinte, iniciei uma especialização, oferecida pela mesma Instituição de ensino em que me graduei.

Em 2005, fui convidado a lecionar Língua Portuguesa e Literatura no Curso de Letras da FAEC - Faculdade de Educação de Colorado do Oeste, local em que fiquei até 2011. Foi uma experiência fantástica e representou grande ascensão profissional, pois há uma década me iniciara como professor da 3ª série do primário, passando pelo Ensino Fundamental e o Médio e, naquele momento, iniciava outra fase na carreira: trabalhar na formação de futuros professores.

No ano de 2008, houve um evento que merece destaque: a realização da primeira edição da Olimpíada Brasileira de Língua Portuguesa. A escola onde trabalhava foi inscrita no evento. Pouco tempo depois, recebemos o material e começamos o trabalho. Sempre, em minhas aulas, dei muita atenção à leitura e à criação de textos e isso contribuiu com o trabalho para a Olimpíada e para a definição do tema desta tese - *A criação de artigos de opinião em blog: enunciados argumentativos para a constituição da consciência social*.

Muitos alunos quiseram participar das atividades relativas ao evento. Uma aluna do 2º ano do Ensino Médio passou pelas fases escolar, municipal, estadual e regional, alcançando uma espécie de semifinal. Fomos para São Paulo e lá tivemos contato com alunos e professores de outras instituições de ensino. Passamos também por essa etapa e fomos para a última fase, realizada em Brasília. Nossa aluna não alcançou o 1º lugar, mas esteve presente em todas as fases da Olimpíada, representando nossa cidade, Colorado do Oeste, o estado de Rondônia e a região norte.

Sildinéia Machado, negra, pobre, residente da zona rural de Colorado do Oeste e aluna do 2º ano do Ensino Médio, alcançou algo que, em condições normais, poucos ou ninguém, na mesma condição dela, alcançariam. Não por incapacidade, mas pela cruel desigualdade imposta a pessoas como ela. Foi um grande feito. Tiramos grandes lições dessa conquista, dentre elas a confirmação de que quando se trabalha com humildade, responsabilidade, afino e criando oportunidades, os resultados aparecem.

Fiquei nas redes estadual e particular até 2011, quando consegui aprovação no concurso público federal para o cargo de professor de Língua Portuguesa e Literatura no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Como servidor do Instituto, apresentei, em 2012, um projeto de intitulado ‘O Poder da Palavra’, que se fundamentava na expansão e sistematização do trabalho de leitura e de produção de textos em sala de aula. Esse projeto envolveu alunos da Educação Básica do município de Pontes e Lacerda. Em 2019, fui convidado para participar do encerramento da sétima edição do projeto que deixara no IFMT, em 2013, ano em que fui redistribuído, a pedido, para o Instituto Federal de Rondônia. Assim como fizera no IFMT, dei seguimento ao projeto O Poder da Palavra.

A lacuna existente, entre a especialização em 2002 até 2013, poderia ter sido preenchida com estudos em nível de mestrado e doutorado, mas o fato é que não os fiz por várias razões. Mesmo antes de concluir a graduação, já trabalhava para ajudar nas despesas de casa, como a maioria dos estudantes oriundos de escolas públicas e filhos de pais agricultores e analfabetos como os meus. O tempo foi passando e outras questões também relevantes foram tomando espaço de maneira que sair da cidade de vinte mil habitantes onde residia, e que não oferecia (e ainda não oferece) cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*, com a finalidade de estudar, tornava-se cada

vez mais difícil. No ano de 2013, estava convicto de que as adversidades tinham que ser vencidas.

Depois de todo processo e com o início das aulas, era hora de definir o que pesquisar. Pensava em investigar algo próximo de minha formação inicial. Se há muito tempo já trabalhava com a linguagem, sempre procurando inovar com vistas a oferecer aos alunos um ensino que fosse significativo, por que não pesquisar o ensino do português, e assim foi definido. Pesquisei sobre a Língua Portuguesa em sala de aula: o ensino pautado nas práticas de linguagem. Concluí o curso de Mestrado em fevereiro de 2015, no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Rondônia.

Em 2017, assumi a função de Pró-reitor de Ensino no Instituto Federal de Rondônia. No período, em meio às atribuições do cargo, comecei a me dedicar a leituras e a construir um projeto para ingressar no Doutorado. Em 2018, consegui aprovação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista – UNESP, realizando um desejo pessoal, em busca de um avanço profissional. Em 2019, afastei-me da função de Pró-reitor para me dedicar exclusivamente ao curso.

A definição do tema desta tese não se deu ao acaso. Ele foi sendo gestado, senão antes, desde o início como docente. Apesar de ter estudado e de trabalhar por longos anos a língua materna sob égide da gramática normativo-descritiva, algo me inquietava. Preocupava-me, como docente, o fato de os alunos tirarem excelentes notas em Português, no entanto expressavam-se mal, além de ler e escrever pouco (muito pouco) e parcamente. É como se algo estivesse deslocado da realidade. E estava. O ensino que devia servir para libertar, estava privando os alunos de tudo o que a linguagem proporciona ao sujeito.

Mesmo sabedor de que mudanças são difíceis, sobretudo no que tange ao ensino, pois equivale à quebra de paradigma, tido como verdade insofismável, confesso, com dor, que participei do ensino que pouco significava aos alunos e saturava-os a ponto de dizerem, sem pudor algum, que detestavam o Português.

Pesquisar o processo de criação da escrita, como prática de linguagem essencial à vida em sociedade, consolida minha perspectiva do que deve ser a prática docente e reaviva a esperança de que outros também possam tomar a linguagem como instância social construtora do que é e pode ser o sujeito.

INTRODUÇÃO

Pesquisar a linguagem e refletir sobre ela, em qualquer dimensão em que se manifesta na realidade, sobretudo por aqueles que a trabalham cotidianamente em sala de aula, não é algo fácil, mas deve ser tarefa recorrente, já que ela, como criação histórica e social, é imprescindível aos sujeitos e se encontra em quase todas as ações da vida. Com ela, o homem compreende o mundo, expressa-se neste mundo e interage com os que com ele têm contato e, nessa dinâmica dialógico-interacional, constitui-se como ser pensante e ativo, ou seja, como cidadão participe na sociedade em que está inserido.

Como se sabe, a dimensão da linguagem mais complexa, portanto desafiadora, desenvolvida pela escola, refere-se à expressão escrita. Materializar em enunciados escritos o que se pensa sobre os acontecimentos, as emoções ou opiniões pessoais, advindos das diversas interações cotidianas, desafia sobremaneira docentes, discentes e, por que não dizer, todos aqueles que, de certo modo, direta ou indiretamente ao ato educativo, seja na escola, em casa ou na sociedade, estejam ligados. Buscar e definir abordagens, estratégias e metodologias com vistas a minimizar tal dificuldade deve ser pauta constante nos debates, no planejamento, coletivo ou individual, e nas interatividades que há nas instituições de ensino e, especificamente, na prática docente.

A investigação aqui exposta trata da linguagem em sua modalidade escrita e, por meio dos dados gerados pelos sujeitos, alunos do Ensino Médio, pertencentes à Rede Estadual de Ensino do Estado de Rondônia, intento contribuir para redefinir a prática docente, sobretudo, quanto ao ensino da linguagem, e, ainda, expandir o conhecimento científico acerca do processo de criação de enunciados do gênero artigo de opinião, os quais atuam na formação da consciência social do sujeito-autor.

A conclusão a que cheguei, a partir da consecução da pesquisa: geração de dados, análise e discussão das informações expressas, é que esta tese pode ser mais uma possibilidade de se trabalhar com a criação de enunciados escritos na escola. Pode, ainda, confirmar a escrita, juntamente às questões que a envolvem, sobretudo a leitura, como atividade nuclear a ser desenvolvida no ambiente escolar, pois, a um só tempo, em sua realização, o escrevente trabalha com os aspectos internos (morfológicos, sintáticos, estilísticos) e externos da linguagem erigidos nas interações interlocutivas e dialogais com outros enunciados, como pondera Fiorin (2018, p. 27)

ao explicitar que “Todo enunciado constitui-se a partir de outro enunciado, é uma réplica a outro anunciado” e, nessa dinâmica, o sujeito vai formando sua consciência social.

A pesquisa realizada para investigar o processo de escrita assentou-se na tese segundo a qual “o processo de criação de artigos de opinião atua para a constituição da consciência social” e foi realizada por meio de um experimento didático-formativo¹, cujos dados foram gerados em um processo de leitura, discussão, escrita e reescrita do gênero *artigo de opinião* com 7 alunas do 3º ano do Ensino Médio, da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Maria Arlete Toledo², localizada em Vilhena, Estado de Rondônia.

Consciência social de que falo é entendida como a parte do homem em que virtudes e valores humanos, bem como o conhecimento da cultura humana se formam e são capazes de humanizar e emancipar o sujeito, possibilitando-lhe agir individual e socialmente vida afora. Em 1920, o filósofo Georg Lukács escreveu sobre a necessária tomada de consciência de classe por parte dos proletários para que fossem capazes de perceber perfeitamente a realidade, ou seja, a situação de exploração em que se encontravam e os interesses da burguesia. Nesse turno, Lukács (2003, p. 140,141) esclarece:

Por estudo concreto, entende-se: um relato da sociedade como totalidade. Porque somente neste relato é que a consciência, que os homens podem ter em cada momento de sua existência, aparece em suas relações essenciais. Por um lado, aparece como algo que, *subjetivamente*, se justifica, se compreende e se deve compreender a partir da situação social e histórica, como alguma coisa de “justo”.

A minha intenção foi fazer com que os sujeitos, por meio da linguagem, mobilizada em sua dimensão escrita para a criação de enunciados relativos ao gênero *artigo de opinião*, passassem a refletir sobre sua própria condição no mundo, sobre o papel que cada um pode e deve desempenhar para, assim, agir socialmente. Para isso, é necessário, como recomenda Lukács, que as *relações essenciais* do sujeito na sociedade, por meio da linguagem, atuem em direção à apropriação e à construção

¹ Davydov define o experimento formativo como um método peculiar para estudar as relações entre ensino e sua relação com o desenvolvimento mental dos alunos (AQUINO e LOPES, 2016, p. 567).

² Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio localizada em Vilhena – Rondônia. A escola estadual possui 1191 alunos (segundo dados do Censo Escolar de 2019) em Ensino Fundamental II e Ensino Médio. (Disponível em: <https://www.melhorescola.com.br/escola/publica/e-e-e-f-m-maria-arlete-toledo>. Acesso em 3 de março de 2020, às 2h43)

das virtudes e valores humanos, bem como de novos conhecimentos, a fim de propiciar a constituição e expansão de sua consciência social.

Quando me refiro à consciência social, não significa que os sujeitos, pelo processo de escrita, no caso particular deste trabalho, pensarão ou agirão do mesmo modo na sociedade. Formar a consciência social é, antes de tudo, um processo longo e, acredito, ininterrupto pelo fato de que o homem, a partir de seu nascimento biológico, salvo algumas exceções, promove trocas na sociedade por meio da linguagem com os da mesma espécie e, com eles, criam cultura.

O trabalho com a modalidade escrita, por meio do gênero artigo de opinião, possibilitou que os sujeitos mobilizassem a linguagem e suas potencialidades de maneira que a consciência linguística fosse se formando. Nesse processo, a apropriação de conhecimentos, bem como a criação de outros e o desenvolvimento do pensamento crítico, amalgamado no ato de argumentar, foram paulatinamente modificando a forma de compreender a realidade, ou seja, formando e expandindo a consciência social. A atuação da linguagem nesse desenvolvimento é referendada nas palavras de Vygotsky (2001, p. 486) ao dizer que:

A palavra está para a consciência como o pequeno mundo está para o grande mundo, como a célula viva está para o organismo, como o átomo para o cosmo. Ela é o pequeno mundo da consciência. A palavra consciente é o microcosmo da consciência humana.

Nas palavras do autor russo, fica evidente a atuação da linguagem na formação da consciência humana. A consciência social de que falo se insere nessa dimensão humana de que trata o texto. Esta evidencia no sujeito como resultado da formação e expansão daquela pelo ato de criar enunciados verbais, como os escritos desenvolvidos no experimento didático-formativo.

O intuito de desenvolver a consciência social dos sujeitos no experimento didático-formativo é a própria pretensão de uma educação que faz aluno primeiramente reconhecer em que lugar se encontra no mundo, bem como suas características pessoais e coletivas, ou seja, reconhecer-se como ser social, e, posteriormente, que o possibilita agir livremente no mundo, podendo alterar sua condição pessoal e social e daqueles que lhes são próximos.

Mais à frente, neste trabalho, descrevo pormenorizadamente como se efetivou toda a investigação: a criação dos enunciados argumentativos, a análise e a discussão dos dados gerados.

Investigar o assunto em questão se justifica por muitas razões. Primeiramente destaco a relevância da linguagem para o homem, como ser social, e para tudo que o cerca, pois, como exprime Faraco (2009, p.49), “Vivemos, de fato, num mundo de linguagens, signos e significações”. Nesse sentido, afirmo que a linguagem escrita faz parte da vida das pessoas e, direta ou indiretamente, todos são, positiva ou negativamente, abrangidos (ou atingidos) por ela, até mesmo os que não dominam os atos de escrever e ler. Certamente a essas pessoas, para que passem a dominá-la e dela fazerem uso efetivo, investigar a escrita, suas funções individuais e sociais, aventando possibilidades metodológicas para seu ensino e desenvolvimento na escola ou fora dela, este trabalho tem importância singular. Ocupar-se com a questão da escrita, bem como sua função na formação do ser humano, é um ato para além da questão educacional; é, antes de tudo, um ato social e humano que precisa ser investigado porque:

Se prestarmos atenção à vida das pessoas nas sociedades letradas, constatamos que a escrita está presente como forma constante de atuação, nas múltiplas atividades dessas pessoas – no trabalho, na família, na escola, na vida social em geral – e, mais amplamente, como registro do seu patrimônio científico, histórico e cultural (ANTUNES, 2017, p. 47 e 48).

Além das funções e possibilidades da escrita, outro fator que justifica pesquisá-la refere-se à latente resistência que o enunciado escrito possui no âmbito escolar e, por que não dizer, no contexto geral, seja no desenvolvimento do ato de ler, na compreensão de mensagens, seja, principalmente, acredito, no ato de criar enunciados escritos.

Essa resistência tanto é real que Volóchinov (2013, p. 144 e 145), ao tratar da influência da linguagem em fenômenos da vida social, a denomina como “consciência de classe”, “psicologia social”, “sociologia social”, não só questiona que significado tem a linguagem para o sujeito na expressão dessa vida, como também sinaliza os problemas para qualquer um que queira dela fazer uso, como material ou instrumento de criação. Para ilustrar o problema, o estudioso russo usa a expressão “tormento da palavra” para se referir à dificuldade inerente ao trabalho com a expressão escrita. Para tanto, assevera Volóchinov (2013, p. 145):

Costuma-se atribuir esses “tormentos da palavra” tanto ao fato de que não bastam as palavras para expressar nossas emoções quanto ao fato de que nossas palavras são importantes para transmitir tudo aquilo que “a alma quer dizer”

Usar a linguagem é imprescindível ao homem, seja para atender à necessidade de se expressar de modo a se sentir satisfeito consigo mesmo pelo modo como participa das relações dialógicas em sua comunidade, seja para ir se constituindo como homem. Reafirmo que o domínio e o uso da linguagem (neste caso a modalidade escrita) são atividades sociais e humanas, logo, em maior ou menor grau, atuam na formação de sua consciência social (VOLÓCHINOV, 2013; 2017), possibilitando-lhe tornar-se partícipe ativo da sociedade, capaz de incidir livre e positivamente na realidade circundante. Isso encontra ressonância no que escreveu Bakhtin (2016, p. 11) ao afirmar que “O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais ou escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana” (grifo meu). Soma-se à questão o argumento segundo o qual “O enunciado é um núcleo problemático de importância excepcional”. (BAKHTIN, 2016, p. 16).

Como se nota, a produção escrita de que falamos é apresentada pelo filósofo russo, como criação de enunciados concretos que estão, substancialmente, inseridos no cotidiano, nas relações sociais, portanto, na vida dos sujeitos linguísticos. Se é verdadeiro que a linguagem está, inevitavelmente, inserida na atividade humana, promovendo relações comunicacionais e interacionais amparadas na alteridade e por meio dos mais diversos enunciados, é igualmente verdade que essa linguagem é uma instância social e humana, e foi capaz, desde os primórdios, de patrocinar a evolução e o desenvolvimento do homem. Volóchinov (2013, p. 139) afirma que “É evidente que se o homem tivesse levado uma experiência isolada, não só não teria tido necessidade de criar uma linguagem, como não teria criado qualquer cultura em geral”.

Ainda justificando a pertinência do tema, cito o fato de que a consciência social somente se manifesta e, conseqüentemente, se forma por meio da linguagem e não o contrário, como explica Sobral (2017, p. 107): “As situações vividas chegam à consciência individual por meio da linguagem, no âmbito do processo de interiorização do signo ideológico”. Esse entendimento encontra ressonância no que explicita Geraldi (1996, p. 100):

A conquista humana do domínio da técnica da escrita alarga incomensuravelmente, no tempo e no espaço, os horizontes de nossas possibilidades interativas, e por isso mesmo da constituição de nossas consciências.

Penso que, com o conhecimento solidificado no registro do que se pensa, o ser humano pode proporcionar melhores condições de vida a si e aos que lhes são

próximos, tornando-se livre e, sobretudo, parte integrante de um processo linguístico, na produção de discursos, bem como na criação cultural e de aprimoramento em todas as áreas do conhecimento. Nessa linha de raciocínio, Bagno (1999, p. 133), baseado em investigação histórica, diz que em muitos casos, a escrita funciona para “ocultar o saber, reservá-lo a uns poucos para garantir o poder àqueles que a ela têm acesso”.

Há verdades nessas palavras, mas é preciso inverter essa ordem. Invertê-la significa, primeiramente, identificar o que se tem feito em sala de aula quanto ao desenvolvimento na escrita, refletir sobre a realidade identificada, debatê-la de modo sério e propositivo para, enfim, investigar meios e trabalhar para que mais alunos, de forma exponencial, escrevam. Dessa forma, é de se esperar que a abundância e relevância do que é escrito, sobre os mais variados assuntos, chegue à maioria e possibilite, em vez de ocultar o saber, expandir informações diversas para que outros construam seus saberes.

Assim, o cerne deste trabalho – o processo de criação do gênero artigo de opinião para a constituição da consciência social – pode trazer luz à questão e possibilitar mudanças positivas em favor do ensino da escrita, que considero ser uma das mais importantes práticas de linguagem; logo, defendo que deve ser atividade nuclear desenvolvida pela escola. Com isso, por meio do desenvolvimento do experimento didático-formativo e análise das informações obtidas no processo de escrita do gênero artigo de opinião, este trabalho pode suscitar reflexões acerca da criação de enunciados escritos em sala de aula para que, de forma objetiva e propositivamente, outros contribuam para reverter a realidade descrita por Travaglia (2009, p. 101), segundo a qual, no Ensino Fundamental e no Médio do Brasil, “Nas aulas há uma ausência quase total de atividades de produção e compreensão de textos” e atender ao que afirma Kleiman (1995, p.15), para quem é necessário transformar “uma realidade tão preocupante, como a crescente marginalização de grupos sociais que não conhecem a escrita” porque, como afirmou Bakhtin (1997, p. 346), “A língua, a palavra, são quase tudo na vida do homem”.

Na consecução deste trabalho, tanto para refletir sobre a linguagem, como para investigar o processo no experimento didático-formativo, e, ainda, para respaldar a análise dos dados, recorro a autores que concebem a linguagem como atividade inerente à vida humana e seu ensino e aprendizagem resultantes da dialogicidade e interatividade presentes nos contextos sociais e culturais a que o sujeito está inserido. Desses autores, no campo da linguagem, destacam-se Bakhtin (1997, 2011, 2013,

2016) e Volóchinov (2013, 2017). A eles, somam-se Ponzio (2014); Seriot (2015); Antunes (1996, 2007, 2008); Geraldi (2011; 2015), Faraco (2009) dentre outros que a discutem na perspectiva da Filosofia da Linguagem. No contexto investigativo, no experimento didático-formativo, a abordagem baseia-se na Teoria Histórico-Cultural (THC), cujos autores como Vygotsky (2001; 2006) e Leontiev (1978), enfocam o desenvolvimento das potencialidades do ser humano, a partir das interações entre os sujeitos e os conhecimentos históricos e culturalmente produzidos pela humanidade.

Por se tratar do gênero artigo de opinião e este se arquitetar sob a égide do campo argumentativo, recorri, tanto para a consecução da pesquisa, como para a análise e discussão das informações geradas, à Teoria da Argumentação, sobretudo com as contribuições de Perelman (2005) e Amossy (2018). Esta, grande estudiosa e seguidora dos ensinamentos daquele, evidencia a influência de Aristóteles no estudo dos gêneros retóricos, mas para discutir a argumentação no discurso, cuja concepção moderna se aproxima do dialogismo de Bakhtin e Volóchinov, esclarece:

Estudamos, ao contrário, a argumentação no discurso, do qual ela é uma *dimensão constitutiva*. Não há discurso sem enunciação (o discurso é o efeito da utilização da linguagem em situação), sem dialogismo (a palavra é sempre, como diz Bakhtin, uma reação à palavra do outro), sem apresentação de si (toda fala constrói uma imagem verbal do locutor), sem o que poderia chamar “argumentatividade” ou orientação, mais ou menos marcada pelo enunciado, que convida o outro a compartilhar modos de pensar, de ver, de sentir (AMOSSY, 2018, p. 12). (Grifos da autora).

É importante explicar, inicialmente, quatro questões: a primeira diz respeito à menção a Bakhtin e não a Volóchinov por parte da autora citada acima. Certamente ela teve acesso aos conceitos ligados a gênero, discurso, interação, dialogismo como sendo de Bakhtin apenas, isso é plenamente compreensível se se considerar a persistência da dúvida quanto à autoria do livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem* até meados da segunda década do século XXI, mas hoje a dúvida já está superada e a autoria de MFL é mesmo de Volóchinov. A segunda questão que merece menção refere-se ao fato de este trabalho apresentar três teorias que o sustentam. Esse fato é plenamente aceitável, uma vez que a Filosofia da Linguagem, aventada por Volóchinov e Bakhtin, a Teoria Histórico-Cultural e a Teoria da Argumentação, de Perelman e Amossy, não serem excludentes, pelo contrário, elas cumprem seu papel teórico neste trabalho e se complementam. A terceira diz respeito ao registro dos nomes de alguns autores como os de *Volóchinov*, Bakhtin e *Vygotsky*. Por vezes, o leitor encontra registros como *Volochinov/Voloshinov/Volosinov*, *Bachtin*, *Vygotski/Vigotsky/Vigotski*. Neste trabalho, por uma questão padronizadora usarei *Volóchinov*,

Bakhtin e Vygotsky, com o propósito de não confundir os leitores, como também estar de acordo com a versão encontrada na maioria das bibliografias pesquisadas. Se a citação trazer grafia diferente da adotada, será considerado o nome da referência citada.

A última questão refere-se à opção de alguns termos recorrentes nesta tese, como *linguagem*, *enunciado* e *gênero*, em vez de *língua*, *texto* e *gênero textual*. Estes estão clarificados na ciência por muitas teorias linguísticas, e não é minha intenção desprezá-los, pelo contrário, sua validade é referendada pelo conhecimento que as pessoas têm deles e pelos usos que fazem corriqueiramente. É importante frisar que a opção decorre da intenção de se manter coerência teórica com a teoria da Filosofia da linguagem já que, por vezes, muitos, inclusive estudiosos e pesquisadores, tomam termos como sinônimos, mas como não são, o fato de não se especificá-los pode comprometer tanto a significação quanto a compreensão do que se intenta expressar.

Começo pelos termos *língua* e *linguagem*. É possível encontrar inúmeras definições para o termo *língua*, mas aqui cito a que julgo mais comum. O conceito vem de Saussure (2002, p. 133) para o qual “A língua [é] um sistema em que os termos são solidários e o valor de um resulta tão-somente da presença simultânea de outros”.

Saussure (1995, *apud* COSTA, 2008, p.116), além de definir *língua* como sistema, afirma que ela é a parte social da linguagem e que só um indivíduo não é capaz de criá-la ou mudá-la, portanto, para o autor, “a língua corresponde à parte essencial da linguagem e o indivíduo, sozinho, não pode criar nem modificar a língua”. Adiante afirma que “a linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma”.

Como já afirmei, não é intenção negar conceitos desta ou daquela corrente teórica, mas é propósito ratificar a definição que julgo mais pertinente, considerando o objetivo da investigação a fim de confirmar a tese segundo a qual a linguagem atua na formação da consciência social do sujeito que a utiliza, e manter coerência teórica com a FL, na perspectiva volochinoviana. Para tanto, mesmo que em algumas citações o termo *língua* apareça, optei por usar o termo *linguagem*.

Em se tratando da MFL, essa inconstância no emprego de um ou outro termo certamente ocorre devido a traduções, já que na língua russa há apenas a palavra *yazyk* (ou *iazik*) para se referir à *língua* e *linguagem*. (VOLÓCHINOV, 2017). Na mesma obra, as tradutoras Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo explicam em nota que:

Uma vez que em russo os termos “linguagem” e “língua” são expressos pela mesma palavra, *iazik*, e que é necessário marcar a diferença entre os dois conceitos, o autor vê-se obrigado a criar uma palavra composta em russo, língua-discurso (*iazik-rieitch*), para o conceito de “linguagem”, restringindo o termo *iazik* para “língua” (MFL, 2017, p. 145,146 – nota de rodapé).

Ainda sobre a questão que envolve a tradução de *iazik*, Arena e Arena (2017, p. 43) explicam que:

O emprego de termos russos variava ao gosto do tradutor e da dubiedade própria das palavras, sem preocupações de cunho epistemológico, tema que será caro ao estudioso russo que entenderá a linguagem como o objeto a ser investigado, porque manteria os vínculos com o contexto cultural em que se manifesta e com os homens em diálogo, enquanto a língua estaria imobilizada nas entranhas de seu próprio sistema.

Volóchinov (2017), em MFL, ou antes, nas traduções a que tive acesso, ora usa *língua* ora *linguagem* sem distinção. Com apoio teórico do autor russo citado e da explicação de Arena e Arena, considero a língua como abstrata, que dá estabilidade à linguagem, mas não se manifesta. É a linguagem que se concretiza por meio das atividades que os sujeitos realizam. Isso, para mim, fica evidente nas palavras de Volóchinov (2017, p.224), quando expressa que “*A língua como um sistema estável de formas normativas idênticas é somente uma abstração científica [...]. Essa abstração não é adequada à realidade concreta da língua*” e, continua afirmando que “*A língua é um processo ininterrupto de formação, realizado por meio da interação sociodiscursiva dos falantes*”.

Entendo que, quando Volóchinov alude a ‘*um processo ininterrupto de formação, realizado por meio da interação sociodiscursiva*’ refere-se à linguagem, isso porque, por língua, diz ser ‘*um sistema estável de formas normativas idênticas*’, ou seja, a parte estável da linguagem. Assim, a opção pelo termo *linguagem* se deu para delimitar sua atuação em relação ao termo *língua*: a língua como estabilização das atividades de linguagem em um dado momento histórico, ou seja, por um recorte histórico, e a linguagem como atividade manifestada pelas ações humanas por meio dos enunciados que são criados.

Dessa forma, entendo a linguagem como uma totalidade e a língua, parte dela. A linguagem como atividade – *energeia* – e a língua, produto – *ergon*. (VOLOCHINOV, 2017). Do ponto de vista sociológico, a língua é um produto, é descrição, algo estabilizado, imobilizado, enquanto que a linguagem está sempre em movimento nos usos que os sujeitos fazem dela.

Na investigação, foi realizado um experimento didático-formativo em que a linguagem, social, histórica e dinâmica, atuou como atividade, propiciando que as ações dos sujeitos envolvidos na pesquisa fossem realizadas. Essa percepção e uso da linguagem nesses termos são reforçados pelas palavras de Volóchinov (2013, p. 141) quando afirma que ela “É o produto da atividade humana coletiva e reflete em todos os seus elementos tanto a organização econômica como a sociopolítica da sociedade que a gerou”. No processo investigatório, em que os sujeitos criaram os artigos de opinião, a intenção foi trabalhar com a linguagem em ação, em atividade, distante da estabilização provocada pela língua.

Assim como *linguagem*, decidi usar o termo *enunciado* no lugar de *texto*. Essa opção se justifica também para me alinhar à teoria da FL, na perspectiva de Volóchinov, principalmente no livro MFL. Obviamente, o termo *texto* aparece em citações, sobretudo, mas na apresentação e discussão dos dados gerados, optei pelo termo *enunciado*.

Outro ponto que destaco é o uso do termo *gênero*, sem mencionar tipologia ou gênero textual. Empreguei em alguns momentos a expressão *gênero argumentativo*, mas, em outros, fui mais objetivo ao registrar *gênero artigo de opinião*. Mesmo sabedor da relevância da tipologia textual – dissertação, narração, descrição, injunção –, bem como do uso da expressão *gênero textual* para os estudos da linguagem, sobretudo pela linguística textual, não recorri a essa classificação, pois o foco da investigação foi o de criar enunciado escrito de um gênero já definido – artigo de opinião –, e ratificar a prevalência dos postulados da FL que toma o gênero como enunciado concreto que se realiza por meio da linguagem em atividade.

Justificadas as questões acima e com a finalidade de apresentar e discutir o assunto-base desta pesquisa – o processo de criação do gênero artigo de opinião pelos alunos do EM –, bem como o fato de tratar de outras questões relevantes que o sustentam e possibilitam uma compreensão mais acurada sobre a realidade da escrita no contexto escolar, registro como se encontra estruturado este trabalho.

No capítulo inicial, faço breve reflexão sobre o fazer científico nas Ciências Humanas, em seguida, apresento e detalho o percurso metodológico da investigação, amparado na THC. Descrevo o experimento didático-formativo, desde a confecção do material usado nos encontros até sua finalização. Há descrição, também, de como ocorreu o contato com os colaboradores (Diretor da escola, Coordenação Pedagógica, professores...), principalmente, com os sujeitos da pesquisa; do início do trabalho,

bem como do dia a dia dos encontros, com destaque à explicação sobre o gênero artigo de opinião, à discussão dos assuntos abordados para a escrita e à criação e recriação dos enunciados. Como aventado no título – *a criação de artigos de opinião em blog: enunciados argumentativos para a constituição da consciência social*, o processo consistiu em criar artigos de opinião e publicá-los em um *Blog*, portanto, destaco como ocorreu a dinâmica de criação da página na Internet e toda fase de publicação. Mesmo que não tenha sido previamente planejada, houve, também, a publicação de alguns artigos no Jornal Eletrônico *Extra de Rondônia*³, um dos veículos jornalísticos mais acessados da região do Cone Sul⁴ do Estado em que se realizou a pesquisa. Esse fato motivou os sujeitos a se dedicarem à criação dos artigos.

No mesmo capítulo, apresento a Teoria da Filosofia da Linguagem, na perspectiva de Volóchinov e Bakhtin; a da Argumentação, e a Teoria Histórico-Cultural, as quais sustentaram desde a geração de dados até a exposição e análise dos resultados obtidos no experimento didático-formativo sobre o processo de criação de artigos de opinião e propiciaram entender como essa prática atua no desenvolvimento da formação da consciência social dos sujeitos. No capítulo, discuto a linguagem na perspectiva da Filosofia da linguagem, bem como sua importância e uso para os seres humanos pertencentes a uma comunidade linguística. No bojo da discussão, termos e expressões como signo, significação sónica, interação, gênero, enunciado, discurso, alteridade, atitude responsiva, consciência individual e coletiva, argumentatividade, *logos* e *pathos* são apresentados e debatidos com a finalidade de sustentar a exposição e as análises dos dados gerados. Ainda nesta parte, discuto a escrita, sua realidade no contexto brasileiro atual, bem como sua relevância para a formação do sujeito, no ato de criar enunciados escritos, como meio de expandir a consciência social para estar no mundo e agir sobre ele.

No segundo capítulo, há o registro de como ocorreu o processo de pesquisa, sobretudo a geração dos dados obtidos no experimento. Narro detalhadamente as ocorrências dos encontros, realizados de setembro a dezembro de 2019, com

³Empresa jornalística Extra de Rondônia LTDA-ME - CNPJ: 05.248.037/0001-57, localizada na Av. liberdade, 3399 – Centro – Vilhena – RO. Telefones (69) 3322-2407 - (69) 98467-0433.

⁴Região, conhecida como Cone Sul de Rondônia, devido sua localização ao sul do Estado, tem forte vocação agrícola e pecuária, marcada pela produção em escala, isto é, por extensas fazendas de soja e milho, principalmente. O Território está localizado na região Norte e é composto por 7 municípios: Cabixi, Cerejeiras, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Corumbiara, Pimenteiras do Oeste e Vilhena. Disponível em: <https://www.google.com/search>. Acesso em 27 de março de 2020.

destaque para as práticas de linguagem desenvolvidas pelos sujeitos, cujo fim foi a criação de artigos de opinião. Este capítulo, pontuo, tem importância singular porque nele apresento, não os artigos em si, mas em construção, ou seja, cito fragmentos de enunciados para evidenciar o avanço dos sujeitos na apropriação e uso da linguagem escrita (consciência linguística), fato preponderante para a formação da consciência social.

Na sequência da tese, especificamente no terceiro capítulo, cito os artigos de opinião criados. À medida que os exponho, discuto-os à luz da FL e da TA, em busca de indícios da atuação da linguagem escrita no processo de formação da consciência social. O objetivo não foi promover análise do discurso, atribuindo juízo de valor ao conteúdo que escreveram, mas o de analisar os recursos e estratégias argumentativas utilizados para a adesão dos leitores, e atestar de que maneira a escrita de enunciados argumentativos atuou (e atua) para a formação da consciência social dos sujeitos da pesquisa.

O último capítulo é sequência mais próxima do terceiro. Apesar de ser uma extensão do anterior, decidi destacar essa parte por sua relevância na resposta à tese – *a criação de artigos de opinião atua para a constituição da consciência social* –, sobretudo ao refletir a ocorrência, e em que dimensão ocorre, o desenvolvimento da formação *da consciência social* nos sujeitos envolvidos no processo de escrita dos artigos. Há, para tanto, a retomada dos artigos de opinião produzidos no experimento, análise e discussão, com confirmações e refutações, quanto ao papel da escrita, e de todas as questões que a envolvem, para a sustentação da tese.

Enfim, a partir da realização do experimento didático-formativo, da relação com os alunos, do desenvolvimento da escrita dos enunciados argumentativos, até a obtenção do produto final, gênero artigo de opinião, procuro aventar a atuação do processo de criação de enunciados, ou seja, o trabalho efetivo com a linguagem, como atividade social presente no emaranhado de interações da vida em sociedade, para o desenvolvimento da formação da consciência social dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Por fim, procuro resumir o conteúdo do que fora dito para responder aos objetivos e à tese inicialmente propostos e apresento os resultados gerais, tecendo críticas e apresentando possíveis caminhos (soluções?) para o efetivo desenvolvimento da escrita de enunciados em sala de aula. Pontuo, ainda, o que reconheço ser possível afirmar sobre o uso da linguagem escrita, sobretudo quanto

ao gênero artigo de opinião. Enfim, apresento possibilidades sustentadas pela pesquisa, mas deixo aberta a discussão para suscitar novas investigações e, por que não, a partir disso, provocar mudanças no ensino, sistemático, do enunciado escrito em sala de aula.

1 QUESTÕES METODOLÓGICAS E TEÓRICAS DA PESQUISA

1.1 A Ciência e o fazer científico nas Ciências Humanas

A ciência se fundamenta na necessidade de que os seres humanos têm de encontrar respostas confiáveis sobre um determinado assunto, logo não deve, e realmente não é, ser fechada em si mesma. As respostas encontradas por ela podem ser melhoradas, ampliadas, contestadas e, assim, o conhecimento sobre um assunto vai se construindo, de modo que os homens, de posse dos conhecimentos já produzidos, possam usufruir deles ao mesmo tempo em que contribuem com a sua expansão.

Especificamente para as Ciências Humanas, a investigação científica possibilita criar novas perspectivas que permitem conhecer ações, modos de pensar e de agir, enfim, as subjetividades humanas, logo seu laboratório assiste onde ocorrem os intercâmbios entre as pessoas, as ações, individuais ou coletivas, e as interações e diálogos cotidianos. Neste contexto, o laboratório das Ciências Humanas é a própria vida que precisa ser desvendada. A esse respeito, Chizzotti (2006, p. 10), ao discutir a pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais, sinaliza:

A pesquisa investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem. Para esta atividade, o investigador recorre à observação e à reflexão que faz sobre os problemas que enfrenta, e à experiência passada e atual dos homens na solução destes problemas, a fim de munir-se dos instrumentos mais adequados à sua ação e intervir no seu mundo para construí-lo adequado à sua vida.

Nesta perspectiva, as descobertas de uma investigação não só contribuem para alargar o conhecimento sobre um tema, como também renovam todos os campos do saber e possibilitam ao homem agir sobre seu universo vital. Dito de outro modo, pesquisar tornou-se uma atividade indispensável ao homem e à sua vida. Não é possível acreditar que haja desenvolvimento, seja individual, social ou coletivo, sem conhecer a realidade, material e subjetiva, circundante. A pesquisa, enfim, nesta perspectiva, pode ser entendida como pré-requisito do desenvolvimento (CHIZZOTTI, 2006).

A pesquisa em educação, em detrimento da noção de que têm outros ramos do conhecimento, não pode apenas ser entendida como evento que se realiza acima ou à margem das ações, objetivas e subjetivas, e das atividades humanas comuns do ser humano. Ao contrário, Lüdke e André (1986, p. 2 e 3) situam a pesquisa em educação:

[...] bem dentro das atividades normais do profissional da educação [...]. É igualmente importante lembrar que, como atividade humana e social, a pesquisa traz consigo, inevitavelmente, a carga de valores, preferências, interesses e princípios que orientam o pesquisador.

Isso posto, definir um método científico é condição necessária para se fazer ciência. A realização concreta de uma investigação bem planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas metodológicas consagradas pelo meio científico faz-se imprescindível e possibilita ao pesquisador encontrar respostas, as mais confiáveis possíveis, às indagações em questão, como explicam Gaio, Carvalho e Simões (2008, p. 148):

Para pesquisar precisamos de métodos e técnicas que nos levem criteriosamente a resolver problemas. [...] é pertinente que a pesquisa científica esteja alicerçada pelo método, o que significa elucidar a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente os caminhos que devem ser percorridos para que a investigação se concretize.

Ressalte-se que não há uma única metodologia padronizada que dê conta de todo o escopo científico, logo há modos diversos de produzir ciência. Em cada área da produção científica, há princípios ou pontos de partida epistemologicamente divergentes, mas não significa que a investigação científica seja impossível. Como em outras áreas do conhecimento, em Ciências Humanas, é possível estabelecer um método e tudo que o envolve na efetividade da investigação para elucidar o assunto e responder aos objetivos propostos na pesquisa. Esse método, acredito, não pode prescindir de ter em sua essência o homem e todos os atos humanos. A matéria-prima para a investigação em Ciências Humanas, portanto, são os próprios atos humanos, bem como a compreensão deles, os quais são possíveis pela linguagem.

Bakhtin (1997), ao refletir acerca da investigação em Ciências Naturais e em Ciências Humanas, afirma não ser possível realizá-las sob um mesmo escopo, pois a complexidade do homem impede qualquer tentativa de submetê-lo a uma equação lógica, porque

A conformidade à lei torna-os passíveis da mesma análise que os fenômenos da natureza. Daí a tentação de aplicar ao conhecimento dos homens os métodos das ciências naturais. Mas contentar-se com isso seria esquecer o caráter duplo do comportamento humano (BAKHTIN (1997, p. 19).

No tocante a este trabalho, que tem a linguagem como núcleo investigativo, importa dizer que a pesquisa envolveu sujeitos agindo por meio da linguagem e essa ação provocou mudanças de ordem subjetiva imanentes ao processo de constituição do ser, logo não é possível mensurar objetivamente esse impacto. O possível, e aqui reside a questão nuclear da investigação em Ciências Humanas, é demonstrar, por

meio do processo de criação de enunciados e, sobretudo, pelo conteúdo e qualidade dos artigos produzidos, o desenvolvimento social e da linguagem dos sujeitos. Com diz Amossy (2011, p. 140) “O pesquisador deve, então, constituir um *corpus*, no sentido de um conjunto de textos construídos em função de um parâmetro que lhe confere uma unidade e permite submetê-los a uma mesma investigação”.

É preciso considerar que o produto da investigação das Ciências Humanas é resultado das ações humanas, as quais evidenciam o que, de fato, é o ser humano: social, histórico e dinâmico. Com efeito, sua ação no mundo resulta da dinamicidade da própria vida em sociedade. Nesse sentido, submetê-lo à investigação científica é pesquisar suas ações, seu discurso verbal, sua vivência, ou seja, o que produz vida afora, porque, para Bakhtin (1997, p. 334):

As ciências humanas não se referem a um objeto mudo ou a um fenômeno natural, referem-se ao homem em sua especificidade. O homem tem a especificidade de expressar-se sempre (falar), ou seja, de criar um texto (ainda que potencial). Quando o homem é estudado fora do texto e independentemente do texto, já não se trata de ciências humanas (mas de anatomia, de fisiologia humanas, etc.)

Nesse sentido, é ingênuo pensar, por exemplo, que investigar à luz da metodologia das Ciências Naturais toda a realização humana obtém-se claramente resultado satisfatório. A investigação deve levar em conta toda a complexidade humana, como afirma Bakhtin (1997, p. 329, 330):

Se tomarmos o texto no sentido amplo de conjunto coerente de signos, então também as ciências da arte (a musicologia, a teoria e a história das artes plásticas) se relacionam com textos (produtos da arte). Pensamentos sobre pensamentos, uma emoção sobre a emoção, palavras sobre as palavras, textos sobre os textos. É nisto que reside a diferença fundamental entre nossas ciências (humanas) e as ciências naturais (que versam sobre a natureza), embora também aqui a separação não seja estanque. No campo das ciências humanas, o pensamento, enquanto pensamento, nasce no pensamento do outro que manifesta sua vontade, sua presença, sua expressão, seus signos, por trás dos quais estão as revelações divinas ou humanas (leis dos poderosos, mandamentos dos antepassados, ditados anônimos). [...] O que nos interessa, nas ciências humanas, é a história do pensamento orientada para o pensamento, o sentido, o significado do outro, que se manifestam e se apresentam ao pesquisador somente em forma de *texto*. Quaisquer que sejam os objetivos de um estudo, o ponto de partida só pode ser o texto.

A esta investigação, interessou unicamente a questão do enunciado verbal escrito, ou em particular, o processo de criação de enunciados argumentativos, que é a base para, a partir dele e do produto criado – artigo de opinião –, compreender o pensamento os sujeitos envolvidos na pesquisa. Essa intenção no desenvolvimento do processo é referendada por Amossy (2018, p. 274) ao pontuar que:

A argumentação no discurso permite estudar a argumentação em língua natural, da qual toma formas de que a lógica não dá conta. [...] É o diálogo da filosofia e das ciências da linguagem em seu tratamento da argumentação que é aqui relançado.

A atividade nuclear desta investigação foi o próprio processo de criação de enunciados discursivos, em que a linguagem em uso atua no desenvolvimento da consciência linguística e social dos sujeitos. Ademais, abaixo exponho de forma breve os procedimentos pelos quais este trabalho se construiu.

1.2 Sobre a pesquisa Bibliográfica e a de Campo

Como já mencionado na introdução, discuto aqui a *criação de artigos de opinião em blog: enunciados argumentativos para a constituição da consciência social*. Para responder ao objetivo da investigação, a pesquisa assentou-se em dois procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, a qual se arquiteta a partir da aplicação de um experimento didático-formativo a 7 sujeitos, alunas do 3º ano do Ensino Médio, da EEEFM Maria Arlete Toledo, localizada no município de Vilhena, Estado de Rondônia.

1.2.1 Pesquisa bibliográfica

Primeiramente, a investigação se pautou na perspectiva bibliográfica, a qual não se resumiu apenas em reproduzir o que outros noutras épocas já escreveram. Ela possibilitou apreender o conhecimento já construído e permitiu, a partir dele, não só expandi-lo como também contribuir para a produção de outros. Equivale dizer que recorrer à literatura sobre um tema, como esclarece Triviños (1987, p. 99), possibilita “familiarizar-se em profundidade com o assunto que lhe interessa”.

Esse processo dinâmico amparou-se na dialogicidade entre autores e o pesquisador e possibilitou recuperar o que fora registrado, o que é a prova cabal de que o conhecimento não é estanque, mas, pelo contrário, vai se construindo paulatinamente. É, portanto, trabalho do leitor/pesquisador dar prosseguimento às pontas aparentemente finitas sobre um assunto deixadas pelos autores. O conhecimento, nesse sentido, se constrói tanto na aceitação e dilatação do que há como na contradição que pode resultar em inovação científica. Essa questão encontra respaldo nas palavras de Lakatos e Marconi (2010, p. 166) quando afirmam que “A pesquisa bibliográfica não é a mera repetição do que já foi dito e escrito sobre o

assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Como dito, não foi intenção meramente reproduzir o que já está escrito sobre a linguagem, enunciados, discursos, interação, gêneros, prática docente, escrita, argumentação, mas alargar o conhecimento linguístico e procurar, pelo menos minimamente, fazer considerações que resultem em contribuições significativas para o dia a dia docente, para a prática de outros que têm a linguagem como matéria-prima de trabalho e, ainda, para fomentar discussões no plano teórico

A parte relacionada à pesquisa bibliográfica equivale à apresentação das três teorias citadas – Teoria Histórico-Cultural, Filosofia da Linguagem e Teoria da Argumentação – bem como dos autores a elas ligados. As contribuições que cada uma delas dá a este trabalho estão expostas adiante, especificamente no segundo capítulo.

1.2.2 Pesquisa de campo

Como é sabido, na pesquisa de campo, o pesquisador sai de seu lugar e vai ao *locus* em que se realizará a investigação. Para Lakatos e Marconi (2010), ela tem o objetivo de gerar informações sobre um determinado assunto, descobrir novos fenômenos e as relações entre eles. Na pesquisa de campo, o tema é investigado em seu próprio ambiente, fato que exige que o pesquisador estabeleça contato prévio com os sujeitos da investigação ligados ao tema.

Por acontecer a geração de dados em condições naturais, no ambiente dos sujeitos, ela exige do pesquisador, dentre outras questões, criar condições favoráveis para utilizar as técnicas de pesquisa que serão utilizadas para a investigação, sob pena de ver comprometida a pesquisa e o resultado dela. As agruras que o pesquisador pode enfrentar se não definir exatamente o que deseja ou desconsiderar as características dos que estão sendo investigados são destacadas por Triviños (1987, p. 141-142) ao afirmar que:

Uma das situações mais difíceis que se apresentam ao pesquisador que quer estudar a realidade social que se está processando, que está ocorrendo, é a de definir com clareza sua função. Ele é uma pessoa que deseja conhecer aspectos da vida de outras pessoas. Estas, como todos os grupos humanos, têm seus próprios valores que podem ser muito diferentes dos valores dos pesquisadores. Eles possuem interesses, inimidades; setores sociais constituídos por amigos, familiares etc., ou estão unidos pelos mesmos anseios. [...] E o investigador deve avaliar as circunstâncias e buscar o melhor caminho.

Pelas palavras do autor, é necessário que se estabeleça uma relação de confiança entre os sujeitos da pesquisa, aos quais o pesquisador deve mostrar-se afável, verdadeiro, sem qualquer atitude de suposta superioridade, a fim de que os investigados considerem-se parceiros, contribuintes, a ponto de produzirem e fornecerem dados mais próximos à realidade que os circunda. Equivale dizer que, para concretizar essa situação, compete ao pesquisador criar condições para isso.

Na pesquisa de campo, foi desenvolvido um experimento didático-formativo com as alunas do 3º ano do Ensino Médio, da EEEFM Maria Arlete Toledo, no município de Vilhena, Estado de Rondônia. Usei a denominação *experimento didático-formativo* decorrente dos princípios gerais da THC, consoante ao que explicou Davidov (1988) como sendo um método peculiar para estudar as relações entre a aprendizagem e sua relação com o desenvolvimento mental dos alunos. Acredito que o processo desenvolvido nessa perspectiva foi o mais próximo ao objetivo do trabalho cuja tese se assentou na criação de artigo de opinião atuando na formação da consciência, ou seja, o ato de escrever enunciados argumentativos agindo na significação e ressignificação no processo de formação e expansão da consciência social dos sujeitos envolvidos na investigação.

A palavra *experimento* pode remeter a um entendimento de que se trata de uma abordagem investigativa de cunho positivista, o que contrastaria com os princípios da FL e da THC, que regem este trabalho. Por conta disso, cumpre-me destacar que o experimento de que trato se assenta na realização de um procedimento didático-investigativo de ensino que visa a compreender como a criação de enunciados escritos atua no desenvolvimento dos sujeitos. Esse entendimento é consoante o que explica Freitas (2010, p. 3), para a qual “o experimento didático-formativo é um modo de pesquisar a atividade de ensino do professor em relação dialética com atividade de aprendizagem do aluno no contexto da sala de aula”.

Assim compreendido, o experimento nesta tese serviu como um instrumento de geração de dados, no entanto, num segundo plano ou momento, pode ser tomado como uma possibilidade de prática pedagógica, sobretudo no trabalho que envolve a criação escrita da linguagem, a ser desenvolvida em sala de aula quando os objetivos também forem o de potencializar a formação e desenvolvimento dos alunos para o exercício da cidadania, em busca da formação e expansão da consciência social.

1.3 Contexto inicial da pesquisa

Após a construção do projeto e a definição dos objetivos, *lócus* e sujeitos da investigação, acredito que a pesquisa já se inicia, sobretudo em Ciências Humanas, quando o pesquisador estabelece os primeiros contatos com os colaboradores e os sujeitos e, com eles, interage. É neste momento que o êxito ou o fracasso do processo investigatório começa a se delinear. Foi o que ocorreu no contato inicial que estabeleci com a direção da Escola Maria Arlete Toledo. Após explicar a razão da pesquisa e pontuar a relevância do assunto e como ocorreria o processo, o diretor-geral da instituição de ensino, professor Rosemar Erdmann, prontamente não só autorizou a pesquisa como fez questão de me apresentar aos alunos, potenciais sujeitos da investigação. Era nítida sua empolgação, como também sua boa vontade em colaborar.

Mesmo sem haver planejado conversar com os potenciais sujeitos naquele momento, o diálogo foi frutífero, pois já, alunos e eu, definimos a data de uma reunião em que eu explicaria toda a dinâmica da pesquisa e já trariam autorização dos pais para que pudessem participar do experimento didático-formativo. Na saída da sala, o diretor apresentou-me à coordenadora pedagógica e pediu a ela que providenciasse tudo que fosse necessário para a consecução da pesquisa.

Em 16 de agosto de 2019, realizou-se a reunião com a presença de 17 alunos potenciais sujeitos da investigação. Pontuei todos os detalhes e etapas da pesquisa e respondi perguntas sobre, principalmente, o gênero artigo de opinião. Notei o desconhecimento do gênero pelos alunos e a dificuldade de compreenderem a relação dele com a redação dissertativa, principal foco deles devido à proximidade do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Na reunião, definimos dias e horários dos encontros para a realização do experimento: terça e quinta-feira, das 19 às 20h30min. Como eu esclareci que seriam apenas alguns que participariam do processo, 7 se prontificaram a colaborar até o fim. Os demais perguntaram se podiam assistir a algumas explicações, participar apenas esporadicamente, devido a outros compromissos. Prontamente autorizei que participassem.

1.3.1 Os sujeitos da investigação

Os sujeitos que se prontificaram a participar ativamente do processo de investigação foram 7 (sete) alunas do terceiro ano do Ensino Médio da escola Maria Arlete Toledo. A seguir, em ordem alfabética, descrevo cada uma delas, consoante o que ouvi, presenciei e percebi nos encontros realizados. As informações referem-se ao período em que realizei a geração de dados, ou seja, segundo semestre de 2019.

O artigo de opinião é um gênero argumentativo que visa a dialogar, de modo escrito, com o outro a fim de persuadi-lo, por essa razão é imprescindível a quem o escreve colocar-se como pessoa real presente no discurso. Soma-se a essa questão, o fato de o objetivo deste trabalho ser averiguar em que dimensão a criação de enunciados atua na formação da consciência social, logo apresentar os sujeitos como realmente são, com seus sonhos, objetivos, crenças, valores, ou seja, como pessoas reais, é fundamental para garantir a relevância e fidedignidade da pesquisa. O sujeito de que trato é concreto, real, único, presente na sociedade e partícipe, pelo diálogo, das situações que o envolvem, portanto, por uma questão de coerência teórica, uso nomes reais das alunas que participaram do processo. Essa decisão ampara-se no fato de os enunciados produzidos já terem sido publicados no *Blog* e, alguns deles, no Jornal regional, com a citação dos nomes das articulistas que os criaram.

Ana Késia: uma jovem de 17 anos, cor parda, gentil, expressiva, mostrava-se sempre disposta a aprender. Certa vez disse não ser evangélica, nem católica, nem nada, pois não pertencia a nenhuma igreja. Pelo que observei e pelo que expressava, julgo ser bastante humilde financeiramente. Muito atenciosa e meiga, quando eu sugeria mudanças ou apontava algo que não estava correto, agia com humildade e atendia prontamente às indicações. Certa vez, quando escrevia sobre o Bolsa Família, revelou-me que sua família já recebera o benefício e que iria escrever sobre ele para demonstrar como é necessário o benefício para a população de que realmente dele precisa. Esse fato reforça a percepção que tive sobre sua condição financeira. Nas discussões em sala ou nos atendimentos individuais, nunca se furtou de expressar o que pensava sobre o assunto em debate. Apesar de jovem, suas palavras e ações em sala demonstravam ser consciente das limitações, mas representavam, também, que queria superá-las. Vez por outra, revelava que queria ser contadora.

Gabriela Ribeiro Bearis: jovem de 17 anos, de cor branca, calma, centrada, dialogava educadamente com todas as colegas; às vezes manifestava opinião

contundente sobre os assuntos, mas expressava com educação seu ponto de vista. Revelou-se ser evangélica, mas não ficou evidente que esse fato tenha guiado as escolhas dos temas sobre os quais escreveu, tampouco fundamentou a argumentação expressa nos artigos que criou. Pelo que percebi, não apresentava dificuldades socioeconômicas, mas não se exaltava diante das demais colegas de sala, pelo contrário, agia com humildade nas relações e trocas em sala. Afirmava que queria ser farmacêutica.

Gabrielly Silva Melchior: uma jovem de 18 anos, de cor negra, evangélica, educada e muito prestativa. Via-se que sua condição financeira não era diferente da maioria dos jovens que cursam a Educação Básica na rede pública de ensino. Como a colega Gabriela, foi imperceptível para mim se sua condição religiosa interferiu no processo de criação dos artigos. Às vezes, mostrava-se reservada, mas expressava sua opinião quando achava pertinente. Assim como a maioria das demais, apresentava dificuldades na escrita, mas com humildade e força de vontade foi paulatinamente superando-as. Dizia querer ser psicóloga.

Maria Fernanda: jovem de 17 anos, evangélica, negra, irascível, às vezes demonstrava estar contra tudo e todos, mostrava-se muito intensa no agir e no modo de se expressar. Muito questionadora, não aceitava passivamente algumas imposições sociais, o que a fazia, por vezes, mostrar-se um pouco rebelde. Senso ou lugar-comum eram literalmente negados por ela. Os artigos que escreveu confirmam uma predileção pelos assuntos mais polêmicos. Seu discurso gravitava entre a defesa conservadora e progressista em relação a alguns assuntos em voga. Não se intimidada em discutir, tampouco defender, pautas sociais polêmicas que poderiam contrapor à sua condição religiosa, como por exemplo, a defesa que fez das causas da comunidade LGBTQIA+. Desde o início do experimento didático-formativo, muito esperta, conseguia compreender facilmente o que explicava, o que pode significar sua facilidade em discutir os assuntos sobre os quais escreveu. Dizia sempre que queria ser juíza.

Nathally Gabrielly: uma jovem de 17 anos, de cor branca, extrovertida, o que explica ser, sem dúvida, a mais expressiva nos encontros do experimento. Se há um predicado preciso para defini-la é ser alto-astrol, pois sua presença contagiava a todos e era impossível ficar indiferente com sua presença, como ela mesma diz “Gosto de fazer pessoas sorrirem”. Conversava com todas as colegas, fazia piada, brincadeiras e nada passava incólume à sua fina ironia. Sua conduta alegre não impedia de discutir

assuntos polêmicos e de dar sua opinião com firmeza. Apesar de ter obtido a maior nota na redação do ENEM em 2019, não se furtou de questionar a escolha do tema, em defesa de assuntos, segundo ela, mais relevantes para os candidatos discutirem. Quando mencionava o futuro, afirmava estar indecisa entre ser psicóloga ou advogada.

Verônica Maria: jovem com 17 anos, de cor parda, evangélica, educada e humilde, mostrava-se quieta, falava pouco, ouvia atentamente e agia com discrição. Apesar de participar de algumas discussões, seu perfil sossegado e prudente fazia-a evitar o embate discursivo. Muito educada, seguia as orientações pedagógicas sem questionar. Dizia querer se tornar uma esteticista.

Tainara Paloma: 17 anos, pele parda, jovem introspectiva, dedicada, educada e humilde. Antes de iniciar a escrita dos enunciados, lia muito para construir e embasar seus argumentos. Para mim, foi flagrante que sua condição socioeconômica determinou sobremaneira a escolha dos assuntos sobre os quais escreveu e na construção do seu ponto de vista sobre eles. Corajosa, dissertou sobre assuntos ao mesmo tempo relevantes, mas intrincados que, por vezes, deles muitos fogem, como abuso sexual, aborto e gravidez na adolescência. Certamente por falar pouco, observava atentamente os discursos e a dinâmica dos encontros e tirava proveito na escrita dos artigos.

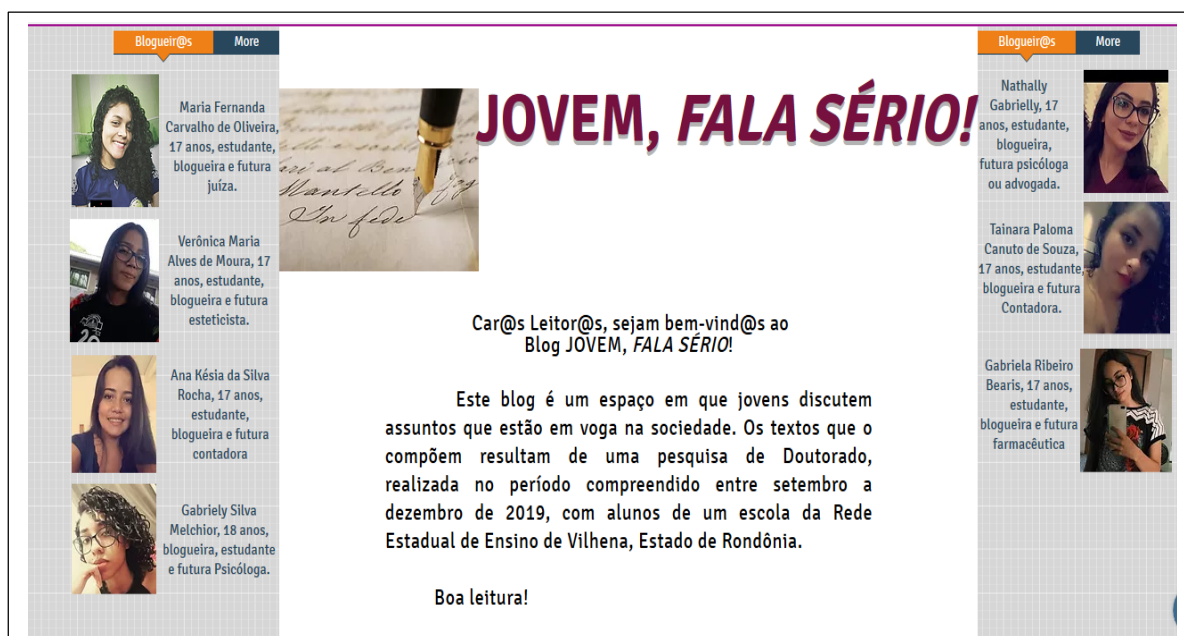
O que pude perceber nos primeiros contatos que tive com elas, e depois a percepção foi sendo confirmada no decorrer dos encontros, é que se tratava de jovens com anseios, expectativas, indecisões e medos comuns à idade. Percebi que mesmo reconhecendo as dificuldades econômicas, o que certamente poderia dificultar a continuidade dos estudos, todas elas objetivavam fazer faculdade. Falavam, sempre com entusiasmo, sobre o curso que pretendiam fazer e que profissionais se tornariam. Por vezes, nas interações entre elas, uma dizia que seria a psicóloga da outra, e, esta, por sua vez, com descontração, emendava que seria a advogada que a tiraria da cadeia. Pude perceber que o objetivo comum era estudar com o propósito de se tornarem profissionais e poderem mudar a condição socioeconômica em que se encontravam.

De certo modo, apesar do curto período que passamos juntos, houve grande identificação entre nós. Quando encerrei o experimento didático-formativo, uma delas disse que deveríamos comemorar. Logo a ideia ganhou força e já estavam decidindo o que fazer. Ao final, a escolha foi ir a uma pizzaria. Algo que me chamou a atenção

e que, para mim, significou identificação com a realidade pessoal e maturidade delas, apesar de tão jovens, foi relativo à escolha do local em que confraternizaríamos. Poderiam querer ir a um lugar diferente do cotidiano delas ou a outro espaço com maior fama e sofisticação, mas escolheram a pizzeria do bairro. Um local simples como a realidade da escola em que estudavam e a condição em que viviam.

É interessante mencionar o fato de que, quando foram escrever a biografia a ser colocada no *Blog Jovem, Fala Sério!*, fizeram questão de inserir, além do que eram – estudantes, *blogueiras* –, o que queriam ser. Ana afirmou querer ser contadora; Gabriela Bearis, farmacêutica; Gabriely, futura psicóloga; Maria Fernanda, falava em ser juíza; Nathally, indecisa entre ser psicóloga ou advogada; Verônica visava a ser esteticista e Tainara, futura contadora. As informações descritas acima encontram-se na imagem da identidade visual do *Blog*.

Quadro 1 – identidade visual do Blog Jovem, *Fala Sério!*



Fonte: o pesquisador.

Salvo uma delas, que se mostrava bem introspectiva, todas as demais eram muito comunicativas nos encontros. Às vezes, era necessário intervir para retomar o foco do trabalho. Essa característica favoreceu a interação e a discussão dos assuntos sobre os quais escreveram e, também, contribuiu com a dinamicidade e leveza dos encontros. Outras informações das alunas e que são relevantes ao processo de criação dos artigos de opinião serão citadas na parte de apresentação e

discussão dos elementos e recursos argumentativos empregados nos enunciados que criaram. A partir de agora que os sujeitos já foram apresentados, ao longo deste trabalho, uso predominantemente as palavras: “ela/s”, “dela/as”, “aluna/s”, “estudante/s”, “articulista/as” ao referir-me a eles.

1.3.2 Material de estudo do experimento didático-formativo

Concomitante ao contato com os futuros colaboradores, elaborei o material⁵ a ser trabalhado no experimento. O foco centrou-se na escrita do gênero artigo de opinião, sem prescindir de questões relativas à escrita em si e ao gênero definido, como conceito de enunciado, gênero, discurso e de outros conteúdos necessários à consecução do experimento didático-formativo.

Para a confecção do material citado, recorri às contribuições de Volóchinov e Bakhtin, no contexto da linguagem; Perelman e Amossy, no da argumentação e, na dimensão pedagógica, sobretudo na construção do material; amparei-me, também, nos pressupostos e princípios gerais da THC. Desta forma, no bojo do material, a linguagem foi tomada como dialógica, dinâmica e social, como postulada pela FL.

Essa concepção de linguagem sustenta a tese segundo a qual o ensino da linguagem deve partir de enunciados, falados ou escritos, oriundos dos usos que fazemos dela na sociedade, assim como ensina Geraldi (1996, p. 71), para o qual:

Trata-se de pensar a relação de ensino como o lugar de práticas de linguagem e a partir delas, com a capacidade de compreendê-las, não para descrevê-las como faz o gramático, mas para aumentar as possibilidades de uso exitosa da língua.

Como se nota, o autor foca o ensino na linguagem como atividade, ou seja, a partir de seu uso pelos sujeitos na sociedade. Defende que, por ser viva, evolutiva e constituir-se nos usos cotidianos, seu ensino não pode prescindir das práticas de linguagem ou ficar preso a questões gramaticais. Ao criar um enunciado, o sujeito mobiliza saberes já construídos, dialoga com eles, e desenvolve-se ao mesmo tempo em que amplia novos saberes. O ideal para o ensino, acredito, é tomar a linguagem em uso, como instância social, portanto realizada no bojo das relações e inter-relações cotidianas. Dito de outro modo, é no ato de viver e de se relacionar dos interlocutores entre si que a linguagem age sobre os sujeitos e se forma em sua plenitude, pelo menos para atender aquele grupo ou comunidade linguística. Assim entendida, a

⁵ Ver apêndice 1.

linguagem é um processo em formação ininterrupto, decorrente de todos os usos e ações realizados pelos falantes, como esclarece Volóchinov (2017, p. 224), quando afirma que “As leis de formação da língua não são de modo algum individuais e psicológicas, tampouco podem ser isoladas da atividade dos indivíduos falantes. As leis de formação da língua são leis sociológicas em sua essência”.

A linguagem entendida como *acontecimento social da interação discursiva*, a um só tempo, atua na formação do sujeito como ser humano, porque opera no processo de humanização, de constituição das virtudes e valores humanos, como também na apreensão e construção de conhecimentos que consolidam a vida em sociedade, por meio das relações e interações estabelecidas entre os sujeitos. Nesse sentido, é também cultural e, por meio dela, o interlocutor se relaciona, interage, cria discursos e é atingido por outros, ou seja, na relação intermediada pela linguagem é que sua consciência social se forma. Assim como afirma Fiorin (2009, p. 61), ao destacar que “O sujeito vai constituindo-se discursivamente, apreendendo as vozes sociais que compõem a realidade em que está imerso e, ao mesmo tempo, suas inter-relações dialógicas”.

Se a questão da formação da consciência social está no cerne da investigação, é justo que ela esteja tencionada no material-base do experimento didático-formativo, por isso inseri nele atividades de leitura e escrita e, também, questões que, a partir da prática de criar artigos de opinião, contribuíssem para a formação da consciência social das alunas envolvidas na pesquisa.

A formação da consciência social passa inevitavelmente pelo uso da linguagem, desse modo é necessário que o sujeito se aproprie do signo verbal ao mobilizar a linguagem, ou seja, forme sua consciência pelo signo verbal, do que ele comporta e do que representa para a criação de enunciados, sobretudo no tocante à significação, na comunicação social. Sobre a questão, Ponzio (2016, p. 82) diz que

A consciência linguística é indissociável das práticas significantes, dos modos segundo os quais se orienta e se organiza a comunicação social; e o caráter e o valor do signo verbal, a sua natureza, se decidem nas próprias práticas significantes.

Aliada à noção da consciência do signo verbal, a teoria da argumentação, amparada na nova retórica, trabalha com a argumentação no discurso, o que contribui para a formação da consciência social, uma vez que o sujeito, ao usar a linguagem, o faz a partir dos recursos discursivos para obter a adesão das mentes, com ênfase na

técnica que utiliza a linguagem para persuadir e convencer (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996).

Nesse processo de linguagem em atividade, a interação, o diálogo e as demais ações de linguagem estão presentes. Não pode haver argumentação sem o espaço social habitado pelos sujeitos, ou seja, sem a presença do outro no processo de interlocução. Dito de outro modo, sem o diálogo empreendido entre pelo menos dois sujeitos, sobre um dado assunto, não há discurso argumentativo, pois para Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 361), “Essa interação entre orador e discurso seria inclusive a característica da argumentação, opostamente à demonstração”. Ao criar artigos de opinião, o sujeito interage com os leitores, mesmo que estejam temporal e espacialmente distantes, pela leitura do enunciado por estes e pela discussão do assunto empreendida por aquele.

Neste raciocínio, a escolha do gênero, a forma de apresentar conceitos, as atividades discursivas, orais e escritas, fundamentaram-se metodologicamente a partir de situações que envolvem: a) “interação discursiva em sua relação com as condições concretas” a partir de formas e tipos concretos (enunciados) de comunicação; b) “gêneros dos discursos verbais” alinhados à realidade e à situação em que se assenta a interação discursiva; e c) “revisão das formas da língua em sua concepção linguística habitual” (VOLOCHINOV, 2017, p. 220). Assim criei, portanto, o material nesta perspectiva teórica para, depois, ser desenvolvido no experimento de investigação.

O contexto pedagógico de criação do material de ensino seguiu, também, os postulados da THC. Esta teoria defende que há uma relação entre aprendizagem e desenvolvimento que acontece a partir da apropriação de conhecimentos histórica e culturalmente construídos, os quais, por meio da força interativa e da dialogicidade da linguagem, transformam objetivamente o sujeito para que este, de fato, humanize-se e torne-se autônomo. Dito de outro modo, equivale afirmar que todo o aparato cultural de que se apropria converge para formação de sua consciência social.

As atividades constantes no material foram pensadas nesta perspectiva dialética entre mim, pesquisador, como mais experiente, e as alunas colaboradoras, com o propósito de considerar os conhecimentos que já possuíam, propiciando que construíssem outros por meio da dialogicidade entre elas em relação ao objeto e o que ele significa.

No processo de construção, o diálogo foi fator essencial para que o material se consolidasse e pudesse, de fato, dar conta do objetivo da investigação. Foi preciso que eu compreendesse o nível de desenvolvimento real, cujos conhecimentos já consolidados permitem ao sujeito agir de forma autônoma e apreender e construir novos conhecimentos, para poder agir na zona proximal, em busca de desenvolvimentos possíveis que convergem para a constituição e expansão da consciência linguística e da social das estudantes da investigação. A minha participação, como pesquisador mediador, no material de estudo, foi pensada de modo a proporcionar situações potencializadoras capazes de levar as alunas para além do seu desenvolvimento real (VYGOTSKY, 2001).

Cumpre-me esclarecer que, no decorrer do experimento didático-formativo, o material sofreu algumas mudanças, mas sem comprometer a perspectiva dialógica, para levar as colaboradoras a construir novos conhecimentos a partir do que já sabiam.

Até agora, aludi a ações que precederam a realização da pesquisa – aplicação do experimento a 7 alunas do ensino médio, da rede Estadual de Educação. A exposição, análise e discussão detalhadas dos encontros, das explicações empreendidas, da escrita e reescrita dos artigos de opinião, bem como de todas as questões que envolveram o processo experimental encontram-se no terceiro capítulo desta tese.

1.4 Contexto teórico da pesquisa

Neste trabalho, como já mencionado na introdução, trabalhei com três teorias que embasaram a criação e aplicação do material utilizado, a escolha dos assuntos que foram definidos para a discussão, bem como as considerações acerca da escrita, da argumentação, da criação do gênero artigo de opinião e, por fim, deram sustentação para compreender como esse processo atuou na constituição da consciência social das estudantes-autoras.

Apesar de se tratar de teorias diferentes, a Filosofia da Linguagem, a Teoria da Argumentação e a Teoria Histórico-Cultural ocuparam o mesmo espaço científico sem serem exclusivas, tampouco excludentes. À medida que as partes se sucedem, é possível constatar a confluência delas para consecução desta peça, sobretudo no tocante ao alcance do objetivo central da pesquisa, em busca de confirmar ou não a

atuação da criação de enunciados escritos na constituição da consciência social das alunas envolvidas na investigação.

Não há dúvida do papel desempenhado pela linguagem na forma de abordagem das teorias citadas. É importante mencionar que a linguagem, sob a perspectiva da Filosofia da Linguagem, labora como ponto de contato das demais teorias utilizadas e propicia um núcleo discursivo-interacional que favorece a compreensão do papel que o processo de desenvolvimento da escrita desempenha na formação da consciência social, como postula Volóchinov (2017, p. 180):

[...] a consciência linguística do falante e daquele que escuta e compreende não lida na prática ou na fala viva com um sistema abstrato de formas linguísticas normativas e idênticas, mas com a linguagem no sentido do conjunto de diferentes contextos possíveis em que essa forma linguística pode ser usada.

1.4.1 A Filosofia da Linguagem por Volóchinov e Bakhtin

De todas as invenções humanas, a linguagem é a mais fascinante. Por meio dela, foi possível ao homem produzir e expandir conhecimentos diversos sobre o mundo visível e o imaginário. De tempos mais remotos até hoje, ela continua a possibilitar que o sujeito apreenda conhecimentos, construa e partilhe outros necessários à vida em sociedade, logo não é forçoso dizer que a linguagem continua sendo o maior empreendimento humano, como afirma Fiorin (2003, p.06):

O fascínio que a linguagem sempre exerce sobre o homem vem desse poder que permite não só nomear/criar/transformar o universo real, mas também possibilita trocar experiências, falar sobre o que existiu, poderá vir a existir, e até mesmo imaginar o que não precisa nem pode existir.

Desde que fora empreendida pelos homens, o entendimento da linguagem não é uno, pelo contrário, a heterogeneidade de entendimento revela a grandeza que é e, pela sua natureza dinâmica, está sempre se construindo.

Aqui a linguagem não é entendida como expressão do pensamento, pois não concebo a ideia de que o pensamento seja promotor da linguagem, ou esta seja resultado daquele. Se assim o fosse, precisaria o sujeito pensar antes para conseguir usar a linguagem. A contradição desse entendimento reside no fato de, como questiona Geraldi (2011): se a pessoa não se expressa é porque também não pensa? A isso, equivale dizer que, se o sujeito tem dificuldade para articular a linguagem, terá, conseqüentemente, também dificuldades para organizar o pensamento. Nota-se,

portanto, a fragilidade do entendimento que coloca a linguagem como dependente do pensamento.

Outra forma de conceber a linguagem é considerá-la como instrumento de comunicação. Não nego que a linguagem propicia aos falantes e escreventes que se comuniquem socialmente, porém, acredito que ela seja muito mais que isso. Se a considero apenas como elemento de comunicação, esvaziam-se suas possibilidades e potencialidades de uso. Se assim a entendo, insisto, tenho de, ao mesmo tempo, tomá-la como sistema, passível de descrição e, conseqüentemente, de normatização e isso faz pouco sentido se se considerar a linguagem como atividade que atua na formação humana.

Distante dessas concepções estreitas da linguagem, permito-me procurar entendê-la como atividade ou processo segundo o qual quem a controla não são regras pré-estabelecidas, sua gramática interna, mas o falante ou escrevente na dinâmica social em que estão inseridos. Neste contexto, a linguagem se abre a possibilidades, tanto de construção interna (a linguagem se constrói à medida que é usada), como constituinte do próprio sujeito. Esse entendimento encontra guarida em Colello (2012, p. 16), ao postular que:

Entre todas as conquistas humanas, a linguagem é a que mais contribui para fazer dele um ser humano de fato. Na sua relação com o mundo, a palavra se constitui na melhor representação do potencial simbólico, capaz de fazer a sutura entre o ser, o indivíduo em particular, a sociedade e o quadro de referências que se concretiza em cada objeto, cada indagação e cada posicionamento pessoal. A linguagem garante ao homem o lugar de locutor, a constituição da consciência e a posição do sujeito que rege a própria vida e reage diante dela. Ela lhe permite considerar o “o outro” como alvo da interlocução, assegurando todas as práticas discursivas e sociais. Pela linguagem, cada um de nós consagra a essência do ser humano, em um constante vir a ser, integrado à condição de “habitantes de um mundo”, por excelência dinâmico e complexo.

Diferentemente da noção estruturalista, que concebe a língua distante da atividade real dos falantes concretos, Seriot (2015), ou seja, como sistema de formas normativas e idênticas, a filosofia da linguagem a concebe como atividade social presente na vida material pelos enunciados criados pelos sujeitos que a utilizam na comunicação social. Esse entendimento encontra guarida em Bakhtin (2016, p. 16-17), que diz: “Ora, a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua”.

Na teoria da Filosofia da Linguagem, a linguagem é, por assim dizer, uma matéria criada pela necessidade e ação humanas e, ao mesmo tempo, condição para o processo de constituição e desenvolvimento do homem. Volóchinov (2013), ao discutir a origem da linguagem, explica que ela não surgiu por uma ação sobrenatural, tampouco foi inventada conscientemente pelos homens de eras remotas. Pelo contrário, linguagem é resultado das necessidades e ações humanas na vida em sociedade, assim, Volóchinov (2013, p. 136) esclarece que ela:

Nascida no processo de luta obstinada do homem contra a natureza, luta em que o homem estava armado somente com as mãos fortes e instrumentos de pedra toscamente trabalhadas, a linguagem recorreu ao mesmo processo de desenvolvimento que a cultura material, econômica e técnica.

Nesse sentido, o surgimento da linguagem reforça a tese segundo a qual ela é, antes de tudo, uma instância social, construída na própria organização dos eventos humanos e na relação entre os sujeitos sociais. A linguagem, portanto, está em atividade constante organizando o pensamento e amalgamando todos os acontecimentos da vida humana. Volóchinov (2013, p. 141), sobre a origem da linguagem, esclarece que ela “[...] não é um dom divino nem um presente da natureza. É o produto da atividade humana coletiva e reflete em todos os seus elementos tanto a organização econômica como a sociopolítica da sociedade que a gerou”.

Amparado nesta teoria, discuto a linguagem na perspectiva de necessidade humana, como acontecimento social da interação discursiva entre sujeitos e, também, atividade que cria e forma a consciência social de cada ser (VOLÓCHINOV, 2013; 2017). A linguagem é, dessa forma, histórica, dinâmica, social e formadora do sujeito; é, enfim, o mais valioso intercâmbio entre os homens e atua no processo de expressão, interior e exterior, no da vida humana e no de apreensão de tudo que o homem produziu de conhecimento e de cultura na história. Dito de outro modo, a linguagem é concebida como dinâmica, evolutiva e encontra-se no bojo das relações humanas, por ser de natureza histórica, social e que, a um só tempo, promove e expressa cultura. Como esclarece Volóchinov (2017, p. 218 e 2019), ela é um “acontecimento social da interação discursiva que ocorre por meio de um e de vários enunciados”.

A esse respeito, Brait e Melo (2017, p.65) afirmam que “a linguagem é concebida de um ponto de vista histórico, cultural e social que inclui, para efeito de compreensão e análise, a comunicação efetiva e os sujeitos e discursos nela

envolvidos”, assim como assevera Volochinov (2017, p. 219) ao insistir que “A interação discursiva é a realidade fundamental da língua”.

1.4.2 A linguagem e seu uso efetivo

Bakhtin (2016), ao discutir linguagem na perspectiva da Filosofia da Linguagem, afirma que ela está presente em todas as atividades humanas. Sobre esta afirmação, pode-se questionar *como é possível algo (a linguagem) estar presente em todos os empreendimentos e situações da vida do sujeito?* O mesmo autor, Bakhtin (2016, p. 11), esclarece que “O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana”, portanto constato que a linguagem verbal, além de se fazer presente em praticamente toda a atividade humana, ocorre por meio de enunciados criados e efetivados pelos sujeitos nas relações discursivas cotidianas. Pode-se pensar que a ação de cortar uma madeira e fazer um banquinho seja possível sem a interferência direta da linguagem, pois trata-se de uma ação mais física que intelectual. No entanto, a compreensão de como fazer o objeto, entre tantas árvores, qual cortar para confeccioná-lo, o conhecimento de como fazê-lo e para qual finalidade, certamente tudo isso foi (e é) resultado da ação da linguagem que possibilitou aos sujeitos a apreensão da cultura já instalada e a construção de novos saberes pelas trocas dialógicas possibilitadas por ela. Se é possível afirmar que uma ação física pode prescindir da linguagem para sua efetivação, a aprendizagem dessa ação não pode ocorrer senão pelas vias do signo linguístico, portanto a linguagem se faz presente, direta ou indiretamente, em todas as ações humanas.

Essa linguagem, que é resultado das necessidades e ações humanas, manifesta-se ou concretiza-se na dimensão individual e coletiva por meio de enunciados construídos pelos sujeitos falantes ou escreventes na dinâmica efetiva e ininterrupta dos usos que fazem dela no curso da vida em sociedade porque, como afirma Volóchinov (2017, p. 262),

A língua não existe por si só, mas somente combinada com o organismo individual do enunciado concreto, ou seja, do discurso verbal concreto. A língua entra em contato com a comunicação apenas por meio do enunciado, tornando-se repleta de forças vivas e, portanto, real.

Neste contexto de uso da linguagem, a criação de enunciados pelos sujeitos acontece por meio dos gêneros. Bakhtin (2016) cita os gêneros discursivos

secundários e os primários. Estes referem-se ao uso imediato, cotidiano no processo de interação comunicativa, e, aqueles, por serem mais elaborados, criam-se e disseminam-se em condições e ambientes culturais mais complexos. Ao se referir à importância e necessidade deles, Bakhtin (2016, p. 39) resume que o processo de comunicação e interação humana poderia não acontecer sem a presença deles, pois

Se os gêneros do discurso não existissem e nós não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo do discurso, de construir livremente cada enunciado e pela primeira vez, a comunicação discursiva seria quase impossível.

Do processo de interação cotidiana, realizado a partir dos gêneros discursivos para a comunicação efetiva, surge o enunciado, que se estabelece na consecução de atividades sociais e interacionais mediadas pela linguagem. As diferentes situações em que o ato comunicativo se realiza determinam a diferença de sentidos de uma expressão verbal ou não verbal. Assim, como afirma Volóchinov (2013, p. 172), o enunciado “representa sua solução, torna-se sua conclusão valorativa, e ao mesmo tempo, é condição necessária para seu posterior desenvolvimento ideológico”.

Ante o exposto, é peremptório afirmar que, sem os gêneros, o intercâmbio comunicativo não se realizaria em sua plenitude, uma vez que eles possibilitam as relações entre os sujeitos envolvidos no processo de expressão e compreensão da mensagem verbal ou da não verbal; significa também que todo um contexto, concreto ou subjetivo, presente nas interações e inter-relações não seriam possíveis. Esse entendimento encontra ressonância teórica no que escreveu Volóchinov (2013, p. 158) ao afirmar que “a essência efetiva da linguagem está representada pelo fato social da interação verbal, que é realizada por uma ou mais enunciações”, uma vez que o enunciado se faz presente, em maior ou menor grau, em toda comunicação entre os sujeitos:

Habitualmente respondemos a qualquer enunciação⁶ de nosso interlocutor, senão com palavras, pelo menos com um gesto: um movimento de cabeça, um sorriso, uma pequena sacudidela de cabeça, etc. Pode se dizer que qualquer comunicação verbal, qualquer interação verbal, se desenvolve sob a forma de intercâmbio de enunciações, ou seja, sob a forma do diálogo (VOLÓCHINOV, 2013, p. 162).

⁶Na tradução do texto, a escolha do tradutor foi *enunciação*, mas em traduções mais recentes, é comum usar a palavra *enunciado*, em vez de *enunciação*. Por essa razão, na citação aparece a *enunciação*, mas nesta tese optei por utilizar sempre *enunciado*.

Ponzio (2016) lembra que o signo verbal não é autossuficiente para a comunicação (expressão e compreensão) realizada pelos interlocutores na linguagem oral. Ou seja, a parte concreta (som) não dá conta de significar o todo compreensível de que precisa o outro para compreender a mensagem, porque este necessita dos fatores extraverbais para compreender o discurso de seu interlocutor. Equivale dizer, portanto, que os sujeitos, envolvidos no processo de interação, precisam tanto da linguagem, em seu estado concreto, como do contexto situacional para que seja possível realizar intercâmbios comunicativos, a isso é que chamamos de enunciado. Ponzio (2016, p. 45), esclarece que:

Em geral, o contexto verbal não é nunca suficiente para a compreensão (decodificação) de um texto, por mais “formalizado” que esse possa ser, mas na linguagem de tipo coloquial a dependência da situação extraverbal está presente em grau máximo.

Assim, reconheço o enunciado como uma expressão concreta da linguagem, ou seja, sua forma e sua significação são determinadas pelo processo de interação social. O enunciado é, portanto, considerado no ato expressivo da linguagem como uma categoria superior, como explica (Volóchinov (2017, p. 202), “à qual é reduzido o ato linguístico, isto é, o enunciado”.

Enfim, o enunciado está no cerne da comunicação humana, sob a perspectiva da linguagem compreendida como instância social, como diz Bakhtin (2017, p. 11), ao afirmar que “o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana”.

Quando decidi por investigar a criação de artigos de opinião, parti do entendimento segundo o qual o enunciado é o dado primário do pensamento, ou seja, a linguagem formula e organiza o pensamento que a fala ou a escrita vão materializar em algum gênero. Esse foco investigativo faz todo sentido já que o objetivo foi pesquisar como a criação de enunciados atua na constituição da consciência social do sujeito que escreve. Essa linha de raciocínio é consoante ao escrito de Bakhtin (2016, p. 71), quando afirma que “o texto é a *realidade imediata* (realidade do pensamento e das vivências), a única fonte de onde podem provir essas disciplinas e esses pensamentos. Onde não há texto não há objeto de pesquisa e pensamento”. (Grifo do original).

Penso que discutir escrita, ou o que se tem feito para sua prática em sala de aula, passa, inevitavelmente, pela discussão do ensino da linguagem. Acerca disso, o

livro *O Texto na Sala de Aula*, de João Wanderley Geraldi, apesar de publicado pela primeira vez em 1984, continua a inquietar a muitos e mostrar possibilidades para outros tantos. Seu conteúdo evidencia de forma coerente tanto a realidade da linguagem, distante do entendimento como sistema, como o modo que seu ensino deve ser efetivado. Para isso, Geraldi (2011, p. 88) a considera como *corpus* social de interação humana, ao defender que:

[...] o ensino de língua portuguesa deveria centrar-se em três práticas: leitura de textos, produção de textos e análise linguística. Essas práticas, integradas no processo de ensino-aprendizagem, têm dois objetivos interligados: a) tentar ultrapassar, apesar dos limites da escola, a artificialidade que se institui na sala de aula quanto ao uso da linguagem; b) possibilitar, pelo uso não-artificial da linguagem, o domínio efetivo da língua padrão em suas modalidades oral e escrita.

Defendo que o enunciado, logo a criação escrita, deve ter primazia em sala, nas aulas de Língua Portuguesa. Equivale a afirmar que o fato que se impõe, e esse deve ser perseguido por todos nós professores, é o de criar condições para desenvolver a linguagem com atividades que privilegiem Possenti (2007, p. 33) “ler e escrever, discutir e reescrever, reler e reescrever mais, para escrever e ler de forma sempre mais sofisticada”.

Nesta tese, para discutir a linguagem e o seu uso efetivo na realidade, escolhi o gênero *artigo de opinião*. Todo o processo de geração de dados ocorreu a partir das práticas de linguagem – leitura, produção e análise linguística – indicadas pelo autor. Na criação do material do experimento didático-formativo, tomei como referência essa tríade e, respaldado pelas teorias FL, TA e THC, promovi, com as alunas, leituras e discussões sobre os discursos que tratavam de assuntos em voga, as quais escreviam e reescreviam seus artigos, fazendo uso dos recursos que a linguagem possibilita para a escrita.

1.4.3 O signo e a constituição da consciência social na Filosofia da Linguagem

Até aqui, considerei a linguagem como instância social, resultante das interações ocorridas nos usos cotidianos e responsável pelo processo de construção, expansão e expressão de conhecimentos tempo afora. Agora, se ela possibilita ao sujeito apropriar-se do que fora construído como conhecimento, cumpre-me expor e refletir sobre o signo linguístico e sua atuação para a formação da consciência social, questão nuclear desta tese.

“A consciência individual é um fato social e ideológico”, afirma Volóchinov (2017, p. 97). Por analogia, afirmo que a consciência social somente se forma e, conseqüentemente, se manifesta por meio do signo linguístico-ideológico e não o contrário, ou seja, pela aprendizagem dos aspectos internos e estáticos da língua, sua gramática. Isso é consoante ao que explica Sobral (2017, p. 107): “As situações vividas chegam à consciência individual por meio da linguagem, no âmbito do processo de interiorização do signo ideológico”.

Esse signo possui uma significação. Se não contiver nele uma massa significativa, não pode ser considerado signo, pois, assim como escreveu (Volóchinov (2017, p. 119), “A significação é a função do signo e por isso é impossível imaginar uma significação (que representa uma pura relação, uma função) que exista fora do signo, com um objeto isolado e autônomo”.

Se a consciência social passa a existir a partir dos signos plenos de significações, é necessário, portanto, refletir sobre o processo de constituição dessas significações. Compreender como se forma e se expande a consciência social do sujeito, a partir da valoração sgnica, tem função importante para a discussão quanto à organização e à efetivação da escrita pelas estudantes que participaram da pesquisa.

Na ótica da filosofia da linguagem, o signo é apresentado como ideológico. Todo signo é ideológico, em outras palavras, não há ideologia onde não há signo. (VOLÓCHINOV, 2017). Aqui, trato do signo que resulta do processo de interação entre seres socialmente organizados. O signo, portanto, é construído no contexto exterior e se insere na realidade, ora representando ora refratando-a. Situa-se representando uma ideia, uma ideologia. Dito de outro modo, o signo resulta dos usos empreendidos na comunicação social e carrega consigo uma carga sgnica; ou seja, existe signo toda vez que existe significado real para um falante ou grupos de falantes da linguagem.

A existência e o valor de um signo é resultado da materialização e efetividade da comunicação na e pela sociedade. Desse modo, é preciso considerar que, (VOLÓCHINOV, 2017, p. 95),

[...] um signo se opõe a outro signo e que *a própria consciência pode se realizar e se tornar um fato efetivo apenas encarnada em um material sgnico*. Porque a compreensão de um signo ocorre na relação deste com outros signos já conhecidos; em outras palavras, a compreensão responde ao signo e o faz também com signos. [...] o signo surge apenas no processo de interação entre consciências individuais. (Grifo do original).

Como se nota, o valor de um signo, ou seja, sua própria existência está condicionada à sua significação. Ela pertence ao material ou fenômeno sgnico, pois, como explica Volóchinov (2017, p. 119), “a significação sem o signo é uma ficção”.

Desse modo, não é possível separar signo e significação. Esta é dependente daquele e é, ainda, a própria substância para que ele exista. Sem o material sgnico, ou seja, a matéria significativa, não haveria sentido, tampouco relacioná-lo à constituição da consciência social do sujeito. Assim, não se pode afirmar que haja signo sem significação. Por essa razão, concordo com o que escreveu Volóchinov (2017, p. 119 e 120), ao esclarecer que “O signo é um único objeto material, mas a significação não é um objeto e não pode ser isolada do signo, como se fosse uma realidade independente e existente fora dele”.

Quando nos referimos à consciência social, na filosofia da linguagem, trata-se da apreensão para a formação da consciência do signo verbal, do que ele comporta e do que representa para a efetivação da linguagem, sobretudo no tocante à significação, à comunicação e à interação social, assim como diz Ponzio (2016, p. 82) ao afirmar que:

A consciência linguística é indissociável das práticas significantes, dos modos segundo os quais se orienta e se organiza a comunicação social; e o caráter e o valor do signo verbal, a sua natureza, se decidem nas próprias práticas significantes.

Isso posto, a consciência social, então, se forma a partir da relação que estabelece com as outras consciências por meio da linguagem. À medida que se relaciona com outros interlocutores pertencentes à mesma comunidade linguística, o sujeito desenvolve mais sua condição de homem. Isso não quer dizer que desenvolve plenamente valores e virtudes humanas, mas os vai construindo à medida que usa a linguagem. Por ser dinâmica, histórica, cultural e social, ela permite que o ser se relacione, interaja, crie discursos e seja atingido por outros, ou seja, na relação intermediada pela linguagem é que sua consciência social se forma única e singular.

Dessa dinâmica de linguagem, o enunciado de um entra em contato com o enunciado do outro, numa interação constante de atos discursivos, resulta e expande a consciência social humana.

1.4.4 A interação discursiva do signo como constituidora do eu e do outro

Na efetivação da linguagem, o sujeito, como ser histórico e social, se constitui e constrói conhecimentos pela interação, a partir de todos os possíveis atos discursivos realizados para estabelecer diálogo com o outro. Dito de outra maneira, esse processo dialógico com o outro possibilita a ambos não só ter contato com os conhecimentos histórica e culturalmente construídos, apreendê-los, como também expandi-los. Aqui há flagrante integração da teoria da FL com a da TA. Quando da busca do conhecimento científico do objeto estudado, ou seja, do conhecimento da essência desse objeto, essa interação de um para com o outro, pela linguagem, torna-se imprescindível. Afirmando que essa importância se assenta no fato de que o conhecimento a ser apreendido, bem como o a ser construído têm sua gênese na relação estabelecida entre sujeitos no ato discursivo, consoante ao que explica Petrilli (2013, p.40), para a qual “A dialogicidade é a dimensão constitutiva de qualquer ato ou palavra ou discurso, interior ou exterior, da consciência e do inconsciente”.

A interação a que me refiro resulta do diálogo entre vozes dos sujeitos, as quais decorrem do próprio ato discursivo, como esclarece Petrilli (2013, p. 54): “O diálogo é diálogo entre vozes – vozes não monológicas e íntegras, mas inteiramente dialógicas e divididas”. É a que ocorre entre dois ou mais seres socialmente organizados, (VOLÓCHINOV, 2017), cuja palavra alcança tanto quem a enuncia como aquele que a responde.

Esse processo de trocas, patrocinado pela palavra e pela sua onipresença social, não só contribui para tornar o sujeito partícipe ativo da dinâmica social, para apreender cientificamente o objeto sobre o qual a interlocução estabelece, como também para humanizar-se. Neste sentido, a palavra (linguagem), tal como apresentada, opera substancialmente para a formação e expansão da consciência social do sujeito.

A linguagem, concebida como humana e social, vai atuando na formação do homem (sua consciência social, sua personalidade), na relação com o outro porque, como diz Geraldi (2015, p. 85), “Somos cada um com o outro na irrecusável continuidade da história”. Assim, ela opera na construção e expressão de tudo o que existe no bojo das relações humanas, logo, inevitavelmente, deve estar presente em todas as fases e dimensões do processo educacional.

Isso posto, em todo o processo de geração de dados, a função desempenhada pela linguagem (signo, significação s gnica, diálogo), para alcançar o conhecimento teórico, esteve presente em busca da essência do objeto a ser aprendido. Eu me empenhei para que todo o material linguístico que as alunas tinham (e têm)   disposição para compreender o mundo, expressar-se e interagir com os que com elas têm contato, fosse utilizado para que ampliassem o seu cabedal de conhecimentos e sua consciência social. Se a linguagem “  produto da atividade humana”, como assevera Vol ochinov, a concretização de todas as atividades desenvolvidas no âmbito educacional, bem como o êxito delas, está condicionada a seu uso efetivo.

Por fim, a linguagem, na dimensão da filosofia da linguagem é, como já dito, social, dinâmica e se realiza por meio de enunciados socialmente constituídos nas interações e relações humanas. Os signos, com a massa de signific  o s gnica, exercem papel nuclear na constituição do sujeito, pois ao se encontrar em interação constante, ou seja, em diálogo ininterrupto com os outros pertencentes a sua comunidade linguística (SÉRIOT, 2015), sua consciência social vai se formando.

1.4.5 A Teoria da Argumentação

A questão relativa   argumentação na atualidade, neste trabalho, difere, em certa medida, dos pressupostos da retórica clássica. Esta significou a origem daquela, no entanto, não devem ser consideradas, simplesmente, como uma extensão da outra, tampouco iguais. Dadas as diferenças decorrentes do hiato temporal que as separam, pode-se aventar que se trata de duas dimensões, não opostas, mas dicot micas no sentido do que cada uma, a seu tempo, objetiva alcançar.

Ensinam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) que a concepção clássica se sustenta na ideia de evidência, da prova lógica, cujo objetivo é a adesão das mentes àquilo que se apresenta como verdade, acrítica e fora de toda relação interpessoal, pois conta com o fundamento da materialidade evidenciada pela prova. Ao contrário, a Teoria da Argumentação se arquiteta a partir de um discurso possível, provável em relação a uma tese e opera com o verossímil, logo distancia-se da ideia de explicação lógica e se aproxima   de justificação. Assim, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, pág. 15) explicam:

Para bem expor as características particulares da argumentação e os problemas inerentes a seu estudo, nada como contrapô-la   concepção

clássica da demonstração e, mais especificamente, à lógica formal que se limita ao exame dos meios de prova demonstrativos.

Soma-se à diferença acima (AMOSSY, 2018), também a característica da retórica de possibilitar ao orador, por meio de um discurso emotivo sem necessariamente ter compromisso com a verdade, conseguir adesão das mentes a qualquer custo, ou seja, mesmo que se trate de uma questão racional e logicamente resolvida, é possível mascará-la com palavras carregadas de sentimentos, com o propósito de mudar o entendimento da tese. Isso a levou a ser entendida como expediente de enganação. Nesse sentido, pode-se dizer que a retórica concebe a argumentação como o ato de destinar a palavra ao outro ou a um auditório, submetendo-lhe teses discursivas que não podem ser consideradas necessariamente verdadeiras, mas com aparência verossímil e razoável.

A esse respeito, como diz Amossy (2018, pág. 10), equivale dizer que:

A oposição que se segue entre o discurso cativante e o discurso racional está na linha direta das divisões frequentemente propostas entre a retórica como manipulação (tradição que remonta de Platão) e a argumentação como partilha da palavra e da razão.

Com efeito, a teoria argumentativa a que me refiro assenta-se no entendimento segundo o qual as teses que não são conclusivas, aquelas que dão vazão a possibilidades de compreensão e que ainda não se tornaram verdades insofismáveis (se é que exista essa verdade) são, assim, passíveis de debate dialético em busca da adesão por meio de técnicas discursivo-argumentativas, como bem sustentam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, pág. 4) quando afirmam que “o objetivo dessa teoria é o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento”.

Esse entendimento contrasta com a concepção da argumentação amparada no raciocínio lógico e distante da dimensão interacional interpessoal. Ao contrário, o conceito de argumentação seguido nesta tese não se alimenta do raciocínio dedutivo, que se constrói na lógica e, por vezes, fora do sujeito, mas da inter-relação do locutor ou escrevente com o outro, ou seja, com o público ao qual se destina (AMOSSY, 2018).

Como vimos, a Teoria da Argumentação busca convencer, persuadir, por meio da linguagem, o sujeito que se comunica, interage, constrói e apreende conhecimentos no ininterrupto diálogo social e, com isso, vai compondo sua consciência social na medida que se constrói como pessoa. Nesse processo

linguístico, uma forma de se destacar (ou expandir-se) é por meio da argumentação que, por não ser via de mão única, realiza-se pela interação com o outro ou outros. Quem argumenta, argumenta sempre a alguém. Nesse contexto, equivale afirmar que sem a presença do outro (de um auditório) para receber os argumentos produzidos a argumentação não tem razão de ser, o que é esclarecido por Amossy (2018, p. 44) ao destacar que “Em todas essas formas de trocas verbais, a linguagem é utilizada por sujeitos falantes de modo a influenciar seus parceiros, quer seja para sugerir maneiras de ver, para fazer aderir a uma posição, ou para gerir um conflito”.

O fator constitutivo da linguagem, como já mencionado, por seu caráter sócio-dialógico-discursivo, encontra ressonância na dimensão argumentativa atual. Isso é possível porque a argumentação se realiza no discurso linguístico e este, como óbvio, encontra-se na gênese e desenvolvimento das relações humanas. Isso quer dizer que a efetivação do caráter discursivo da argumentação decorre da dimensão discursiva, dialógica e interacional da linguagem. Não é possível, portanto, pensar a argumentação apartada da linguagem e de suas possibilidades discursivas.

Não é forçoso defender que a argumentação assim entendida corrobora a hipótese deste trabalho – o processo de criação do gênero discursivo artigo de opinião atua para a formação da consciência social, porque a argumentação é estudada *no discurso, do qual ela é uma dimensão constitutiva*; e, ainda, por se evidenciar *como partilha da palavra e da razão*.

Assim, chega-se à conclusão de que a argumentação, desenvolvida por meio da criação do gênero artigo de opinião, efetiva-se como um expediente de linguagem capaz de propiciar ao sujeito criar e expandir a visão de mundo, aguçar percepções em relação ao que, para outros, é desconhecido, ou seja, apropriar-se das virtudes e valores socialmente construídos para ir se formando como humano, consoante ao que afirma Fiorin (2009, p. 61): “O mundo interior é formado a partir da heterogeneidade dialógica das vozes sociais”.

Dessa forma, é sabido que o uso efetivo da linguagem acontece por meio dos mais diversos gêneros, primários e secundários (BAKHTIN, 2016), e, como já dito, atua para a formação da consciência social. A Teoria da Argumentação, ao se apropriar dessa forma de conceber a linguagem, também participa do processo de composição do ser humano resultante do ato de argumentar.

1.4.6 – A argumentação como fator de interação – a presença do outro

Assim como a linguagem, cujo uso efetivo depende da interação entre pelo menos dois seres, como diz Jakubinski (2015, p. 50), “um fato sociológico, já que depende da vida coletiva desse organismo em sua interação com os outros”, a argumentação também se justifica pela existência do outro (auditório), ou seja, para haver sentido argumentar, é necessário que haja sujeito ou sujeitos a quem se dirigir a palavra, porque sem a presença do outro, da recepção e discurso do outro, a argumentação é inócua, pois, como afirma Amossy (2018, pág. 51), “Falamos sempre para e em função de alguém”.

Essa percepção da nova Teoria da Argumentação, postulada por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), quanto ao papel da interação para que a argumentatividade se realize, confirma sua aproximação com a teoria da FL porque ambas credenciam ao outro (público, ouvinte ou leitor) o porto para sua efetividade ou objetivo a ser alcançado, seja ao comunicar, interagir, dialogar, expressar ou receber algo. Essa tese de aproximação das duas teorias (TA e FL) no uso da linguagem encontra ressonância no que afirma Volóchinov (2017, p. 205), ao esclarecer que “A palavra é uma ponte que liga o eu ao outro. Ela apoia uma das extremidades em mim e a outra no interlocutor”.

Quem se propõe ao ato de argumentar precisa reconhecer a necessidade de haver o outro, saber que sem a presença do interlocutor (ouvinte ou leitor) não é possível argumentar, pois não há interação, troca, diálogo. Não basta objetivar falar ou escrever e saber o que dizer; querer dizer não é o dizer em si. Ao usar a linguagem para expressar o que quer que seja, o sujeito precisa considerar (ou pelo menos ter a noção que há, independentemente de sua vontade) um público destinatário, seja ele particular ou universal. Isso faz todo sentido, já que, conforme diz Amossy (2018, p. 243 e 244), “A argumentação depende diretamente do quadro discursivo no qual ela se insere. [...] O funcionamento de um discurso e sua influência dependem, então, do espaço social e institucional em que se efetua a interação”.

O quadro discursivo sobre o qual se fala é o próprio diálogo. Argumentar é, antes de tudo, participar de um diálogo, ainda que o interlocutor não responda de imediato ou que nunca o faça. É um diálogo porque pela linguagem pode-se atingir o outro e, de alguma forma, convencê-lo ou provocar-lhe algum tipo de sentimento ou

reflexão. Segundo Amossy (2018, pág. 43), “A argumentatividade aparece, então, como consequência do dialogismo inerente ao discurso”.

Sobre essa questão, Amossy (2018) refere-se a dois públicos (ou auditórios, para considerar o termo usado pela autora): universal e o particular, para fixar a importância de o orador ou escrevente ter evidente a noção do perfil do público que pretende convencer, porque

[...] a argumentação não é um raciocínio abstrato *per se*, menos ainda uma demonstração efetuada em termos de lógica formal, mas um discurso que se desenvolve numa situação de comunicação, implicando, ao menos, dois parceiros (AMOSSY, 2018, p. 29).

No experimento didático-formativo realizado para a pesquisa, as alunas, inicialmente, não tinham noção do público a que seus artigos se destinariam. Mesmo sabedoras da futura publicação no *Blog Jovem, Fala Sério*, por vezes, demonstravam escrever o enunciado apenas para ser lido por mim, pesquisador, ou seja, para cumprir uma obrigação formal. Quando os artigos começaram a ser publicados e lidos por pessoas estranhas ao ambiente de pesquisa, passaram a reconhecer a dimensão de abrangência do que escreviam.

1.4.7 – Esquemas de argumentação e de análise

Na argumentação, como exposto, para além do processo interacional, de diálogo, a figura do outro (auditório) é imprescindível, a quem o orador (falante ou escrevente) direciona seu discurso. Mas, para tanto, como o faz? Que recursos, esquemas, estratégias usa para persuadir e conseguir a adesão das mentes sobre o que se está debatendo?

Amossy (2018) cita esquemas argumentativos presentes no discurso, os quais funcionam como vias à persuasão: *logos*, *ethos* e *phatos*. Inicialmente, apresento-os e discuto-os, de forma ligeira (pois a discussão aparece com maior evidência nos capítulos 3 e 4, em que são apresentados e analisados os dados da pesquisa) com a base teórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) e Amossy (2018).

Para Amossy (2018), o *logos* refere-se à palavra, considerando a origem clássica. Significa também *razão*, porém ressalva que, modernamente, o termo *razão*, ligado ao *logos*, não faz mais sentido e esclarece que, Amossy (2018, pág. 138), “Mantemo-nos fiéis a um dos sentidos do *logos* – a *palavra* -, mas perdemos seu complemento – a *razão* -, o que deforma, assim, o sentido do termo grego sobre o

qual repousa um ideal secular da argumentação”. A argumentatividade moderna, portanto, está no que a palavra, no discurso, significa, ou seja, nos sentidos construídos a partir das trocas verbais dos sujeitos envolvidos no discurso argumentativo.

Essas proposições significativas distanciam-se da dimensão lógica, cuja materialidade advém de sequências argumentativas silogísticas. Ora, se se considerar como verdadeiro o conteúdo de proposições, como *O Brasil é um país rico, logo os brasileiros são ricos*, esvazia-se a possibilidade de questionar, de ponderar, sem espaço ao contraditório, pois a relação entre *a riqueza do país* e *a dos brasileiros*, apesar de equívoca, é direta, lógica, logo conclusiva. O essencial na argumentação não reside em operações lógicas subjacentes, mas em trocas dialógico-interacionais entre quem fala ou escreve com quem ouve ou lê, podendo ambos concordar, discordar, complementar, refutar, enfim, praticar todas as ações possíveis no ato dialógico-interacional. A esse respeito, Amossy (2018, pág. 143) afirma que:

“Ao transformar os enunciados em uma série de proposições lógicas que resumem seus conteúdos, apaga-se tudo aquilo que é de ordem interacional” [...] “um discurso por definição dialógico, em que é a relação entre o locutor e os elocutários que dá sua força ao conteúdo”.

No discurso argumentativo, o *logos* inevitavelmente se faz presente, uma vez que se trata da palavra (linguagem), ou seja, das *estratégias discursivas* (AMOSSY, 2018). Tanto na condução da criação dos enunciados pelas alunas da pesquisa, como na exposição e análise deles, levei em consideração o processo de articulação do *logos*, de maneira que seu conteúdo fosse construído e analisado a partir de proposições debatidas e criadas por elas. A conclusão não está na palavra em si mesma, se construída à base de proposições lógicas. Ao contrário, percebo que a conclusão, erigida na interação dialógica, a uma tese assenta-se no sentido de que a conclusão do orador ou escrevente pode ser partilhada, ser aceita, aceita parcialmente ou não aceita pelo ouvinte ou leitor. Nessa perspectiva, ouvinte ou leitor podem construir outra conclusão em relação à tese.

O *ethos* (AMOSSY, 2018) diz respeito à imagem do orador ou escrevente; já *pathos* refere-se à emoção ao auditório ou leitor. Diferentemente do *logos*, que se refere à palavra e às articulações linguísticas, ambos *ethos* e *pathos* referem-se a emoções, tanto do orador ou escrevente, como do ouvinte ou leitor, presentes na argumentação. Segundo Plantin (1996, pág.4 *apud* AMOSSY, 2018, pág. 196) “O

discurso deve ensinar, agradar, tocar (*docere, delectare, movere*): pois a via intelectual não é suficiente para desencadear a ação”.

Não questiono o papel das emoções, das paixões no ato argumentativo. Penso que, no processo de criação da argumentatividade, o orador ou escrevente podem dispor de uma gama de recursos e estratégias para persuadir o ouvinte ou leitor. Inevitavelmente, *ethos* e *pathos*, referindo-se aos termos clássicos, fazem-se presentes. No entanto neste trabalho, tanto na criação dos artigos de opinião como na apresentação e análise deles, houve maior abrangência ao *logos*. Quanto à parte mais propensa à subjetividade, aludi com mais ênfase à questão ideológica presente no signo ideológico, pois, como explica Fiorin (2009, p. 64), “Os enunciados, construídos pelo sujeito, são constitutivamente ideológicos, pois são uma resposta ativa às vozes interiorizadas” e, também, porque, como explica Volóchinov (2017, p. 94), “Qualquer signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também uma parte material dessa mesma realidade”.

Em suma, o *logos* diz respeito às estratégias discursivas; o *ethos*, à imagem do locutor, e o *pathos* incide diretamente sobre o auditório (AMOSSY, 2018), portanto por uma questão prática, considerando fatores como a criação do gênero escrito, e não falado; a linguagem como dialógica, e não sistêmica; e, por fim, a natureza da pesquisa, trabalhei com o *logos* e com as questões que o envolvem.

1.4.8 A Teoria Histórico-Cultural como base para o experimento didático-formativo

Como demonstrei, as teorias da FL e TA, sobretudo quando seus objetivos se voltam para o enunciado, o discurso, a figura do outro, a interação entre interlocutores para se efetivarem e, ainda, quando todo esse processo concorre para a formação da consciência social do sujeito, são próximas, assim como a THC que também se funda nessa perspectiva. Ela se apresenta como uma teoria que concebe o desenvolvimento do sujeito de modo dinâmico e social, substancialmente ligado à relação com a história e a cultura de cada um, ou seja, procura explicar o homem como resultado do processo de humanização, formado a partir das relações socialmente constituídas. (LEONTIEV, 2004). Para isso ser possível, faz-se necessário que os seres humanos partilhem entre si esses saberes e, a partir desse processo interacional, em que o sujeito mais experiente colabora com os demais, o desenvolvimento é promovido.

Na investigação realizada, os pressupostos da THC tiveram relevância significativa, já que os fatores sociais se manifestam como os mais poderosos na formação, cujo papel do meio social, segundo esta perspectiva, permite o desenvolvimento do ser humano a partir da consecução de neoformações.

Aliada à perspectiva da FL e TA, a THC ampara-se na dimensão social e cultural na busca da construção do conhecimento. Assim como o que ocorre com a linguagem e com a argumentação, que se realizam no processo dialógico-interacional entre interlocutores, a concepção da THC postula que o desenvolvimento do sujeito decorre da relação com o que fora produzido tempo afora e, também, da interação de um ser mais experiente que medeia o processo de formação daqueles que se encontram na construção do conhecimento científico do objeto em estudo.

Para (LEONTIEV, 2004), a aprendizagem e o desenvolvimento resultam da relação do ser com o objeto/fenômeno em estudo, cuja ação refere-se à apropriação da cultura contida nesse objeto ou fenômeno, com a intervenção direta ou indireta de um mediador mais estudado ou sábio. O objeto em estudo, juntamente com a linguagem, medeia as relações entre o sujeito e outro sujeito mais capacitado e essa relação torna-se possível. É pelo signo ideológico (que é também mediador no processo de criação de enunciados) que as tocas dialógicas entre os sujeitos se realizam. É pela apreensão da significação do objeto que o sujeito adquire o conhecimento teórico desse mesmo objeto que, neste trabalho em particular, é o gênero artigo de opinião.

O que discuto sobre a formação do sujeito é confirmado por Yarochevsky (1989, p. 3) quando esclarece que:

À medida que as significações “entram” na consciência individual por meio dos signos, que são inicialmente dados pelas relações, o processo de interação interpessoal e social apareceu, com a cultura, como uma outra variável determinante da consciência.

Com efeito, como se nota nas palavras do autor, é na relação de troca, presente na interação dos sujeitos, que a consciência social vai se formando, o que faz todo sentido, uma vez que, segundo Yarochevsky (1989), a significação é uma unidade própria da consciência. Ela exprime a experiência vivida da pessoa em suas relações motivadoras com o objeto/fenômeno estudado, criadas por um problema a ser solucionado. No processo de geração de dados, as alunas realizaram várias ações que permitiram, em um primeiro momento, apreender a significação do objeto de

estudo, e, depois, criar artigos de opinião a partir do que fora construído nos encontros.

Nesse sentido, a THC, embora considere em suas análises a condição de ser biológico como um traço intrínseco ao homem, rompe com a ideia de hereditariedade na composição de uma pessoa e defende que apenas isso não é suficiente para constituir-lo como ser humano. Sobre essa questão, Vigotski (2018, p. 73) explica que

[...] o desenvolvimento é sempre um processo dinâmico, uma unidade de influências hereditárias e do meio. Contudo, essa unidade não é constante, não é permanente, não é algo dado para todo o sempre e sumariamente determinado. É uma unidade mutável, diferenciada, constituída de diversas formas e requer, a cada vez, um estudo concreto.

As palavras do autor russo ratificam o postulado da THC segundo o qual a pessoa se forma ao longo da história a partir da apropriação do que fora construído histórica e culturalmente pelos outros homens. Ela defende que o lugar ocupado pelo ser funciona como força motivadora, logo é determinante para sua constituição porque, como esclarece Vigotski (2018, pág. 90), “o homem é um ser social e, fora da relação com a sociedade, jamais desenvolveria as qualidades, as características que são resultado do desenvolvimento metódico de toda a humanidade”.

A ação do sujeito no mundo é o que provoca mudanças que promovem desenvolvimento, logo, é de se considerar que a completa formação do sujeito resulta do processo interacional e dialético, mediado pela linguagem, a partir da assimilação da cultura produzida e da construção de novos conhecimentos.

Ao postular que o desenvolvimento do sujeito deixa de ser compreendido como algo natural (hereditário) e passa a ser concebido como resultante da apreensão da cultura, ou seja, das relações sociais com os outros, não é forçoso afirmar que a THC se assenta na mesma perspectiva social, dinâmica, interacional e dialógica da linguagem sob a perspectiva da FL.

É importante registrar que fometei, dentre outras, a realização de três relevantes ações – leitura – discussão – criação – com o propósito de propiciar às alunas participantes da pesquisa a expansão do conhecimento sobre os temas trabalhados. Entendo que, na execução dos atos de ler, de discutir, de criar e recriar artigos de opinião, elas podem não apenas conhecer o conteúdo dos assuntos, ou reconhecer novos discursos e significados presentes neles, mas avançar na formação da própria consciência social.

Como é possível notar pelo exposto acima, a realização do experimento didático-formativo, desenvolvido para a geração de dados, seguiu os princípios gerais da THC, sobretudo no que concerne ao valor dado aos conhecimentos que o ser humano já possui e à construção de outros a partir das relações linguísticas e sociais estabelecidas entre os interlocutores, com a mediação de um sujeito mais experiente. Isso posto, parti do que as alunas já sabiam e, em contato com o objeto, artigo de opinião, conduzi o processo visando à compreensão e criação do gênero artigo de opinião sob o prisma de liberdade, sociabilidade, interação, numa perspectiva horizontal.

No próximo capítulo, detalho o experimento didático-formativo, as atividades realizadas, enfim, como ocorreu o processo de geração de dados. Ao apresentar os dados, mostro como eles foram gerados e, sob a base das teorias apresentadas, analiso-os.

2 EXPERIMENTO DIDÁTICO-FORMATIVO: O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE ARTIGOS DE OPINIÃO EM *BLOG*

2.1 Questões gerais

O processo investigatório iniciou, de fato, com a realização do experimento didático-formativo, realizado entre os meses de setembro e dezembro de 2019. Durante o processo, foram realizados dois encontros semanais, às terças e quintas-feiras, das 19 às 20h30min. No total, salvo alguma interrupção: falta de energia elétrica; atividades na escola, como palestras, cursos e afins, bem como chuvas torrenciais que impediram a presença das estudantes, foram realizados vinte e seis encontros.

2.1.1 A dinâmica dos encontros do experimento didático-formativo

No primeiro encontro, retomei e ratifiquei as razões do experimento, com destaque à metodologia e ao objetivo da pesquisa. À medida que fluía a conversa, propicie que perguntassem o que quisessem sobre a realização da pesquisa. Uma aluna questionou se o trabalho ajudaria na questão da redação dissertativa. A pergunta se justifica pelo fato de serem alunas do 3º ano do Ensino Médio, logo preocupadas com a redação do ENEM, exame aplicado geralmente no final do ano civil.

Para responder ao questionamento, indaguei se conheciam o gênero *artigo de opinião* e se já tinham criado algum no decorrer dos anos finais da Educação Básica. Todas afirmaram já ter ouvido falar, mas que nunca o produziram, logo não sabiam exatamente o que era. Diante desse fato, expliquei a relação que há entre os gêneros redação dissertativa e artigo de opinião. Iniciei afirmando que ambos *fazem parte do campo argumentativo*. Disse que *tanto em um como em outro, o escrevente debate um assunto, defendendo um ponto de vista com argumentos sólidos*. Embora tivera planejado aludir ao artigo de opinião mais à frente, para consolidar a resposta, finalizei dizendo que ao escrever o gênero, cuja característica substancial é a argumentatividade, isso significaria a elas poder criar boas redações dissertativas porque o ato de escrita do artigo de opinião pode proporcionar reflexões e discussões aprofundadas dos temas que estão em voga, dos assuntos que permeiam a nossa realidade: a realidade regional, a realidade nacional, a realidade mundial. Disse que o

gênero tem a força, a completude de não só levar o sujeito a argumentar para persuadir o leitor, como também propiciar a formação e expansão da consciência social. Essa função possibilita ser uma pessoa diferente, com uma visão de mundo mais larga sobre a realidade.

Procurei demonstrar na explanação que, mesmo havendo diferenças entre os dois gêneros, as semelhanças eram evidentes e que, ao escreverem artigos de opinião, refletiriam sobre um assunto em pauta, defendendo um ponto de vista com argumentos. Em ambos os gêneros, a argumentatividade é a atividade nuclear, que exige assumir posições, consolidar um ponto de vista sobre a realidade e, com isso, ir paulatinamente construindo uma percepção do mundo, consoante ao que explica Amossy (2018, p. 42):

Globalmente, pode-se dizer que há argumentação quando uma tomada de posição, um ponto de vista, um modo de perceber o mundo se expressa sobre um fundo de posições e visões antagônicas, ou tão somente divergentes, tentando prevalecer ou fazer-se aceitar.

Ao ratificar a relevância do trabalho de criação de artigos de opinião para o desenvolvimento de redação dissertativa, percebi que elas mostraram-se mais motivados. Durante o processo, constatei que a possibilidade de expandir a visão de mundo, de poder participar do debate atual, já que os artigos seriam publicados em *Blog*, logo estariam disponíveis a um auditório universal, (AMOSSY, 2018), e, ainda, de melhorar a escrita, atenderiam à imediata necessidade acadêmica delas, isso os levou a se dedicarem ainda mais às atividades realizadas no experimento.

Ainda no primeiro encontro, expliquei que os artigos criados seriam publicados em um *Blog* e, assim, estariam à disposição de um universo muito grande de leitores. Frisei que não escreveriam apenas para eu ler ou, no máximo, para que os colegas do experimento didático-formativo lessem, mas que, a partir da criação e publicação dos artigos, participariam do grande discurso, podendo influenciar os que aos artigos tivessem acesso.

Expliquei que *Blog* é uma palavra que resulta da simplificação do termo *weblog*. Este, por sua vez, é resultante da justaposição das palavras da língua inglesa *web* e *log*. *Web* significa rede (internet), enquanto *log* designa o registro de atividade ou desempenho regular de algo. Para compreender melhor, falei que *blog* é como um "diário *online*". Disse-lhes que no *Blog* podem ser publicados diversos conteúdos, como artigos, imagens, músicas ou vídeos, tanto podendo ser dedicados a um assunto específico como ser de âmbito bastante geral. Blogueiro/a é o nome dado a

quem publica em um *blog*, então disse que seriam articulistas, ao escrever artigos de opinião e, blogueiras, por publicá-los nesse espaço virtual.

Considero aqui *Blog*, não como suporte, mas algo que se situa na esfera de uma criação cultural do ponto de vista histórico, que atende às necessidades da sociedade que o criou. É uma espaço virtual que funciona como um veículo por onde circulam os artigos. O suporte usado na criação dos artigos de opinião foi a própria tela do computador onde as articulistas o escreveram. A escolha do veículo de circulação *blog*, de certo modo, modificou a forma como elas argumentavam, pois compreenderam que o artigo poderia ser lido por um grande número de pessoas. Essa questão é consoante ao que destacou Arena (2015) para quem a circulação dos enunciados escritos é definida pela intenção de quem escreve com o intuito de oferecer aos leitores a possibilidade de recriar sentidos e valores.

Na criação dos artigos de opinião, dois suportes se destacaram: o papel, dos cadernos, utilizado em um primeiro momento para escrever partes e versões preliminares do artigo; e a tela do computador, cuja versão definitiva foi registrada, a qual passou a circular por meio do *blog*.

A tela ancora os enunciados que formam criados e o espaço virtual *blog* funciona como veículo de disseminação dos artigos de opinião aos leitores em potencial. O leitor que tem acesso a eles busca, não o suporte, ou seja, a tela onde o escrito foi registrado, mas o sítio eletrônico cuja estrutura permite chegar até os artigos. Prova disso – que o *blog* é espaço por onde circulam os enunciados criados – é o fato de alguns dos artigos de opinião terem sido publicados também em um jornal eletrônico. A tela em que foram registrados ou a que aparece ao leitor no ato de ler é a mesma, mas o meio de acesso a eles mudou. Do mesmo modo, se fossem enviados via *e-mail* ou *whatsapp*, a tela continuaria a mesma, salvo alteração de tamanho ou luminosidade, mas o meio de circulação mudaria. Sendo assim, sou levado a considerar *blog* como espaço destinado à circulação dos enunciados escritos, assim como entende Leffa (2001, p. 121) que diz:

O texto, para ser lido, precisa de um suporte onde ele possa ser de alguma maneira apoiado para a melhor visualização por parte do leitor. O suporte mais comum é o papel, mas muitos outros também podem ser usados como o plástico, o vidro, o acrílico, a madeira, o muro, a camiseta, o tronco de uma árvore e até suportes menos comuns e mais efêmeros como a areia da praia ou a fumaça de um avião no céu. Em todos esses casos, a visualização se dá de modo direto, sem o acréscimo de um processamento entre o suporte e os olhos do leitor geralmente basta a presença da luz. Com as novas tecnologias de impressão, no entanto, há casos em que a simples presença da luz não é suficiente; é necessário um processamento

adicional a fim de tornar o texto visível para o leitor. É o que acontece, por exemplo, com o texto informatizado: os bits, as unidades mínimas de informação compostas apenas de partículas de luz e escuridão, são totalmente invisíveis ao olho humano. É preciso um complexo sistema de processamento que não apenas amplie esses sinais, mas que também os traduzam em letras e gráficos para a compreensão do leitor.

Adiante, no encontro com as alunas, aproveitei o momento para decidirmos o nome do *Blog*. Pedi que sugerissem e, à medida que falavam, fui escrevendo os nomes na lousa. As sugestões foram: *Blog Jovem!*; *Blog Fala, Jovem!*; *Blog Jovem, Fala Sério!*; *Blog do Jovem*. Depois da discussão, fizemos uma votação e o título escolhido foi *Blog Jovem, Fala Sério!*.

Concomitante ao trabalho realizado no experimento, criei o *Blog* na plataforma *Wixsite.com*, cujo endereço eletrônico é <https://moisesjoserosasouz.wixsite.com/blog-jovem-falaserio>. No mesmo espaço de publicação, já que se tratava de alunas-articulistas iniciantes no processo de criar artigos de opinião e publicá-los, decidimos inserir uma foto e uma pequena biografia de cada uma delas. Antes de os primeiros artigos ficarem prontos para publicação, apresentei a elas o espaço por onde circulariam os artigos de opinião, as quais o aprovaram sem restrições.

Após essas ações, iniciei a discussão sobre o objeto da pesquisa – criação de artigo de opinião. Para tanto, entreguei às alunas o material previamente criado e, juntos, passamos a conhecê-lo. À medida que o folheavam, pedi que observassem os conteúdos e as atividades complementares que auxiliariam no estudo e na criação dos artigos. Assim, mostrei-lhes que refletiríamos sobre a escrita e sua relevância para vida em sociedade; que debateríamos conceitos de texto, enunciado e discurso, e em que medida saber diferenciá-los poderia contribuir para apreender o gênero em questão; disse que executariam atividades sobre criação de argumentos, com a finalidade de, adiante, poderem aprofundar a argumentatividade na criação dos artigos – atividade nuclear de toda a pesquisa que se iniciava. Utilizei-me da contribuição de Bajard (2002, p. 60): “[...] praticando a produção de textos, se aprende não apenas a escrever, mas também se cresce em termos do domínio da língua escrita [...]”, para finalizar, momentaneamente, as questões acerca do processo que se iniciava.

2.2 O processo de apreensão do objeto artigo de opinião

Antes de relatar como ocorreu a criação dos artigos de opinião pelas estudantes, é justo eu fazer uma exposição acerca das leituras, discussões conceituais e atividades realizadas que fizeram parte do processo de criação propriamente dito.

Já de posse do material criado para a investigação, pedi a elas que lessem a parte intitulada *A escrita – origem, importância e funções* para refletirmos sobre a relevância da linguagem escrita para o homem e a sociedade em geral. Solicitei que retomassem as contribuições dos autores, citadas no material, e pedi que alguém as lesse em voz alta. Utilizei a contribuição de Colello (2012, p. 16 e 19) para ratificar a importância e a atuação da linguagem, sobretudo na dimensão escrita, com suas funções efetivas nos contextos social, histórico e interacional, para o sujeito. Nesse sentido,

Se a linguagem é a maior das invenções humanas, a escrita é a maior conquista da civilização, motivo pelo qual ela marca o início da história da humanidade. Graças às suas características, a escrita promove uma ruptura com o espaço (interlocução a distância), como o tempo (permanência do texto como portador autônomo) e com as exigências dialógicas primárias da interlocução (intercâmbio na ausência do outro), ampliando indiscutivelmente os limites da existência humana. (Grifos meus)

Com a leitura do fragmento e posterior explicação e discussão, intentei evidenciar às alunas a indissociabilidade entre o homem e a linguagem, ratificando que todos nós, falantes ou escreventes, participamos diretamente de sua constituição. Embora recebamos das gerações anteriores palavras, formas, significados, com os quais passamos a nos comunicar, interagir, participar da vida em sociedade, não deixamos a linguagem como a recebemos, pois, de acordo com Geraldi (1996, p. 68) “uma língua é um conjunto de recursos expressivos, conjunto não-fechado e sempre em constituição”. A linguagem vai se modificando porque cada um contribui em sua expansão, ao criar novos significados que embasam diferentes visões de mundo, arquitetadas a partir dos usos cotidianos que fazemos dela.

Afirmar que no processo de interação ininterrupto decorrente da vida em sociedade, promovido pela linguagem, à proporção que o sujeito vai se constituindo como ser social, também participam da construção da linguagem, num processo dinâmico e evolutivo, como esclarece Geraldi (1996, p. 67), ao afirmar que “[...] a língua não é um sistema fechado, pronto, acabado de que poderíamos nos apropriar.

[...] pela forma como o fazemos, estamos participando, queiramos ou não, do processo de constituição da língua”.

Refleti que, nesse contexto, a escrita surge como alicerce imprescindível para a construção e propagação do conhecimento e como base para a formação do próprio ser que a domina. Insisti no entendimento segundo o qual ela propicia ao sujeito não só apropriar-se do que fora histórica e culturalmente construído, como também faz dele criador de sua própria forma de compreender e conceber o mundo e a realidade circundante. Portanto, é crível afirmar com Geraldi (1996, p. 100) que

A conquista humana do domínio da técnica da escrita alarga incomensuravelmente, no tempo e no espaço, os horizontes de nossas possibilidades interativas, e por isso mesmo da constituição de nossas consciências.

Por fim, afirmei ser imprescindível reconhecer a escrita como uma técnica *sine qua non* no processo de consolidação e construção do conhecimento. Ao desenvolvê-la, ratifiquei que participariam do grande diálogo discursivo atual por meio dos artigos produzidos. Nessa linha de raciocínio, Perrotti (1990, p. 74 *apud* BAJARD, 2002, p. 62) assevera que:

[...] por mais que se tenham inventado técnicas, por mais que se tenham mobilizado linguagens diversificadas para a assimilação do saber, por maior que possa ser a crise do escrito na era individual, a realidade é que, nas condições atuais, o conhecimento formal não consegue prescindir do escrito (Grifo meu)

A escrita, como se nota no trecho em destaque, é posta como um instrumento indispensável à vida em sociedade. Apreender e usar a técnica escrita possibilita ao sujeito participar ativamente dos empreendimentos humanos, seja para compreender, ao significar e ressignificar os eventos a partir dos enunciados escritos, seja para expressar por meio deles o que quer que seja. Durante a realização do experimento didático-formativo, retomei essa questão com o propósito de as articulistas reconhecerem o trabalho que estavam fazendo como um ato de construção pessoal e social, sobretudo.

Adiante na condução do processo, promovi uma discussão sobre texto, enunciado e discurso. Ao iniciar, percebi que a compreensão das alunas quanto ao conceito e dimensão desses termos, principalmente enunciado e discurso, praticamente não existia. Já sobre texto, as perguntas e comentários que fizem levaram-me a reconhecer que texto para elas se resumia a algo escrito, criado apenas para receber uma nota.

Essa situação me levou a aprofundar a discussão, uma vez que apreender, pelo menos minimamente, conceitos de texto, enunciado e discurso julguei ser fundamental para entender e criar com o gênero artigo de opinião, pois a matéria prima para escrevê-lo surge na interlocução com os eventos sociais, expressos por enunciados e discursos de outros.

Notei que era estranha a elas a compreensão de que texto é uma construção linguística com sentido, resultante dos aspectos da vida, da cultura, das ideologias, cuja criação advém da interação e diálogo travado com outros textos. Então, expliquei que texto verbal escrito consiste na materialidade real da linguagem e é resultado de outros textos, de outras vozes, enunciados e discursos que se misturam; ou seja, o ato de criar textos advém de uma cadeia textual linguístico-discursiva que vai se construindo paulatinamente pela ação dos sujeitos que escrevem.

Por enunciado, expliquei que se trata da unidade real da linguagem verbal que nasce na inter-relação discursiva e é sempre uma resposta a outros enunciados socialmente presentes na vida cotidiana, assim como assevera Volóchinov (2017, p. 216), ao postular que “O enunciado como tal é em sua completude um produto da interação social, tanto a mais próxima, determinada pela situação da fala, quanto a mais distante, definida por todo o conjunto das condições dessa comunidade falante”.

Dessa maneira, esclareci que o enunciado resulta do meio social, como produto das trocas, contatos e interações promovidos pelos falantes e escreventes da linguagem.

Sobre discurso, disse-lhes tratar-se da manifestação linguística que expressa ideias, crenças, princípios, valores, ideologias e significados presentes nos textos e enunciados. As concepções sociais, filosóficas, econômicas, religiosas, políticas são expressas por meio de discursos que representam a visão de mundo de cada pessoa, ou seja, o modo de conceber e construir a realidade, pois, de acordo com Bakhtin, 2016, p. 117), o “Discurso é a língua *in actu*”.

Reforcei que todo enunciado é um discurso, uma vez que possui em sua base significativa (ou em sua materialidade textual, discursiva) uma carga subjetiva do modo como o escrevente concebe a realidade. Crenças, valores, formação cultural, ideologia que o sujeito possui, aliado aos discursos a que tem contato e com eles interage nas relações sociais, despontam-se nos enunciados que cria. A esse respeito, Geraldi (2015, p. 140) afirma que “[...] o processo de fixação de valores

demanda o convívio com discursos materializados nos textos; os valores e as concepções circulam através dos textos [...]”.

O que expliquei tem a ver com a constituição da consciência social a partir do conhecimento, sob a perspectiva da FL, dos conceitos de texto, enunciado e discurso na criação dos artigos de opinião. O ato de escrever não pode ser mecânico, tampouco desconectado da realidade. Compreender que o resultado final da escrita, o enunciado, não se realiza por si somente, mas sucede de um processo em que vários discursos concorrem para sua efetividade, foi fundamental para que as articulistas fixassem um ponto de vista, construíssem argumentos e contra-argumentos para defendê-lo na escrita dos artigos de opinião.

Ao falar dessa forma, ponderei, parece não haver enunciado inédito. Afirmar que o ineditismo do objeto criado reside no fato de o sujeito que escreve não ser um mero reproduzidor do que outros já registraram, mas no fato de criar enunciados a partir de sua compreensão de mundo, de outras vozes e discursos que se inter cruzam, de seu modo de articular a linguagem no processo de escrita. Como ressalta Bakhtin (2016, p. 60 e 61):

Qualquer que seja o objeto do discurso do falante, ele não se torna objeto do discurso em um enunciado pela primeira vez, e um determinado falante não é o primeiro a falar sobre ele. O objeto, por assim dizer, já está ressaltado, contestado, elucidado e avaliado de diferentes modos; nele se cruzam, convergem e divergem diferentes pontos de vista, visões de mundo, correntes

Com efeito, o discurso é inédito não porque seja puro (no sentido de sem interferências), mas porque é resultado do processo de construir e reconstruir de outro modo, dando sequência ao desenvolvimento individual, social, histórico e cultural ao qual todos nós somos e estamos submetidos na vida em sociedade.

Apesar de haver no material pedagógico menção à coesão e coerência, as atividades relacionadas não foram feitas. Na prática, percebi não ser necessário, tampouco significativo, trabalhar o conteúdo deslocado dos enunciados que seriam produzidos no experimento, então, em comum acordo com as alunas, passamos a discutir a argumentação.

2.2.1 O estudo do processo argumentativo

Dediquei um encontro para discutir argumentação. Pedi às alunas que lessem os artigos *Sou contra a redução da maioria penal* e *Sou a favor da redução da maioria penal*, ambos encontrados nas páginas 21 e 23, do material de estudo,

respectivamente, e destacassem, em cada uma, os argumentos expostos pelos autores. Algumas apresentaram dificuldade em encontrá-los, inicialmente, então solicitei que indicassem pelo menos um argumento destacado. Com essa atividade, todas conseguiram identificar os argumentos presentes nos enunciados.

Na sequência do estudo, expliquei que o ato de argumentar é uma atividade peculiar ao ser humano e envolve reflexão e organização lógica do pensamento. Disse que ao argumentar, tanto na modalidade oral, como na escrita, o sujeito relaciona fatos, dados, estudos a partir de construções linguísticas coerentes para sustentar uma opinião ou tese sobre um determinado assunto, com o propósito de convencer, persuadir, levar o outro (ouvinte ou leitor) a seguir uma linha de raciocínio e a concordar com ela, como esclarece Abreu (2009) ao explicar que argumentar é, em primeiro lugar, saber integrar-se ao universo do outro, em todos os momentos da vida em sociedade. É obter aquilo que deseja, por meio da interação e cooperação, construindo uma verdade dentro da verdade do outro.

Para ratificar o que falava sobre argumentação, trouxe as contribuições de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 44) os quais esclarecem que ela está presente na vida cotidiana de qualquer pessoa, pois “de fato, é durante conversas cotidianas que a argumentação tem mais oportunidade de exercer-se” e opera para que este seja capaz de avaliar assuntos, acontecimentos e situações da vida moderna e tomar decisões mais racionais; assim, a lógica é tornar-se um cidadão mais consciente e participativo.

Amossy (2018, p. 42) complementa a questão de o gênero argumentativo contribuir com a formação da consciência social do sujeito ao afirmar que:

Globalmente, pode-se dizer que há argumentação quando uma tomada de posição, um ponto de vista, um modo de perceber o mundo se expressa sobre um fundo de posições e visões antagônicas, ou tão somente divergentes, tentando prevalecer ou fazer-se aceitar.

Aludi, também, ao fato de que o ato de argumentar demonstra e reforça a visão de mundo que o sujeito possui sobre os mais diversos assuntos da realidade, promove a interação, senão com interlocutores presentes, já que se trata da criação de enunciados escritos, que é um exercício individual, mas nunca solitário, mas na relação, pela leitura, com outros discursos, e, ainda, potencializa a formação da consciência social.

O caráter discursivo e dialógico da argumentação, sobre o qual fala a autora, reforça a tese de que participar da argumentatividade cotidiana é estar envolto a

discursos de toda ordem. É nessa troca que o ser humano refuta ou apreende posicionamentos estranhos aos seus e formula discursiva e dialogicamente pontos de vista sobre a realidade.

Reforcei que, no território de criação de artigos de opinião, não há verdade absoluta, pois a própria essência do gênero artigo de opinião é a polêmica, logo com possibilidades de verdade, e não a verdade em si, acerca do objeto sobre o qual se escreve, como bem ensinam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 1) ao afirmar que “o campo da argumentação é o do verossímil, do plausível, do provável”.

Não há dúvidas de que o ato de argumentar apresenta-se como atividade imprescindível para o exercício da cidadania, recurso de que o ser lança mão para participar ativamente da vida em sociedade, seja tendo os argumentos aceitos ou contestados; seja aceitando ou contestando argumentos de outros, mas como partícipe do diálogo empreendido na sociedade. Dolz (2016, p. 14) indica que a finalidade da argumentação é:

Transformar o pensamento do outro. Para isso, é necessário levar em consideração esse pensamento para transformar, não para impor. É o diálogo que permite regular a vida coletiva em uma sociedade democrática. Assim, o aluno tem que desenvolver autonomia de opinião. A argumentação é onipresente na vida social.

Finalizei a apresentação e discussão sobre argumentação, reforçando que o ato de argumentar é uma forma de o sujeito estar no mundo, de participar da dinâmica da vida, interagindo com os outros, convencendo-os sobre algo, e, ao mesmo tempo, sendo afetado pelos argumentos contrários. No processo de criação de enunciados argumentativos, eles constroem ou refutam posicionamentos, valores, crenças, relações sociais...; ou seja, estabelecem modos de conceber e de viver a vida em sociedade e, assim, vão se constituindo como cidadãos porque, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 61), “A argumentação é uma ação que tende sempre a modificar um estado de coisas preexistentes”, ou seja, contribui para a formação e expansão da consciência social.

Para concretizar o estudo, pedi às alunas que fizessem as atividades da página 6, as quais consistiam em criar argumentos para cada questão proposta, defendendo o ponto de vista acerca do assunto dado. Esclareci que os argumentos criados poderiam, a posteriori, ser utilizados nos artigos de opinião.

A primeira proposta se referiu à questão das aulas aos sábados que, além de ser uma prática recorrente na Rede Estadual de Ensino de Rondônia, é também

bastante polêmica, sobretudo no meio discente. Para melhor visualização dos escritos iniciais das alunas, transcrevo abaixo alguns fragmentos. Na transcrição e para manter a originalidade dos trechos, conservei a forma como se expressaram, mesmo que existam equívocos ortográficos ou sintáticos. A proposta de atividade consistia em elas darem sequência ao período a fim de construir um argumento. O primeiro período foi “Eu sou contra/a favor haver aulas aos sábados porque...”:

Eu sou contra haver aulas aos sábados porque já estudamos 5 dias por semana e precisamos de descanso para podermos adquirir tudo aquilo em que aprendemos durante o período regular de aulas (Maria Fernanda. Fonte: o pesquisador).

Embora bastante simples, nota-se que o escrito é um argumento, em que Maria Fernanda coloca-se contrária à ocorrência de aulas aos sábados e, para justificar seu posicionamento, cita a necessidade de descanso para que o discente possa apropriar-se (*adquirir*) do que fora aprendido na semana.

A outra proposta indicava a construção de argumento acerca da redução da maioria penal. Sobre isso, destaquei duas construções, cuja estrutura argumentativa é bastante semelhante:

Eu sou a favor da redução da maioria penal porque se o menor tem consciência para matar e roubar ele também deve ter o devido entendimento que será preso caso cometa esses crimes (Tainara Paloma. Fonte: o pesquisador).

A favor

1º - porque a partir do momento em que tem consciência do que faz, tem consciência para pagar.

2º - Porque eles matam, roubam porque sabem que não vão pagar.

3º - Porque aqui se faz e aqui se paga (Maria Fernanda. Fonte: o pesquisador)

Em ambos os enunciados, há o mesmo raciocínio argumentativo quanto à redução da maioria penal. As articulistas se dizem favoráveis e embasam o argumento à hipótese segundo a qual se a pessoa é consciente de que o que faz é crime, logo deve pagar pelo erro. Nota-se que a articulista Maria Fernanda, mesmo que exponha argumentos em separado, todos eles convergem para um mesmo ponto de causa e efeito: se o jovem “tem consciência do que faz, tem consciência para pagar”. No contexto do *logos*, afirmo que as alunas recorreram a proposições silogísticas⁷ para amparar o discurso argumentativo:

Sentença: consciência para matar roubar/do que faz
Conclusão: consciência/ entendimento para pagar

⁷“*Silogismo* é um discurso no qual estando colocadas algumas coisas, outra coisa diferente delas resulta necessariamente, pelas coisas mesmas que são colocadas” [...] Aristóteles (1990, pág. 2 apud AMOSSY, 2018, pág. 139).

esse esquema usado para organizar o argumento e o funcionamento do discurso, apesar de frágil, o que se explica por estar no início do processo de criação, do ponto de vista da argumentatividade não deixa de ser um recurso a ser utilizado. A respeito desse fato, Amossy (2018, pág. 139) explica que “Não se pode ignorar nem os esquemas argumentativos que fundamentam e estruturam o discurso, nem deixar de lado a observação dos argumentos que permitem passar das premissas a uma conclusão”.

É frágil, como mencionei, porque beira o senso comum⁸, ou seja, o sujeito molda seu argumento na concepção que a maioria tem sobre o fato e o estrutura no bojo da própria origem, em que a razão usada para justificar ou desencadear um ato é a mesma de sua própria causa. Em face disso, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 578) esclarecem que:

O senso comum opõe regularmente os fatos às teorias, as verdades às opiniões, o que é objetivo ao que não o é, apontando assim quais opiniões devem ser preferidas a outras, seja essa preferência fundamentada ou não em critérios geralmente aceitos.

Nesse sentido, a construção argumentativa recolhe do discurso cotidiano opiniões largamente utilizadas para se fundamentar, onde, geralmente, reside o ponto inicial do problema. Prova disso é o último ponto criado pela Maria, ao afirmar que é favorável à redução da maioridade penal “porque aqui se faz aqui se paga”.

Em outro fragmento, Ana Késia faz uso de uma espécie de entimema, ou seja, cria sentenças que funcionam como argumento, cuja conclusão está implícita, logo necessária da análise do leitor.

Sou a favor pelo simples fato de a pessoa ter a capacidade de entender o que é errado. E existe adultos que utiliza crianças para cometer crimes e assim não serem presos. Aprenderem a responder pelos seus próprios atos (Ana Késia. Fonte: o pesquisador)

O uso do entimema ficou assim representado:

Sentença 1: Sou a favor pelo simples fato de a pessoa ter a capacidade de entender o que é errado.

Sentença 2: E existe (sic) adultos que utiliza (sic) crianças para cometer crimes e assim não serem presos.

Sentença 3: Aprenderem a responder pelos seus próprios atos.

⁸“Aquilo a que chamamos habitualmente *senso comum* consiste numa série de crenças admitidas no seio de uma determinada sociedade, que seus membros presumem ser partilhadas por todo ser racional” Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 112).

O emprego do recurso do entimema, como notado no exemplo acima, funciona como um recurso argumentativo que consiste em o orador ou escrevente deixar pelo menos uma premissa não explícita para que o interlocutor tire suas conclusões, a partir da estratégia e interesse que aquele tem ao direcionar seu discurso a este. Esse recurso difere do silogismo redundante pela eficácia no processo argumentativo, como explica Amossy (2018, pág. 141) ao dizer que:

O entimema é necessariamente, no discurso, uma forma mais coerente do que o silogismo. Mais do que isso, em termos retóricos (e não puramente lógicos), ele é dotado de uma eficácia muitas vezes maior, fundada no uso do implícito.

A força argumentativa advém, portanto, da construção de premissas em que participam tanto o orador/escrevente como o ouvinte/leitor na interação para concluir o argumento. Não caracteriza uma troca em si, mas uma interação horizontal em que cada um dos envolvidos no processo contribui com o ato. O ouvinte/leitor de posse do conteúdo, criado anteriormente pelo orador/escrevente, confere significado oriundo do que fora recebido. Esse processo é possível pelo *logos*, ou seja, pela linguagem que possibilita o contato com o outro. Isso é consoante ao que esclarece Volóchinov (2017, p. 205), quando afirma que “Toda palavra serve de expressão a “um” em relação ao “outro”. Na palavra, eu dou a forma de mim mesmo do ponto de vista do outro e, por fim, da perspectiva de minha coletividade”.

Assim, a interação linguística funciona como condição *sine qua non* tanto para efeito do entimema no interlocutor ouvinte/leitor como para o orador/escrevente alcançar seu objetivo na argumentatividade.

Após todos criarem os argumentos, como alguns citados acima, pedi que os lessem com o propósito de socializar o que escreveram. À medida que iam lendo, eu ia questionando e fazendo comentários sobre eles. Disse que deveriam evitar argumentos do senso comum, ou seja, aqueles que a maioria conhece e usa no dia a dia. Reforcei que era necessário que criassem argumentos sólidos para sustentar o posicionamento defendido com a finalidade de alcançarem a adesão dos leitores acerca dos assuntos sobre os quais escrevem. Reafirmei que uma forma de alcançar essa capacidade é praticar o ato de leitura. *Quanto mais vocês lerem bons enunciados, refletirem sobre seu conteúdo, terão mais capacidade de criar argumentos sólidos*, disse, e prossegui afirmando que para conhecer um assunto mais profundamente, poder refletir e escrever sobre ele, é necessário realizar várias leituras, porque, segundo o que esclarece Geraldi (2015, p. 103):

Ler é construir uma compreensão no presente com significações que, entranhadas nas palavras, são dissolvidas pelo seu novo contexto – que incluem também as contrapalavras do leitor – para permitir a emergência de um sentido concreto, específico e único, produto da leitura que se está realizando.

O ato de ler praticado no, e em razão do experimento, conforme propus que lessem artigos de opinião, tanto os do material como outros de outras fontes, concorreu para potencializar a compreensão do assunto e colaborar para a criação de novos discursos argumentativos. Isso ficou evidente no processo; quanto mais liam sobre o assunto, maior era a gama disponível de informações para criar os artigos de opinião.

Enfim, o objetivo fundamental da atividade foi o de aproximar as alunas da essência do objeto de estudo – artigo de opinião –, antes de iniciarem a sua criação. Adiante, apresento como se deu a construção dos enunciados.

2.2.2 Estudo do gênero artigo de opinião

No capítulo 1, discuti a questão do gênero do discurso, que, para Bakhtin (2016), divide-se em primários e secundários. Referem-se aos gêneros primários todos os enunciados usados na dimensão cotidiana, para a comunicação e interação ligeira, construídos sem a sofisticação e formalidade linguística em sua criação. Já nos secundários, enquadram-se os mais elaborados estilisticamente para serem usados em situações e contextos culturais mais complexos. Por esse entendimento, o artigo de opinião caracteriza-se como um gênero secundário, com características definidas, pois exige do articulista uma elaboração mais apurada, tanto na forma como no conteúdo, com apresentação e discussão de um assunto, bem como a formulação de argumentos que embasem um posicionamento sobre ele. Para o estudo do gênero, baseei-me no *Caderno do professor: ponto de vista*, da Olimpíada Brasileira de Língua Portuguesa, edição de 2019.

Como já mencionado, as alunas afirmaram não conhecer o gênero artigo de opinião, então era necessário apresentá-lo, explicá-lo e discuti-lo com maior ênfase. Iniciei pedindo que elas lessem os artigos encontrados na página 8 – *A natureza já não se defende. Vinga-se!* e *Deficientes, feios e pobres*.

Após a leitura, expliquei que *artigo de opinião* é um gênero jornalístico argumentativo escrito, geralmente publicado em jornais, revistas e em *blogs*, sempre assinado por um articulista, que é uma autoridade no assunto ou uma pessoa de

representatividade social. Usei a explicação de Rodrigues (2005, pág. 171), para o qual o gênero artigo de opinião:

historicamente tem seu horizonte temático e axiológico orientado para a manifestação da expressão valorativa a respeito de acontecimentos sociais que são notícia jornalística. É um dos gêneros onde os participantes da interação reconhecem e assumem esse trabalho.

Para prosseguir, destaquei que a função social do artigo é, basicamente, a de abrir, manter e alimentar o debate sobre questões relevantes de interesse público, que isso faz do gênero um recurso para a construção de soluções e um excelente meio para o exercício da cidadania (Olimpíada de Língua Portuguesa: Caderno do Professor, 2019).

Como os exemplos lidos, afirmei que ao escrever um artigo, o articulista parte de uma questão polêmica de relevância social, criada em torno de um fato que foi ou está sendo notícia. Esclareci que sem questão polêmica não existe artigo de opinião, então o articulista, ao escrevê-lo, assume uma posição, defende-a com argumentos sólidos e, ainda, dialoga com diferentes pontos de vista que circularam sobre o assunto, aceitando ou refutando-os.

Na concepção da FL, a prática viva da linguagem, neste caso o ato de escrever enunciados argumentativos, propiciou às alunas trabalharem com ela, não como sistema abstrato de normas, mas como fenômeno social, cujo conteúdo significativo ideológico representa e expressa o que elas pensam dos assuntos sobre os quais escreveram.

Destaquei que aprender a ler, refletir sobre seu conteúdo e a escrever artigos de opinião propicia ao sujeito participar, com argumentos convincentes, das discussões sobre as questões relevantes da realidade. Esse processo de formar opinião sobre assuntos que afetam, positiva ou negativamente, o ser humano, pode contribuir para que elas se constituam como cidadãs, ou seja, para a formação da consciência social. Rocha (2012) esclarece que o artigo de opinião está imerso em uma teia discursiva, pois se refere a outro discurso ou a acontecimento que diz respeito à maioria, e assim desperta interesse nos leitores.

Durante o estudo da argumentação e do gênero artigo de opinião, usei o recurso do *Datashow*, disponibilizado pela escola. Por meio dos slides, mostrava as contribuições dos autores para ilustrar o que falava. O recurso foi muito útil, principalmente para apresentar a estrutura do artigo de opinião e mostrar as partes que o compõem nos exemplos lidos.

Apesar de existirem várias possibilidades de organizar o gênero artigo de opinião, procurei apresentá-lo de maneira mais didática possível. Expus e expliquei, então, a estrutura por meio da qual as estudantes participantes da pesquisa poderiam seguir na criação dos artigos. Como fiz nos encontros, aqui a exponho em tópicos para facilitar a visualização e compreensão:

Introdução

- apresentação da questão (assunto) a ser discutida;
- explicitação da tese (posicionamento assumido);

Desenvolvimento

- criação e exposição de argumentos que sustentem a tese defendida;
- exposição de posição ou posições contrárias;
- retomada da posição assumida e exposição de argumentos que refutam a posição contrária;

Conclusão

- intervenção (possibilidades de negociação e sugestões);
- conclusão (ênfase no posicionamento defendido).

Depois de apresentar a estrutura do artigo de opinião, aludi, mais uma vez, às semelhanças entre ele e a redação dissertativa, que é amplamente presente no contexto escolar, sobretudo para atender às exigências de vestibulares e ENEM. Reforcei que, enquanto esta arquiteta-se, a rigor, a partir de um número de linhas pré-definido, podendo o escrevente expressar-se na primeira pessoa do plural ou terceira do singular, com o acréscimo do índice de indeterminação do sujeito se e, ainda, por meio apenas do posicionamento do próprio redator sobre o assunto, sem que este precise citar argumentos contrários à sua tese, aquele (artigo de opinião) se caracteriza por ser um gênero menos rígido, podendo o articulista usar a primeira pessoa do singular, trazer a seu enunciado posicionamentos adversos, para contrapô-los, além de não precisar se preocupar com a extensão do enunciado.

Depois de mostrar e explicar a estrutura, pedi que retomassem os artigos lidos no início da explanação. Solicitei que os lessem oralmente. À medida que uma aluna oralizava, eu ia perguntando à qual parte da estrutura apresentada o trecho se referia e as demais iam respondendo. Notei que todas conseguiram compreender a estrutura do gênero.

Em seguida, solicitei que fossem ao material de estudo, especificamente ao artigo *Carne, um vilão ecológico*. Propus que, em dupla, realizassem a leitura e posterior análise, relacionando os trechos à estrutura estudada. Algumas propuseram fazer juntas, como fora feito com os exemplos anteriores. Aceitei a sugestão e assim foi procedido. Com a explicação e discussão, aliadas às atividades realizadas, percebi que compreenderam, de fato, em que consiste e como se estrutura o gênero artigo de opinião.

Depois de explicado, conhecidas as características e estrutura, por meio de eslaides e de leitura do gênero e discussão, elas iniciaram a criação dos artigos. Indiquei que inicialmente realizassem a leitura dos enunciados anexos, encontrados no material de estudo, sobre *a redução da maioria penal e casamento homoafetivo*, respectivamente. Foram lidos 2 artigos de cada assunto, sempre opostos quanto ao posicionamento dos articulistas. Considerei pertinente que tivessem contato com pontos de vista contrários para, assim, definir o próprio posicionamento.

Depois de lidos, motivei-os que dissessem se eram favoráveis ou contrários aos assuntos tratados. Todos se manifestaram quanto ao posicionamento, mas apenas três quiseram argumentar em defesa do ponto de vista que julgavam correto. Após isso, reforcei a necessidade de cada um ter o seu ponto de vista e defendê-lo por meio do exercício linguístico-argumentativo e não pela violência. Então expliquei que o objetivo da teoria da argumentação, portanto, é, por meio dos recursos discursivos, obter a adesão das mentes, com ênfase na técnica capaz de substituir a violência. O que esta faz por meio da coerção, a argumentação faz pela adesão, pelo diálogo (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 1996).

Pedi que escolhessem uma das propostas da página 19 do material de estudo e criassem a primeira parte introdutória do enunciado. Expliquei novamente que, na introdução, deviam expor o assunto a ser tratado e definir a tese ou posicionamento assumido para posterior defesa argumentativa. Não exponho aqui os fragmentos criados porque eles se encontram nos artigos que serão analisados posteriormente.

2.2.3 O processo de criação do gênero artigo de opinião

Até agora, relatei o trabalho, importante e necessário, realizado antes do início da criação do gênero artigo de opinião propriamente dito. Neste momento, passo a

expor o processo de escrita. No final de setembro de 2019, decorrido quase um mês do início da investigação, já de conhecimento do gênero artigo de opinião, as alunas passaram a criá-lo. Inicialmente, pedi a elas que pensassem e listassem assuntos que estavam em voga e que suscitavam debates na sociedade.

À medida que citavam, instigava-as a analisar, em que medida o assunto de fato era relevante. Com o aval da maioria, fui anotando aqueles que, flagrantemente, estavam presentes na sociedade e eram polêmicos, logo passíveis de discussão e matéria para a escrita, já que, como diz Amossy (2018, pág. 130), “É preciso ainda considerar aqui a questão da divergência de pontos de vista, que está na base da argumentação”.

Os assuntos destacados, em um primeiro momento, foram: Cotas; Bolsa Família; o choque de gerações; aborto; doação de sangue, meio ambiente; gravidez na adolescência; educação sexual nas escolas; namoro na escola; além dos já debatidos até aquele momento, como a redução da maioridade penal e casamento homoafetivo.

No decorrer do processo, outros temas surgiram, mas alguns não foram utilizados na escrita. É importante registrar que as alunas tiveram total liberdade para definir o assunto sobre o qual iam escrever. Por ser uma escolha pessoal e os temas serem diferentes, discutia com cada uma e dizia que além do conhecimento que tinha sobre o assunto, era preciso ler os artigos do material e buscar outros em outras fontes para obter informações e compreender de modo mais amplo o que se propusera a escrever.

Apesar de já ter explicado, discutido e lido o gênero artigo de opinião, apresentaram certa dificuldade no início do processo. Cada uma iniciou a escrita, seguindo a estrutura já estudada, ou seja, apresentando, em primeiro lugar, o assunto sobre o qual ia escrever e criando a tese: o ponto de vista ou o posicionamento a ser defendido.

O fragmento abaixo trata de uma parte de artigo em que Ana Késia introduz seu enunciado. Nota-se que não há nele boa exposição do assunto *Bolsa Família*, tampouco um posicionamento definido, ou seja, não é possível saber se a articulista vai se posicionar contra ou a favor em relação ao Programa de concessão de benefícios.

O bolsa família é um benefício disponibilizado pelo governo para ajudar famílias com baixas condições financeiras. No entanto, (Está sendo mesmo para pessoas que precisa desse apoio governamental) pessoas que não

precisam desse apoio governamental se beneficiam, tirando dos necessitados esse direito (Ana Késia. Fonte: o pesquisador).

Como disse, as dificuldades no início do processo eram latentes praticamente em todas elas. À medida que escreviam, eu pedia que trouxessem o trecho para que eu pudesse contribuir. Quando uma delas trazia a parte do enunciado que escrevera, eu a lia silenciosamente e, em seguida, em voz alta, para que compreendesse, por exemplo, a falta de sentido ou a fragilidade do que expressara. Com isso, eu ia destacando o que era interessante (e elogiava-a pelas partes bem escritas) e questionando sobre as que julgava confusas ou equivocadas. É importante citar que no momento de interação entre pesquisador e sujeito, este dizia qual era a intenção e, por vezes, reconhecia que precisava escrever de outro modo.

Nessa interação, eu sugeria a retirada, substituição ou inserção de palavras e expressões, as quais poderiam melhorar a forma de expressão do conteúdo discursivo. No trecho acima, pelas marcações presentes, percebe-se muito bem o trabalho individualizado que foi feito. O objetivo foi o de levar cada uma a refletir sobre o próprio enunciado, reconhecer as partes relevantes, detectar os equívocos cometidos e, assim, criando condições para que todas reescrevessem satisfatoriamente.

O processo evidenciou que o artigo foi se construindo pela interação-discursiva entre o pesquisador e cada sujeito e pela apreensão do assunto a partir de outros discursos mediados pelo ato de ler. No ato da escrita, como ensina Geraldi (2015), evidenciam-se inúmeros fatores que vão além de condições, de instrumentos e de sujeitos envolvidos; o processo depende de conhecimentos prévios oriundos, sobretudo, das interações, seja por meio de leituras, debates ou outro aspecto, linguísticas desenvolvidas entre o eu escrevente e outro ou outros interlocutores.

Depois da interação, de novas leituras sobre a questão do Bolsa Família, a escrita final foi:

O bolsa família é um benefício disponibilizado pelo governo para ajudar famílias com baixa condição financeira. No entanto, pessoas que não precisam desse apoio governamental se beneficiam, tirando dos necessitados esse direito. Isso tem de mudar (Ana Késia. Fonte: o pesquisador).

Assim, como ocorreu no exemplo acima, os fragmentos abaixo demonstram o antes e o depois, ou seja, as mudanças ocorridas nos enunciados, a partir do processo realizado no experimento didático-formativo. No trecho escrito pela Nathally Gabrielly,

há o início da escritura da introdução, e, logo abaixo, a parte introdutória do artigo publicado no *Blog*.

A falta de sensatez do Enem para a escolha da redação do ano de 2019, foi enorme. O tema deveria ser algo que esteja em voga no país, um problema que realmente pudesse estar afetando o Brasil, para que assim os jovens pudessem argumentar, dar sua opinião sobre a problemática. São mais de 5 milhões de jovens que poderia escolher, que realmente fosse importante, como por exemplo: evasão escolar, meio ambiente, a questão dos desaparecidos no Brasil, jovem no mercado de trabalho, o patriotismo, mas longe disso, propiciaram um tema fútil “A democratização do acesso ao cinema no Brasil” (Nathally Gabrielly. Fonte: o pesquisador).

A falta de sensatez na escolha do tema do ENEM para a redação deste ano de 2019 foi enorme. O tema deveria ser algo que estivesse em voga no país, um problema que realmente pudesse estar afetando o Brasil, para que assim os jovens pudessem argumentar, dar sua opinião sobre a problemática. São mais de 5 milhões de participantes que poderiam refletir sobre importantes temas, como por exemplo: evasão escolar; meio ambiente; a questão dos desaparecidos no Brasil; jovem no mercado de trabalho e patriotismo. Mas longe disso, propiciaram um tema fútil “A democratização do acesso ao cinema no Brasil” (Nathally Gabrielly. Fonte: o pesquisador).

Inicialmente, Nathally escrevera “A falta de sensatez do Enem”, para, na versão final afirmar “A falta de sensatez na escolha do tema do ENEM”, além de adequar o verbo “estar” ao contexto temporal. Essas mudanças ocorreram após o diálogo entre mim e ela, em que foi lido o trecho e discutido sobre a melhor forma de expressão do conteúdo. Depois de feitas as intervenções, as articulistas, ao escreverem outros artigos, apresentavam parcialmente ou já não mais apresentavam os mesmos equívocos de outrora. Esse dado significou, à medida que escreviam, que ocorriam as intervenções (diálogo, questionamentos, reflexão, sugestões), discussão entre elas e, ainda, novas leituras sobre o assunto. Era flagrante a melhora do enunciado na reescrita. Posso afirmar que a mudança positiva no modo de expressão e no conteúdo dos enunciados representou também avanço na forma de perceber a realidade, por meio dos assuntos tratados.

O fragmento abaixo, referente ao assunto *gravidez na adolescência*, é emblemático para demonstrar o avanço da Gabriely Melchior, assim como as demais alunas, no processo de escrita, consoante ao que disse acima.

Muitas são as causas da ocorrência de gravidez na adolescência. Falta de diálogo no ambiente familiar? Falta de informação? Falta de educação sexual nas escolas? O atrevimento de meninas e meninos? Atualmente o sexo continua sendo um tabu, muitos pais não conversam ou orientam seus filhos. Isso faz com que os filhos fiquem à mercê de todo tipo de informações e sem as devidas orientações (Gabriely Melchior. Fonte: o pesquisador).

Verifica-se que a uma introdução acima exposta, escrita pela Gabriely, apresenta alguns problemas, pois expõe elementos não (ou pouco) comuns nessa

parte de enunciado, pelo menos do ponto de vista estrutural estudado e do gênero argumentativo. Começou expondo as causas do problema, sem ao menos apresentá-lo anteriormente. Em seguida, inicia a discussão, que é uma característica pertencente à parte do desenvolvimento do artigo, como se nota em: *Atualmente o sexo continua sendo um tabu, muitos pais não conversam ou orientam seus filhos*. Após a sessão dialógica entre pesquisador e a aluna, e a consequente reflexão, ela assim o reescreveu:

Muitos dizem que o jovem é o futuro do Brasil, mas poucos refletem sobre as questões que envolvem o adolescente. Uma delas é a gravidez na adolescência, que vem se tornando um problema social. A situação é grave, cerca de 30% das meninas engravidam precocemente, acabam engravidando, ainda no primeiro ano de vida do seu primeiro filho. Essa realidade precisa mudar (Gabriely Melchior. Fonte: o pesquisador).

Julgo importante mostrar esses fragmentos para evidenciar o desenvolvimento da Gabriely a partir da interação dialógica, das leituras empreendidas no ato de ler, do ato de escrever e reescrever realizados até se chegar a um escrito satisfatório, à altura de ser publicado no *Blog, Jovem, Fala Sério* e de integrar o fluxo discursivo-argumentativo para que outros, a partir dele, possam apreender seu conteúdo e continuar o diálogo na dinâmica da vida em sociedade.

Disse acima ser emblemático o fragmento discutido devido à transformação decorrente das releituras e reescritas no processo. Foi um trabalho árduo, mas produtivo. É justo registrar aqui a humildade que todas elas tiveram em ouvir as críticas e aceitá-las, seguindo as orientações e promovendo novas leituras, bem como o empenho de cada uma para tentar melhorar. Essas suas características foram fundamentais para a criação dos artigos de opinião. De outra forma, talvez não fosse possível o êxito, dada a complexidade inerente ao ato de escrever, como esclarece Geraldi (2015, p. 169), quando afirma que:

Aprender a escrever traz consigo suas dificuldades específicas. Escrever nunca é só um processo simples de transcrever a fala para a escrita ou traduzir as palavras faladas em signos escritos. [...] O principal problema da escrita é tornar-se consciente de seus próprios atos. Em suma, escrever significa conscientizar-se de sua própria 'fala', ou seja, prestar atenção aos recursos linguísticos mobilizados ou mobilizáveis segundo o projeto de dizer definido para o texto em elaboração.

No processo do experimento didático-formativo, não há dúvidas de que aos poucos as alunas foram se tornando conscientes de seus próprios atos, como diz Geraldi, concernentes à escrita dos enunciados, à semelhança do que ocorreu com a

Gabrielly. No Blog, a parte introdutória que ela criou encontra-se diferente do que fora escrito na segunda versão e, mais substancialmente, em relação à primeira:

Dizem que os jovens são o futuro da nossa nação. O que há de verdade nessa afirmação? Quem diz isso reflete sobre todas as questões que envolvem a juventude? E os problemas são levados em conta? Pode-se citar um deles: gravidez na adolescência. Esta sim é uma questão que pode comprometer qualquer futuro, entre tantos outros acontecimentos que envolvem esse período da vida (Gabrielly Melchior. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

É importante registrar que, desde o início do processo de escrita do artigo, com a definição do assunto, passando pelas leituras realizadas, o registro das primeiras versões do artigo, os diálogos entre mim e elas, e os entre elas, a reflexão sobre o que escreveram e, sobretudo, as mudanças feitas, foram paulatinamente modificando a atuação das alunas no processo do experimento. Percebi que elas passavam a agir e expressar-se de maneira diferente, principalmente, quanto ao rigor, responsabilidade e profundidade argumentativa em tratar os assuntos sobre os quais escreveram. Se antes, em suas falas e escritas, era evidente o senso comum e pairavam verdades questionáveis sobre os assuntos, no decorrer do processo notei que elas já refletiam mais, que as certezas que outrora tinham sobre um assunto eram substituídas por ponderações, enfim, percebi que a conduta frente à realidade estava começando a se modificar.

Essa reflexão acerca do que percebi vem ao encontro da própria concepção da FL, em que a pessoa vai se constituindo à medida que participa do fluxo da linguagem em atividade, nas trocas dialógicas em que ocorrem absorção de informações e conhecimentos e nas expressões orais ou escritas praticadas no cotidiano social. Esse entendimento encontra guarida no que escreveu Volóchinov (2017, p. 198).

[...] a língua movimenta-se adiante justamente com o fluxo, pois é inseparável dele. Na verdade, ela não é transmitida; ela é continuada, mas como um processo de formação ininterrupto. Os indivíduos não recebem em absoluto uma língua pronta, eles entram nesse fluxo da comunicação discursiva, ou mais precisamente, é nesse fluxo que a sua consciência se realiza pela primeira vez.

As dificuldades iniciais na construção da introdução dos artigos sinalizaram às alunas que estavam diante de uma atividade que requereria, além dos conhecimentos que tinham sobre o assunto, buscar mais informações por meio das trocas verbais proporcionadas principalmente pelo ato de ler. Nos encontros, enquanto umas continuavam a escrita do artigo, sobre o assunto e tese expostos na primeira parte, eu ia atendendo individualmente cada uma que já escrevera algo. Na discussão sobre

o trecho escrito, fazia questionamentos sobre algum ponto, elogiava partes interessantes do fragmento, apontava incoerências e sugeria mudanças; nessa dinâmica, eu retomava questões conceituais e estruturais anteriormente estudadas e direcionava-as a todas. A abordagem que executei procurou seguir as contribuições de Geraldi (2003), quanto às atividades epilinguísticas.

Por vezes, lembrei-as de que o artigo de opinião é um gênero argumentativo, logo se fundamenta na criação de argumentos sólidos em defesa do ponto de vista. Dizia também que, na parte do desenvolvimento, o articulista deve dialogar com posicionamentos contrários ao seu para, então, refutá-los. Ao contestar discursos argumentativos opostos, vai confirmando sua defesa da tese.

Os primeiros rascunhos da parte do desenvolvimento foram bastante simples, com discussões rasas por meio de argumentos frágeis decorrentes da escrita baseada apenas no que já conheciam do assunto e da pouca ou nenhuma interlocução com outros discursos. Quando lia junto com cada uma, instigava-a a discutir o assunto com mais profundidade, trazendo informações, citações de obras (poemas, trechos de letras musicais, discurso de pensadores), com o propósito de que valessem de citações que fundamentariam a argumentação. Além disso, indicava fontes, autores e artigos para serem lidos. Com essa abordagem, os enunciados iam, paulatinamente, ganhando substância significativo-argumentativa e resultou na criação de bons discursos.

Esse trabalho foi o mais difícil de todo o processo de criação. Prova disso é o fato de conseguirmos publicar os primeiros artigos de opinião apenas no final do mês de outubro, aproximadamente quase dois meses após o início do trabalho investigativo. Abaixo, exponho um parágrafo ilustrativo do que afirmei antes. Nele, nota-se uma repetição do que fora escrito na introdução. É, basicamente, uma sucessão de sentenças que culminam em uma discussão rasa, erigida apenas do conhecimento que as alunas já possuíam sobre o assunto. Na sequência, apresento as versões de trechos modificados pelas intervenções e reescritas e, por fim, destaco o que foi publicado no *Blog*.

Versão construída inicialmente:

Uma parte da população de classe média recebe a ajuda financeira mesmo não precisando. Isso ocorre devido a essas pessoas mentirem sobre seus ganhos mensais, e o que é mais grave falhas na fiscalização efetiva dos órgãos de controle (Ana Késia. Fonte: o pesquisador).

Versão definitiva após a reescrita:

Uma parte da população de classe média recebe a ajuda financeira, mesmo não precisando. Isso ocorre devido a essas pessoas mentirem sobre seus ganhos mensais e, o que é mais grave, por haver falhas na fiscalização efetiva dos órgãos de controle. Para combater fraude, há o CadÚnico, por meio dele são analisados os dados das famílias, para verificar se a pessoa que está solicitando o benefício necessita mesmo. Como diz Newton, ao se referir à lei da ação e reação, toda força gera como reação outra força; isso significa que se pessoas que não precisam do benefício forem beneficiadas, acabará tirando de quem precisa de verdade (Ana Késia. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Não é apenas o tamanho do parágrafo que chama a atenção, mas, sobretudo, seu conteúdo. Na primeira versão, Ana Késia põe uma informação de que *parte da população de classe média recebe ajuda financeira mesmo não precisando* e, à frente, são apresentadas duas causas para o fato: *essas pessoas mentirem sobre seus ganhos e falhas na fiscalização dos órgãos de controle*, mas o trecho carece de discussão, de interlocução com outros discursos, de citações e, principalmente, de insistência na explicação e análise acerca do quanto a realidade apresentada pode influir negativamente na sociedade.

O que falta no manuscrito inicial aparece na versão definitiva. Na parte publicada, após buscas por informações por meio de leituras de outros enunciados e discursos, Ana continua com o que escreveu na versão preliminar, mas complementa o parágrafo, discutindo as informações e reforçando o posicionamento por meio da citação de Newton e referência ao CadÚnico.

Quando ocorria de uma aluna que estava sendo atendida criar parágrafos apenas com informações, eu pausava o atendimento individual e, referindo-me a todas, afirmava que, para além das informações postas, necessárias na construção do enunciado, era preciso explicá-las; mencionar causas ou consequências e insistir no debate delas; trazer dados e citações que as reforçassem; assim, estariam construindo a defesa da tese com base argumentativa sólida.

Adiante, apresento mais ocorrências enunciativas que exemplificam e confirmam a reflexão e discussão empreendidas acima. Os trechos citados são os primeiros parágrafos da parte do desenvolvimento e neles sobressaem informações com pouca ou nenhuma discussão e pertencem à Nathally Gabrielly e à Tainara Paloma, respectivamente.

Versão construída inicialmente:

Seus maridos não as deixam trabalhar, pois mesmo que trabalhassem não ganhariam um bom salário, pois as mulheres não eram vistas como mão de obra boa, mesmo que fizessem o mesmo trabalho que os homens e até

mesmo melhor, ganhavam bem menos! (Nathally Gabrielly. Fonte: o pesquisador).

Versão definitiva após a reescrita:

Os maridos não deixavam as esposas trabalharem, mas, mesmo que trabalhassem, não ganhariam um bom salário, pois as mulheres não eram vistas como mão de obra boa. Por mais que fizessem o mesmo trabalho, ou até mesmo melhor, que os homens, ganhavam bem menos, o que claramente era (é) uma injustiça. Por mais que isso fosse comum em séculos passados, hoje em dia ainda se vê muito isso, mulheres trabalhando em funções iguais a de homens e ganhando um salário inferior ao deles. Alguns homens não gostam quando sua esposa/namorada ganha mais que eles, porque de certa forma se sentem inferiores, e assim até pedem ou fazem sua companheira sair do emprego, para satisfazer o seu ego machista! (Nathally Gabrielly. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Nathally Gabrielly, que inicialmente mencionara duas situações apresentadas como informações: a primeira refere-se ao fato de os maridos não deixarem as esposas trabalharem e, segunda, a questão de que se trabalhassem, as mulheres ganhariam menos que os homens, pois “não eram vistas como mão de obra boa”, na versão definitiva, ela discute as duas questões, ou seja, debate as informações citadas. Argumenta afirmando que o fato ocorre há tempos “Por mais que isso fosse comum em séculos passados, hoje em dia ainda se vê muito isso”, logo é um problema persistente e que deve ser combatido. Continua a construção argumentativa, expondo as causas dessa conduta social machista e afirma que os homens assim agem porque “de certa forma se sentem inferiores” e precisam “satisfazer o seu ego machista!”.

Do ponto de vista da argumentatividade, a primeira versão carece de conteúdo persuasivo. Ao contrário, na parte definitiva, ela cria um arcabouço discursivo-argumentativo em que coloca o leitor, sobretudo o do sexo masculino, numa situação complicada: ou é machista ou inferior à mulher. Por serem características negativas à condição masculina, resta ao leitor tratar a mulher com igualdade, concedendo-lhe os mesmos direitos do homem, para não ser considerado machista ou inferior.

Como já afirmei, não é apenas a extensão dos parágrafos que denota crescimento na aprendizagem das alunas ao efetivarem o ato de escrever. O trabalho constituiu também, além do desenvolvimento no ato de leitura, com expansão da forma de apreender e produzir significados, ampliar o conhecimento da linguagem e potencializar a capacidade de dialogar com outros discursos e com eles, e por meio dos quais, aprofundar o debate do assunto.

No fragmento abaixo, Tainara Paloma primeiro escreveu:

Por ser um ato ilegal mulheres acabam se submetendo a procedimentos clandestinos causando assim riscos a suas vidas e levando-as até mesmo à morte (Tainara Paloma. Fonte: o pesquisador).

Após todas as ações desenvolvidas no processo, a versão reescrita e publicada no *Blog* ficou assim:

Por ser um ato ilegal, mulheres acabam se submetendo a procedimentos clandestinos, causando assim maiores riscos à saúde e à vida, pois um procedimento incorreto e sem condições higiênicas pode levar também à morte. Estima-se que mais de 20 mil mulheres morrem anualmente em decorrência de abortos inseguros feitos em condições degradantes, segundo o Instituto Guttmacher. A criminalização do aborto não é obstáculo para que seja praticado de maneira clandestina. No entanto, em clínicas não confiáveis e sem acompanhamento médico a vida delas corre perigo. Por se tratar de uma prática ilegal não há dados concretos quanto à quantidade de ocorrências. O fato se agrava quando, até mesmo os abortos previstos em lei, são subnotificados. Isso ocorre porque muitas das que fazem a interrupção por conta própria sofrem consequências e têm que recorrer ao Sistema Único de Saúde – SUS – para atendimento (Tainara Paloma. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

A versão final que foi publicada traz substância argumentativa em que Tainara expõe a realidade e as condições das mulheres que praticam o aborto “Estima-se que mais de 20 mil mulheres morrem anualmente em decorrência de abortos inseguros feitos em condições degradantes” e, ainda, discute as implicações presentes na prática do ato, como por exemplo “aborto clandestino”, dados “subnotificados” e as consequências de interrupção da gravidez por conta própria, o que leva a problema maiores para as mulheres.

Como se nota nas exposições acima, em que Nathally e Tainara reescreveram os parágrafos até chegar a um patamar satisfatório, considerando as características do gênero argumentativo, penso não haver dúvida de que o trabalho realizado concorreu para o crescimento no domínio da linguagem escrita das alunas, que passaram a criar enunciados com substância significativo-argumentativa capazes de persuadir os leitores. Afirmo isso amparado no que esclarece Geraldí, (1996, p. 53), quando explica que:

Antes de mais nada, o deslocamento da noção de representação para a noção de trabalho linguístico exige incorporar o processo de produção de discursos como essencial, de modo que não se trata mais de aprender uma língua para dela se apropriar, mas tratar-se de usá-la e, em usando-a, aprendê-la.

Comparar as versões de um mesmo fragmento, como expus acima, serve para averiguar como atua a linguagem, como os significados vão se constituindo no processo de escrita e, ainda, para constatar como esse progresso concorreu tanto para melhoria da própria escritura em si, como o crescimento intelectual de quem o pratica,

uma vez que a escrita é uma construção social que marca a história humana e a história de cada pessoa (GARCEZ, 2002).

A reflexão sobre o desenvolvimento das alunas participantes da pesquisa, percebida na execução do experimento didático-formativo, é pertinente por várias razões, dentre elas encontra-se o fato de a linguagem não ser uma construção cultural humana acabada, estática, desvinculada da vida individual e social das pessoas ou entendida como um conjunto de normas e regras pelas quais trafega o falante ou escrevente nos usos cotidianos. Pelo contrário, sua característica dinâmica, interativa e social é prova cabal de que ela vai se construindo perenemente pelos usos (orais ou escritos) que os sujeitos praticam, ao mesmo tempo que são constituídos por ela.

Ao iniciar a criação do gênero artigo de opinião, é crível dizer que as estudantes não só começaram a perceber a linguagem como processo social, como passaram a reconhecer nos atos de ler e escrever, sobretudo, possibilidades de expansão do que já sabiam. Isso corrobora o que afirmou Volóchinov (2017, p. 220), ao postular que “A língua vive e se forma historicamente justo aqui, na comunicação discursiva concreta, e não no sistema abstrato da língua nem no psiquismo individual dos falantes”.

Essa percepção que tive provava-se, cada vez mais, à medida que os artigos iam sendo criados. Às vezes, ao ver vê-lo completo, pensa-se que se trata apenas de um produto acabado, escapa-se dessa visão estreita dele todo o procedimento realizado para constituí-lo. Na perspectiva da FL, o enunciado nunca se encontra acabado, tampouco uma obra surgida à margem do processo interacional-linguístico-discursivo de criação. Nesta pesquisa, o resultado do experimento – artigos de opinião criados e publicados – é importante, mas igualmente relevantes são as ações executadas para a consecução dos artigos. Isso se coaduna com a questão defendida por Geraldi (1996, p. 67, 68), ao conceber “a linguagem como uma atividade constitutiva, cujo lócus de realização é a interação verbal”, porque a linguagem, continua o autor, [...] “está sempre em modificação, refletindo as mudanças que sobre o mundo vamos produzindo na história e nossas compreensões dessa mesma história”.

A atividade de criação prosseguia e ao ler o que as alunas escreviam, na parte do desenvolvimento do artigo, percebi que ainda apresentavam dificuldade em trazer ao seu enunciado posicionamentos contrários e dialogar com eles, discutindo e refutando-os, o que é uma marca do gênero artigo de opinião. A seguir, cito alguns exemplos dessa ocorrência.

Muitos dizem que o bolsa família não cria políticas públicas que forneçam oportunidades de emprego e incentivo para que possam um dinheiro mais digno. Mas por que ganhar o benefício não é digno? Só não é digno quando a pessoa está ganhando, mas não precisa. É digno sim porque ajuda famílias a não passarem fome, a crianças não desistirem de seus estudos. Com isso garantindo um futuro melhor (Ana Késia. Fonte: o pesquisador).

Dizem que “em briga de marido e mulher, não se mete a colher” mas, se mete sim! Se você vê uma mulher sendo maltratada, espancada, sendo violentada física ou psicologicamente e não faz nada para tentar ajudar, em outras palavras, deixa por aquilo mesmo, você está só ajudando a mais um agressor escapar da justiça, a não receber seu devido castigo, a prisão (Nathally Gabrielly. Fonte: o pesquisador).

Verifica-se que Ana Késia e Natthally Gabrielly mencionam haver pessoas com posicionamento contrário à tese que defendem, mas apenas citam “Muitos dizem que o bolsa família não cria políticas públicas...” e “Dizem que ‘em briga de marido e mulher, não se mete a colher’” ou, quando muito, rebatem o discurso oposto, sem algum aprofundamento: “Mas por que ganhar o benefício não é digno?” e “...mas, se mete sim!”.

Como já explicado, é característico do gênero dialogar com pontos de vista contrários para refutá-los, pondo em xeque sua validade e contrapondo-o com argumentos que reforcem a tese defendida. Isso não se nota nos fragmentos acima, mas na versão final, a profundidade da discussão fica evidente, como se verifica nos dois parágrafos abaixo escritos por Ana Késia:

Mesmo diante desta realidade, existem pessoas que têm coragem de dizer que o Bolsa Família não é necessário. É preciso sim, para ajudar pessoas que não têm condições financeiras. Muitos dizem que o “bolsa família não cria políticas públicas que forneçam oportunidades de emprego e incentivo para que possam ganhar um dinheiro mais digno.”, mas por que ganhar o benefício não é digno? só não é digno, quando a pessoa está ganhando, mas não precisa. É digno sim porque ajuda famílias a não passarem fome, ajuda as crianças não desistirem de seus estudos, com isso garantindo um futuro melhor. Argumentos contrários ao Programa, como os citados, são facilmente vencidos quando descobrimos que o valor do Bolsa, em famílias que tenham entre seus componentes jovens, pode chegar até 96,00 reais. Mas quando é verificada extrema pobreza, não existe um valor definido, já que o valor depende do cálculo que é realizado na família nessa condição. Em alguns casos, pode chegar a 205,00 reais mensais. Nota-se, portanto, que se trata de um valor baixo, mas que contribui com aqueles que pouco ou nada têm (Ana Késia. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Ana, que na versão preliminar havia escrito um parágrafo curto, criou dois parágrafos para apresentar e discutir pontos de vista contrários. Ela, em dois momentos, traz ao debate a opinião contrária “existem pessoas que têm coragem de dizer que o Bolsa Família não é necessário” e “Muitos dizem que o bolsa família não cria políticas públicas que forneçam oportunidades de emprego e incentivo para que

possam ganhar um dinheiro mais digno”. Excetuando as indicações de opinião contrária citadas, os dois parágrafos são construídos com uma série de argumentos que visam a desmontar os posicionamentos contrários.

Para melhor visualização e compreensão, grifei os argumentos que os refutam nos parágrafos citados acima. Nota-se que a parte destacada é predominante, o que significa que Ana dialogou com pontos de vista adversos, ao mesmo tempo em que mostrava a invalidade deles. Com efeito, atendeu às características do gênero e, ainda, construiu a argumentatividade a partir deles, em defesa do programa Bolsa Família. Dessa forma, mesmo que haja leitores que se identifiquem com os posicionamentos contrários citados, a articulista já os desmontou, em busca da persuasão dos interlocutores.

Da mesma forma, Nathally também escreveu dois parágrafos em que expõe e discute opiniões e ações contrárias à condição feminina, para, em seguida, combatê-las, reforçando a defesa que faz dos direitos das mulheres. Essas opiniões e ações opostas encontram-se grifadas a seguir:

O feminicídio é um acontecimento presente hoje em dia. Estudos mostram que 12 mulheres são assassinadas por dia e 135 são estupradas por dia. No mundo, 1 de cada 10 mulheres também adolescentes já sofreram abuso sexual. Dizem que “em briga de marido e mulher não se mete a colher” mas, se mete sim! Se você vê uma mulher sendo maltratada, espancada pelo... sendo violentada física ou psicologicamente e não faz nada para tentar ajudar, em outras palavras, deixa por aquilo mesmo, você está só ajudando mais um agressor a escapar da justiça, não receber seu devido castigo, a prisão. A pena máxima para um caso de feminicídio segundo a Lei N° 13.104/2015 é de 12 a 30 anos de cadeia.

Um equívoco: a mulher é tida como sexo frágil pelo fato de que a grande maioria é mais debilitada de força física. Ledo engano. A mulher é forte e prova isso no seu dia a dia, né moreh! É certo que pode ser mais propensa a maus tratos. Algumas mulheres aceitam que seus “companheiros” batam nelas, não por gostarem, mas, sim por medo, medo de não conseguir seguir em frente, medo por muitas vezes estarem sendo ameaçadas de morte, ou por simplesmente seu “amado” mexer com seu psicológico, afirmando que mais ninguém vai querer ficar com ela, que ninguém mais vai amá-la. Chegam a insultar falando que é gorda, que não presta para nada, que não é bonita, demonstrando claramente seu sexo afetado que para conseguir de certa forma segurar a mulher precisa xingar ela, porque sabe que se ela quiser tem total capacidade de seguir em frente, de conseguir alguém melhor ou de conseguir se virar sozinha, não dependendo de ninguém (Nathally Gabrielly. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Antes, Nathally apresentou e combateu ideias antagônicas de modo bastante incipiente, como se o fizesse apenas para cumprir a exigência do gênero, conduta bem diferente quando reescreveu os trechos após ter lido, discutido e refletido mais, e ter aceitado as críticas e atendido às indicações que fiz. Vê-se nos trechos finais retirados do *Blog* que Ana e Nathally, assim como fizeram as demais articulistas, além

de aludirem aos posicionamentos contrários, combateram-nos com a intenção de, a um só tempo, fragilizá-los como reforçar os seus próprios argumentos em busca da persuasão dos leitores.

Agora cito a versão final do desenvolvimento de um artigo, após o diálogo empreendido entre a articulista Maria Fernanda e discursos contrários. Não cito a versão anterior porque ela simplesmente não existiu. Quando li o artigo, questionei-a sobre a inserção de argumentos contrários ao seu. Por um momento, ficou pensativa e afirmou realmente faltar essa parte no enunciado. Diante disso, expliquei novamente a necessidade de trazer à discussão discursos dissonantes e contestá-los. Depois da incursão, Maria releu seu trecho e escreveu três parágrafos, citados abaixo, atendendo ao que eu solicitara:

Como disse anteriormente, esse assunto divide as pessoas, contra e a favor. A maioria dos que são contra dizem ser, pois, para eles, o Brasil já é um perigoso demais para mais pessoas terem o porte, ou seja, que já há bastante gente armada (bandidos) para liberarem o porte para todos. Dizem também que não deve ser liberado, pois, o brasileiro é conhecido por ser extremamente alterado, e que quando eleva o nível de estresse, já não pensa com clareza por seus atos. Outros usam a ideia de que muitas pessoas já morreram por engano por terem uma arma de fogo em casa, ou até mesmo que seria como ajuda para os suicidas.

Porém, ao afirmar isso, eles esquecem que se a legalização do porte for aprovado, não será tão fácil obter uma. Para obter o direito do porte, é preciso acima de tudo, comprovar capacidade técnica e psicológica para o uso. É preciso ter acima de 25 anos, não ter antecedentes criminais, nem estar respondendo a inquérito ou processo criminal, ter residência própria e ocupação lícita. Diante desses dados, já vemos que grande parte dos brasileiros já não poderiam ter o porte, né, “meus amados”?!!!

O perfil das pessoas apresentadas comprova que seriam pessoas sensatas, ou seja, que não agiriam no momento de estresse, que pensariam duas vezes antes de agir, que seriam pessoas de bem, e saberiam o que fazer. Isso desmonta os argumentos citados acima. (Maria Fernanda. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Após vários acompanhamentos, individuais e em grupo, leituras, discussões e reescritas, a parte do desenvolvimento dos artigos foi se delineando na direção a uma escrita satisfatória em relação ao que fora proposto para a criação dos enunciados argumentativos escritos.

É importante registrar também que algumas alunas traziam a mim os artigos acreditando já estarem concluídos. Ao lê-los, eu fazia algumas considerações de ordem sintática ou semântica e lembrava-as de que faltava a conclusão. Por vezes, dirigi-me ao grupo para reforçar o fato de que o artigo carecia de um fechamento, cuja parte deveria resumir e reforçar o ponto de vista sobre o assunto. Reafirmava que deveriam retomar a tese proposta na introdução e reforçar o posicionamento

assumido com vistas a persuadir os leitores. Dizia ainda que, para concluir, já que se tratava de um assunto social e polêmico, era necessária uma proposta de intervenção, ou seja, elas deveriam apontar ações que minimizassem ou resolvessem o problema discutido, assim estariam formando-se individual e socialmente, bem como contribuindo com a formação dos leitores. Inicialmente, para a conclusão do artigo sobre o aborto, Tainara Paloma escreveu:

Desse modo podemos concluir que a realização do abortamento com ingestão de substância pode ser extremamente perigoso além de ser considerado crime em nosso país (Tainara Paloma. Fonte: o pesquisador).

Ao ler a conclusão da Tainara, ponderei que a parte de seu enunciado precisava de mais substância, ou seja que fizesse intervenção, com indicativo de ações para a questão, que reforçasse a defesa sobre a necessidade de legalização do ato do aborto com o propósito de convencer os leitores sobre a questão. Depois desse diálogo, em que solicitei que complementasse o que criara, ela escreveu:

O país tenha uma política pública para prevenção. Criar centros de ajuda, atenção e assessoria nas comunidades, para a mulher, especialmente em casos de gravidez indesejada, programas específicos de ajuda para adolescentes grávidas, para enfrentar os problemas particulares que este grupo especialmente venerável pode ter, e agilizar os trâmites de adoção para aquelas mulheres que, chegando ao final da gravidez, não desejem ou não possam assumir a maternidade, evitando assim que muitas crianças e mulheres morram nesse processo agressivo e doloroso (Tainara Paloma. Fonte: o pesquisador).

Após nova leitura e discussão, a redação final da conclusão publicada no *Blog* ficou assim:

Desse modo, afirma-se que a realização do aborto com ingestão de substância pode ser extremamente perigosa, além de ser considerada crime em nosso país. Para combater esse problema, é preciso que o país tenha uma política pública para a prevenção. Criar centros de ajuda, atenção e assessoria nas comunidades, sobretudo as mais carentes, para mulheres, especialmente em casos de gravidez indesejada. Apresentar programas e ações já existentes e específicos de ajuda a adolescentes grávidas para enfrentar os problemas particulares que este grupo especialmente vulnerável pode ter. Outra ação que pode contribuir é a de agilizar os trâmites de adoção para aquelas mulheres que, chegando ao final da gestação, não desejem ou não podem assumir a maternidade. Tudo isso pode evitar, portanto, que muitas mulheres e crianças morram nesse processo agressivo e doloroso (Tainara Paloma. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

É Importante salientar que no título do artigo *Aborto* – um problema social e, já na introdução, Tainara evidencia tratar-se de uma questão que precisava de reflexão, pois o procedimento do aborto “[...] também pode causar riscos à saúde não só física, mas também mental e emocional da mulher”. Percebe-se incontestavelmente que a

questão de o aborto ser um problema de saúde pública, decorrente dos métodos que são empregados para o ato, foi retomada na conclusão e, a partir disso, ela fez a intervenção, apresentando pelo menos quatro ações para resolver o problema. Ao afirmar que “Para combater esse problema, é preciso que o país tenha uma política pública para a prevenção”, convida, mesmo que indiretamente, os leitores à reflexão, que pode desencadear ações em defesa de políticas públicas ligadas à questão do aborto.

Adiante, enumera pontualmente ações que poderiam ser implantadas para combater o problema que envolve o aborto: “Criar centros de ajuda, atenção e assessoria nas comunidades”; “Apresentar programas e ações já existentes e específicos de ajuda”; “agilizar os trâmites de adoção para aquelas mulheres que, chegando ao final da gestação, não desejem ou não podem assumir a maternidade”. Nota-se que são ações possíveis de serem realizadas, mas que devem ser amparadas por política pública voltada à questão. Ao longo do artigo, há evidências de que o problema existe e é grave e, na conclusão, como se verifica no excerto citado acima, fica evidente que lutar para removê-lo é uma atitude justa e humana “Tudo isso pode evitar, portanto, que muitas mulheres e crianças morram nesse processo agressivo e doloroso”, logo é preciso que todos reflitam sobre ele e ajam para solucioná-lo.

Ao comparar a primeira com a versão publicada no *blog*, do trecho escrito pela Tainara, parece se tratar de enunciados completamente diferentes, o que na verdade realmente os são do ponto de vista de conteúdo discursivo-significativo e persuasivo. Não há dúvida de que o processo de melhoria do enunciado incidiu também na evolução dela mesma que o criou. Se antes escrevera uma conclusão de apenas duas linhas e meia, ao final, após intervenções, leituras e reflexões, foi capaz de escrever doze linhas. Não é apenas a extensão que me chamou atenção e que evidencia crescimento da articulista, mas, sobretudo, a qualidade do trecho, seu conteúdo discursivo-argumentativo e sua adequação às características do gênero artigo de opinião.

Em tese, todas as alunas melhoraram a primeira versão criada, atendendo às características da conclusão. Para ilustrar, cito outro exemplo em que Gabriela Ribeiro registrou na introdução que “A solidariedade humana tem o poder de salvar vidas de diversas formas, uma delas é a doação sanguínea” e prosseguiu expondo que “[...] a sociedade não tem se doado a praticar esse ato tão nobre” para, por fim, criar a tese

com o questionamento “O que e como fazer para que as pessoas doem sangue?”. Isso posto, conseguiu, muito bem, concatenar o assunto à parte conclusiva, como se verifica a seguir:

Diante disso, como vimos a doação de sangue é uma questão que precisa ser ampliada. Para isso, é necessário que o quarto poder, a mídia social deve usar de todo seu poder de persuasão para surtir efeitos positivos na sociedade, por meio de campanhas publicitárias nos mais diversos meios de comunicação, trazendo, assim, a doação presente na vida das pessoas, tornando-nos mais familiarizados com o ato de doar. Além disso, o poder público deve incentivar instituições de educação e as ligadas à saúde em uma só causa: fomentar a questão empática, com o propósito de fazer com que as pessoas se motivem a doar vida, que é o que o sangue proporciona (Gabriela Ribeiro. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Destaco a consecução da relação entre as partes do enunciado escrito pela Gabriela e afirmo tratar-se de tarefa não tão fácil de se executar no ato da escrita, principalmente por pessoas tão jovens e que não têm o ato de escrever como atividade constante. O alcance da unidade enunciativa foi resultado de esforço intelectual para escrever e reescrever os períodos, concatenando ideias e as partes de maneira que o todo discursivo concorresse para significar o que, de fato, ela queria expressar. Essa capacidade obtida no processo de criação dos enunciados revelou que ela alcançou o domínio da articulação da linguagem ao conseguir obter a unidade significativa, característica necessária ao ato de escrever. Isso denotou, também, avanço na percepção e domínio do todo enunciativo, o que prova que sua visão de mundo também está em ascendência.

Apesar de não ter sido intenção que criassem o artigo por partes, a dinâmica empreendida nos encontros permitiu que o processo assim ocorresse. A cada parte produzida, as alunas a levavam a mim. Como já afirmei, eu a lia, discutia-a e sugeria-lhes alterações e leituras para a melhoria do enunciado escrito. Ao todo, foram criados 17 artigos, os quais, no subitem seguinte, passo a expor a finalização, o registro dos primeiros e a consequente publicação deles no *Blog Jovem, Fala Sério!*.

2.2.4 Criação, registro e publicação dos artigos de opinião em *Blog*

No final do mês de outubro, depois de um trabalho árduo de reflexão, leitura, escrita e reescrita, os primeiros artigos ficaram prontos. Exatamente cinco iniciais, os quais foram digitados para posteriormente serem publicados. As próprias alunas fizeram a digitação no meu computador (*notebook*) que levei à sala. Infelizmente, não

foi possível utilizar os computadores da Sala de Informática da escola para pesquisa e digitação, em virtude da realização das atividades regulares da instituição de ensino.

Faz-se necessário registrar a interação entre as alunas. Enquanto uma ditava, a outra digitava seu artigo e, assim, mutualmente colaboravam uma com a outra. Em alguns momentos dessas ocorrências colaborativas, mesmo atendendo a uma delas, cujo enunciado ainda estava em fase de criação, percebia que as demais dialogavam sobre o artigo que estavam digitando. Isso demonstra que as atividades de escrita e reescrita ocorreram em um processo dialógico e interacional da linguagem, de forma aproximada ao que postula Volóchinov (2017, p. 220 e 221), quando afirma que “a comunicação social se forma (fundamentada na base), nela se criam a comunicação e a interação verbal e nessa última se constituem as formas dos discursos verbais”.

Sem dúvida, foi nesse universo linguístico-dialógico que os enunciados argumentativos foram construídos pelas alunas consoante às relações sociais estabelecidas com o outro (ou outros) nos acontecimentos da vida cotidiana. Penso que, ao consolidar seus próprios conhecimentos e apreender outros, histórico culturalmente construídos, na interação, elas criaram seus artigos na atmosfera interacional e dialógica da linguagem. Essa percepção que tive encontra respaldo nas palavras de Faraco (2009, p.84) que afirma:

É nessa atmosfera heterogênea que o sujeito, mergulhado nas múltiplas relações e dimensões da interação sociológica, vai-se constituindo discursivamente, assimilando vozes sociais e, ao mesmo tempo, suas inter-relações dialógicas.

Com o artigo digitado, era momento de consolidar o todo discursivo criado. Assim, mais uma vez eu me reunia individualmente com cada uma delas, com o propósito de aprovar o enunciado para publicação. Nesses encontros interativos, líamos o artigo, refletíamos acerca de alguma questão que poderia ser retirada, alterada ou que necessitava de complemento e, ainda, fazíamos uma análise mais apurada se, de fato, o enunciado atendia às características do gênero artigo de opinião.

Nessa fase, embora já tivesse acompanhado todo o processo de criação, os artigos sempre careciam de ajustes. Registro que, ao lermos, as próprias alunas percebiam incoerências e, pelo diálogo entre nós, conseguiam resolver a questão sem grandes dificuldades, prova do crescimento adquirido no processo. Nessa interação para o fechamento do escrito, sempre propunha a substituição de palavras ou

expressões que poderiam melhorá-lo, sem comprometer a condição autoral do enunciado criado.

Algumas sugestões eram aceitas, outras, descartadas. Como exemplo, cito dois fragmentos abaixo escritos por Nathally Gabrielly que argumenta sobre a força da mulher na sociedade. Em um primeiro momento, ela emprega um vocativo em forma de gíria para estabelecer diálogo e confirmar seu posicionamento frente aos leitores e, ao final, dá conselhos às mulheres, interpeladas pelo recurso sintático “Né, *moreh!!*”

Um equívoco: a mulher é tida como sexo frágil pelo fato de que a grande maioria é mais debilitada de força física. Ledo engano. A mulher é forte e prova isso no seu dia a dia, *né moreh!* (Nathally Gabrielly. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Então, vai continuar nessa de não se meter, não tentar ajudar? Diga CHEGA à violência contra mulher, se sabe de alguém que precisa de ajuda, que sofre em casa, ligue 190 e faça sua parte. Mulher nenhuma merece sofrer, VOCÊ, Mulher, merece o mundo, então não aceite menos que isso! (Nathally Gabrielly. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Não afirmo que seja incorreto usar esses recursos linguísticos na escrita do artigo de opinião. Pelo contrário, o gênero se caracteriza por não ser rígido quanto à forma de expressão. Mais importante do que o modo como se expressa é o que constrói como conteúdo sobre um assunto e a validade disso no ato de persuadir o público leitor. Depois de lermos juntos o artigo “Se liga e respeite!”, sugeri que refletisse sobre o uso da gíria “né, *moreh!*”⁹, no primeiro fragmento, e sobre o emprego do imperativo, no segundo, e se gostaria de substituí-los por expressões mais formais, Nathally foi taxativa ao dizer não e argumentou que se tratava de uma forma mais moderna e menos formal, usada entre pessoas mais jovens em diálogos cotidianos para confirmar o que dizem, com pitadas de ironia.

Ocorrência parecida aconteceu com Maria Fernanda. Ao defender o porte de armas em seu artigo, como é característico do gênero, ela trouxe argumentos adversos que dialogaram com seu posicionamento. Ao fazê-lo, emprega uma construção vocativa irônica com o propósito de confirmar o que expressara e contrapor discursos contrários à liberação do porte de armas. Assim escreveu:

Para obter o direito do porte, é preciso acima de tudo, comprovar capacidade técnica e psicológica para o uso. É preciso ter acima de 25 anos, não ter antecedentes criminais, nem estar respondendo a inquérito ou processo criminal, ter residência própria e ocupação lícita. Diante desses dados, já

⁹ “né, *moreh!*” é uma gíria, largamente utilizada pelos mais jovens e por mulheres; construída com o recurso do vocativo, com o auxílio de pontos de interrogação ou exclamação, que pode ser escrita “Não é mesmo, amores!?”, de modo formal.

vemos que grande parte dos brasileiros já não poderiam ter o porte, *né, meus amados?!!!* (Maria Fernanda. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Como ocorrera antes, tentei demovê-la da ideia de usar tal expressão irônica e substituí-la por outra menos agressiva, mas que também sustentasse o posicionamento assumido quanto à liberação do porte de armas, mas não tive êxito. Disse que não via nada que pudesse ser ofensivo e que estava ciente do que queria repassar aos leitores, sobretudo aos contrários ao seu ponto de vista. Considero que a ousadia na escolha e uso dos recursos linguístico-argumentativos é bem-vinda do ponto de vista da expressão, pois representa a essência autoral de quem escreve, conforme esclarecem Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 560) ao afirmarem que “Os argumentos podem, entretanto, ser encarados, em certa medida, como enunciados distintos que interagem, por certo, mas que podemos dispor com grande margem de liberdade”. Diante da argumentação da Maria Fernanda, segui com as leituras, sugestões e análise final dos artigos antes de publicá-los.

Como já disse antes, inicialmente cinco artigos ficaram prontos para publicação. No dia em que os inseri no *Blog*, no momento não revelei às autoras a ação. Então, à noite, logo no início do encontro, pedi para virem à mesa onde eu estava com o computador ligado. Quando acessei o *site Blog, Jovem, Fala Sério!*, e mostrei que os artigos já estavam publicados, todas elas ficaram muito contentes, senão extasiadas, com a realização. Então disse-lhes que, a partir daquele momento, qualquer pessoa do mundo, membros do auditório universal, como diz Amossy (2018), poderia ler o que escreveram. Disse ainda que, do mesmo modo que recorreram a discursos de outros articulistas para criar os artigos, outras pessoas fariam o mesmo com os delas publicados no *Blog*. Gabriely Melchior perguntou se poderia enviar o *link* para outras pessoas. Disse que poderiam compartilhar o endereço com o maior número possível de pessoas, assim mais leitores teriam acesso aos assuntos sobre os quais cada uma escreveu.

A criação do *Blog* e a posterior publicação dos primeiros artigos as motivaram ainda mais ao ato de escrever. Se nos encontros anteriores, elas tiveram muita dificuldade em criar os artigos, pelo trabalho árduo realizado para se chegar à consecução deles, depois das primeiras publicações notei que os problemas iniciais foram se esvaindo. Mesmo que ainda os apresentassem, sabiam como demovê-los para escrever os demais artigos.

Continuei atendendo-as individual e coletivamente, mas, quanto à busca por outras informações, a dialogar com outros discursos, a construir os artigos em sua totalidade e a proceder reescritas, realizavam essas atividades sem minha interferência direta. Interpreto essa independência, mesmo que parcial, como crescimento que foram adquirindo no processo. Posso dizer que passaram a compreender de modo mais amplo que há discursos em todas as realizações humanas presentes no curso da vida em sociedade, que deles podem se apropriar para criar outros enunciados e, assim, também participar da interação linguístico-discursiva como seres sociais. Essa realidade percebida se assemelha ao que Jakubinskij (2015) chamou de *apercepção*.

A *apercepção* (JAKUBINSKI, 2015) consiste numa gama de informações experienciadas no decorrer do tempo sobre determinado campo do conhecimento, as quais são imprescindíveis para perceber e compreender o que está se tratando no momento atual. É como se o sujeito trouxesse consigo uma gama de dados e informações construídos nas trocas dialógicas na dinâmica da vida social que lhe permite não ficar à margem do conteúdo de um diálogo; pelo contrário, a *apercepção* lhe permite compreender a fala do outro com maior clareza e profundidade.

Aperceber, portanto, denota a capacidade que as pessoas possuem para expandir sua compreensão de discursos decorrentes do processo interacional-dialógico. Assim:

Em geral, compreendemos ou não compreendemos o que nos é dito, e se compreendemos, é apenas em um sentido bem preciso, conforme a “inclinação” de nosso espírito para uma ou outra direção. Se transpusermos essa observação para uma linguagem científica, podemos dizer que nossa percepção e nossa compreensão da fala de outrem (como toda percepção) são *aperceptivas*: se elas são bem determinadas por uma estimulação verbal externa, elas o são mais ainda por nossa experiência passada, interna ou externa, e, no fim das contas, pelo conteúdo do psiquismo constitui aquele que percebe no momento da própria percepção. Esse conteúdo do psiquismo constitui a “*massa aperceptiva*” de determinado indivíduo, por intermédio da qual ela assimila uma estimulação externa (JAKUBINSKI, 2015, p. 87, 88).

O que afirma o autor coaduna-se com a realidade das alunas, depois de dois meses participando do experimento didático-formativo. Ao comparar a situação inicial do processo com o período de publicação dos primeiros artigos, reconheço que o trabalho realizado concorreu para a constituição da *massa aperceptiva*, de que fala o pensador russo. Em face desse raciocínio, penso que, no processo de criação dos artigos, a *apercepção* funcionou como facilitadora para a compreensão dos diálogos entre mim e elas, do conteúdo das leituras e, sobretudo, para que apreendessem a

técnica da escrita ao executá-la no ato de escrever. Isso, sem dúvida, permitiu-lhes, a um só tempo, trazer vivências já construídas vida afora e no experimento didático-formativo, como também apropriar-se de conhecimentos, construir novos e consolidá-los na criação dos artigos de opinião.

O processo de criação de enunciados prosseguiu pelo mês de novembro até o início de dezembro. A cada artigo concluído, eu o inseria no *Blog*. A quantidade não foi linear, Gabriely, Maria, Nathally e Tainara criaram três artigos cada; Ana e Gabriela, dois; e Verônica produziu um. A diferença na quantidade de artigos escrito por elas se deveu às faltas aos encontros, problemas de saúde e outras questões de ordem particulares.

No período citado, as criações continuaram e seguiam as atividades de sala: escrita, interação, leitura, reescrita, correção sintática e semântica, sobretudo. É importante destacar que os encontros eram bastante dinâmicos no sentido de as alunas se envolverem entre si e com os temas em questão. Com o passar do tempo, novos assuntos foram incluídos, tais como depressão; abuso sexual; liberação do porte de armas; ensino religioso nas escolas e a questão do tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

Quando os primeiros artigos foram publicados, as articulistas e eu tivemos uma surpresa. Fui procurado pelo editor do Extra de Rondônia, maior jornal do Cone Sul de Rondônia e um dos mais do Estado, o senhor Orlando Caro Labajos, porque queria ter informações sobre o *Blog*. Após explicar a iniciativa, Labajos perguntou se não tinha interesse de publicar os artigos de opinião também em seu jornal. Confesso que fiquei não só surpreso como também feliz com a proposta, pois, a um só tempo, validava o trabalho que estava sendo desenvolvido e oportunizava que os artigos ganhassem maior amplitude de leitores. Por uma questão ética e de justiça, disse ao editor que precisava conversar com as autoras e, caso aceitassem, entraria em contato para efetivar a ação.

No encontro daquele dia, expus a proposta do editor do jornal e, como imaginava, elas ficaram muito contentes. Prontamente aceitaram enviar os artigos para publicar, também, no jornal Extra de Rondônia. Ficou acordado que enviaríamos um por semana. Por uma questão democrática, fizemos um sorteio para disciplinar a ordem do envio, como se verifica a seguir: 1^a – Gabriela Bearis; 2^a – Maria Fernanda; 3^a – Ana Késia; 4^a – Gabriely Melchior; 5^a – Nathally Gabrielly; 6^a – Verônica Maria e 7^a – Tainara Paloma.

A primeira publicação no jornal Extra de Rondônia foi no dia 06 de novembro de 2019 e, depois, salvo alguma dificuldade na publicação, a cada semana um artigo do *Blog* era publicado, conforme confirmam os endereços eletrônicos abaixo:

<https://www.extraderondonia.com.br/2019/11/06/artigo-um-bem-necessario/>

<https://www.extraderondonia.com.br/2019/11/11/artigo-somos-todos-iguais/>

<https://www.extraderondonia.com.br/2019/11/20/artigo-direito-dos-que-necessitam/>

<https://www.extraderondonia.com.br/2019/11/22/artigo-depressao-nao-e-frescura/>

<https://www.extraderondonia.com.br/2019/12/03/artigo-cotas-sim/>

<https://www.extraderondonia.com.br/2019/12/05/artigo-respeitar-e-preciso/>

<https://www.extraderondonia.com.br/2020/03/24/artigo-abuso-sexual-um-grito-por-socorro/>

Essa ação, embora não tenha sido planejada, denotou para mim e para as alunas envolvidas na pesquisa uma confirmação de que o trabalho estava dando resultado e sendo reconhecido pela comunidade. Infelizmente, não foi possível precisar o número de leitores dos artigos publicados em virtude de o *site* do jornal não contabilizar a quantidade de acesso. Mas se se considerar que o Extra de Rondônia é o principal jornal da região, incluindo os municípios localizados a Oeste do Estado do Mato Grosso, e um dos mais importantes do Estado de Rondônia, pode-se supor que os artigos estavam (e ainda estão) à disposição de um público considerável, como discursos sobre temas relevantes para serem lidos.

O experimento didático-formativo foi concluído no mês de dezembro de 2019. Além de leituras, discussões, interação entre mim e as alunas e elas entre si, escritas e reescritas, que flagrantemente denotaram crescimento e avanço na consciência linguística e social, foram produzidos dezessete enunciados do gênero artigo de opinião, os quais estão publicados no *Blog Jovem, Fala Sério!* e, também, sete deles, no jornal supracitado. Adiante, no próximo capítulo, passo a apresentar e discuti-los à luz da Teoria da Filosofia da Linguagem e a da Argumentação.

3 ANÁLISE DOS ENUNCIADOS ARGUMENTATIVOS À LUZ DA FILOSOFIA DA LINGUAGEM E DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO

Neste capítulo, tomo como objeto de estudo os enunciados escritos criados pelos sujeitos da investigação no experimento didático-formativo de que participaram. De todo o processo de escrita, resultaram dezessete artigos de opinião, os quais representam, para além de discursos de alunos do Ensino Médio sobre alguns assuntos em voga, a própria linguagem em atividade; ou antes, a linguagem como fenômeno social de interação e criação verbal, erigido pelas relações dialógicas em sentido amplo, e que propicia a formação da consciência social dos que a usam. Nesse caso, equivale a dizer que o ato de escrever, por ser um campo em que se evidencia o papel constitutivo da linguagem em gêneros, em particular o gênero artigo de opinião, representou um meio de crescimento das alunas, obviamente no domínio da escrita, pelas intervenções epilinguísticas desenvolvidas no processo, mas, principalmente, quanto à formação da consciência social de cada uma das estudantes envolvidas.

Com efeito, acredito que nessa questão resida o objetivo fundante da escrita, que é o de atuar no sujeito de maneira que ele apreenda e construa conhecimentos que propiciem a formação de sua consciência social. O ato de escrever em si mobiliza práticas de linguagem que favorecem o alcance desse objetivo. Na concepção da Teoria da FL, a prática viva da linguagem propicia que os sujeitos interajam, para além do sistema abstrato de normas, com a linguagem carregada de conteúdo ou de sentido ideológico ou vivencial. Isso permite ao escrevente tomá-la como atividade e com ela interagir com discursos, bem como construir outros que vão compondo a teia discursivo-linguística da qual todos fazem parte.

Para além da reflexão acerca do objeto em si, materializado na escrita sob estrutura e características próprias do gênero, faz-se necessário apresentar e discutir a constituição própria da linguagem, presente nos atos desenvolvidos no processo de criação de enunciados argumentativos. Para tanto, evidenciam-se os esquemas da argumentação dos quais o articulista fez uso para criar e fundamentar seu discurso. Desse processo, inevitavelmente surgem as subjetividades, tanto na definição do assunto, como na interação com outros discursos, na forma de abordagem do assunto e, ainda, na escolha dos elementos constitutivos da argumentatividade. Como afirma Grilo (2017), uma discussão dos meandros e possibilidades da linguagem, na

perspectiva filosófica, permite realizar uma análise mais ampla dos fundamentos, da natureza, dos usos, por meio das práticas de linguagem, e dos objetivos da linguagem.

A nova retórica, postulada por Perelman e Olbrechts-Tyteca, traz a presença do outro, além da presença do orador ou escrevente, no empreendimento argumentativo, ou seja, trabalha com a argumentação no discurso. Dessa forma, a linguagem em atividade, como indica a FL, é expediente necessário para efetivar a argumentatividade, na perspectiva da TA. Isso faz todo sentido se se considerar que a argumentação moderna distancia-se da lógica clássica quanto às estratégias para persuadir o auditório e apega-se à interação discursiva para se efetivar e produzir elementos que dão forma à persuasão. Por isso:

Por mais imprecisas que sejam as condições em que se desenvolvem os fenômenos de interação, são eles contudo que determinam em grande parte a escolha dos argumentos, a amplitude e a ordem da argumentação (PERELMAN E OLBERECHTS-TYTECA, 2005, p. 524).

Nesse contexto de relação entre argumentatividade e interação, Amossy (2018, p. 22) esclarece que:

Enfim, a argumentação não é um raciocínio dedutivo que se desenvolva no campo do raciocínio puramente lógico, fora de toda interferência do sujeito. Ela necessita, ao contrário, de uma interrelação do locutor e do alocutário. A influência recíproca que um exerce sobre o outro – o orador e seu auditório, na dinâmica do discurso com visada persuasiva – constitui um dos princípios de base da “nova retórica”.

Mesmo que a nova retórica, como apresentado até agora, foque a argumentação no discurso, oriundo das relações entre os falantes da linguagem e pelos usos que fazem dela, há elementos da retórica clássica considerados como indispensáveis ao processo argumentativo e que não podem ser descartados. À medida que aparecerem tais recursos nos artigos criados, serão considerados dentro da perspectiva perelmaniana.

As análises que seguem arquitetam-se a partir dessa relação de quem escreve com quem lê, mesmo que não se conheçam os leitores ou que os atos (o de escrever e o de ler) ocorram em tempo e espaço distintos dos que lerão. Na geração de dados, essa relação interacional aconteceu na efetividade das práticas de linguagem presentes no processo de criação dos enunciados pelo escrevente, no momento de escrita, e, ainda, na decisão do leitor, quando este se propôs a participar da discussão pelo ato de ler para construir seus artigos de opinião.

É importante salientar que não se trata de analisar o discurso argumentativo que as alunas criaram, lançando sobre eles juízo de valor, mas, antes de qualquer

questão, o foco é apresentar os recursos, as estratégias, os elementos sintáticos e lexicais utilizados nos artigos de opinião e analisar a validade persuasiva deles no alcance da adesão dos leitores. Começo por apresentar e discutir o papel da linguagem na construção da argumentatividade.

3.1 A linguagem como atividade nuclear da argumentatividade

Como postula a FL, a linguagem está presente em todos os empreendimentos humanos, logo não é possível promover o processo de argumentação, na perspectiva da nova retórica, senão por meio dela. Aqui, foco a análise da argumentação no discurso, ou antes, nos elementos, recursos e estratégias linguísticas usadas pelas articulistas na construção da argumentatividade presente nos artigos de opinião.

Neste capítulo, intitulado *A linguagem como atividade nuclear da argumentatividade*, discuto a questão do *ethos* e do *pathos* no discurso argumentativo; a ideologia presente na linguagem argumentativa; a presença da analogia na construção da argumentatividade; a palavra e sua força significativa na argumentação; o uso das figuras de linguagem como argumento e, por fim, a diálogo na argumentação.

Na arte retórica, chama-se *logos* a própria linguagem com a qual o sujeito dá forma a seu discurso. Neste trabalho, por uma questão de coerência teórica com os pressupostos da FL e da TA, uso em maior recorrência a expressão linguagem argumentativa ou argumentação no discurso para expor e analisar os enunciados. É necessário destacar que essa linguagem tal como se apresenta não é necessariamente a questão chave na análise argumentativa, o que substancia como algo de fato relevante é o que ela significa para a formação da argumentatividade. Os conectores usados para ligar um período linguístico a outro, com a finalidade de tornar o fragmento coerente, por exemplo, são, em tese, menos importantes em relação ao que representam na construção de argumentos e ao que significam para persuadir o interlocutor. Como explica Amossy (2018, p. 172), “A análise argumentativa não examina o léxico em si e por si: ela se preocupa com a maneira pela qual a escolha de termos orienta e modela a argumentação”.

Adiante, inicio destacando a presença dos aspectos relacionados à subjetividade do escrevente – *ethos* – e das emoções provocadas no leitor – *pathos*, como elementos evidentes no jogo argumentativo.

3.1.1 A questão do *ethos* e do *pathos* no discurso argumentativo

Mesmo sem se darem conta, inicialmente, de que todos em certa medida agem segundo uma determinada perspectiva pessoal, as alunas foram definindo paulatinamente os assuntos sobre os quais escreveriam a partir de seus valores, vivências e crenças, que são, em si, propriedades ideológicas particulares de seres sociais. Essa ocorrência é consoante ao que afirmou Bourdieu, citado por Amossy (2018, p. 89), em que o “*ethos* designa os princípios interiorizados que guiam nossa conduta sem que sejamos conscientes disso”. Nesse sentido, pontuo que a visão de mundo delas, bem como suas emoções e sentimentos influenciaram, em um primeiro momento, a escolha dos assuntos e, em seguida, modelaram a discussão deles, os quais, de algum modo, representaram o reflexo da própria vida de cada uma.

O que ressalto vem ao encontro do que postula Amossy (2018), ao discutir a presença do *ethos* e *phatos* como elementos constituintes de argumentatividade, os quais consistem no uso da emoção ou envolvimento do orador/escrevente (*ethos*), ou seja, a imagem que constrói de si com o propósito de contribuir com a materialização de seu discurso no ato de persuadir, provocando a emoção (*pathos*) de seu auditório (ouvinte ou leitor). Na perspectiva da FL, esse processo não acontece à margem do diálogo empreendido pelos interlocutores, os quais, em alguma medida, criam pelo e no discurso um vínculo subjetivo. Pelo contrário, acontece na interação de um com o outro, em cuja relação aparecem a imagem pessoal e as emoções de um influenciando a imagem e a subjetividade do outro, uma vez que, como diz Petrilli (2013, p. 50) “O diálogo, queira ou não, é o envolvimento com o outro, um emaranhado do qual não é possível libertar-se, é a impossibilidade de fugir desse encontro. O diálogo é a relação de compromisso e não indiferença em relação ao outro”.

O que afirmei, e validado pela citação, encontra-se exemplificado no trecho abaixo. Nele Ana Késia, ao decidir-se por escrever sobre “Bolsa Família”, revelou que sua família fora contemplada pelo Programa, o que denota sua identificação emocional com o assunto. Essa revelação demonstrou o caráter subjetivo, carregado de emoções, presente na escolha do assunto, bem como reforçou a estratégia argumentativa usada no bojo da discussão. A imagem que tem do Programa, a identificação com ele, bem como a relação de dependência, mesmo que por um período curto, que criou por meio dos benefícios que a família recebeu foram

preponderantes ao definir e fundamentar seu posicionamento. Isso é flagrante no fragmento:

Muitos dizem que o “bolsa família não cria políticas públicas que forneçam oportunidades de emprego e incentivo para que possam ganhar um dinheiro mais digno.”, mas por que ganhar o benefício não é digno?, só não é digno, quando a pessoa está ganhando, mas não precisa. É digno sim porque ajuda famílias a não passarem fome, ajuda as crianças não desistirem de seus estudos, com isso garantindo um futuro melhor (Ana Késia. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Apesar não se citar no discurso, tampouco escrever a partir das pessoas “eu” ou “nós”, o que já garantiria presença direta no discurso, a identificação de Ana com o que se está discutindo é revelada ao usar o advérbio “sim”, intensificando seu posicionamento, e, em seguida, ao enumerar três argumentos que, a um só tempo, revelam a presença do *ethos* – sua própria imagem e sentimentos refletidos no discurso – e direcionam seu ponto de vista em busca de conseguir a adesão dos leitores. Com essa estratégia argumentativa, Ana Késia reforça a tese que defende ao provocar o *phatos* – a emoção do interlocutor, com isso impede qualquer contraponto ao seu posicionamento, como explica Amossy (2018, p. 83): “O ser transparece no discurso, permitindo, assim, operar uma ligação harmoniosa entre a pessoa do locutor, as suas qualidades, o seu modo de vida e a imagem que sua fala projeta de si”.

A estratégia de aguçar a subjetividade tanto de quem escreve como a de quem lê pode ser percebida na maioria dos artigos. Cito aqui mais algumas ocorrências em que as articulistas escrevem sobre a doação de sangue, a depressão e a independência do jovem, respectivamente, e em cada fragmento são perceptíveis as marcas pessoais, o que evidencia identificação do escrevente em relação à escolha e discussão do assunto, o que de algum modo tende a propiciar maior adesão do interlocutor sobre o que está lendo:

Doar traz uma satisfação de ser útil, de praticar a humanidade, enfim, de estar melhorando a sociedade. Assim como as pessoas que recebem sangue se sentem gratas a ponto de se tornarem doadoras pela gratidão sentida. É como um efeito cascata em que a solidariedade contagia outros para fazer o mesmo (Gabriela Bearis. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Estamos vivendo em uma época em que a interação, o olho no olho, a presença física estão se tornando cada vez mais dispensáveis. Fazemos amizades virtuais, compras, vemos filmes, praticamente tudo pela internet, por isso estamos nos tornando sozinhos, criando gerações de pessoas (e também nos tornando) isoladas e deprimidas (Gabriely Melchior. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Grande maioria dos jovens de hoje só anseia a uma coisa: a independência. Isso significa, principalmente, morar sozinho. Muitos não percebem que esse

desejo implica outras questões, como a financeira principalmente. Mesmo com tantas adversidades, é direito, sim, de o jovem buscar conquistar sua liberdade.

Desde cedo, somos criados para o mundo, ou seja, para nos virarmos sozinhos. Mas por que os pais não aceitam que é hora de nos deixar ir? Muitos usam a desculpa de que não estamos preparados ainda. Porém, não são apenas os pais a colocarem empecilhos; a questão financeira pesa, pois ela é a principal chave para se permitir ou impedir que se abra essa porta. (Maria Fernanda. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Com efeito, pode ocorrer a quem escreve não perceber que suas emoções fluem na defesa de um ponto de vista e que isso influencia o leitor ou que seu posicionamento advém do contexto que o cerca, mas o fato é que o ato de escrever mobiliza outros atos, como ler, refletir, falar, ouvir, discutir, interagir e muitos deles ocorrem na presença de interlocutores.

Dessa relação, as subjetividades pessoais se juntam às influências exteriores no próprio no uso da linguagem em atividade e revelam crenças, valores, sentimentos, emoções que se fazem presentes no momento da construção de argumentos em defesa de um assunto. É o que ocorre quando Gabriela escreve “Assim como as pessoas que recebem sangue se sentem gratas a ponto de se tornarem doadoras pela gratidão sentida”, nas palavras de Gabriely “...estamos nos tornando sozinhos, criando gerações de pessoas (e também nos tornando) isoladas e deprimidas” e, ainda, “Grande maioria dos jovens de hoje só anseia a uma coisa: a independência”, como afirma Maria Fernanda. Em todas as citações, o *ethos* emerge quando as autoras colocam-se no discurso e deixam transparecer que sentem o que escrevem. Esse ato tem o poder de desencadear a identificação dos leitores com o que está sendo discutido, abrindo caminho para o surgimento do *pathos*.

Por isso, afirmo ser crível o fato de que os conceitos – *ethos* e *pathos* – postulados pela TA – estarem presentes nos discursos e cada um, ao seu modo e funcionalidade, cumpre seu papel na argumentatividade. Nesse contexto, no processo de criação de argumentos, quem escreve foca a adesão dos leitores, cuja persuasão, como evidenciam os trechos destacados na citação abaixo, também advém do modo como as emoções são mobilizadas por quem escreve, porque:

Persuadir é saber gerenciar relação, é falar à emoção do outro. [...] Quando convencemos alguém, esse alguém passa a pensar como nós. Persuadir é construir no terreno das emoções, é sensibilizar o outro para agir. Quando persuadimos alguém, esse alguém realiza algo que desejamos que ele realize (ABREU, 2009, p. 9). (Grifos meus)

Ao criar os argumentos escritos, como se percebe nos fragmentos da Gabriela, da Gabriely e da Maria Fernanda, citados acima, o caráter subjetivo neles expressos foi determinante não só na escolha do tema, mas principalmente na interação e embate com outros discursos e na construção discursiva dos argumentos. Enunciados como “Doar traz uma satisfação de ser útil, de praticar a humanidade”; “Fazemos amizades virtuais, compras, vemos filmes, praticamente tudo pela internet” e “somos criados para o mundo, ou seja, para nos virarmos sozinhos”, por exemplo, comprovam a estratégia em que o articulista coloca-se presente no discurso, ao mesmo tempo em que visa a persuadir o leitor para o fato de que também este é responsável pela questão de “praticar a humanidade”, pela consequência de que “estamos nos tornando sozinhos” e, ainda, pela busca da liberdade.

A força do discurso e sua capacidade de persuasão residem na estratégia do escrevente em criar uma imagem que o reflita e que reforce nos leitores o conteúdo argumentativo que profere, cujo discurso passa a ser o que, de fato, importa, e em que o leitor se percebe, pois para Amossy (2018, p. 89) “É, afinal, a imagem que o locutor constrói, deliberadamente ou não, em seu discurso, que constitui um componente da força elocutória”. Nesse turno, afirmo que o articulista, ao criar argumentos, cuja essência reside no fator subjetivo e nos sentimentos que, inevitavelmente são aflorados, primeiramente em si, e que despertam a subjetividade, no leitor, levando-o a identificar-se com o que argumenta. Essa estratégia colabora para que os leitores se tornem susceptíveis a aderirem à tese, bem como os impede de qualquer contraposição, uma vez que ela os leva, pela leitura que fazem, a envolverem-se emocionalmente.

Nota-se que as proposições “praticar a humanidade”, “estamos nos tornando sozinhos” e “somos criados para o mundo” têm o poder de provocar no leitor um sentimento de responsabilidade social e compaixão humana, uma vez que, sendo humano e viver em sociedade, deve lutar pela sua manutenção, senão pode se imaginar não-humano ou estar prescindindo de sua própria existência. Essa estratégia de provocar o *pathos*, ou seja, a emoção do leitor, faz parte do jogo argumentativo e leva os interlocutores a aderir ao ponto de vista, pois, para construí-la, o articulista mobiliza crenças valores, sentimentos presentes em si mesmo e naqueles que lerão seus enunciados (AMOSSY, 2018).

Em continuidade à exposição e à análise, permito-me retomar partes de dois fragmentos já citados para discutir a semelhança na estratégia argumentativa criada pela Ana Késia e Maria Fernanda.

Muitos dizem que o “bolsa família não cria políticas públicas que forneçam oportunidades de emprego e incentivo para que possam ganhar um dinheiro mais digno.”, mas por que ganhar o benefício não é digno?, só não é digno, quando a pessoa está ganhando, mas não precisa. É digno sim porque ajuda famílias a não passarem fome, ajuda as crianças não desistirem de seus estudos, com isso garantindo um futuro melhor (Ana Késia. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Grande maioria dos jovens de hoje só anseia a uma coisa: a independência. Isso significa, principalmente, morar sozinho. Muitos não percebem que esse desejo implica outras questões, como a financeira principalmente. Mesmo com tantas adversidades, é direito, sim, de o jovem buscar conquistar sua liberdade (Maria Fernanda. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Como se percebe, o mesmo recurso argumentativo usado pela Ana Késia “É digno sim”, ao responder à questão de ser ou não digno receber o benefício do Programa Bolsa Família: “mas por que ganhar o benefício não é digno?” é retomado pela Maria Fernanda “é direito, sim”, para defender o direito de o jovem buscar conquistar sua liberdade. A semelhança sintático-semântica do enunciado se explica pela interação discursiva entre elas nos encontros do experimento. Não que uma tenha copiado da outra, mas que o discurso de uma, ao mesmo tempo que é afetado pelo da outra, inevitavelmente, também influencia. A primeira proposição “É digno sim” coloca o leitor numa posição em que, se discordar, deixa de ser digno, pois a dignidade está, tanto no questionamento, como na resposta incisiva, no ato de receber o benefício e no de aceitá-lo como justo; já a segunda, “é direito, sim, da Maria, refuta, pela força do advérbio “sim”, qualquer contraponto.

Em um trecho, Ana Késia usa o conectivo “porque” para consumir a legitimidade da ação, cujas consequências julga serem eminentemente nobres, logo são justas: “pessoas não passarem fome”; “crianças não desistirem de seus estudos” e “garantindo um futuro melhor”. Segundo Amossy (2018, p. 185), “Os conectores concernem diretamente à análise argumentativa pelo fato de que acrescentam à sua função de ligação uma função de construção de uma relação argumentativa”. Que argumentos colocariam em xeque o combate à fome, o direito ao estudo a uma criança e a construção de futuro, já que são ações legítimas e que se referem ao bem comum? Nenhum.

No fragmento abaixo, Nathally Gabrielly, para atingir seus objetivos de persuasão, sobretudo junto a mulheres, mobiliza a linguagem verbal no sentido de

convencer pela emoção, logo recorre ao expediente do *ethos*, colocando-se presente no discurso:

Se o feminismo não existisse, nós (mulheres) não teríamos o direito a muitas coisas, os homens ainda teriam o poder em completamente tudo e ainda seríamos “escravas” de uma época sem direitos e aprimoramento algum a mulher.

Então lembre-se, você mulher tem SEUS direitos, tem SUAS vontades, tem SEUS momentos, e não é um ser de outro gênero que vai ditar o que você pode ou não fazer, pois autoridade alguma ele tem sobre sua vida. Escolha ser feliz, não se importando com que o outro diz!

E aja diferente para que não tenha o mesmo destino de Eulália, personagem criada por Marina Colasanti que diz:

“É uma santa. Diziam os vizinhos. E dona Eulália apanhando.

É um anjo. Diziam os parentes. E dona Eulália sangrando.

Porém igualmente se surpreenderam na noite em que, mais bêbado que de costume, o marido, depois de surrá-la, jogou-a pela janela, e dona Eulália rompeu em asas o voo de sua trajetória.”

Então, vai continuar nessa de não se meter, não tentar ajudar? Diga CHEGA à violência contra mulher, se sabe de alguém que precisa de ajuda, que sofre em casa, ligue 190 e faça sua parte. Mulher nenhuma merece sofrer, VOCÊ, Mulher, merece o mundo, então não aceite menos que isso! (Nathally Gabrielly. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Ao defender que a mulher tem direitos e deve lutar por eles, a articulista coloca-se presente no discurso em vários momentos. Um deles é quando usa a primeira pessoa do plural “nós” em: [...] “nós (mulheres) não teríamos [...]” e “[...] ainda seríamos ‘escravas’ [...]”. No fragmento, como se não bastassem os verbos conjugados que confirmam o envolvimento no discurso, usa os parênteses para reforçar sua presença e, com isso, intensifica que o “nós” refere-se a “mulheres”, como ela própria que escreve também o é. Essa identificação da articulista, ao colocar-se presente no enunciado que constrói, encontra ressonância ao que escreveu Amossy (2018, p. 84) “A imagem de si é, assim, apreendida por meio das marcas verbais que a constroem e a propõem ao parceiro da interlocução”.

Outro recurso persuasivo vem da força dos verbos no modo imperativo: “lembre-se”, “escolha”, “aja”, “chega”, “não aceite”. O uso do recurso verbal objetiva, além da adesão dos leitores à causa que está sendo debatida, construir uma relação de proximidade com as mulheres que sofrem ou que venham a sofrer pela negação dos direitos ou pela violência. É como se Nathally falasse diretamente a esse público, à semelhança de diálogo entre pessoas no cotidiano.

Nathally também registra palavras em maiúsculo, como se gritasse. Com tal recurso, é flagrante o fluir de emoções que atingem o leitor, seja o homem, para lembrá-lo que é necessário proteger as mulheres e conceder-lhes seus direitos; seja a própria mulher, para que ouça, reflita e consiga mover-se do lugar em que se

encontra. As palavras em destaque antecedendo substantivos: “SEUS direitos”, “SUAS vontades”, “SEUS momentos”, provam ao leitor que ‘Direitos’, ‘vontades’ e ‘momentos’ pertencem às mulheres, portanto prescindem da concessão masculina para se efetivarem ou serem respeitados. Ao considerar a mensagem argumentativa pretendida, esse recurso resume a própria condição da mulher, detentora de direitos, independentemente de qualquer julgamento contrário que, por ventura, o leitor tiver. Negá-los é, em resumo, negar a existência da mulher.

Destaco que a identificação e determinação que a articulista deixa transparecer em seu discurso, marcadas pela expressão da subjetividade, potencializam a argumentatividade no processo de convencimento do leitor. Essa estratégia é possível porque, como diz Amossy (2018, p. 83), “O ser transparece no discurso, permitindo assim, operar uma ligação harmoniosa entre a pessoa do locutor, as suas qualidades, o seu modo de vida e a imagem que sua fala projeta de si”.

É salutar afirmar que essa estratégia discursivo-argumentativa usada pela Nathally, de colocar-se no discurso que profere, atinge, a um só tempo, mulheres e homens. Estes, para convencê-los da situação feminina e, aquelas, para fazer-lhes refletir se realmente vivem em condição plena. É evidente que seu objetivo é convencer as mulheres a reconhecerem que devem lutar por igualdade. Ao ter acesso ao fragmento em questão, é pouco provável que o leitor fique impassível, que não seja atingido pelos argumentos em defesa da condição da mulher ou que não concorde com eles.

É preciso insistir no fato de que a construção de enunciados argumentativos, como os expressos nos fragmentos citados anteriormente, envolve sempre alguém que se pronuncia (escrevendo) e o outro (auditório) que lê, portanto, nessa troca, inevitavelmente são expressos o que ambos sentem e o que objetivam mesmo que espacial e temporalmente distantes. Sobre essa questão, Amossy (2011, p.133) ressalta que

É na espessura da língua que se forma e se transmite a argumentação, e é através do seu uso que ela se instala: a argumentação, é preciso não esquecer, não é o emprego de um raciocínio que se basta por si só, mas uma troca atual ou virtual – entre dois ou mais parceiros que pretendem influenciar um ao outro.

Enfim, percebo, portanto, a presença evidente do *ethos*, no que se refere à identificação e presença das articulistas na discussão e a defesa que fizeram do assunto de que trataram, bem como a do *pathos*, no sentido de provocar algum

sentimento no leitor, porque, segundo Amossy (2018, p. 104), [...] “a questão do *ethos* está, então, associada à questão da construção de uma identidade que permite, ao mesmo tempo, criar uma relação nova para si e para o outro”.

Antes de finalizar este tópico, é necessário refletir se a construção dessa imagem que os escreventes criam de si, que perpassa o discurso que escrevem e visa ao público, contribui para formação da consciência social. Nesse sentido, é salutar afirmar que à medida que mobiliza a linguagem, que se coloca em interação dialógica com interlocutores, com o propósito de convencê-los sobre o que defende, o sujeito vai se formando socialmente. A consciência social, portanto, se forma no processo de mobilizar valores e virtudes humanos, bem como apreender e construir conhecimentos pelo uso da linguagem em atividade, ou seja, pelo contato que o sujeito tem com outros discursos e pelas interações estabelecidas no ato da escrita dos enunciados argumentativos.

A consciência social do sujeito, então, vai se constituindo nas ações linguísticas que executa e nas trocas dialógicas que estabelece com os outros, porque segundo Geraldi (2015, p. 123), “A linguagem, enquanto processo de constituição da subjetividade, marca as trajetórias individuais de sujeitos que se fazem sociais pela língua que compartilham”. Quando se permite conhecer outros discursos, relacionar-se com o outro (ou outros) pertencente à mesma comunidade linguística e, ainda, quando apreende conhecimentos e constrói valores, crenças e cultura desenvolve mais sua condição de homem. Isso não quer dizer que desenvolve de uma só vez valores e virtudes humanos, mas vai apreendendo os já construídos pela sociedade e formando outros no curso da vida. Dessa forma, por meio da linguagem, por ser cultural e social, o ser humano se relaciona, interage, cria discursos e é atingido por outros, ou seja, ao mobilizar a linguagem em favor da apreensão dos conhecimentos histórica e culturalmente e da construção de novos por meio do contato com o outro é que sua consciência social vai se formando.

Assim, ao escreverem os artigos de opinião, as alunas que participaram do experimento didático-formativo foram criando, conscientes ou não, uma imagem de si que, para além da materialidade do enunciado, transpareceu nos discursos produzidos e contribuiu para aguçar o *pathos* nos leitores, persuadindo-os. A realidade vivenciada por elas na escritura revelou-se profícua porque pautou-se na interação, no diálogo, ou seja, no uso da linguagem em atividade.

Não há dúvidas, destaco, que elas se identificaram com os assuntos sobre os quais escreveram à medida que executavam as práticas de linguagem e colocavam-se presentes no próprio discurso que criavam. Nesse sentido, ao desenvolverem o *ethos*, concomitantemente apreendiam a essência do tema, ampliando sua condição sócio histórica, portanto formando e expandindo sua consciência social, que só pode materializar-se no signo ideológico. Essa questão referente à consciência social do ser a partir do trabalho realizado com a linguagem é discutida por Geraldi (2015, p. 53) ao afirmar que:

Se consideradas as hipóteses a propósito da constituição sógnica da consciência (Bakhtin) ou das estruturas de pensamento (Vigostky) aliadas à noção de constitutividade e de indeterminação, certamente a construção dos objetos de ciência não se deixam reduzir para além ou para fora do mundo da linguagem.

Como não há receita pronta que determine quando e quanto a consciência social de um sujeito se forma, abrem-se possibilidades para afirmar que ela se inicia e se expande no próprio processo de linguagem em que se insere ao nascer e do qual participa o ser vida afora, seja tendo acesso a discursos pelo ato de ler, seja praticando o ato de escrever. É preciso considerar que não é só pela linguagem escrita – leitura e criação de enunciados – que o sujeito forma sua consciência. Os que não leem e não escrevem também desenvolvem sua consciência, embora qualitativamente diferente dos que têm oportunidade de formação. As ações sistemáticas ou não-sistemáticas do ser no mundo, a relação com o que há no meio social em que está inserido, em interação e convívio com o outro ocorrem por meio dos processos de linguagem, seja ela escrita ou oral. No processo do qual participaram, atesto que os articulistas, ao desenvolverem as práticas de linguagem dos atos de ler e escrever, foram dando forma à sua consciência social, até alcançarem sua autonomia pessoal, social e intelectual. Prova disso são os enunciados criados, os quais enfocam relevantes conteúdos presentes na realidade, e que são capazes de promover a continuidade do discurso que serve de base para o agir cotidiano.

3.1.2 A ideologia presente na linguagem argumentativa

É imperativo que se debruce sobre a questão da linguagem como base efetiva do aspecto ideológico do signo linguístico. Se cada palavra ou expressão de que faz uso o sujeito para construir a argumentatividade do enunciado promove consensos ou

polêmicas, é de se supor que essa mesma palavra ou expressão possua uma carga ideológica ao ser usada. Optar pela palavra “ocupação”, e não por “invasão”, por exemplo, ao discutir a questão do sem-teto ou sem-terra, é mais do que simplesmente empregar uma ou outra. Essa escolha reflete, a um só tempo, a ideologia do sujeito, bem como modula toda a argumentação em defesa deste ou daquele grupo ou causa social.

Para Volóchinov (2017) todo signo é ideológico, em outras palavras, não há ideologia onde não há significação sígnica. Signo, na Filosofia da Linguagem, é construído no contexto exterior e se insere na realidade, ora refletindo ora refratando-a. Ele é, por natureza, a própria realidade concreta, representando uma ideia, um evento, um grupo, um governo, enfim, uma ideologia. A existência e o valor de um signo resultam da materialização e efetividade da comunicação na e pela sociedade, porque “Qualquer signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também uma parte material dessa mesma realidade”, como explica Volóchinov (2017, p. 94),

Atualmente é quase impossível falar em ideologia se os sujeitos não relacionarem o termo a posicionamentos políticos. Seu significado parece estar entranhado na mente de grande parte das pessoas como algo sobre o qual precisam tomar partido, colocando-se afeito a uma ideologia em detrimento de outra (ou outras) que, por vezes, não representam suas convicções em sua condição de cidadão, mas que o ajudam a refutar uma ideologia que se distancia do seu modo de entender o mundo e viver a realidade. Neste trabalho, esclareço que o sentido do termo *ideologia* usado para modular a análise e discussão dos artigos é o postulado por Volóchinov e citado por Sériot (2015, p. 16) segundo o qual ideologia “é o conjunto de produtos culturais, dos quais faz parte a Ciência: são todas as ideias que ‘as pessoas’ têm na cabeça, conjunto sempre manifesto e transparente na consciência, já que para ele o inconsciente não existe”. Nenhum emprego da linguagem é desprovido de valores e princípios por meio dos quais age o sujeito, portanto é com esse conceito de *logos* (ou palavra, linguagem) que os elementos linguísticos foram usados pelos escreventes no processo de criação. Com efeito, a força ideológica da linguagem que usam combina ou contrasta com a linguagem, também ideológica, do outro e, nesse processo de troca, é que a consciência social vai permanentemente se formando e se reconfigurando.

Começo a análise tomando como referência o parágrafo inicial do artigo “Meio ambiente: a questão das queimadas”, criado pela Gabriely Melchior:

O meio ambiente sofre, pela ação do homem, inúmeras interferências e, muitas vezes, elas não são positivas. Pelo contrário, são danosas ao equilíbrio ambiental. Dentre as várias ações humanas que agredem o meio em que vivemos estão as queimadas. Usadas para limpar o terreno para o plantio, elas destroem a fauna, a flora e a fertilidade do solo. É preciso combater essa prática danosa ao ambiente (Gabriely Melchior. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Ao iniciar seu artigo, para além da opção de conceituar meio ambiente ou de analisá-lo na perspectiva de que ele envolve tudo o que há na natureza, ela opta por empregar o verbo “sofre”. Esse recurso linguístico já sinaliza aos leitores o posicionamento dela e o que encontrarão adiante. Gabriely é incisiva ao escrever que “o meio ambiente sofre” e, com a força persuasiva do período, leva o interlocutor a partilhar de sua posição, pois não dá espaço para contestação, ao concluir a ideia de que “É preciso combater essa prática danosa ao ambiente”.

Como reforço do que expusera, usa palavras e expressões que intensificam o aspecto negativo relacionado ao assunto sobre o qual escreve. A expressão “(interferências) não são positivas”, somada ao conjunto de palavras “danosas”, “agredem”, “destroem” e “danosa” potencializam seu argumento de que o meio ambiente sofre. A mensagem persuasiva que chega aos leitores é a de que o meio ambiente precisa da colaboração de todos.

Na parte final do parágrafo, Gabriely revela o que faz o meio ambiente sofrer: as queimadas, enumera as consequências negativas resultantes delas: “elas destroem a fauna, a flora e a fertilidade do solo”, e ratifica que “É preciso combater essa prática danosa ao ambiente”. A estratégia de encadear ações negativas que se abatem sobre o meio ambiente tem como objetivo fazer com que o leitor se impressione e que promova alguma ação para protegê-lo. Esse recurso não tem outra função senão a de sensibilizar, provocar, persuadir o interlocutor quanto à questão das queimadas, tão danosas ao ambiente.

Se há um problema ambiental, é fato haver o agente (ou agentes) provocador desse problema. Adiante, Gabriely o define:

Há registros de que a utilização das queimadas, no Brasil, tenha começado no período colonial, quando já era usada para a retirada da vegetação original, para o plantio ou formação de pastagem. Segundo uma análise feita pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), 33% das queimadas de 2019 estão em propriedades privadas. Por ser uma técnica rápida e barata, continua sendo muito utilizada no meio rural, além disso, muitos agricultores utilizam a queimada como uma forma de fertilização do

solo, pois as cinzas seriam uma forma de adubo. Porém, esse modo de limpeza de terreno, é alvo de críticas por ambientalistas, na atualidade. É um equívoco achar que com a queima o solo será adubado (Gabriely Melchior. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Gabriely constrói o parágrafo com cinco períodos para discutir a problemática das queimadas, mas o trecho mais evidente de todo o fragmento e que revela sua posição ideológica, sobre a qual constrói sua tese, é o que indica os responsáveis pela questão: “Segundo uma análise feita pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), 33% das queimadas de 2019 estão em propriedades privadas”. Mesmo sem dizer lexical e explicitamente o que defende e contra quem dirige seu posicionamento, direciona suas críticas aos agricultores do agronegócio, em vez de ao pequeno agricultor, como os maiores provocadores de queimadas. O uso das palavras “rápida” e “barata” indica o objetivo da ação de queimar: produzir lucro, ou seja, minimizar os gastos para maximizar os ganhos.

A prova de que fala dos grandes proprietários de terra é o uso do termo “Ambientalistas” em: “Porém, esse modo de limpeza de terreno é alvo de críticas por ambientalistas, na atualidade”. Não é o pequeno agricultor, que trabalha com a terra para dela tirar sua subsistência e da família, que é alvo de críticas de ambientalistas por explorar o meio ambiente, mas o dono de latifúndio, cuja ação não visa à alimentação, mas ao lucro. O recurso argumentativo, portanto, é construído baseado em sua posição ideológica ao defender o meio ambiente da ação predatória dos grandes devastadores.

Em todo o enunciado, de modo algum o emprego de determinadas palavras é um fato isolado, desprovido de intenção ideológica. Mesmo que o redator, ao escrever, não reconheça que a escolha lexical pressupõe a presença de seus valores, crenças e princípios, imbuídas nas palavras ou expressões empregadas, é fato que toda expressão linguística, como afirma Volóchinov (2017, p. 99), “pode assumir qualquer função ideológica: científica, estética, moral e religiosa”.

Princípio semelhante ocorre em outro artigo, “Cotas, sim!”, escrito pela Nathally Gabrielly, em que os signos ideológicos se manifestam desde o título. O uso do advérbio “sim” logo após a palavra “Cotas”, que é o próprio objeto que vai defender, aliado ao sinal de pontuação exclamativo e a forma como articulou esses recursos não somente revelam o posicionamento dela, como também determinam o ponto de vista a ser defendido. É o que se nota no fragmento:

Cotas sociais fazem parte de um sistema que prevê oportunizar acesso a negros, índios, pessoas de baixa renda e àquelas com necessidades

especiais a conseguirem ingressar em uma faculdade, seja pública ou privada. É um sistema de reserva de vagas a esse público secularmente desprovido de oportunidades sociais, econômicas e educacionais (Nathally Gabrielly. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

O fragmento apresentado corrobora a defesa expressa no título. Nele, e ao longo de todo o artigo, o sujeito lança palavras e expressões que nominam e representam as minorias, como “negros”, “índios”, “pessoas de baixa renda” e “aquelas com necessidades especiais”. O leitor, envolto pela imposição afirmativa “Cotas, sim!”, é levado a conhecer a realidade dessas pessoas como sendo um “público secularmente desprovido de oportunidades sociais, econômicas e educacionais”. Mesmo que o interlocutor seja contrário à concessão das cotas, Nathally direcionou-o ao universo ideológico, o que pode facilitar a adesão do público à tese defendida.

Adiante, ela constrói sua argumentação em defesa dessa gente. Para tanto, em cada um dos parágrafos, cria argumentos que reforçam a tese “Cotas, sim!”. Além das palavras e expressões citadas, articula os períodos de maneira que eles funcionem, no processo discursivo-argumentativo, como justificativa para concessão das cotas:

A Lei 12. 711/2012 é a que rege as cotas e assegura a todos os alunos que estudaram em escolas públicas o direito de fazer um curso superior. Segundo site G1, as vagas ocupadas por alunos cotistas em instituições federais totalizaram, em 2012, ano da criação da Lei, 50.146 para 127.282 alunos matriculados, um acréscimo aproximado de 154%. Já em 2016, o prazo inicial de vigor da lei, observou-se que o objetivo dela foi um sucesso, alcançando 50,6% dos alunos matriculados em cursos superiores, ou seja, das 243.131 vagas oferecidas, 122.555 foram ingressantes pela Lei de Cotas.

A Lei, como se nota, trouxe oportunidade a uma parcela da sociedade, negros, pardos, indígenas e pessoas necessitadas que, noutra situação, não conseguiriam estudar. As cotas, portando, sinalizam como uma forma de redimir a conta secular devida pela sociedade desigual. Nesse sentido, engana-se quem pensa que se trata de uma esmola. Elas corrigem uma distorção social e propiciam equidade nos direitos relacionados à educação, logo esse benefício precisa ser defendido e ampliado.

Mesmo com as cotas, é possível notar que persiste grande desigualdade. Prova disso é o fato de a grande maioria dos negros que têm o curso superior concluído ainda trabalharem em funções inferiores a seu ensino ou nível educacional. A presença de negros hoje em dia no mercado de trabalho tanto com ensino superior ou não, ainda é ínfima mesmo havendo o sistema de cotas, desde 2012 (Nathally Gabrielly. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Em defesa de seu ponto de vista, nota-se que empregou poucos conectores para ligar os períodos um ao outro, e quando os usou, o fez no interior de cada um, mas não para unir períodos compostos e sim para conferir objetividade ao enunciado na construção da argumentatividade na defesa da tese segundo a qual o sistema de cotas é positivo.

Ao todo, empregou apenas as conjunções “e”, duas vezes, o “que”, cinco, e “logo”, uma vez, para sequenciar o conteúdo de períodos simples. (BAKTHIN, 2013), em “Questões estilísticas no ensino da língua”, ressalta que expressões, imagens e comparações, enfim, todos os elementos linguísticos perdem sua expressividade no ambiente frio criado por conjunções. A escassez de conjunções nos parágrafos expostos revela que Nathally optou por fundamentar seus argumentos na sequência de proposições, cujos períodos resumem objetivamente um todo significativo, ou seja, o conteúdo de cada um liga-se ao conteúdo do outro, não por conjunções, mas pelo significado interno que cada uma das proposições possui. Esse recurso argumentativo forma um todo linguístico-discursivo que age como intensificador da persuasão em defesa do seu ponto de vista.

A força dessa estratégia argumentativa reside no interior do período, e o seu conteúdo ideológico advém das palavras empregadas em sua constituição em vez de das ligações estabelecidas pelo uso de conectores entre eles. Ao usar tal empreendimento, ela foca na substância significativa da proposição e impede que sua expressão tenha resquícios de superficialidade, cujo período não se sustenta sozinho e precisa do outro para completar seu conteúdo, como observa Bakthin (2013, p. 43), quando diz que:

Os períodos compostos sem conjunção representam uma arma poderosa na luta contra a linguagem livresca e privada de personalidade: neles, como havíamos observado, a individualidade do falante revela-se com maior liberdade e sua entonação viva soa com mais clareza. Quando esses períodos são introduzidos na produção escrita dos alunos, eles passam a influenciar também outras formas desse discurso e até todo o seu estilo; a partir dessas formas inicia-se o processo de dissolução dos lugares comuns livrescos impessoais e a entonação individual do autor passa a transparecer em tudo.

Ao citar a lei de cotas, a 12.711/2012, traz a seu discurso um aspecto de legalidade que transcende a questão pessoal, ou seja, sua pura e simples opinião, o que poderia facilmente ser questionado pelo leitor. Este pode não concordar com o sistema de cotas, mas, ainda sim, não pode considerá-lo ilegal, pois há uma lei que o assegura. Na teia discursiva, constituída por inúmeras vozes que se contrapõem no jogo argumentativo, Nathally Gabrielly vai agindo, pelo *logos* empregado, sobre a compreensão dos leitores de seu enunciado, porque, no ato de criação, a intenção do sujeito vai além de uma simples exposição a outros do que pensa sobre dado assunto. Visa, sobretudo, a persuadir os leitores para que pensem e ajam como ele. Em tese, equivale a dizer que o princípio argumentativo, em resumo, sustenta-se na

intencionalidade de levar o interlocutor a concordar com a causa de quem escreve, por meio da adesão, bem como na visada de fazê-lo mudar o comportamento e agir segundo essa nova perspectiva. Isso fica evidente nas palavras de Perelman e Olberechts-Tyteca (2005, p. 50) quando afirmam que:

O objetivo de toda a argumentação, como dissemos, é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeia nos ouvintes a ação predestinada (ação positiva ou abstração) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno.

Como esclarecem os autores da citação acima, argumentar é provocar a adesão dos interlocutores a uma tese, de modo que estes passem a agir conforme o conteúdo da argumentação. Abaixo, apresento mais alguns exemplos, em que é flagrante a questão ideológica expressa pelo léxico na construção da argumentatividade. Cito dois artigos que tratam do mesmo assunto: “Respeitar é preciso” e “Somos todos iguais”, de Verônica Maria e Maria Fernanda, respectivamente. Em ambos, há o debate sobre a constituição familiar na atualidade e, ao longo dos artigos, elas usam palavras e expressões que alçam e dimensionam seus pontos de vista na defesa do casamento entre pessoas do mesmo sexo, como também amparam a estratégia de argumentação.

O fragmento abaixo é a parte introdutória do enunciado criado pela Verônica:

A constituição de família nos dias atuais está evoluindo cada vez mais. São novos conceitos, em contraponto ao modelo tradicional composto por homem e mulher, abrindo espaço para o casamento entre casais do mesmo sexo. Não se pode negar essa tendência, pois tudo evolui e, com isso, a sociedade também, logo aceitar as mudanças sociais é a melhor opção para que não se cometam injustiças, tampouco discriminação (Verônica Maria. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Inicialmente, a articulista expõe duas formas de constituir família: “novos conceitos”, que abrem espaço para o casamento entre pessoas do mesmo sexo, e “o modelo tradicional”. Pode passar despercebido ao leitor o fato de a nova tendência aparecer primeiro em relação ao modelo tradicional, mas não é por acaso. Tal estratégia de apresentação do discurso revela a visão dela sobre o assunto e, ainda, sua intenção persuasiva. O adjetivo “novos”, em “novos conceitos”, atrai a atenção do leitor para algo que, ainda, não se sabe ser algo bom ou ruim, mas por serem novos já aguçam, senão para uma adesão inicial, uma curiosidade que merece atenção por parte do leitor.

No mesmo fragmento, chama a atenção o emprego da palavra “contraponto”, que denota uma oposição entre modelo tradicional e os novos conceitos. Esse recurso faz a atenção do interlocutor se voltar para dois universos dicotômicos. Verônica, em sua arena ideológica, passa a argumentar em defesa de um dos modelos, o “novo”, mais uma vez relegando o tradicional a segundo plano. Tudo isso de forma sutil, sem melindrar ou causar revolta ao leitor. O xequemate persuasivo vem no trecho: “Não se pode negar essa tendência, pois tudo evolui e, com isso, a sociedade também, logo aceitar as mudanças sociais é a melhor opção para que não se cometam injustiças, tampouco discriminação”. Nota-se que ela primeiro lança uma sentença “Não se pode negar essa tendência”, para depois revelar as razões para a aceitação. O uso do imperativo na expressão “Não se pode negar”, logo no início do período, tem força de impedir qualquer questionamento do interlocutor e, também, denota que este não tem outra saída, senão aceitar a tese defendida.

O período “pois tudo evolui” coloca o leitor contrário à tese numa posição difícil: evoluir ou não evoluir. Se aderir à tese da articulista, será contrário ao que pensa; se não aceitar, significa que não evoluiu. A mensagem persuasiva é evidente pela incompatibilidade das ações, ou seja, o leitor precisa definir sua posição, o que não será fácil, pois se tudo evolui, a lógica é que ele também precisa evoluir. E evoluir, no contexto do discurso que lê, significa aceitar a argumentação da articulista como convincente e justa. A estratégia empregada encontra guarida no que escreveram Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 228) ao afirmarem que “Toda formulação que, no enunciado de proposições, tender a apresentá-las como sendo a negação uma da outra poderá sugerir que as atitudes que lhe são vinculadas são incompatíveis”.

As razões para não negar o novo conceito familiar são evidenciadas por expressões e palavras, apontadas por Verônica, pouco passíveis de contestação, tais como: “tudo evolui”, “a sociedade também” (evolui) e fecha seu raciocínio com a conclusão, segundo a qual aceitar as mudanças para não cometer “injustiça” e “discriminação”. Assim, termina seu artigo, sem negar a existência de “opiniões, ideias e, às vezes, ações diferentes”, mas conclamando todos a tratarem os homoafetivos com humanidade e respeito porque “eles são seres humanos como todos e precisam ser tratados como tal”.

No próximo fragmento citado, Maria Fernanda usa outra estratégia argumentativa. Opta, inicialmente, por apresentar aos leitores as conquistas daqueles que lutam pelo casamento homoafetivo.

Atualmente, a luta dos LGBTQIA+ pelo casamento homoafetivo vem acarretando pontos positivos comparado aos anos anteriores. Mesmo assim, ainda existem pessoas que não aceitam isso, mas por que, se todos temos o livre arbítrio para fazermos o que quisermos, e se a constituição garante a liberdade individual? (Maria Fernanda. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Diferentemente da Verônica, que resumiu a questão-problema em dois polos: “novos conceitos” e “família tradicional”, para discutir o assunto, aqui Maria opta pelo questionamento. Nele lança a duas questões: “livre arbítrio” e “constituição”, ou seja, recorre ao expediente bíblico e ao legal: “mas por que, se todos temos o livre arbítrio para fazermos o que quisermos, e se a constituição garante a liberdade individual?”. Com essa estratégia discursivo-argumentativa, posiciona-se ideologicamente em defesa da causa dos LGBTQIA+ e atrai o leitor a adentrar na discussão.

No parágrafo seguinte, faz uma reflexão acerca da condição social de todos e, em especial, a do público que discute – a comunidade LGBTQIA+ – cujos direitos precisam ser assegurados.

Vivemos em um país em que na teoria todos temos direitos iguais perante a lei. Mas na prática não é bem assim, porque algumas pessoas não respeitam as escolhas dos homossexuais. Muitos chegam a afirmar que são abominações. Isso explica o fato de que em alguns lugares (países e estados) ainda não é liberado o casamento de pessoas do mesmo sexo. O amor é uma das maiores dádivas que Jesus Cristo nos deixou. No mundo em que estamos precisa-se de muita caridade, compaixão e etc. Se pararmos para prestar atenção, os homossexuais são os que mais transmitem afeição, carinho, solidariedade, entre outros sentimentos e ações de que precisamos. Os LGBTQIA+ também têm o direito de serem felizes, portanto temos que aderir à ideia de que cada um faz a escolha que quiser, e que somente Deus tem o direito de julgar (Maria Fernanda. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Adiante, Maria retoma a questão religiosa com emprego das palavras “amor”, “caridade” e “compaixão”: “O amor é uma das maiores dádivas que Jesus Cristo nos deixou. No mundo em que estamos precisa-se de muita caridade, compaixão”. Esses sentimentos são atribuídos aos homossexuais, pessoas que, segundo ela, mais os “transmitem” ao próximo. O parágrafo é encerrado com máxima bíblica de que “somente Deus tem o direito de julgar”. No plano linguístico, pelo uso recorrente, tal expressão soa como clichê, mas na discussão que faz tem seu efeito persuasivo.

Maria Fernanda cria sua argumentação amparada no que Perelman e Olberegts-Tyteca (2005) denominaram como valores abstratos e valores concretos. Nota-se que ela busca concretizar igualdade de direitos dos homossexuais, mas para alcançar seu objetivo usa valores abstratos para persuadir os leitores, os quais devem exercitar “amor”, “caridade” e “compaixão” para, assim, aceitar o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Veja que parte dos valores abstratos, visando à adesão dos

interlocutores, para um fato concreto. Acerca dessa estratégia, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 88) dizem que:

A argumentação se baseia, conforme as circunstâncias, ora nos valores abstratos, ora nos valores concretos; às vezes, é difícil perceber o papel representado por uns e outros. Quando dizemos que os homens são iguais porque são filhos de um mesmo Deus, parecemos estear-nos num valor concreto para encontrar um valor abstrato, o da igualdade, mas poderíamos dizer também que se trata, nesse caso, apenas do valor abstrato que se expressa recorrendo, por analogia, a uma relação concreta.

Sem dúvida, a ideologia de gênero é uma das polêmicas mais presentes no campo religioso e a articulista traz esse embate ao seu artigo. Como já afirmei, sua posição ideológica sobre o assunto fora definida logo na introdução, citada acima. A análise do seu enunciado não deve seguir pelas vias da questão abstrata religiosa presente no artigo, mas pela forma concreta com que ela vai desconstruindo léxico-discursivamente os argumentos religiosos contrários, com outros argumentos religiosos. Para tanto, usa o expediente da tese incompatível para fundamentar argumentos que sustentam seu posicionamento.

Muitos dos que criticam, discriminam, ofendem os homoafetivos o fazem por razões religiosas, pois eles acreditam que o homem nasceu para a mulher e a mulher nasceu para o homem, e que os mesmos não passam de abominações. Afirmam que na bíblia diz que é pecado. Essa postura religiosa contrasta com os ensinamentos de Jesus. Este nos ensinou o amor, ou seja, amar o próximo, não julgar. Mesmo alguns afirmando que a bíblia diz sobre esse casamento ser uma abominação, no entanto, na mesma bíblia Jesus nos afirma em Cântico dos Cânticos, capítulo 8, versículo 6, “Que o amor é mais forte que a morte”, sendo assim, que a união dos mesmos não é para a morte, mas sim, como tudo deveria ser, para o amor (Maria Fernanda. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Primeiramente afirma que “Muitos dos que criticam, discriminam, ofendem os homoafetivos o fazem por razões religiosas” para, em seguida, acrescentar que “eles acreditam que o homem nasceu para a mulher e a mulher nasceu para o homem”, logo a união deles são “abominações”. O contra-argumento vem na mesma medida, ou no mesmo nível religioso: “Essa postura religiosa contrasta com os ensinamentos de Jesus” e continua afirmando que o Filho de Deus “ensinou o amor”, “amar o próximo” e “não julgar”. Maria embasa seu argumento em uma das passagens do livro bíblico Cântico dos Cânticos, capítulo 8, versículo 6, em que se lê “Que o amor é mais forte que a morte”. Nota-se que procura transformar, em seu discurso, o que era abominação em amor, o maior dos sentimentos, segundo a Bíblia. A estratégia persuasiva reside na incompatibilidade de negar o homossexual e seguir os preceitos bíblicos, os quais se sustentam no amor ao próximo.

É característico do gênero que o articulista dialogue com pontos de vista contrários, logo Maria Fernanda, assim como as demais, atendeu a esse critério. O que chama atenção no parágrafo exposto é que a construção discursiva acontece pela mesma via contrária a seu ponto de vista. Ela evidencia a contradição presente no discurso de quem não aceita a união entre pessoas do mesmo sexo, pois a divindade ensina a amar e se o argumento foge dessa premissa é, por si só, contraditoriamente questionável.

Essa reflexão, bem como a estratégia argumentativa usada pela articulista em seu artigo encontram guarida no que expõem Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 221) ao esclarecerem que:

A asserção, dentro de um mesmo sistema, de uma proposição e de sua negação, ao tornar manifesta uma contradição, que ele contém, torna o sistema incoerente e, com isso, inutilizável. Trazer a lume a incoerência de um conjunto de proposições é expô-lo a uma condenação inapelável, é obrigar quem não quer ser qualificado de absoluto a renunciar pelo menos a certos elementos do sistema.

Maria encerra seu artigo, retomando a questão religiosa, ao concluir como deve ser a conduta em relação à união homoafetiva: “Instituições Religiosas deveriam pregar mais o amor e julgar menos”. Ao empregar “instituições religiosas”, está se referindo não apenas às pessoas ligadas a elas, mas ao discurso que geralmente é proferido sobre o assunto em questão. Pelos argumentos que criou, a articulista sinaliza ter um posicionamento progressista sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo.

Outro assunto polêmico e que suscita posicionamentos ideológicos evidentes e, ao mesmo tempo, conflitantes, é o abordado por Ana Késia, no artigo intitulado “Ensino religioso no país laico”. Na exposição e na discussão do assunto, ela, inicialmente, usa a estratégia da aparente neutralidade, não deixando que seu ponto de vista, tampouco seu viés ideológico, apareçam extemporaneamente aos leitores, diferentemente do que ocorreu nos casos acima analisados, em que as articulistas expuseram taxativamente sua ideologia. Cito, inicialmente, os três primeiros parágrafos para serem analisados:

Já foi o tempo que o ensino religioso na escola era apenas mais uma disciplina. Depois da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, ela torna-se facultativa. Isso se nota no Art. 33 da referida Lei, que diz: “O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo”. Como se percebe no artigo citado, é considerada uma disciplina normal, mesmo que facultativa,

porém é obrigatório que se respeite a diversidade religiosa em sua efetivação, uma vez que o país é laico, logo se devem respeitar todas as religiões.

Quanto ao ensino religioso na escola, para que não precise ser tirada a disciplina, é necessário que ocorram grandes mudanças, dentre elas como os professores a ensinam. É necessário que não seja ensinada a religião que o docente acredita, e sim todos os tipos existentes, para que assim seja respeitada a lei. Deve-se respeitar a escolha de todos, logo a escola não pode impor a sua escolha.

Este assunto é tão polêmico que já chegou nas instâncias da justiça. O Ministério público Federal, por exemplo, diz que “essa disciplina teria de ser laica”, e eu digo que ela precisa ser laica, para que assim não seja só ensinada a crença que o docente acredita ser a válida (Ana Késia. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Mesmo em uma leitura apurada, torna-se difícil para leitor precisar o que o Ana defende. Nos três parágrafos citados, ela apenas expõe o assunto e apresenta inúmeras informações que, na maior parte, são citações de instrumentos legais, mas não discute a dimensão disso para a efetividade ou não do ensino religioso nas escolas. No segundo parágrafo, parece haver indicação de que defende a permanência da disciplina, mas, na verdade, apenas sugere como deveria ser, na situação hipotética de oferecimento do ensino religioso. Isso se evidencia principalmente na parte destacada em “Quanto ao ensino religioso na escola, para que não precise ser tirada a disciplina, é necessário que ocorram grandes mudanças, dentre elas como os professores a ensinam”. (Grifo meu)

A mesma imprecisão em saber ao certo o ponto de vista defendido pela Ana percorre todo o terceiro parágrafo. Embora a sentença “eu digo que ela precisa ser laica, para que assim não seja só ensinada a crença que o docente acredita ser a válida” indique algum posicionamento, não passa de apenas uma reflexão sobre o expediente jurídico que diz: “essa disciplina teria de ser laica”, mudando o verbo conjugado no pretérito futuro do pretérito “teria de ser” para “precisa ser”, no presente.

O parágrafo citado abaixo é emblemático, pois Ana Késia continua a usar a estratégia persuasiva da suposta neutralidade, o que leva o interlocutor a uma dúvida se concorda ou não com a articulista. Ao escrever “Com isso defendemos ser tão importante ter esse conteúdo, no currículo escolar”, parece indicar que defende ensino religioso seja conduzido pela escola, mas, no trecho abaixo, essa impressão se esvai quando expõe que:

Como muitos países defendem que a educação religiosa tem que vir de casa, cria-se um problema: nem todos os pais têm alguma religião, então se os pais não seguem uma doutrina religiosa os filhos também não seguirão. Além disso, mesmo que sigam uma doutrina, será só uma, e assim os filhos não aprenderão todas e sim só a que os pais acreditam. A Lei 9.394/1996 cita expressamente no artigo 19 que “Estado não pode professar, apoiar ou obstar qualquer fé ou doutrina”. Percebemos com isso que, embora seja citada em

uma lei a disciplina, mostra que o Estado não pode interferir na religião de nenhum aluno, e sim defender e criar condições para que todas as religiões sejam contempladas. Muitas das vezes os docentes dessa área não ensinam todas as religiões por simplesmente ter preconceito contra elas. Isso se deve ao fato de acreditarem em uma só divindade, consequentemente têm dificuldade de respeitar a dos outros. É preciso entender que na escola precisamos de conhecimento amplo, e não em só um tipo. Com isso defendemos ser tão importante ter esse conteúdo, no currículo escolar (Ana Késia. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Pode-se supor que ela apoia a inserção da disciplina de ensino religioso, mas, na verdade, o que defende é que o estudo contemple o estudo de “todas as religiões”, e não apenas na qual o docente acredita. O posicionamento definitivo da articulista aparece na parte conclusiva, no momento em que prega “a abolição dessa disciplina” por meio da construção de uma proposição, chamada de analogia pela TA: “Se o Estado é laico a educação também precisa ser”. Encerra seu artigo questionando não mais apenas a disciplina Ensino Religioso, mas a própria LDB, que a permite, mesmo que facultativa: “Logo não é lógico que a educação religiosa continue na LDB, mesmo que facultativa”. As partes abaixo destacadas comprovam seu posicionamento:

Diante de toda problemática, e mesmo que a LDB preveja, é preciso que ocorra a abolição dessa disciplina, e deixe seu ensino sob responsabilidade da família. Se o Estado é laico a educação também precisa ser. Logo não é lógico que a educação religiosa continue na LDB, mesmo que facultativa (Ana Késia. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

A estratégia da aparente neutralidade usada pela Ana percorre praticamente todo o enunciado e somente no parágrafo conclusivo é que revela o que realmente está defendendo. Esse recurso discursivo-argumentativo atrai a atenção do leitor, independentemente de sua conduta ideológica e o leva a ler o artigo até seu final, sendo direcionado pela articulista, mesmo que sutilmente, à tese que defende. O assunto é discutido, apresentando as implicações educacionais e jurídicas que o suscitam, sem assumir posição, assim sinaliza para o interlocutor uma conduta aprazível que tende a condicioná-lo aceitar o que está por vir. Pode o leitor, depois de conhecido o ponto de vista de quem escreve, não concordar com ele, mas certamente não repelirá a discussão promovida ou desistir da leitura antes da conclusão do enunciado.

Não foi possível detectar se na nova retórica, Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca mencionam a estratégia usada pela Ana Késia. Apesar de recorrer à obra várias vezes, não encontrei base suficiente para afirmar que o recurso esteja registrado. Emprego o adjunto “da neutralidade” para ilustrar a estratégia da articulista em não evidenciar, de pronto, sua posição acerca do assunto sobre o qual debruça,

mas, ratifico, que não é um conceito discutido pela nova retórica. Isso posto, deixo registrada esta possibilidade argumentativa, sob a designação de ‘neutralidade aparente’, à luz da investigação científica para sua aceitação ou refutação como estratégia persuasiva do jogo argumentativo.

3.1.3 A presença da analogia na construção da argumentatividade

Outro expediente usado para construir argumentos é a analogia (ou comparação). O orador ou escrevente pode recorrer a exemplos já consolidados e plenamente conhecidos pelos interlocutores para sustentar sua tese sobre um assunto, conferindo ao seu ponto de vista o mesmo valor contido no evento ou objeto do qual procede a analogia. O valor argumentativo da analogia reside na evidência de estruturas, cuja fórmula seria: A está para B, assim como C está para D (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Isso posto, pode-se argumentar que, por se tratar de uma forma fixa, eminentemente ligada ao conceito de lógica, o recurso da analogia se distancia da perspectiva da argumentação no discurso. No entanto, penso que no diálogo do qual todos participam, seja como criadores, seja como receptores, há espaço para o raciocínio lógico, uma vez que ele também se insere no uso efetivo da linguagem.

Esse entendimento de considerar a analogia um recurso argumentativo encontra guarida em duas razões. A primeira refere-se à afirmação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 434) segundo a qual “Todo estudo global da argumentação deve, pois, incluí-la enquanto elemento de prova”. A segunda, pelo fato de esse recurso aparecer em vários artigos criados pelas alunas que participaram do experimento didático-formativo, o que confirma a analogia como recurso argumentativo usado para atingir a adesão dos leitores.

Assim, destaco, inicialmente, mais uma vez o fragmento, retirado do artigo “Ensino religioso no país laico”, escrito pela Ana Késia.

Diante de toda problemática, e mesmo que a LDB preveja, é preciso que ocorra a abolição dessa disciplina, e deixe seu ensino sob responsabilidade da família. Se o Estado é laico a educação também precisa ser. Logo não é lógico que a educação religiosa continue na LDB, mesmo que facultativa (Ana Késia. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Ao usar o artifício argumentativo da analogia, ela põe em par de igualdade o Estado, que é laico, e a Educação que deve seguir o mesmo preceito de laicidade. Tem-se, portanto, clarificado o esquema em que C = Educação está para D = Estado

laico, como A = Estado está para B = laico. A tese nessa perspectiva argumentativa, segundo Amossy (2028), é desenvolvida por meio da analogia, manifestada na aproximação do Estado que é laico e a Educação que, também, deve ser laica, para persuadir o leitor.

Percebo, também, a presença do recurso da analogia no parágrafo conclusivo do artigo “Jovem – presente ou futuro?”, escrito pela Gabriela Ribeiro. Nele, há ao menos uma ocorrência do artifício argumentativo na referência à música de Elis Regina.

Na música “Como os nossos pais”, interpretada por Elis Regina, há o retrato dos desafios pelos quais o jovem passa, como é difícil as nossas escolhas e como elas afetam diretamente a nossa vida, “Por isso cuidado meu bem, há perigo na esquina, eles venceram, e o sinal está fechado prá nós, que somos jovens”. Aparentemente os jovens não se sentem incluídos nessa nossa sociedade e isso é um dos motivos para quererem pensar no amanhã, mas se focarem somente nisso, não haverá bons resultados. Viver no agora é essencial para conseguirmos mudar o futuro. “Os homens perdem a saúde para juntar dinheiro, depois perdem o dinheiro para recuperar a saúde”, apesar de ser um clichê, é válido para entendermos essa realidade. Por pensarem ansiosamente no futuro esquecem-se do presente de forma que acabam por não viver nem no presente nem no futuro. E vivem “como se nunca fossem morrer... E morrem como se nunca tivessem vivido”, como bem registrou Jim Brown (Gabriela Ribeiro. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Quando faz referência explícita à música “Como nossos pais”, de Elis Regina, Gabriela constrói, na verdade, uma analogia entre a vida dos jovens e a outrora vivida pelos pais. O trecho “eles venceram, e o sinal está fechado prá nós, que somos jovens” evidencia tal relação. Essa analogia por um momento parece não ter sentido argumentativo, pois há em seu sentido uma contradição já que que “o sinal está fechado prá nós, que somos jovens”. Na verdade, essa dúvida do valor persuasivo do fragmento musical se esvai quando considera-se o que está explícito no título “Como nossos pais”. Bastaria à articulista citar apenas os versos, mas habilmente trouxe o título ao processo argumentativo e, com essa estratégia, completa seu enunciado argumentativo. O leitor é envolvido numa fórmula segundo a qual o sinal pode estar fechado e “que há perigo na esquina”, mas, se “eles venceram”, aliado à força comparativa da conjunção “como”, do título, vencerão os que lutam no tempo presente, neste caso, os jovens. A analogia entre a vida dos pais, que venceram, com a dos jovens reforça a tese de que, mesmo que haja empecilhos, mesmo que “o sinal” esteja aparentemente “fechado”, é possível vencer, como os pais.

A construção argumentativa: A = nossos pais e B = venceram, é usada como motivo persuasivo para que o leitor reconheça que, C = jovens, mesmo com D = sinal

fechado, também podem vencer. Essa analogia permite compreender melhor a relação entre o êxito que os pais alcançaram com o dos jovens que está por vir e, ainda, reforça a tese defendida pela Gabriela, que consiste em evidenciar que viver o presente, como fizeram os pais quando eram jovens, é conduta necessária e socialmente reconhecida para alcançar êxito.

Adiante no trecho, Gabriela chama a atenção para o fato de os jovens “aparentemente” não se sentirem presentes na sociedade: “Aparentemente os jovens não se sentem inclusos nessa nossa sociedade” para, em seguida, expor o que essa realidade pode causar a eles: “isso é um dos motivos para quererem pensar no amanhã, mas se focarem somente nisso, não haverá bons resultados”. O leitor jovem, a quem o discurso potencialmente se destina, é levado a compreender que, mesmo diante das adversidades, é preciso lutar para vencer. Está implícita que a causa por não se sentirem inclusos na sociedade advém do fato de ela (a sociedade) não ter sido construída por eles, mas pelos pais. O que diz Amossy (2018, p. 178) confirma essa estratégia de deixar o interlocutor construir seu entendimento ao afirmar que “A argumentação se sustenta tanto pelo que diz com todas as letras quanto por aquilo que leva a entender”.

Nota-se que a articulista não diz “viver o agora”, mas “viver no agora”. “Viver o agora” seria aceitar o que já está posto, construído por outros, ao passo que a proposição “viver no agora” significa agir para mudar esse agora (tempo presente): “Viver no agora é essencial para conseguirmos mudar o futuro”. Esse enunciado ao mesmo tempo que interpela os jovens para o momento presente, funciona como um fator persuasivo para que reconheçam que, se querem mudanças, é preciso que ajam agora, no presente, a fim de que tenham o futuro que desejam.

Amossy (2018, p. 158) afirma que “É por meio das aproximações efetuadas pela analogia que se manifesta e se desenvolve a tese do autor”. Percebo que a citação vem ao encontro da discussão empreendida pela Gabriela Ribeiro em seu artigo, ao aproximar duas gerações que, apesar de ocupar o mesmo espaço temporal, são diferentes, mas uma serve de modelo para a outra. Nesse sentido, O conflito temporal – presente/futuro, futuro/presente – que atinge os jovens é desfeito pela referência aproximativa à época em que os pais eram jovens. A mensagem persuasiva oriunda da analogia é que se os pais venceram, eles, os jovens, também podem.

Assim como fizeram Ana e Gabriela, Nathally Gabrielly, no artigo “Cotas, sim!”, também usou do expediente da analogia, ao construir argumentos em defesa da concessão das cotas, como se percebe no excerto abaixo:

Por mais que estejamos no século XXI, com toda a evolução e conhecimento, algumas pessoas ainda assim parecem viver como nos séculos passados, em que o preconceito estava em evidência, não aceitando que o mundo mudou e com essa mudança trazendo consigo a aceitação e igualdade (Nathally Gabrielly. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

A analogia pode ser representada por A = “séculos passados” está para B = “preconceito em evidência” ao contrário de C = “século XXI” está para D = “evolução e conhecimento” e é usada para evidenciar ao leitor a contradição evidente entre viver no século XXI e ainda continuar a agir preconceituosamente. A força argumentativa reside no fato de que estar no século atual é reconhecer que o mundo mudou e viver segundo ele deve significar reconhecer “aceitação e igualdade” como preceitos necessários. Ao contrário, se o leitor não aceitar essa mudança como válida e agir segundo seus princípios, evidencia retroceder a uma época “em que o preconceito estava em evidência”.

Dessa maneira, Nathally constrói a defesa à sua tese amparada na analogia por contradição e coloca o leitor também numa situação contraditória. Se não concordar com os argumentos, significa que não evoluiu, que ainda se encontra preso ao passado. Mesmo que a defesa das cotas seja direcionada ao público de viés conservador, que se situa à direita na configuração política, logo não tão afeito à promoção de políticas sociais, a força persuasiva da analogia objetiva fazer com que essa parcela da sociedade reconheça a concessão das cotas, não com “preconceito em evidência”, mas com sentimento de “aceitação e igualdade”.

A articulista conclui sua defesa à concessão de cotas flagrantemente procurando provocar a emoção do leitor – *pathos*: “Apesar disso acredito que ainda podemos ter um país melhor, que aceita o diferente, como diz a música do cantor Gui Amaral ‘[...] talvez não exista o ódio, seja só carência de amor...’” e encerra o artigo retomando a analogia entre as duas épocas: preconceito e discriminação de uma; e amor e aceitação, da outra, como evidencia o destaque na proposição “talvez seja isso que falte, mais amor e menos preconceito, mais aceitação e menos discriminação”. Essa conduta pode começar a mudar reconhecendo o sistema de cotas como justo”. (Grifo meu)

Em outro artigo da mesma articulista Nathally, “Se liga e respeite!”, há o uso da analogia, ao trazer ao seu enunciado a realidade e o destino fatídicos de Eulália, personagem criada por Marina Colassanti. O assunto é violência doméstica e a discussão gira em torno de convencer as mulheres a não aceitar qualquer tipo de violência que, por ventura, sofram ou venham ser vítimas. O objetivo da articulista é evidente e enseja buscar a adesão dos leitores no sentido de não praticar, tampouco aceitar a violência doméstica.

Antes de apresentar e discutir o recurso da analogia, é importante destacar que o artigo se constrói em dois universos distintos, mas não excludentes, relacionados à condição da mulher, como se verifica no quadro abaixo. No primeiro, Nathally expõe a realidade de outrora da relação entre o homem/mulher e sociedade/mulher e, no segundo, indica as conquistas do sexo feminino.

Quadro 2 - As condições femininas

Condição de outrora da mulher e combatida	Condição atual da mulher e pretendida
“o machismo era um ato muito natural”	“mulheres foram buscando seus direitos
“O homem era o centro de tudo”	foram ficando mais empoderadas”
“mulheres eram literalmente submissas”	“A mulher é forte e prova isso no seu dia a dia”
“Os maridos não deixavam as esposas trabalharem”	“se ela quiser tem total capacidade de seguir em frente”
“as mulheres não eram vistas como mão de obra boa”	“Feminismo”
“mulheres trabalhando em funções iguais a de homens e ganhando um salário inferior ao deles” “ela era vista como incapaz”	“Esse movimento organizado de as mulheres buscarem seus direitos, de buscarem a igualdade”
“não foi capaz de satisfazer seu marido” “O homem visto como vítima”	“você mulher tem SEUS direitos, tem SUAS vontades, tem SEUS momentos”
“não era uma boa mulher” “feminicídio” “mulher é violentada até a morte de forma brutal e desumana” “12 mulheres são assassinadas e 135 são estupradas por dia”	

“Dizem que ‘em briga de marido e mulher não se mete a colher” “a mulher é tida como sexo frágil” “Algumas mulheres aceitam que seus ‘companheiros’ batam nelas” “ninguém vai querer ficar com ela” “ninguém mais vai amá-la” “é gorda” “não presta para nada” “não é bonita” “‘escravas’ de uma época sem direitos e aprimoramento algum a mulher”. “escravas’ de uma época sem direitos e aprimoramento algum a mulher”.	VOCÊ, Mulher, merece o mundo” “Mulher nenhuma merece sofrer” “E aja diferente” “Escolha ser feliz”
---	--

Fonte: o pesquisador.

Seu objetivo é persuadir a mulher quanto ao fato de haver possibilidades de se desvencilhar da condição de violência em que pode estar inserida. As palavras e expressões citadas, indicativas da condição subalterna, opressiva e agressiva concernente à mulher, contrapõem-se com as que denotam transformação e possibilidades de novas mudanças. Ao apresentar as duas realidades, sobretudo ao evidenciar que já ocorreram conquistas, mostra às mulheres que também podem conseguir se desvencilhar das agruras do passado e transformar sua vida.

O fragmento que segue é a parte final do artigo:

Então lembre-se, você mulher tem SEUS direitos, tem SUAS vontades, tem SEUS momentos, e não é um ser de outro gênero que vai ditar o que você pode ou não fazer, pois autoridade alguma ele tem sobre sua vida. Escolha ser feliz, não se importando com que o outro diz! E aja diferente para que não tenha o mesmo destino de Eulália, personagem criada por Marina Colasanti que diz:

“É uma santa. Diziam os vizinhos. E dona Eulália apanhando.

É um anjo. Diziam os parentes. E dona Eulália sangrando.

Porém igualmente se surpreenderam na noite em que, mais bêbado que de costume, o marido, depois de surrá-la, jogou-a pela janela, e dona Eulália rompeu em asas o voo de sua trajetória.”

Então, vai continuar nessa de não se meter, não tentar ajudar? Diga CHEGA à violência contra mulher, se sabe de alguém que precisa de ajuda, que sofre em casa, ligue 190 e faça sua parte. Mulher nenhuma merece sofrer, VOCÊ, Mulher, merece o mundo, então não aceite menos que isso! (Nathally Gabrielly. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

No fragmento, há a fórmula: A = Eulália está para B = apanhando, sangrando, rompeu em asas do mesmo modo que, se continuar a aceitar passivamente o

sofrimento de mulheres, se nada for feito para combater a violência doméstica, C = mulher estará para D = violência/morte. O raciocínio gira em torno da relação entre o destino de Eulália e da realidade vivida pelas mulheres que sofrem violência.

A articulista Nathally dirige seu posicionamento a público específico, as mulheres que sofrem: “Então lembre-se, você mulher tem SEUS direitos, tem SUAS vontades, tem SEUS momentos, [...] Escolha ser feliz, não se importando com que o outro diz!”, mas, ao mesmo tempo, direciona às pessoas, homens ou mulheres, que conhecem casos de agressão e nada fazem: “Então, vai continuar nessa de não se meter, não tentar ajudar? Diga CHEGA à violência contra mulher, se sabe de alguém que precisa de ajuda, que sofre em casa, ligue 190 e faça sua parte”.

No tocante à estrutura do fragmento, nota-se que ela constrói dois parágrafos e, entre eles, faz a citação. No primeiro informa acerca da condição da mulher para lembrá-la de que: “tem SEUS direitos”, “tem SUAS vontades”, “tem SEUS momentos”, em seguida traz a história trágica de Eulália para ilustrar o que disse e, por fim, interpela o leitor a tomar uma atitude.

Nesse sentido, a argumentatividade é construída pelo caráter impositivo do trecho que revela a revolta que o assunto suscita, provocando o sentimento de indignação do sujeito – *ethos* –, e tem o poder de provocar a emoção do leitor – *pathos* –, persuadindo-o a comprometer-se com a causa e agir em defesa da mulher que sofre. Com o expediente da analogia, somado ao uso dos verbos no imperativo e caráter dialógico evidente, em que se dirige diretamente ao leitor, como se este estivesse presente no momento da criação do enunciado, Nathally fundamenta seu discurso em defesa da tese que enuncia.

É importante notar que no final do artigo, ao mesmo tempo que direciona o discurso a um público maior, heterogêneo, a mulher é novamente o foco: “Mulher nenhuma merece sofrer, VOCÊ, Mulher, merece o mundo”. Isso releva que em todo tempo no artigo, o foco é persuadir a mulher que sofre com a violência doméstica, de modo a empoderá-la, com o propósito de fazê-la libertar-se da situação em que vive. Verifica-se que o termo “mulher” é usado sempre no singular, o que marca o direcionamento direto e preciso do argumento. Se optasse por “mulheres”, devido à propriedade generalizante do termo no plural, certamente muitas não se considerariam atingidas, logo o discurso não surtiria o efeito pretendido.

A analogia com a realidade da personagem Eulália reforça essa perspectiva de mudança com o propósito de persuadir a mulher a não aceitar ser subjugada, ser

tratada como antigamente, bem como a lutar por liberdade e dignidade, ou seja, por uma condição humana que lhe é de direito: “VOCÊ, Mulher, merece o mundo, então não aceite menos que isso!”

Mesmo que a analogia, por vezes, possa apresentar-se como um instrumento de argumentação instável, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), podendo o interlocutor não reconhecer sua relação com o objeto defendido pelo articulista, o que pode inviabilizar seu emprego e sua função persuasiva, o fato é que esse recurso serve para ilustrar a tese defendida, ao mesmo tempo em que dimensiona seu alcance. Ao empregá-la, as articulistas Ana, Gabriela e Nathally, como comprovam os fragmentos discutidos acima, trouxeram para seus artigos de opinião causas, consequências e conteúdo do objeto ao qual fizeram referência, com o objetivo de validar o ponto de vista que defenderam.

O objetivo nuclear da argumentação é persuadir o leitor, fazendo-o não só aceitar como também agir segundo a tese defendida pelo orador ou escrevente. E para agir não basta aceitar os argumentos do orador ou escrevente, é preciso estar disposto à ação, quanto a isso o uso recurso da analogia, citado e discutido nos exemplos acima, tende a alcançar tal finalidade porque, além de seu caráter lógico, há também, por vezes, a suscitação do *pathos*, ou seja, concorre para que o leitor estabeleça algum vínculo sentimental com o objeto em questão. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 50) afirmam que:

[...] uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno.

Penso ser crível considerar que os artigos dos quais foram retirados os fragmentos tiveram e têm a força de provocar o leitor, tanto pela apresentação dos assuntos quanto pelas defesas feitas pelas articulistas Ana Késia, Gabriela Ribeiro e Nathally Gabrielly nos enunciados que criaram. Toda a argumentatividade foi criada a partir das analogias construídas, do uso do imperativo, das citações, enfim, de todos os recursos linguísticos utilizados para a adesão do público, o que favoreceu a promoção de um diálogo direto com o leitor, como se este se fizesse presente no discurso, logo passível de persuasão.

3.1.4 A palavra e sua força significativa na argumentação

Quando o sujeito toma a palavra para si, ao usá-la, extrai dela sua significação, sua força social e, com isso, pode potencializar seu argumento em defesa de uma tese. Mesmo que o escrevente não perceba a escolha lexical que faz no momento em que escreve, aliado ao fato de que em linguagem nada pode ser considerado por acaso, ou desprovido de alguma intencionalidade, ainda sim o valor argumentativo da palavra ou expressão empregada traz consigo significados que traduzem a visão de mundo de quem fala ou escreve.

Nesse sentido, a palavra empregada pode não ser resultado de uma escolha premeditada, mas o emprego deste ou daquele termo em detrimento de outros revela pontos de vista e sua utilização objetiva no contexto discursivo responde sempre a um objetivo a ser alcançado por quem escreve. A palavra, na perspectiva da FL, é a carregada de conteúdo ou de sentido ideológico ou vivencial porque, assim como afirma Volóchinov (2017, p. 217), “Toda palavra é ideológica, assim como cada uso da língua implica mudanças ideológicas”.

Quem argumenta o faz por acreditar que sua tese objetivamente é a melhor e espera que quem lê certamente também tenha uma posição e a considere aceitável. Então, o processo argumentativo já parte do contraditório, do polêmico. O articulista, portanto, deve apresentar e defender seu ponto de vista com inteligência e consistência, ou seja, precisa construir sua tese por meio de estratégias linguístico-discursivas de modo a fixar e sustentar seu posicionamento, com vistas a persuadir o leitor.

No processo argumentativo, a palavra empregada pelo sujeito é a que constrói o arcabouço persuasivo que é transmitido ao ouvinte ou leitor. Isso faz todo o sentido, uma vez que, como afirma Volóchinov (2017, p. 101), “A palavra está presente em todo ato de compreensão e em todo ato de interpretação”. Diante disso, ousar afirmar que a palavra assim definida está presente em todo o momento da vida social do homem, seja para compreender, seja para expressar-se no mundo, mas acima de tudo, para constituir sua consciência social, o que é próprio do caráter constitutivo da linguagem.

Segundo Volóchinov (2017), a palavra é um signo por natureza e que se situa na mais apurada posição na comunicação social. Pode ser, a um só tempo, significativa ou neutra, a depender dos usos que se fazem dela e das funções que

exerce no corolário comunicativo entre os interlocutores. Em outras palavras, ela é social e pode traduzir qualquer posicionamento ideológico a partir da intenção que o falante ou escrevente empreende a ela, bem como do emprego efetivo e particular que promove nas relações linguísticas cotidianas. Como esclarece Volóchinov (2017, p. 99,100):

A palavra não é apenas o mais representativo e puro dos signos, mas também um signo neutro. [...], [...] a palavra é o material mais usual da comunicação cotidiana. [...] [...] a palavra se tornou o material sgnico da vida interior: a consciência (discurso interior).

No contexto de criação dos artigos de opinião, afirmo que nenhuma palavra usada prescindiu de significados, logo distante de sua característica neutra. Neste momento, faço menção à palavra carregada de significados, com a finalidade de discutir algumas delas usadas pelas alunas em seus artigos, uma vez que elas concorreram substancialmente para a construção, direcionamento e sustentação dos argumentos. Como já afirmei, talvez não tenha sido premeditado o emprego deste ou daquele termo, mas é fato que a escolha de determinada palavra no lugar de outra possibilitou fundamentar a argumentatividade para atingir a persuasão.

Como são muitos artigos e por ser interessante a este trabalho que todos sejam, de algum modo e em certa medida, analisados e discutidos, exponho fragmentos ou parágrafos em que a palavra atua flagrante e fundamentalmente na construção argumentativa. Inicialmente, tomo como primeiro item de análise um parágrafo do artigo “Cotas, sim!”, escrita Nathally Gabrielly:

A Lei, como se nota, trouxe oportunidade a uma parcela da sociedade, negros, pardos, indígenas e pessoas necessitadas que, noutra situação, não conseguiriam estudar. As cotas, portanto, sinalizam como uma forma de redimir a conta secular devida pela sociedade desigual. Nesse sentido, engana-se quem pensa que se trata de uma esmola. Elas corrigem uma distorção social e propiciam equidade nos direitos relacionados à educação, logo esse benefício precisa ser defendido e ampliado (Nathally Gabrielly. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

A articulista constrói a argumentação, apresentando a relevância e necessidade das cotas. Para tanto, as palavras “trouxe”, “sinalizam”, “redimir”, “corrigem”, “propiciam” referem-se ao benefício, ao mesmo tempo denotam o aspecto positivo de sua concessão aos negros, indígenas e pessoas vulneráveis economicamente. Interessante notar que no parágrafo são apresentadas também as causas para a necessidade de instituir as cotas, cujo quadro se constrói pelas palavras “necessitadas”, “noutra”, “não”, “conta”, “desigual”, “distorção”. A estratégia argumentativa em defesa da tese é arquitetada por meio de palavras salpicadas em

todo o fragmento: “oportunidade”, “equidade”, “benefício”, “defendido”, “ampliado”, as quais consolidam seu posicionamento.

Para melhor compreensão dos elementos e estratégia usados por ela, de forma ordenada e cronológica, apresento o quadro abaixo, cuja disposição dos termos referentes às causas, às ações e à conclusão da tese indica como Nathally desenvolveu a argumentatividade.

Quadro 3 - As causas, a Lei e o resultado da concessão das cotas

Causas que provam a necessidade das cotas	A Lei de Cotas e as cotas propiciaram	Resultado da concessão das cotas
Necessitadas	Trouxe	oportunidade
Noutra	Sinalizam	equidade
não	Redimir	benefício
conta	corrigem	educação
devida	propiciam	direitos
desigual		defendido
distorção		ampliado

Fonte: o pesquisador.

Cada palavra tem sua função no processo de criação da argumentatividade e é preciso considerar esse fato também na análise argumentativa. Dispô-las em um quadro facilita a compreensão dos aspectos inerentes ao processo, no entanto, é preciso destacar que soltas, podem indicar certa neutralidade, logo destituídas de qualquer força argumentativa. No enunciado, pela ação escrita, as palavras distanciam-se do seu estágio neutro para estar em atividade em relação a este ou àquele ponto de vista, concernente ao gênero artigo de opinião. O que evidencio encontra ressonância ao que escreveu Bakhtin (2016, p. 51), quando afirma:

Reiteramos: só o contato do significado linguístico com a realidade concreta, só o contato da língua com a realidade, contato que se dá no enunciado, gera a centelha da expressão; esta não existe nem no sistema da língua nem na realidade objetiva existente fora de nós.

Com efeito, digo que toda palavra existente à disposição dos falantes para a comunicação não passa, inicialmente, de algo neutro, resistente a qualquer outro significado a não ser o dicionarizado. Somente no uso cotidiano, na relação dialógica, ou antes, na recepção e expressão linguística com finalidade comunicativa e interacional é que ela passa de um estado estático para o dinâmico ao se abrir a

significações tantas de acordo com os conhecimentos e objetivos dos falantes e escreventes.

Essa passagem da palavra de um estado quase que inoperante do ponto de vista da ação para outro só é possível no processo de construção de enunciados concretos em que sua força significativa aparece. Esse entendimento é consoante ao que postula Volóchinov (2017, p. 117) ao afirmar que “É a significação que faz com que uma palavra seja uma palavra. É também a significação que faz com que uma vivência seja uma vivência. É impossível abstrair-se dela sem perder a própria essência da vida psíquica interior”.

No fragmento em questão a palavra “noutra”, em “noutra situação, não conseguiriam estudar”, tem dupla função. Com ela, Nathally expõe duas realidades ou situações: pessoas sem o benefício das cotas e pessoas amparadas pelo direito que elas (as cotas) proporcionam, depois de criada a Lei. Ela, então, constrói sua defesa da tese contrapondo essas duas realidades, cuja força persuasiva, portanto, reside nesse contraponto. O leitor se encontra imerso na situação em que as palavras representativas das causas demonstram uma realidade negativa que precisa ser mudada, em contraponto à solução representada pelos termos que traduzem os benefícios das cotas. Com efeito, a mensagem persuasiva que fica ao leitor é que as cotas são a solução do problema.

A palavra não é capaz de substituir qualquer evento, objeto, rito ou qualquer outro signo ideológico, ou seja, sua função refrata, mas reflete a realidade em que o objeto está inserido. Nesse sentido, Volochinov (2017, p. 192) afirma que “A concretização da palavra só é possível por meio da sua inclusão no contexto histórico real da sua realização inicial”.

O artigo “Um bem necessário”, escrito pela Gabriela Ribeiro, refere-se à questão da doação de sangue. A tese central gira em torno de persuadir o leitor para o fato de ser necessário e urgente que mais pessoas se sensibilizem e passem a doar sangue, dada a nobreza do ato. Abaixo, destaco dois parágrafos dele:

Doar sangue não é apenas contribuir com aquele que precisa, é praticar empatia, se importar com o próximo, elevar a condição humana. Apesar de ser ato nobre, como já foi dito, apenas 1,8% da população brasileira doa sangue. Isso é deplorável, visto que, deveríamos estar unidos na luta, em busca de um país mais cidadão e humano, oportunizando, esperança, qualidade de vida e vida plena aos que necessitam.

Esse sangue doado é utilizado para procedimentos e intervenções médicas, além de ser indispensável para pacientes com doenças crônicas graves. Por isso é extremamente necessário que tratemos desse tema com seriedade, responsabilidade e afeto. Doar traz uma satisfação de ser útil, de praticar a

humanidade, enfim, de estar melhorando a sociedade. Assim como as pessoas que recebem sangue se sentem gratas a ponto de se tornarem doadoras pela gratidão sentida. É como um efeito cascata em que a solidariedade contagia outros para fazer o mesmo (Gabriela Ribeiro. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Logo no início do fragmento, com o uso das palavras “empatia” e “humana”, a articulista Gabriela direciona ao leitor seu argumento. Ao afirmar que “Doar sangue não é apenas contribuir com aquele que precisa”, mas “é praticar empatia” e “elevar a condição humana”, observa-se que a mensagem argumentativa visa a transferir ao interlocutor a responsabilidade do ato. O processo de argumentação, nesse sentido, é construído para além de simplesmente mostrar ao leitor o que a doação significa para as pessoas que recebem, mas para evidenciar o que isso provoca em quem doa, neste caso particular o leitor é o potencial doador que deve ser persuadido.

Essa estratégia argumentativa de situar o auditório, ouvinte ou leitor, no centro do discurso faz todo o sentido e tem o poder de atrair sua atenção à tese defendida, já que, como afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 20), “Para que uma argumentação se desenvolva, é preciso, de fato, que aqueles a quem ela se destina lhe prestem alguma atenção”.

A situação da doação de sangue no Brasil é apresentada ao leitor por meio de duas palavras que se destacam e se completam no processo argumentativo: “apenas”, para a informação de que 1,8% da população é doadora, e “deplorável”, adjetivo empregado para qualificar realidade. O termo “apenas” tem dupla função. Além de intensificar a quantidade ínfima de doadores, seu significado também funciona para chamar a atenção de que é necessário doar, logo serve como motivação, porque revela ao leitor a possibilidade de realizar uma ação quase que exclusiva, reservada a poucos. Significa, portanto, que ele não será mais um apenas, mas colaborador de uma ação urgente e participe de um grupo seleto.

No mesmo parágrafo, palavras como “nobre”, “cidadão”, e “humano” são usadas para reforçar a ideia de que doar é uma ação positiva. Ao escrever “em busca de um país mais cidadão e humano”, Gabriela não quer exaltar o “país”, pois não é o foco. O foco, na verdade, é o leitor, que é compelido a considerar que, ao tornar-se doador, pode se tornar melhor “cidadão” e “humano”, “oportunizando, esperança, qualidade de vida e vida plena aos que necessitam”. Assim, a intenção é persuadir o interlocutor fazendo-o perceber que o ato de doar pode ter benefícios. Nota-se que a

estratégia persuasiva foca em não pedir algo, mas em oferecer benefício à pessoa que, para consegui-lo, é necessário doar sangue.

No parágrafo seguinte, Gabriela continua apresentando os benefícios da ação. As palavras “seriedade”, “responsabilidade” e “afeto”, em “Por isso é extremamente necessário que tratemos desse tema com seriedade, responsabilidade e afeto”, referem-se tanto a quem escreve como a quem lê. Novamente, com o emprego do termo “tratemos”, o leitor é colocado no bojo da discussão, como sendo uma das pessoas responsáveis por tratar a causa com a relevância que ela possui, portanto não é forçoso afirmar a articulista considera seu interlocutor uma pessoa séria, responsável e afetiva.

A estratégia de convencimento continua quando ela articula palavras que, a todo momento, visam a agradar o leitor e a atrair sua atenção para levá-lo à aceitação da tese. Prova disso são as palavras “Satisfação” e “útil”, empregadas convenientemente em “Doar traz uma satisfação de ser útil”. Assim, o verbo “traz”, como consequência do ato de doar sangue, tem como complemento a possibilidade de sentir-se satisfeito e de ser útil, que passam a ser objetivos a serem seguidos. Essas palavras estabelecem o vínculo entre quem escreve e quem lê, o que se torna imprescindível para a consolidação da argumentatividade. Como postulam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 21):

Esse contato entre o orador e seu auditório não concerne unicamente às condições prévias da argumentação: é essencial também para todo o desenvolvimento dela. Com efeito, como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar.

Para obter a adesão do interlocutor, no final de seu artigo, Gabriela expõe várias ações que podem, se concretizadas, minimizar ou resolver o problema e, novamente, a palavra “empática”, presente no início do enunciado, é destaque. O processo argumentativo gira em torno de criar uma atmosfera favorável que visa a despertar a empatia nos leitores: “fomentar a questão empática”, para que doem “vida”. Não é mais doar sangue, mas doar vida. Esse jogo com elementos lexicais “doar sangue” / “doar vida” eleva o interlocutor à condição máxima de um ser capaz, inclusive, de dar “vida” a alguém.

O uso desse jogo lexical, como expediente argumentativo, é possível porque, como explica Volóchinov (2017, p. 106), “[...] a palavra participa literalmente de toda interação e de todo contato entre as pessoas: da colaboração no trabalho, da

comunicação ideológica, dos contatos eventuais cotidianos, das relações políticas etc”. Desse modo, toda a argumentação acerca da doação de sangue é construída em torno de palavras que exaltam a ação de doar e que convidam os leitores a participar da ação, sem imposição alguma. A mensagem persuasiva, portanto, foca em aguçar a subjetividade para obter a adesão, apelando para o *pathos* (emoção) do público leitor.

Explicito, agora, um fragmento do artigo intitulado “Porte de armas, sim”, criado pela articulista Maria Fernanda.

Muitos dos que defendem a legalização do porte usam como argumentos a proteção de si mesmos ou de sua família. E em de algum modo estão certos, pois, o número de sobreviventes, com o porte de armas, a assaltos são razoáveis comparado com os que não possuem o porte, o que explica assim, a frase “Armar para amar” ou seja, se arma para se proteger e proteger quem ama (Maria Fernanda. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

É nítida a defesa que Maria faz do porte de armas para a população, além das pessoas que, dada a natureza de suas profissões, já têm esse direito. Destaco o fragmento em virtude de haver nele as palavras “armar” e “amar”, com as quais o jogo argumentativo é criado. O verbo “armar” é empregado em par de igualdade com o verbo “amar”, cuja significação deste é transferida àquele na construção da mensagem persuasiva. Todo possível significado negativo de “armar” – violência, destruição e morte, por exemplo – sobretudo junto aos contrários ao desarmamento, se apaga frente ao significado de “amar”, que exprime afeto, cuidado e proteção.

O emprego dos verbos citados por si só já cumpriria a função argumentativa com êxito, mas há no fragmento a palavra “família”, à qual o verbo “amar” se liga. Apesar de distantes no enunciado, as duas palavras se completam sob a mensagem, segundo a qual “se ama a família”, deve aceitar o porte de armas como algo positivo, que possibilita, dentre outras ações, proteger a família que ama.

Como é sabido, há muitos meios de articular as palavras na construção de um enunciado em defesa de um ponto de vista, mas, em seu artigo, Maria Fernanda escolheu duas com as quais montou a argumentatividade. O jogo construído é muito mais que um simples trocadilho, resultante da inserção da letra *r* depois do *a* inicial em “armar”, ou a retirada dela, resultando em “amar”, o que já por natureza atrairia a atenção do leitor. Ao aproximar duas palavras, cujos significados podem ser antagônicos, a depender do posicionamento do sujeito, aliada ao termo “família”, ela constrói o raciocínio argumentativo: aceitar o porte de armas, ou seja, armar a população significa “se proteger e proteger quem ama”.

A escolha e emprego dos termos lexicais citados acima dão forma à mensagem persuasiva que visa à adesão dos leitores à tese segundo a qual armar a população é um gesto de amor. Essa estratégia argumentativa confirma o entendimento de Amossy (2018, p. 172), quando afirma que “a escolha dos termos orienta e modela a argumentação”. Orientar e modelar a argumentatividade, nesse caso particular, significam buscar a adesão dos leitores para o ponto de vista que Maria Fernanda defende.

Abaixo, destaco o artigo “Gravidez na adolescência: falta de informação ou irresponsabilidade”, de Tainara Paloma, e nele analiso a relação das palavras “gravidez”, “futuro”, “escola” e “trabalho” na construção da argumentatividade. O escrito compõe-se de seis parágrafos, em que há a apresentação do assunto, informações sobre ele e, logicamente, a defesa de uma tese, mas são as palavras citadas que engendram todo o processo de construção de argumentos que visam à persuasão dos leitores:

Dizem que os jovens são o futuro da nossa nação. O que há de verdade nessa afirmação? Quem diz isso reflete sobre todas as questões que envolvem a juventude? E os problemas são levados em conta? Pode-se citar um deles: gravidez na adolescência. Esta sim é uma questão que pode comprometer qualquer futuro, entre tantos outros acontecimentos que envolvem esse período da vida.

A cada mil adolescentes brasileiras, entre 15 e 19 anos, 68,4% ficaram grávidas e tiveram seus bebês, diz relatório de 2011 da Organização Mundial da Saúde. Isso precisa mudar, pois o risco para a vida da criança e da mãe se multiplica entre meninas com menos de 15 anos, sobretudo em países pobres ou nos em desenvolvimento. A adolescência é uma época de várias descobertas, entre elas o início da vida sexual, que uma fase necessária para a vida adulta. Porém é grande a parcela da população jovem que ignora a existência de métodos contraceptivos no início das relações sexuais, embora conhecendo-os não os adota. Com isso, observa-se alto índice de casos de gravidez e o aumento de doenças sexualmente transmissíveis nessa faixa etária.

Muitas meninas adolescentes precisam abandonar a escola devido à gravidez, isso tem um impacto de longo prazo, como a perda das oportunidades de completar a escolarização e dificuldade de se inserir no mercado de trabalho. Como resultado, as mães adolescentes estão expostas a situações de maior vulnerabilidade e condicionadas a reproduzir padrões de pobreza e exclusão social. Existem muitos fatores de risco de gravidez na adolescência a serem analisados: questões sociais, econômicas, familiares, culturais e de educação, os quais precisam ser resolvidos, além da questão da saúde, tanto na prevenção quanto na gestação, parto e pós parto das adolescentes.

A lei 13.798/2019 prevê a realização de uma Semana Nacional de prevenção da gravidez na adolescência, que deve se iniciar no dia 1º de fevereiro de cada ano. A data pode ter sido estipulada por ser um mês carnavalesco, momento em que há flagrante exposição da sexualidade, em decorrência, principalmente, das festas e o consumo de bebidas alcoólicas. O fato de uma lei ter sido estipulada evidencia que esse é um problema social e mostra que o crescimento de gestantes menores de idade vem aumentando

gradativamente, portanto essa questão é grave e precisa ser discutida para ser minimizada.

Apesar da ampla variedade de métodos contraceptivos, a taxa de gravidez não planejada é extremamente alta. Isso tem impacto na gravidez, já que é alta a taxa de mulheres que não faz pré-natal ou o faz de forma inadequada, não interrompendo o tabagismo, por exemplo. Soma-se a isso o baixo peso ao nascer, a prematuridade, e consequências para toda vida em relação à situação não planejada. O problema se agrava quando ela termina em aborto, o que potencializa muito os riscos de mortalidade materna.

Existem algumas formas de ajudar e prevenir gravidez na adolescência, a principal delas é a educação sexual nas escolas. Muitos pais ou responsáveis pensam que educação sexual nas escolas serve para ensinar seus filhos a praticarem o ato sexual, mas é exatamente o contrário. É uma forma de ajudar os mais jovens nas fases de mudanças não só psicológicas mas também corporais. É um ensino que informa sobre menstruação, puberdade e outros vários fatores; demonstra as implicações, positivas e negativas, de se ter uma vida sexual ativa. Traz, ainda, informações como os adolescentes podem se proteger e ter uma vida sexual saudável. Ou seja, discute tópicos de interesse da juventude com o objetivo de buscar saúde sexual e emocional de todos (Tainara Paloma. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

A relação entre as palavras “gravidez” e “futuro” está evidente logo no início do parágrafo introdutório. Como o público que quer atingir é amplo – pais, mães, profissionais da educação e da saúde, gestores públicos, e, sobretudo, adolescentes e jovens, sobre as consequências de uma gravidez prematura – Tainara constrói um enunciado incisivo “Esta sim é uma questão que pode comprometer qualquer futuro”. Como efeito, põe em relevo que o futuro requer uma atitude responsável em relação à sexualidade. Importante notar que o termo “qualquer” generaliza a possível ocorrência a qualquer pessoa, de qualquer classe social, etnia ou grau de escolaridade.

O “futuro” de que fala ela, no primeiro período textual, não é particularizado, como algo que pertence a alguém em específico, mas o futuro da nação: “Dizem que os jovens são o futuro da nossa nação”, o que expande a noção de comprometimento, tanto dos que podem sofrer de forma direta as consequências da gravidez, como daqueles que, de certo modo, indiretamente, estejam envolvidos. O significado do termo, portanto, vai além de sua acepção dicionarizada, ele representa o quadro em que todos são responsáveis por mudar a realidade da gravidez na adolescência, em defesa do futuro.

A força argumentativa da palavra “futuro”, mesmo que não apareça registrada no terceiro parágrafo, reporta a uma realidade vindoura nada edificante. Significa que o futuro será povoado de abandono da escola, perda das oportunidades de completar a escolarização, dificuldade de se inserir no mercado de trabalho. A estratégia persuasiva é fazer com que o leitor se distancie do seu presente e reporte-se ao futuro,

reconhecendo o que pode ocasionar aos adolescentes e jovens em decorrência de uma gravidez precoce, para conseguir persuadi-lo.

A atuação das palavras “futuro” e “gravidez” não se limita apenas no início do artigo. Com diz Amossy (2018, p. 172), “O lexema faz parte de um interdiscurso no qual está carregado de significações diversas e no qual adquire frequentemente, logo de início, uma coloração polêmica”. Com efeito, o estrato significativo dos termos destacados percorre todo o artigo. A gravidez, por exemplo, deixa de ser entendida como o período de gestação, para atuar como causa, cujas consequências que não somente colocam as mães adolescentes “expostas a situações de maior vulnerabilidade e condicionadas a reproduzir padrões de pobreza e exclusão social”, como também potencializam os riscos de se acentuarem negativamente “questões sociais, econômicas, familiares, culturais e de educação das adolescentes”.

Obviamente, no enunciado em questão, há outras palavras indispensáveis ao processo argumentativo, mas nenhuma delas, em minha análise, concorre com tamanha eficácia como “gravidez” e “futuro”. Ao longo do discurso, a mensagem que fica ao leitor é a de que gravidez na adolescência, se não impede, pelo menos compromete o futuro das adolescentes. A persuasão, portanto, decorre da relação de causa e efeito estabelecida por ‘gravidez’ e ‘futuro’, respectivamente, em que procurar amenizar ou resolver esse problema social é, antes de tudo, preservar o futuro dos mais jovens.

O que pontuei neste item, cuja evidência incidiu sobre a escolha lexical, encontra respaldo no que afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 169) quando esclarecem que “O início pelo qual se nota, em geral, a intenção argumentativa é o uso de um termo que se afasta da linguagem habitual”. Fica evidente, portanto, que o emprego de um termo que se afasta da significação habitual, alcançando novo patamar significativo, como as palavras foram empregadas pelas articulistas, é que potencializa a adesão dos leitores à tese defendida.

Nesse sentido, é preciso, portanto, considerar o léxico como recurso argumentativo, dada sua potência significativa que se oferece ao contexto de criação de enunciados, sendo capaz de refletir o que o sujeito pensa e como age. A interação linguística presente na construção da argumentatividade possibilitou às alunas não apenas compreenderem conteúdos e posicionamentos expressos em outros discursos, como também, a partir disso, construírem seus pontos de vista em defesa de uma tese e, ao participarem desse processo, foram dando forma à própria

consciência social. Isso faz sentido uma vez que, como afirma Volóchinov (2017, p. 95), “Uma consciência só passa a existir como tal na medida em que é preenchida pelo conteúdo ideológico, isto é, pelos signos, portanto apenas no processo de interação social.”

Enfim, no contexto argumentativo, as palavras usadas pelo orador ou escrevente alcançam os ouvintes ou leitores, interagem com as palavras deles e, juntas, formam outros discursos. Essa troca dialógica e formadora de discursos e da consciência social encontra ressonância ao que afirma Amossy (2018, p. 172) quando diz que:

Assim, a palavra deve ser tomada tanto do quadro de interação – ela é orientada para o outro – quanto no quadro das relações consensuais ou polêmicas que ela produz com outras palavras do discurso em um espaço no qual as enunciações se cruzam e respondem umas às outras.

Os significados produzidos decorrentes das palavras, derivados das trocas entre os envolvidos no discurso, conferem ao discurso o efeito persuasivo que pretende o locutor. Nesse sentido, em resumo, a palavra é indispensável para o funcionamento de um discurso e sua força argumentativa reside exatamente no efeito significativo-persuasivo produzido no interlocutor.

Enfim, o posicionamento assumido pelas alunas revela que a consciência social da realidade já se iniciou e está em expansão ao definir uma posição e, por meio do léxico, podem criar argumentos que a sustentam. Já que o signo linguístico é neutro, pois a linguagem está disponível a qualquer ideologia, o sujeito faz a escolha lexical baseada em suas convicções e na finalidade discursiva para construir sua argumentação. Nesse turno, dois processos certamente ocorrem concomitantemente: o sujeito que escolhe é o agente ativo da ação linguística e a linguagem é o agente vivo que torna possível a criação do enunciado, portanto ambos se realizam e se completam na escolha do signo ideológico empregado.

A argumentação no discurso, como propõe a nova retórica, difere da argumentação clássica exatamente nesse ponto. Enquanto a primeira se sustenta no uso efetivo da linguagem e nas possibilidades significativas que ela proporciona, a segunda depende da dimensão da lógica e dos aspectos dedutivos. Nesta investigação, reconheço que as alunas formam levadas a criarem os enunciados argumentativos baseados na perspectiva discursiva, o que possibilitou adentrar no universo interacional e dialógico da linguagem.

3.1.5 O uso das figuras de linguagem como argumento

Em continuidade à análise do *logos* – palavra/linguagem – com o qual as articulistas trabalharam para construir os artigos de opinião, passo a destacar as figuras de linguagem presentes nos enunciados, bem como analisá-las sob a perspectiva da presença e função delas no processo de argumentação. Para Abreu (2009, p. 48) “As figuras retóricas são recursos linguísticos utilizados especialmente a serviço da persuasão”.

Amossy (2018) discute a questão das figuras e questiona sua relevância para a argumentatividade. Para que seja considerada como expediente argumentativo deve-se considerar, para além de seu caráter ornamental, sua estrutura e força significativa na construção do processo argumentativo. Afirmar que seu estudo não pode prescindir do contexto discursivo em que é empregada. Isso posto, Amossy (2018, p. 228) afirma que:

O elemento contextual é determinante, porque é no uso que uma forma figural adquire seu valor argumentativo, e é na medida em que as retóricas tenderam a retirar as figuras do contexto e “colocá-las em uma estufa” que elas perderam essa dimensão capital.

Diante disso, não só as figuras podem e devem ser empregadas para a construção da argumentação no discurso, como é prudente considerá-las como expediente linguístico válido para obter a adesão do público que se quer persuadir. Sobre essa questão, Amossy (2018, p. 232) explica que “É, pois, em termos discursivos que é preciso analisar as figuras, em uma concepção aberta de argumentação, levando em conta, ao mesmo tempo, sua particularidade e sua participação nas operações languageiras globais”.

Para iniciar a discussão acerca do uso das figuras de linguagem como elementos e recursos argumentativos, destaco o artigo “Jovem – presente ou futuro?”, criado pela Gabriela Ribeiro, cuja operação discursiva foi construída a partir da contraposição de duas realidades da vida dos jovens: presente e futuro. Portanto, é flagrante a presença do paradoxo¹⁰, como recurso discursivo.

Na atualidade, muitos jovens não sabem o que é viver, pensar no futuro é a maior prioridade. O futuro, o que vem a acontecer, passou a ser o nosso novo presente, passou a ser o que vivemos para ver acontecer. Mas, nesse jogo temporal (presente/futuro–futuro/presente), muitos jovens acabam tendo uma perda gradual na construção da identidade, fato que gera frustração, desordem emocional e vários outros tipos de insuficiências, resultando em

¹⁰ Do grego *paradoxos* = contrário à previsão ou à opinião comum, reúne ideias contraditórias em uma mesma frase (ABREU, 2009, p. 61).

peessoas frágeis, que não vivem o presente e nem conseguem projetar o futuro (Gabriela Ribeiro. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Logo no início, Gabriela expõe que os jovens “não sabem o que é viver” e que “pensar no futuro é a maior prioridade”, o que afeta, segundo ela, a construção da identidade. O recurso do paradoxo se constrói na ideia segundo a qual muitos jovens não sabem o que é viver, mesmo vivendo. Tanto “vivem” que pensam prioritariamente no futuro. Nos dois enunciados destacados, aparece nova figura, a metáfora¹¹, em duas ocorrências: na primeira, “viver” ganhou novo significado: pensar: viver é pensar; a segunda quando o futuro passa a ser o “novo presente”: futuro é o presente.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) discutem o uso da metáfora e concebem-na, no que tange à argumentação, como uma analogia condensada, resultante da fusão de elementos, cuja significação se aproxima para estabelecer um novo cenário persuasivo, em que presente e futuro tornam-se uma só coisa na vivência do jovem. Esse expediente cria uma imagem de jovens confusos, deslocados da realidade, logo a mensagem que chega aos leitores é a de que precisam agir para ajudá-los a superar a situação, segundo a qual “O futuro, o que vem a acontecer, passou a ser o nosso novo presente”.

A relação entre os dois universos temporais é a própria relação que os jovens têm consigo mesmos. Ora, se “O futuro, o que vem a acontecer, passou a ser o nosso novo presente, passou a ser o que vivemos para ver acontecer”, então, se o futuro é o presente, onde fica o futuro? As figuras presentes no trecho constroem a arquitetura conflitante e figurativa, no sentido de aparecerem novos significados ao ato de viver e ao futuro e, com ela, formam o arcabouço que não só atrai a atenção dos leitores, como os faz refletir, abrindo caminho para a adesão à tese que a articulista Gabriela defende. As figuras paradoxo e metáfora alcançam valor argumentativo porque estão empregadas em contexto, como no fragmento acima apresentado. Isso se verifica no que diz Amossy (2018, p. 223):

As figuras são formas verbais cujo valor argumentativo deve ser estudado em contexto. É necessário, pois, ver as potencialidades da comparação, da hipérbole ou do zeugma, levando em conta o fato de que somente o uso feito durante uma interação argumentativa singular é que lhe confere peso e impacto.

O contexto verbal que se cria é o de suscitar a dúvida quanto à vivência do jovem na atualidade, o que indica que é preciso refletir sobre a questão e tentar mudá-

¹¹ Do grego *metaphorá* = transporte, é uma comparação abreviada. A ideia de transporte (ocorre) do sentido próprio para o sentido figurado (ABREU, 2009, p. 50) (conceito adaptado por mim).

la, pois se trata de um problema. A mensagem persuasiva já se inicia no título do artigo: “Jovem – presente ou futuro?”. O questionamento suscita a compreensão de que não é passado e futuro, tampouco passado e presente. É presente e futuro. Esse jogo temporal coloca os jovens numa espécie de conflito entre viver o presente e, ao mesmo tempo, construir o futuro. Esse problema do jovem é evidenciado pelo paradoxo e pela metáfora, os quais representam a dificuldade do jovem em reconhecer o que, de fato, é o presente e o futuro.

Adiante, aparece outra figura, a antítese¹² “chorar x sorrir” em: encarar com ousadia o que ocorre em nossa vida, independente do chorar ou do sorrir” e “o amanhã x o agora”: “o amanhã é incerto, já o agora está em nossas mãos”. Essas figuras no trecho não têm a função de ornamentar, como eram entendidas na retórica clássica; antes disso, elas conferem ao enunciado a dubiedade e a inconstância peculiares à vida do jovem e contribuem como recurso construtivo da argumentação no processo persuasivo.

Gabriela encerra o enunciado com o mesmo expediente figurativo com que o iniciou, ou seja, usando o paradoxo: “viver o futuro x esquecer o presente”, “viver x morrer. E por meio dessa construção linguística dual: “Por pensarem ansiosamente no futuro, esquecem-se do presente de forma que acabam por não viver nem no presente nem no futuro”, evidencia ao leitor a urgência de fazer alguma coisa para inverter a situação dos jovens que “vivem ‘como se nunca fossem morrer... E morrem como se nunca tivessem vivido’”. A persuasão, portanto, decorre do jogo linguístico que contrapõe a realidade como é com a de como deveria ser.

Para Fiorin (2014, p. 63),

O paradoxo mostra que, diferentemente do que pensa o senso comum, a linguagem não é transparente, sua ordem não é homóloga à do mundo, ela tem uma ordem própria, autônoma em relação à realidade. É a linguagem que categoriza o mundo, que dá a ele uma ordem. O paradoxo torna clara essa autonomia do funcionamento da linguagem em relação à realidade.

No artigo em questão, as figuras de oposição – antítese e paradoxo - mobilizam toda a argumentatividade, cuja mensagem é obter a adesão dos leitores à tese de que a indefinição jovem é um problema que precisa ser solucionado.

Adiante, exponho trechos do artigo “independência: morar sozinho”, escrito pela Maria Fernanda. A discussão gira em torno da busca do jovem em ganhar sua

¹² Do grego *antíthesis*, *anti* + *tese* = oposição. Consiste em contrapor uma palavra ou uma frase a outra, de significação oposta (ABREU, 2009, p. 60).

independência e, para isso, defende o ato de morar sozinha como possibilidade a ser conquistada.

Grande maioria dos jovens de hoje só anseia a uma coisa: a independência. Isso significa, principalmente, morar sozinho. Muitos não percebem que esse desejo implica outras questões, como a financeira principalmente. Mesmo com tantas adversidades, é direito, sim, de o jovem buscar conquistar sua liberdade.

Desde cedo, somos criados para o mundo, ou seja, para nos virarmos sozinhos. Mas por que os pais não aceitam que é hora de nos deixar ir? Muitos usam a desculpa de que não estamos preparados ainda. Porém, não são apenas os pais a colocarem empecilhos; a questão financeira pesa, pois ela é a principal chave para se permitir ou impedir que se abra essa porta (Maria Fernanda. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

O emprego da pessoa do discurso “eles”, relativo aos jovens, empregado no primeiro parágrafo, é mudado para “nós”, que aparece no segundo parágrafo. Essa mudança de pessoa e denota que a articulista coloca-se presente no discurso que profere. Com essa troca das pessoas “eles” por “nós”, Maria altera substancialmente sua posição argumentativa. Antes, ao referir-se a “eles”, encontrava-se fora do processo de busca pela independência jovem, porém, quando usa o “nós”, coloca-se presente nessa luta.

Esse raciocínio, provocado pelo uso dos pronomes – eles/nós –, significa aos leitores jovens (penso ser parte do público que o sujeito busca persuadir) uma parceria entre eles, os que leem, e o nós, o escrevente, e promove uma aproximação que suscita uma identificação entre os interlocutores, dada a afinidade de desejo: “Grande maioria dos jovens de hoje só anseia a uma coisa: a independência”.

Pode não ter sido premeditado aproximar-se dos leitores, no entanto, essa estratégia facilita a adesão deles à tese que defende. De algum modo, o público influencia as escolhas das estratégias e dos recursos argumentativos feitas pelo sujeito para persuadir seus interlocutores, como explica Amossy (2018, p. 51):

A nova retórica coloca, então, em relevo, a importância decisiva da instância da recepção na troca argumentativa. Ela mostra a maneira pela qual o tipo de público visado modela o discurso. Falamos sempre para e em função de alguém.

O que expõe a autora refere-se à tese segundo a qual a argumentação reside no discurso, ou seja, é o produto da interação entre os interlocutores, mesmo que estejam tempo e espacialmente distantes, como é característico nos discursos escritos, que dá substância para o desenvolvimento da argumentatividade. Nesse sentido, o discurso é construído no interior de um processo de interação, em que o

escrevente é moldado pelas características do público, com a finalidade de agir sobre o seu pensamento em busca de sua adesão.

Em continuidade à discussão sobre as figuras como recursos persuasivos, destaco a anáfora¹³ com a qual o sujeito busca persuadir os leitores. A anáfora se caracteriza por ser uma figura utilizada para reforçar a mensagem por meio da repetição da mesma palavra ou expressão, como destacada no trecho abaixo. No fragmento, a repetição reforça a posição que o jovem deve ter em relação ao desejo de morar sozinho.

Mesmo que os pais sejam terminantemente contra; mesmo que Manoel de Barros tenha afirmado que "A minha independência tem algemas"; mesmo que a sociedade reprove; enfim, mesmo que muitos digam o contrário e não incentivem, ainda sim é importante ressaltar que cada um pode fazer a escolha que quiser, e mesmo que não apoiem, devemos lembrar, que quem cria nosso futuro somos nós próprios, e ninguém tem o direito de interferir quando a vida não é sua (Grifos meus) (Maria Fernanda. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

A repetição da conjunção concessiva “mesmo que” no início dos períodos enfatiza a ideia de que os jovens devem buscar sua liberdade, para isso eles devem vencer todas as barreiras que dificultam essa empreitada. A força persuasiva do recurso anafórico tem o poder de envolver os leitores num raciocínio dialógico de que não há evento ou argumento contrários que sejam impeditivos na busca pela independência.

Segundo Abreu (2009), a anáfora é um recurso que serve para o gerenciamento de informações, em um processo argumentativo. Ao fazer uso dela, o sujeito mantém o fluxo de atenção de seus leitores na mensagem enfatizada. Com efeito, a repetição desse recurso, a um só tempo, tem a função de concatenar a atenção dos interlocutores – quem escreve com quem lê –, como também a de enfatizar a mensagem que é transmitida com a finalidade persuasiva.

3.1.6 O diálogo na argumentação

Já pontuei neste trabalho a presença da linguagem na vida das pessoas, em todas as suas ações cotidianas. Destaquei, também, que o uso que os sujeitos fazem dela propicia que se comuniquem, formem valores e virtudes humanos, depreendam conhecimentos construídos tempo afora, construam outros e, nessa dinâmica,

¹³ Do grego *anaphorá* = ato de se elevar, de corrigir, é a repetição da mesma palavra no início de frases sucessivas, ou de membros sucessivos, em uma mesma frase (ABREU, 2009, p. 60).

desenvolvem a própria consciência social, assim se constituem como seres sociais. Isso é possível pelo diálogo ininterrupto que o homem empreende com a cultura, com seus interlocutores e, também, consigo mesmo, no ato de reflexão usando a linguagem. A realidade da linguagem é o fenômeno dialógico e social que se constrói nas interações entre as pessoas, ao realizarem ações das mais simples às mais complexas.

A argumentação no discurso, proposta pela nova retórica, se vale substancialmente da interação entre orador ou escrevente com o ouvinte ou leitor, logo não pode haver imposição ou violência entre os interlocutores. A força persuasiva reside no plano das ideias, possibilitada pelos efeitos dos argumentos que traduzem um ponto de vista em busca da persuasão do público.

No filme *O Poço*, sob a direção de Galder Gaztelu-Urrutia, a questão do diálogo é central para formação de uma consciência individual e coletiva. *O Poço* conta a história de um lugar misterioso, uma prisão indescritível, um buraco profundo. São ao todo 333 níveis sobrepostos e, em cada um deles, vivem dois reclusos que precisam empreender uma luta desumana pela sobrevivência. A comida é oferecida em uma espécie de plataforma, que passa em todos os níveis, mas que não chega com alimentos a todos os níveis abaixo. É preciso que se faça algo para convencer os habitantes do Poço de que é necessário pensar e agir coletivamente para que todos possam se alimentar. Portanto, não há outra maneira de conseguir isso sem o poder do convencimento pelo diálogo.

No enredo, há um diálogo travado entre as personagens Baharat e Sr. Brambang, considerado um homem sábio, que ilustra bem o princípio da argumentação que venho discutindo, amparado nos postulados de Amossy, Perelman e Olbrechts-Tyteca. No diálogo, Sr. Brambang questiona o método empregado por Goreng e Baharat para convencer os habitantes do poço a consumir apenas o necessário, de maneira que todos pudessem ter acesso à comida:

Baharat: Perdão, senhor.

Sr. Brambang: Parem os dois agora mesmo. Estão pisando na comida, estúpidos. [...] E você não aprendeu nada do que eu te ensinei?

Baharat: Senhor nós estamos tentando levar alimento para todos os níveis.

Sr. Brambang: Isso é muito bom. Muito bom, mas a educação é o principal. Convencer antes de vencer.

Baharat: E se não convenceremos?

Sr. Brambang: Então bate, mas primeiro diálogo (GAZTELU-URRUTIA, 2019, min. 69).

A metáfora representada pelo filme referido, sobretudo o trecho citado, vale para ratificar que, como postula a Nova Retórica, argumentar é um ato discursivo, que se efetiva na troca dialógica de que participam o orador ou escrevente e o ouvinte ou leitor. A força e o efeito persuasivos são extraídos do signo linguístico usado na interação entre os interlocutores, logo distantes da violência física. Argumentar, neste caso, é, antes de tudo, mobilizar a linguagem para persuadir em favor do que se percebe como válido ou como verdade a ser propalada a fim de obter a adesão do público ouvinte ou leitor.

Com efeito, a essência da argumentação é o embate de pontos de vista que acontece pela linguagem no plano dialógico interacional. Nesse contexto, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, pág. 524) destacam que “Por mais imprecisas que sejam as condições em que se desenvolvem os fenômenos de interação, são eles contudo que determinam em grande parte a escolha dos argumentos, a amplitude e a ordem da argumentação”, porque o sujeito vai amalgamando seu discurso na medida em que dialoga com o público a quem deseja influenciar.

Ao encontro desse entendimento, cito Amossy (2011 p. 133) para ratificar a tese segundo a qual:

o texto se articula, sem que isso seja necessariamente exibido, com os discursos que circulam antes ou em torno dele: a heterogeneidade constitutiva é um dos fundamentos da fala argumentativa na medida em que esta, necessariamente, reage à palavra do outro, quer seja para retomá-la, modificá-la ou refutá-la. Por isso, é importante conhecer a essência do que é dito ou escrito em uma determinada sociedade sobre o tema posto em questão.

No ato de criação dos artigos de opinião, esse diálogo se fez presente entre as alunas, tanto nas discussões e interações ocorridas nos encontros do experimento didático-formativo, como nas leituras e reflexões realizadas, cujo objetivo principal foi o de buscar informações sobre os assuntos, mas sem prescindir da aprendizagem relativa à estrutura do gênero, de como posicionar-se e construir argumentos que favorecessem a adesão dos leitores à tese defendida.

Para Petrilli (2013, p. 55):

O diálogo não é somente diálogo cognitivo, muito menos só um diálogo com a finalidade de obtenção do conhecimento da verdade: diálogo não é somente um meio para chegar ao conhecimento. [...] o diálogo responde a uma dimensão vital dos signos, a uma exigência de vida que encontra o próprio sentido no inevitável entrelaçar-se da vida do eu com a vida do outro, no inextricável emaranhado de corpos – esse é o dialogismo.

A evidência desse diálogo, empreendido pelas articulistas nos artigos produzidos, com outros discursos aconteceu por meio de citações, diretas ou indiretas, e referências, explícitas ou implícitas, a outros discursos que passaram a ser conhecidos pelo ato de ler. É característico ao gênero artigo de opinião dialogar com posicionamentos contrários para refutá-los e, assim, dimensionar o ponto de vista que o sujeito defende como válido e passível de aceitação por parte dos leitores. Reconheço que elas cumpriram com essa prerrogativa do gênero, trazendo ao bojo da discussão discursos e vozes dissonantes à defesa que fizeram dos assuntos sobre os quais escreveram para contestá-los. Sobre essa questão Amossy (2011, p. 131) diz:

[...] considero que o discurso em situação comporta em si mesmo uma tentativa de fazer ver as coisas de uma determinada maneira e agir sobre o outro. A posição contrária não precisa ser apresentada na íntegra, na medida em que a palavra é sempre uma resposta à palavra do outro, uma reação ao dito anterior que ela confirma, modifica ou rejeita.

A presença de discursos contraditórios é recorrente na realidade, sobretudo nos enunciados argumentativos, como o artigo de opinião. Desse modo, nos enunciados analisados adiante, por vezes os discursos se colidem e dessa ocorrência surgem enunciados escritos que, também, entram na arena de conflito. O embate discursivo presente na argumentação faz todo sentido se se considerar que ele é construído pelo signo verbal que é ideológico, logo o conteúdo do diálogo também o será. O que afirmo encontra sustentação no que escreveram Arena e Pastorello (2019, p. 85), ao afirmarem que:

Nesse mundo tenso é que se manifesta o jogo de forças de linguagem em que se batem as forças que tentam manter suas posições conservadoras e as que lutam para corroê-las: trata-se do embate de forças centrípetas e centrífugas analisadas por Bakhtin.

Isso posto, passo então a demonstrar e discutir tal ocorrência, relativa ao diálogo com discursos antagônicos ao posicionamento das alunas-autoras, nos fragmentos retirados dos artigos. Inicialmente, cito o trecho do artigo “Respeitar é preciso”, criado por Verônica Moura.

A constituição de família nos dias atuais está evoluindo cada vez mais. São novos conceitos, em contraponto ao modelo tradicional composto por homem e mulher, abrindo espaço para o casamento entre casais do mesmo sexo. Não se pode negar essa tendência, pois tudo evolui e, com isso, a sociedade também, logo aceitar as mudanças sociais é a melhor opção para que não se cometam injustiças, tampouco discriminação.

Os casais homoafetivos a cada dia vêm conquistando seu espaço na sociedade, como o direito de adotar uma criança e isso precisa ser expandido e aceito cada vez mais. É notável que essa classe ainda sofre preconceito. Na mesma medida que eles lutam por respeito, de certo modo soa como

agressão para alguns, como os religiosos, como se fosse a própria morte. Como argumento contrário à união de pessoas do mesmo sexo, citam o livro bíblico Levítico, 18-32, onde diz que “Com homem não se deitarás como se fosse mulher, abominação é”. Como se nota, para os religiosos, isso é abominável, mas para os que pensam no ser humano, na felicidade, é apenas uma forma de amor (Verônica Moura. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Logo na introdução, Verônica apresenta dois discursos sobre os quais a argumentação se engendra. De um lado, o conservador, que defende a manutenção da composição da família tradicional – homem e mulher – e, do outro, um discurso mais progressista, representado no artigo pela expressão “novos conceitos”, que é sensível a novas configurações familiares. Esse embate percorre todo o escrito, e a articulista dialoga com ambos e, a partir dessa dicotomia discursiva, cria argumentos para sustentar seu posicionamento em defesa da aceitação da união de pessoas do mesmo sexo.

Para demonstrar a posição dos conservadores em relação ao conceito tradicional de família, traz ao seu enunciado o discurso bíblico “Com homem não se deitarás como se fosse mulher, abominação é”, retirado do livro de Levítico, 18-32. Por outro lado, imbuída em um discurso progressista, e contrário ao tradicional, Verônica arquiteta a contra-argumentação na concepção humanística e na subjetividade do sentimento de amor, e assevera “mas para os que pensam no ser humano, na felicidade, é apenas uma forma de amor”.

O parágrafo que segue denota a consequência da intolerância que sofre a comunidade LGBTQIA+. A articulista não nomina os responsáveis pelos índices de violência que a acomete, mas fica subtendido que as agressões e assassinatos, senão direta, pelo menos indiretamente, decorrem da rejeição dos que não discriminam pessoas homoafetivas.

Casos de agressão são registrados diariamente. Assassinatos de LGBTQIA+ cresceram 30% entre 2016 e 2017, segundo relatório de O Globo. Levantamento mostra que a maioria das vítimas morre com armas fogo e na rua. A cada 19 horas, um LGBTQIA+ é assassinado ou se suicida, vítima de “LGBTfobia” o que faz o Brasil campeão desse tipo de crime (Verônica Moura. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

A estratégia de Verônica é alcançar com seu discurso todos os públicos para persuadi-los, e não apenas os que pensam como ela, então usa o implícito para não melindrar os contrários à sua tese, o que poderia criar uma resistência nos leitores ou, até mesmo, pôr fim à interação argumentativa. O implícito é um recurso persuasivo construído pelo escrevente, mas é a ação dos leitores em completar o raciocínio que forma o argumento discursivo, como afirma Amossy (2018, p. 178) “o implícito

contribui para a força da argumentação na medida em que empenha o alocutário a completar os elementos ausentes”.

Verifica-se que o parágrafo citado acima tem duas funções. Primeiro a de informar a realidade na qual vivem os LGBTQIA+; e, como consequência dessa informação, provocar repulsa e indignação a essa mesma realidade. Mesmo que os leitores pensem diferente da tese que ela defende, os números apresentados podem levá-los à reflexão de que o ponto de vista que têm, se não mantém ou provoca, pelo menos não rechaça tampouco combate ações homofóbicas.

No parágrafo seguinte, continua com a defesa da tese com argumentos construídos na exposição das questões alcançadas pelos “casais homoafetivos”.

Apesar desses problemas, diversas conquistas foram possíveis, por exemplo, leis que amparam os casais homoafetivos. No dia 13 de junho deste ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passe a ser considerada crime. Mais leis devem ser criadas para amparar essas pessoas, a fim de que elas não sejam agredidas pelo simples fato de serem gays. Devemos combater não são somente agressões físicas, mas também agressões psicológicas, as quais podem trazer problemas sérios, por exemplo, infelicidade, depressão, suicídio, pelo fato da pessoa não suportar essa pressão sobre ela (Verônica Moura. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Assim como fez no parágrafo em que apresentou o sofrimento pelo qual passa a comunidade referida, a criação do trecho acima segue a mesma estratégia persuasiva. Com efeito, ao apresentar as conquistas, evidencia a ela que a luta não foi, tampouco é, em vão. A mensagem implícita nesse raciocínio é a de que devem continuar buscando o que pensam ser justo. Isso fica evidente na parte conclusiva, quando ao encerrá-lo, Verônica interpela-os para que ajudem a combater o preconceito “Mesmo que as conquistas sejam uma realidade, o preconceito ainda persiste, e isso precisa ser mudado”. Os interlocutores, portanto, são levados à persuasão tanto pelo conteúdo do que foi escrito, quanto pelo que foi construído implicitamente. Esse entendimento vem ao encontro do que escreveu Amossy (2018, p. 178) ao postular que:

A argumentação se sustenta tanto pelo que diz com todas as letras quanto por aquilo que leva a entender. [...] Na perspectiva argumentativa, atuam ainda mais: o alocutário adere à tese na medida em que dela se apropria no movimento em que ele a reconstrói.

O diálogo presente na dinâmica argumentativa favorece a participação dos leitores que, de algum modo, passam a ser construtores do discurso a que têm acesso no ato de leitura. Isso é possível devido ao caráter dialógico-construtivo da linguagem,

que está em atividade constante na interação verbal, oral ou escrita, desenvolvida pelos falantes e escreventes em diálogo.

Maria Fernanda também defende a união de casais homoafetivos no artigo “Somos todos iguais” e também dialoga com o discurso religioso para construir e reforçar seu ponto de vista.

O amor é uma das maiores dádivas que Jesus Cristo nos deixou. No mundo em que estamos precisa-se de muita caridade, compaixão e etc. Se pararmos para prestar atenção, os homossexuais são os que mais transmitem afeição, carinho, solidariedade, entre outros sentimentos e ações de que precisamos. Os LGBTQIA+ também têm o direito de serem felizes, portanto temos que aderir à ideia de que cada um faz a escolha que quiser, e que somente Deus tem o direito de julgar (Maria Fernanda. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Ao contrário do que fez Verônica, cujo discurso bíblico apareceu no diálogo do público conservador, Maria centra a defesa de sua tese no que prega a bíblia: “O amor é uma das maiores dádivas que Jesus Cristo nos deixou”. Com isso aguça seu público de leitores a refletir que se há amor, e este “amor” é uma “dádiva” dada a nós por Cristo, deve, em igual medida, aceitar os homossexuais e conceder-lhes a oportunidade de viver como quiserem.

No parágrafo seguinte, o diálogo com o discurso divino fica mais evidente. Verifica-se que ela apossa-se desse discurso, não para refutá-lo, mas para tirar dele a prova do que defende.

Muitos dos que criticam, discriminam, ofendem os homoafetivos o fazem por razões religiosas, pois eles acreditam que o homem nasceu para mulher e a mulher nasceu para o homem, e que os mesmos não passam de abominações. Afirmam que na bíblia diz que é pecado. Essa postura religiosa contrasta com os ensinamentos de Jesus. Este nos ensinou o amor, ou seja, amar o próximo, não julgar. Mesmo alguns afirmando que a bíblia diz sobre esse casamento ser uma abominação, no entanto, na mesma bíblia Jesus nos afirma em Cântico dos Cânticos, capítulo 8, versículo 6 “Que o amor é mais forte que a morte”, sendo assim, que a união dos mesmos não é para a morte, mas sim, como tudo deveria ser, para o amor (Maria Fernanda. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Aqui o discurso religioso não está para sustentar posicionamento conservador sobre os homossexuais, como no anterior, amparado pela palavra “abominação”, que leva à morte, mas para elevar o “amor” no ato de aceitar a opção dos homossexuais: “amar o próximo, não julgar”. Mesmo que não seja objetivo fazer juízo de valor sobre os argumentos criados pelas articulistas, este parece-me mais persuasivo em relação ao anterior sobre o mesmo tema, pelo fato de atribuir ao amor o poder de guiar e fundamentar os pontos de vista em relação às pessoas, em detrimento ao sentimento de rejeição. Os leitores são envolvidos no processo argumentativo de modo que não

aceitar a tese em defesa dos homossexuais é não seguir o que Cristo ensinou, pois “Essa postura religiosa contrasta com os ensinamentos de Jesus”.

Nesse sentido, com o argumento apoiado no discurso bíblico, retirado do livro Cântico dos Cânticos: “Que o amor é mais forte que a morte”, constrói a mensagem de que a união não é para a morte, o que deve ser evitado, mas para o amor, logo deve ser aceita a condição homossexual que o resume. O jogo amor x morte em “a união dos mesmos não é para a morte, mas, como tudo deveria ser, para o amor” resume sua defesa e fundamenta a argumentatividade com vistas à adesão dos leitores.

Outros dois discursos aparecem na sequência enunciativa: o da legalidade, que tem como agentes os entes federados, que asseguram os direitos aos homossexuais, e do Estado laico¹⁴. Maria Fernanda afirma que estes já estão fazendo a sua parte, como se nota no trecho a seguir:

O Estado brasileiro, que é laico, já deu um passo à frente quanto à união de casais homoafetivos. Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) concedeu a permissão de transformar a união estável dos LGBTQIA+ em casamento. Com isso, o casamento homoafetivo não só é uma ação legal, como também, um direito adquirido por eles (Maria Fernanda. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Mais uma vez percebo o papel do implícito da argumentação no trecho. Nele a articulista informa sobre aos benefícios concedidos e deixa claro que quem os propiciou foi o Estado brasileiro. O implícito reside no fato de indicar que o estado é laico, em referência à divisão entre Estado e religião. O apostro – que é laico – não tem outra função senão a de contrapor as duas instâncias e, ao mesmo tempo, expressar implicitamente que é hora dos que seguem alguma religião também agirem em prol da comunidade LGBTQIA+, promovendo ações que redundem em prol da união de pessoas do mesmo sexo. Esse recurso tem valor argumentativo por várias razões, como explica Amossy (2018, p. 178):

Entretanto, se o implícito é dotado de uma grande força argumentativa, não é somente porque desencadeia uma atividade de interpretação que autoriza uma “cooperação” com o discurso. É também porque [...] alguns valores e posições têm muito impacto quando são apresentados sob o modo de uma evidência e introduzidos no discurso de maneira a não constituir o objeto declarado do dizer. Eles escapam, assim, à contestação, impondo-se ainda

¹⁴ Um Estado é considerado laico quando promove oficialmente a separação entre Estado e religião. A partir da ideia de laicidade, o Estado não permitiria a interferência de correntes religiosas em assuntos estatais, nem privilegiaria uma ou algumas religiões sobre as demais. O Estado laico trata todos os seus cidadãos igualmente, independentemente de sua escolha religiosa, e não deve dar preferência a indivíduos de certa religião (<https://www.politize.com.br/estado-laico-o-que-e/>).

mais ao auditório na medida em que se mostram como evidências que não precisam ser formuladas com todas as letras.

A força do implícito, como recurso argumentativo, reside no fato de promover a reflexão do público, ao mesmo tempo que o coloca no centro do processo, como partícipe da construção da argumentatividade. Nos casos expostos acima, em que o implícito está evidente, Verônica e Maria criam uma situação argumentativa que envolve os leitores e os conduz a construírem significados a partir do que foi dito implicitamente. Se os leitores participam da construção dos sentidos argumentativos, é evidente reconhecer que já estão envolvidos no processo, logo passíveis de serem persuadidos.

Nos dois artigos analisados acima, o discurso religioso esteve presente, ora como expediente de sustentação da tese que Verônica e Maria Fernanda defenderam, ora como sustentação de discursos contrários à causa LGBTQIA+ como os quais dialogaram. Esse fato não é coincidência, mas advém da própria formação religiosa das articulistas. Ao se declararam evangélicas, denotam que convivem com discurso mais conservador, ou seja, menos propenso a aceitar a condição dos homossexuais.

É justo mencionar, como se percebe pelos fragmentos acima, que elas se colocam em defesa da união entre pessoas do mesmo sexo, contrariando, em tese, a suposta orientação religiosa que certamente receberam e recebem. Essa nova conduta de aceitação, em oposição à segregação de grupos, como a comunidade LGBTQIA+, revelada por seus discursos, é prova de que alargaram a visão de mundo, a ponto de reconhecerem que as verdades, por vezes, são relativas, e o que é mais importante, passaram a pensar para além dos limites impostos por esta ou aquela instituição e defender o que acreditam.

Em continuidade à discussão do diálogo com outros discursos nos artigos escritos no experimento didático-formativo, destaco, neste momento, o artigo “Abuso sexual: um grito por socorro”, em que Tainara Paloma dialoga com posicionamentos, ora para sustentar o alerta que faz quanto à questão do abuso sexual, ora para refutar discursos que potencializam a ocorrência do problema. Dos nove parágrafos que o compõem, cito cinco deles sobre os quais, por meio dos diálogos presentes, é construída toda a argumentação.

Esse problema é grave e precisa ser combatido porque pode ser praticado por quem menos esperamos: um pai, tio, amigo, vizinho primo e até mesmo um avô. Não é possível que uma criança que teve sua inocência roubada e em um futuro uma adolescente viva aprisionada em medos e pesadelos com pavor que seu agressor retorne e não tenha amparo. Em 2016, o sistema de

saúde registrou 22,9 mil atendimentos a vítimas de estupros no Brasil. Em mais de 13.000 deles 57% dos casos, as vítimas tinham entre 0 e 14 anos. Desses cerca de 6000 vítimas tinham menos de nove anos.

As estatísticas são do Sinan, o Sistema de Informações do Ministério da Saúde, que registra casos de atendimento de diferentes ocorrências médicas desde 2011. É uma espécie de ponta do iceberg do problema. Mesmo os números do Sinan, oferecendo uma visão central do problema, não retratam todos os casos de abuso sexual de crianças que acabaram no sistema de saúde. Isso porque nem todos os municípios do país reportam os casos, embora o procedimento seja obrigatório. Isso demonstra o quanto essas pessoas estão vulneráveis acarretando assim outro problema, impossibilitando que o governo proteja as vítimas e puna seus agressores, com isso colabora para que esse problema se agigante.

A constituição é o mais importante conjunto de normas de um país que determina as atribuições e limites das instituições, os direitos dos cidadãos e os deveres do Estado. A constituição, também conhecida como Carta Magna, é a lei Suprema e fundamental do Brasil e se situa no topo de todo o ordenamento jurídico. Ou seja, nenhuma lei pode contrariar o que está determinado nela. Para serem efetivadas os preceitos da Constituição devem ser transformados em leis. No caso da infância, a lei mais importante é o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Nº 8069/1990, o ECA é considerado um Marco na proteção da Infância e tem como base a doutrina de Proteção Integral, reforçando a ideia de “propriedade absoluta da Constituição”.

Uma das ligações que mais marcaram a atendente Camila, que trabalha desde 2016 no Disque Denúncia 100, foi um caso de abuso sexual de um bebê de 1 ano de idade. Ela recebeu a ligação de uma pessoa anônima, dizendo que, ao trocar a fralda da criança, encontrou seu órgão genital machucado e com pus. Segundo o relato, menina estava sendo abusada pelo padrasto, e a mãe não fazia nada porque não queria que o marido fosse preso. O fato da maior parte dos abusos físicos e sexuais virem da própria família torna o problema mais complexo e difícil de ser resolvido, já que a criança fica completamente desamparada e sem apoio justamente de quem deveria protegê-la.

O Conselho Tutelar foi e continua sendo uma forma que encontraram para dar maior apoio e estabilidade à Criança e Adolescente vítimas não só de abuso sexual mas também de agressões físicas, psicológicas e emocionais. Por mais que o estatuto sirva para proteção dessas vítimas e conte também com a colaboração e outros órgãos, como MP (Ministério Público), há casos que os próprios familiares contribuem para que essas agressões se agravem como citou a médica Legista do IML (Instituto Médico Legal) Mariana da Silva Ferreira, “sobre uma garota de 15 anos cujo pai a estuprou por dois anos”, quando a médica falou com a mãe, essas foram as palavras da pessoa que deveria proteger a garota. “ela já é grande, sabia o que estava fazendo” (Tainara Paloma. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Para sustentar o ponto de vista que defende e criar seus argumentos, Tainara dialoga com os discursos jurídicos respaldados pelos princípios da Constituição Brasileira – CF – e do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e, ainda, com informações do Sistema de Informações do Ministério da Saúde – SINAN. Com os dados desse sistema, procura sensibilizar os leitores para a gravidade do problema: “22,9 mil atendimentos a vítimas de estupros”; “57% dos casos, as vítimas tinham entre 0 e 14 anos”; “6000 vítimas tinham menos de nove anos” e, com os instrumentos legais, explicita que a proteção oferecida pelo Conselho Tutelar e pelo Ministério

Público ainda não é suficiente que criança e adolescente sejam “vítimas não só de abuso sexual mas também de agressões físicas, psicológicas e emocionais”.

Em certos momentos, traz ao artigo questões contundentes, a exemplo quando dialoga com falas de profissionais de saúde que atendem a vítimas de abusos. Uma delas refere-se ao caso de uma menina de quinze anos, estuprada pelo pai por dois anos. Dessa referência, surge mais um discurso que deve ser combatido: o de culpabilizar a vítima pelo abuso: “ela já é grande, sabia o que estava fazendo”, informa uma médica do Instituto Médico Legal – IML –, que reproduz a fala de uma mãe.

A articulista dialoga com discursos que potencializam o abuso sexual, como o da mãe, e revolta-se com a naturalização deles: “São por pessoas assim que continuamos sem justiça em milhares de casos de abuso sexual. São atitudes e discursos como dessa mãe que tornam esse ato abominável como normal e em grande número”. Dessa maneira, o processo argumentativo é criado com base na refutação dos discursos com os quais ela dialoga e tem a finalidade de suscitar compromissos dos leitores com o objeto discutido. Alguns discursos chocam, o que poderia representar uma estratégia sensacionalista por parte da escrevente, mas, ao apresentar o discurso jurídico, que traz um aspecto legal à discussão do assunto, ao mesmo tempo em que respalda a abordagem que faz, essa possibilidade se esvai.

Petrilli (2013, p. 50) afirma que “O diálogo, queira ou não, é o envolvimento com o outro, um emaranhado do qual não é possível libertar-se, é a impossibilidade de fugir desse encontro. O diálogo é a relação de compromisso e não indiferença em relação ao outro”. Diante disso, a visada persuasiva se assenta na improvável possibilidade de os leitores manterem-se impassíveis diante da situação demonstrada pela Tainara. Envolver os leitores em outros discursos no ato de ler evidencia o caráter dialógico da linguagem usada no processo argumentativo, tanto em sua composição como na recepção do enunciado pela leitura. A atividade verbal, nesse caso, mobiliza técnicas e estratégias para formar a base argumentativa e alcançar um enunciado persuasivo, que resulta, portanto, dos diálogos, que fluem no interior do discurso do sujeito que escreve e que atingem o interlocutor que a eles tem acesso no ato da leitura.

A realidade, como se sabe e tal qual se apresenta, é a realidade das pessoas. Salvo os eventos naturais, é o sujeito que a amalgama pelas ações que executa. Esse processo de construir a realidade e agir sobre ela é possível por meio da linguagem. Se no passado a linguagem surgiu das necessidades do homem, é com ela, a partir

de sua criação, que esse mesmo homem passa a perceber a realidade circundante, ao mesmo tempo em que vai moldando-a à sua maneira, em contato, ora consoante, ora contrastante, com outros discursos.

Essa reflexão sobre a realidade e a construção dela, é perceptível no artigo “Se liga, respeite”, escrito pela Nathally Gabrielly. Nele há a proposição de construção de uma nova realidade para as mulheres, cuja condição não seja mais de submissão, mas de igualdade em relação ao homem. Para melhor compreensão, cito três parágrafos do artigo, cujas partes evidenciam o diálogo que promove ao discutir o tema.

Nos tempos mais afastados da atualidade, o machismo era um ato muito natural na sociedade. O homem era o centro de tudo, era quem mandava e desmandava e as mulheres eram literalmente submissas ao que fosse ordenado a elas. Triste realidade é que nos tempos atuais esse problema ainda persiste e precisa ser combatido sempre.

[...]

Os maridos não deixavam as esposas trabalharem, mas, mesmo que trabalhassem, não ganhariam um bom salário, pois as mulheres não eram vistas como mão de obra boa. Por mas que fizessem o mesmo trabalho, ou até mesmo melhor, que os homens, ganhavam bem menos, o que claramente era (é) uma injustiça. Por mais que isso fosse comum em séculos passados, hoje em dia ainda se vê muito isso, mulheres trabalhando em funções iguais a de homens e ganhando um salário inferior ao deles. Alguns homens não gostam quando sua esposa/namorada ganha mais que eles, porque de certa forma se sentem inferiores, e assim até pedem ou fazem sua companheira sair do emprego, para satisfazer o seu ego machista!

Quando a mulher é deixada pelo marido, ela era vista como incapaz pela sociedade, principalmente quando era ela que escolhia se separar. Um dos maiores julgamentos aparecia quando ela era traída, porque todos diziam que não era uma boa mulher, que era uma perda de tempo, porque não foi capaz de satisfazer seu marido, o obrigando assim a ir “procurar na rua o que não tinha em casa”. O homem visto como vítima, pois ninguém o via como uma pessoa de caráter duvidoso.

[...]

O feminismo é um movimento, e não uma forma de as mulheres fazerem bagunça, como dizem alguns. Esse movimento organizado é um meio de as mulheres buscarem seus direitos, de buscarem a igualdade. Se o feminismo não existisse, nós (mulheres) não teríamos o direito a muitas coisas, os homens ainda teriam o poder em completamente tudo e ainda seríamos “escravas” de uma época sem direitos e aprimoramento algum a mulher (Nathally Gabrielly. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

A argumentatividade do enunciado se constrói pelo diálogo que a articulista Nathaly empreende com a realidade de outrora, cujo machismo prevalecia sobre a condição da mulher, e com o discurso feminista: “o machismo era um ato muito natural na sociedade” [...] “O feminismo é um movimento, e não uma forma de as mulheres fazerem bagunça, como dizem alguns. Esse movimento organizado é um meio de as mulheres buscarem seus direitos, de buscarem a igualdade”. Ao contrapô-los, formula

uma atmosfera em que os leitores são levados a uma situação dicotômica: aceitar ou não a realidade atual da mulher em detrimento da passada.

Como estratégia argumentativa, em defesa da mudança na realidade que envolve a mulher, Nathally, ao mesmo tempo em que dialoga com o discurso machista, refuta-o e convida os interlocutores a não mais aceitá-lo: “Triste realidade é que nos tempos atuais esse problema ainda persiste e precisa ser combatido sempre”. Esse recurso, explica Fiorin (2014, p. 65) se fundamenta na *disputatio*, que “é o exercício interativo de construção de discursos contraditórios sobre uma dada tese, é um exercício em que um discurso se constrói em oposição a outro discurso”.

Para mostrar que o machismo não pode mais ser aceito como antes: “o machismo era um ato muito natural na sociedade”, cria enunciados que depreciam discursos e as ações machistas: “Os maridos não deixavam as esposas trabalharem”, “as mulheres não eram vistas como mão de obra boa”, “Por mais que fizessem o mesmo trabalho, ou até mesmo melhor, que os homens, ganhavam bem menos”, “Alguns homens não gostam quando sua esposa/namorada ganha mais que eles”, “ela era vista como incapaz pela sociedade”. Do ponto de vista de estratégia argumentativa, não há dúvida de que o caráter negativo dos enunciados não só é um recurso usado por ela para reforçar sua posição contrária ao machismo, mas também para persuadir os leitores, com o propósito de levá-los à negação desse comportamento passado.

Para contrapor ao discurso machismo, dialoga com o movimento feminista, que se caracteriza, segundo ela, como um “um meio de as mulheres buscarem seus direitos, de buscarem a igualdade”. A defesa dos direitos da mulher é a própria defesa do feminismo. Ao apoiar as mulheres, considerando justa sua luta por igualdade, os leitores são levados a também apoiar o feminismo que, segundo o discurso construído pela articulista, luta pelas mesmas causas: “Se o feminismo não existisse, nós (mulheres) não teríamos o direito a muitas coisas”.

Nos argumentos em defesa da mulher, está implícito o discurso favorável ao feminismo, que Nathally consigna como “um meio” de as mulheres se desvencilharem da situação submissa imposta pelo machismo que ainda persiste. A finalidade, nesse jogo persuasivo, é que os interlocutores, mesmo que sejam contrários ao movimento feminista, considerem o feminismo como alternativa para conceder às mulheres os direitos que buscam, logo devem apoiar a causa feminista.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) discutem os fins e os meios presentes na argumentatividade e afirmam que nos fins residem os valores absolutos da trama argumentativa. No artigo em questão, percebe-se que o fim, portanto, é o feminismo, e a defesa que é feita em relação à condição da mulher funciona como o meio para alcançar a adesão dos leitores ao próprio feminismo.

Esse recurso é muito presente na publicidade, quando o objeto da propaganda fica, em tese, em segundo plano, aparecendo apenas suas qualidades, ou seja, os benefícios que pode proporcionar aos consumidores. Na época natalina, é frequente a propaganda de uma marca de refrigerante, cujo objeto, o refrigerante, aparece sempre em segundo plano. Em primeiro lugar está a família, a magia do Natal, a confraternização, a unidade. A mensagem que fica para aos expectadores, potenciais consumidores, é a de que, ao comprar o produto, conseguirão o que a propaganda mostra que ele representa. É um exemplo em que os fins estão implicitamente camuflados pelo meios utilizados para a persuasão.

No artigo em tela, Nathally tem como finalidade substancial a defesa do feminismo. A condição da mulher evidencia como meio para, a um só tempo, incidir negativamente sobre o machismo e elevar o feminismo como possibilidade a ser usada para as mulheres buscarem seus direitos. O efeito persuasivo decorre, portanto, de buscar a adesão dos leitores ao feminismo, a partir da sensibilização da condição submisso-agressiva pela qual passam muitas mulheres. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 312) destacam que:

Existe uma interação entre os objetivos perseguidos e os meios empregados para realizá-los. Os objetivos se constituem, se precisam e se transformam à medida que vai evoluindo a situação da qual fazem parte os meios disponíveis e aceitos; certos meios podem ser identificados a fins e podem mesmo tornar-se fins, deixando na sobra, no indeterminado, no possível, aquilo a que poderiam servir.

Como se nota, o discurso argumentativo criado pela articulista dialoga com os discursos machista e feminista. A estratégia argumentativa centra na realidade da mulher, no entanto seu objetivo real é mostrar que o feminismo é o expediente que pode reverter a realidade de submissão em que, ainda, vivem muitas mulheres. O fim enunciado na argumentatividade, portanto, é a adesão dos leitores à causa feminista.

Para finalizar esse item, apresento mais um artigo escrito também pela Nathally Gabrielly, intitulado “ENEM x Opinião jovem”.

A falta de sensatez na escolha do tema do ENEM para a redação deste ano de 2019 foi enorme. O tema deveria ser algo que estivesse em voga no país, um problema que realmente pudesse estar afetando o Brasil, para que assim

os jovens pudessem argumentar, dar sua opinião sobre a problemática. São mais de 5 milhões de participantes que poderiam refletir sobre importantes temas, como por exemplo: evasão escolar; meio ambiente; a questão dos desaparecidos no Brasil; jovem no mercado de trabalho e patriotismo. Mas longe disso, propiciaram um tema fútil “A democratização do acesso ao cinema no Brasil”.

Nosso país está passando por um momento crítico. Neste momento, a nação pode estar se afundando e o que os organizadores do ENEM propiciam aos jovens? Discutir a democratização do cinema. Uma forma de pôr cinemas em cidades mesmo sendo evidente que não se precisa mais sair de casa para assistir a um filme, sendo claro que só é preciso baixar filmes pelo *YouTube* ou pagar uma conta na *Netflix*, sendo simples e prático.

[...]

Algumas pessoas que fizeram a prova disseram gostar do tema, afirmando que “foi um bom tema, ou, que fizeram uma boa escolha”. Um deles foi o *Youtuber* Umberto Mannarino que afirmou ter gostado da proposta. O que ele não pensou é que o tema não beneficiou grande parte da população, principalmente a de lugares que a própria prova dizia não ter cinema. Como escrever sobre algo que não se conhece?

É necessário que o INEP reveja os critérios de escolha do tema da redação do ENEM, pois a prova deve levar em consideração algo realmente importante para a sociedade e não assuntos distantes dos reais problemas que o Brasil precisa enfrentar. Assim, não voltando a esse equívoco de escolher um tema que, por si só, já exclui candidatos de pequenas cidades, onde sequer há cinema (Nathally Gabrielly. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

O público a que se destina o discurso, em tese, é Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP –, no entanto, como articula a linguagem argumentativa, fica evidente que ela deseja atrair a atenção de todos aqueles que, como ela, discordaram da escolha do tema. É para esse público que seu discurso se destina, mesmo sem haver menção evidente. Dessa forma, coloca-se na condição de porta-voz daqueles que consideraram o tema do ENEM 2019 deslocado da realidade, para isso dialoga com discursos contrários ao que defende, refutando-os com argumentos fortes.

É necessário frisar que o recurso persuasivo se assenta, sobretudo, na identificação que o sujeito constrói, pelo diálogo, com os potenciais leitores. É fato que uma argumentação terá êxito a partir do momento que aqueles a quem ela se destina prestem alguma atenção. Aqueles que se sentiram prejudicados pelo tema, que não conseguiram criar uma boa redação ou, ainda, os que não tinham conhecimento sobre a questão, já se sentem contemplados e tornam-se mais sensíveis a aderir ao discurso que a articulista cria. É o que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 21) destacam em:

Esse contato entre o orador e seu auditório não concerne unicamente às condições prévias da argumentação: é essencial também para todo o desenvolvimento dela. Com efeito, como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar.

Consoante ao que afirmaram os autores da nova retórica, Nathally continua sua criação argumentativa, destacando os temas que julga importantes e que deveriam ser discutidos por “mais de 5 milhões de participantes” do exame: “evasão escolar; meio ambiente; a questão dos desaparecidos no Brasil; jovem no mercado de trabalho e patriotismo”, em contraponto à irrelevância do tema escolhido para 2019: “Mas longe disso, propiciaram um tema fútil ‘A democratização do acesso ao cinema no Brasil’”.

Ela justifica seu argumento contrário, frisando que “não se precisa mais sair de casa para assistir a um filme”, que basta “baixar filmes pelo *YouTube* ou pagar uma conta na *Netflix*, sendo simples e prático”. A mensagem conclusiva que passa aos leitores é a de que se perdeu a oportunidade de discutir um tema deveras relevante.

Ao dialogar com discursos contrários ao seu, expõe que alguns consideraram um bom tema: “Algumas pessoas que fizeram a prova disseram gostar do tema, afirmando que ‘foi um bom tema, ou, que fizeram uma boa escolha’” para, em seguida, sustentar sua tese segundo a qual a escolha não só foi ruim: “o tema não beneficiou grande parte da população, principalmente a de lugares que a própria prova dizia não ter cinema. Como escrever sobre algo que não se conhece?”, Esse questionamento argumentativo denota que, para ela, se trata de um tema por natureza excludente, ao mesmo tempo que indica como deve ser a escolha do assunto a ser discutido na redação do ENEM: “Assim, não voltando a esse equívoco de escolher um tema que, por si só, já exclui candidatos de pequenas cidades, onde sequer há cinema”.

A prova de que Nathally coloca-se como porta-voz dos que são contrários ao tema do ENEM 2019 fica evidente ao final do artigo, quando cita nominalmente o INEP e sugere como deve ser a prova de redação: “É necessário que o INEP reveja os critérios de escolha do tema da redação do ENEM, pois a prova deve levar em consideração algo realmente importante para a sociedade e não assuntos distantes dos reais problemas que o Brasil precisa enfrentar”. O efeito persuasivo reside exatamente nessa estratégia usada por ela em se colocar como parceira dos interlocutores a quem seu discurso se dirige, comunicar-se e com ele discutir o assunto. Como afirma Perelman (1987, p. 235 *apud* PAULINELLI, 2014, p. 397), essa estratégia mostra-se eficaz porque:

A argumentação é essencialmente comunicação, diálogo, discussão. Enquanto a demonstração é independente de qualquer sujeito, até mesmo do orador, uma vez que um cálculo pode ser efetuado por uma máquina, a argumentação por sua vez necessita que se estabeleça um contacto entre o orador que deseja convencer e o auditório disposto a escutar.

É crível afirmar que a eficácia argumentativa decorre da influência que o escrevente estabelece sobre seus leitores no diálogo discursivo. Com efeito, a persuasão não se constrói apenas com argumentos de quem a prenuncia, ou com argumentos isolados, mas da interação entre os argumentos que fluem espontaneamente ao espírito dos que leem o discurso. Nesse sentido, o vínculo que passa a existir entre o orador e o seu auditório atua como estratégia imprescindível para se concretizar a argumentatividade, já que não existe adesão a uma tese apartada da troca verbal empreendida pelo escrevente e os leitores.

Sobre a construção do discurso argumentativo, Amossy (2011, p. 133) esclarece que:

o texto se articula, sem que isso seja necessariamente exibido, com os discursos que circulam antes ou em torno dele: a heterogeneidade constitutiva é um dos fundamentos da fala argumentativa na medida em que esta, necessariamente, reage à palavra do outro, quer seja para retomá-la, modificá-la ou refutá-la.

Isso posto, afirmo que a construção do processo argumentativo se efetiva a partir da perspectiva de quem escreve, do diálogo com discursos de outros que circulam na realidade, com os quais o sujeito tem contato pela leitura ou troca linguística oral, e, também, da figura do público a quem o artigo se destina. Equivale a dizer que o escrevente não escreve por escrever, não expõe o que pensa sobre um dado assunto apenas para cumprir uma obrigação institucional ou social. Ele cria seu discurso argumentativo em defesa de um ponto de vista e o direciona a um público com o propósito de alcançar a adesão dele à sua tese.

A estratégia argumentativa se funda na aproximação com o público e no diálogo empreendido entre os interlocutores presentes no enunciado. A persuasão, portanto, decorre dos recursos, linguísticos, estruturais ou semânticos, de que dispõe o sujeito que escreve, mas é na identificação entre escrevente com leitores que ela se molda e efetiva-se, sobretudo na mente daqueles que, flagrantemente, se opõem à tese. Assim, a argumentatividade mobiliza os três componentes clássicos da retórica aristotélica clássica: o *logos*, o *ethos* e o *pathos*, como lembra Amossy (2011, p. 134):

De fato, os meios discursivos que a estratégia persuasiva mobiliza põem em destaque, tanto o *logos*, quanto o *ethos* e o *pathos*, e é a maneira como essa operação os liga em uma troca concreta ocorrida em uma situação de discurso particular que confere à fala sua força de persuasão.

O discurso argumentativo dos artigos citados foi construído a partir dos diálogos com outros discursos e vozes encontradas nas leituras e nas que permeiam a relação social cotidiana. O trabalho realizado ratificou a lógica da proposta da nova retórica

que põe a argumentação no discurso, que é a própria lógica do diálogo entre escrevente e leitores porque, como esclarece Petrilli (2013, p. 54), “O diálogo é diálogo entre vozes – vozes não monológicas e íntegras, mas inteiramente dialógicas e divididas”. O processo de construção da argumentatividade, erigida pelo diálogo com outros discursos, foi preponderante para o avanço e fortalecimento da consciência das articulistas que criaram os enunciados do gênero artigo de opinião.

4 A CRIAÇÃO DE ENUNCIADOS ARGUMENTATIVOS E A ATUAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DA CONSCIÊNCIA SOCIAL DO SUJEITO

No capítulo 3, expus e analisei as estratégias linguísticas, lexicais, semânticas e estruturais, usadas na consecução dos artigos de opinião criados no experimento didático-formativo; discuti como os elementos e recursos empregados concorreram para se alcançar a persuasão no processo de construção da argumentação. Neste capítulo 4, reflito acerca de como o ato de criar enunciados argumentativos escritos atuou para a formação da consciência social das alunas que executaram o processo, ou seja, procuro discutir a tese nuclear deste trabalho, segundo a qual a criação de enunciados argumentativos atua na formação e expansão da consciência social dos que os escrevem. Para tanto, tomo como referência concreta as atividades realizadas pelas articulistas envolvidas na pesquisa, as respostas de uma avaliação que fizeram concernente ao processo de criação e, principalmente, os artigos de opinião criados no experimento.

A pesquisa em Ciências Humanas e Sociais em grande medida não produz resultados visíveis, como as realizadas em um laboratório, cujos dados são comprovados por uma máquina ou por um dispositivo qualquer, seja um microscópio ou tudo de ensaio. Por focar, em tese, nos valores, comportamentos, ações, ou seja, por envolver-se muito mais com questões de ordem subjetiva, como buscar entender a constituição da consciência social do homem, a pesquisa pode carecer de prova material, mas pode gerar informações e indícios muito mais amplos que favorecem o entendimento do ser humano.

Dessa realidade da investigação em Humanas e Sociais, inevitavelmente surgem algumas perguntas. Neste trabalho especificamente, destaco duas delas: Que atividades contribuem para a formação da consciência social do sujeito? Como evidenciar que de fato houve desenvolvimento? Ao longo deste capítulo, à luz das teorias FL e TA, procuro respondê-las, com base nas ocorrências relativas às trocas discursivas, aos atos de ler, à criação de enunciados e, sobretudo, ao ato de escrever que se caracteriza como a própria materialidade da linguagem nos artigos de opinião. Antecipo para afirmar que todas essas ações, direta ou indiretamente, propiciaram em alguma medida a formação e desenvolvimento da consciência social dos envolvidos na pesquisa.

4.1 As práticas de linguagem e a formação da consciência social

Inicialmente, esclareço que, no contexto da filosofia da linguagem, a consciência linguística do sujeito não é algo que se constitui a partir de um sistema abstrato de formas normativas e idênticas, como preconiza o objetivismo abstrato. Pelo contrário, a consciência linguística de que falo é a que advém da compreensão da linguagem e dos seus múltiplos usos na comunicação social. (BAKHTIN, 2016). Considero essa compreensão da linguagem, aqui denominada consciência linguística, como base para a formação da consciência social de que venho citando até agora neste trabalho. Ao mobilizar a linguagem, por meio das práticas de linguagem, o sujeito vai conhecendo-a, utilizando seus elementos (palavras, expressões, períodos...) para compreender a realidade e expressar-se no mundo, com isso identifica sua potencialidade comunicativa, interacional, dialógica e discursiva. Por meio dela, também, absorve os conhecimentos histórica e culturalmente já construídos e participa no desenvolvimento de outros ao interagir com o outro ou outros no constante diálogo social.

Nesse contexto, para Volóchinov (2017), a consciência linguística é resultado dos fatos sociais, da interação coletiva, portanto reconhece-a como ideológica. A consciência social não resulta da natureza, mas da relação e comunicação social a partir da linguagem sógnica, ou seja, dos usos que o sujeito faz da linguagem nas práticas de linguagem cotidianas. Ouso dizer, portanto, que há uma relação ululante entre o uso da linguagem na criação de enunciados, orais ou escritos, e a formação da consciência social do sujeito. Essa tese encontra respaldo no que assevera Volóchinov (2017, p. 97, 98), ao afirmar que “A consciência individual se nutre dos signos, cresce a partir deles, reflete em si a sua lógica e as suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação sógnica de uma coletividade”.

Nesse campo de pesquisa, de perspectiva humana e social, não somente é analisada a inter-relação do pensamento e linguagem, mas a evidência de que atua no caráter constitutivo da linguagem nas mais diferentes formas de discurso, na cognição e nas estruturas da consciência e do conhecimento do sujeito, como explica Grillo (2017, p. 12) ao afirmar que “Essa discussão filosófica permite realizar uma análise mais ampla dos fundamentos da natureza, dos usos e objetivos da linguagem”.

À medida que interage com os outros pela linguagem, e com eles constrói significados, o sujeito, a um só tempo, é o construtor de significação que a linguagem possibilita, na esteira da interação social, e é, também, um ser em construção. A linguagem em atividade é a promotora dessa construção porque também está em construção.

Isso significa que o sujeito vai se construindo, ou seja, vai expandindo a formação de sua consciência social, na esteira da constituição da linguagem. De igual modo, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 336) consideram que, no ato argumentativo, o sujeito, seja construindo-o ou sendo afetado por ele, ao mobilizar uma série de fenômenos com os quais dá forma e significado ao discurso, se transforma, porque:

“[...] a pessoa possui essa espontaneidade, esse poder de mudar e de se transformar, essa possibilidade de ser persuadida e de resistir à persuasão, que fazem do homem um objeto de estudo sui generis das Ciências Humanas e das disciplinas que não podem contentar-se com copiar fielmente a metodologia das ciências naturais”.

A linguagem ser a promotora da formação da consciência social do sujeito encontra guarida no que escreveu Volóchinov (2017, p. 97), ao pronunciar que “A consciência se forma e se realiza no material sógnico criado no processo de comunicação social de uma coletividade organizada”.

A consciência social do ser se forma a partir da relação de troca que ele estabelece com os outros por meio da linguagem. À medida que se relaciona com interlocutores pertencentes à mesma comunidade linguística, desenvolve mais sua condição de homem. Isso não quer dizer que desenvolve plenamente valores e virtudes humanas. A linguagem, por ser social, por meio dela, o sujeito se relaciona, interage, cria discursos e é atingido por outros, ou seja, na relação intermediada pela linguagem é que sua consciência social se forma única e singular, porque, como dizem Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 337) “a construção da pessoa jamais está terminada, nem sequer à sua morte”.

No experimento didático-formativo, percebi que a ação da linguagem sobre as alunas que dele participaram, não ocorreu, tampouco ocorre, fora do processo de consecução da escrita, nem das demais atividades de linguagem, ou que delas prescinde. Pelo contrário, os enunciados discursivos surgem, sobretudo, a partir dos usos das práticas de linguagem: interação, diálogo, leitura, escrita são algumas delas

que dão forma e os constituem. A formação da consciência social decorre, portanto, dos usos que o sujeito faz da linguagem porque, como afirma Colello (2012, p. 16):

A linguagem garante ao homem o lugar de locutor, a constituição da consciência e a posição do sujeito que rege a própria vida e reage diante dela. Ela lhe permite considerar o “o outro” como alvo da interlocução, assegurando todas as práticas discursivas e sociais. Pela linguagem, cada um de nós consagra a essência do ser humano, em um constante vir a ser, integrado à condição de “habitantes de um mundo”, por excelência dinâmico e complexo

No bojo de criação de enunciados escritos, por exemplo, o sujeito dialoga com outros discursos e, a partir deles, vai se constituindo discursiva e ideologicamente. A propósito, vai construindo sua própria consciência social dos fatos presentes na vida cotidiana pela interação com outras vozes. Esse entendimento pode ser comprovado pelos artigos criados no processo investigatório. O argumento de Nathally Gabrielly, em defesa da concessão de cotas aos menos favorecidos, exemplifica a questão:

A Lei, como se nota, trouxe oportunidade a uma parcela da sociedade, negros, pardos, indígenas e pessoas necessitadas que, noutra situação, não conseguiriam estudar. As cotas, portando, sinalizam como uma forma de redimir a conta secular devida pela sociedade desigual (Nathally Gabrielly. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Adiante no mesmo artigo, assevera:

Agir com igualdade precisa estar amparado no princípio de justiça, ou seja, havendo igualdade entre negros, pardos, índios e suas etnias, tendo mais aceitação com o diferente.
A lei de cotas veio para corrigir o erro de ter privado negros e pobres de poderem entrar em uma universidade, de poder conseguir um curso superior completo. Corrige, ainda, a falha da sociedade que muitas vezes está ocupada demais para perceber a condição de seu próximo e tentar ajudar (Nathally Gabrielly. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

O artigo “Direito dos que necessitam”, escrito por Ana Késia, também demonstra o que afirmei acima. A articulista, ao defender a concessão do auxílio do Bolsa Família, contra a desigualdade social, expõe:

Neste ano de 2019, houve um reajuste de 2,6 bilhões, em relação ao ano anterior, beneficiando mais de 14,1 milhões de famílias necessitadas. Entretanto esse programa não atinge todas as pessoas que precisam, pois existem 54,8 milhões de pessoas consideradas em situação de pobreza, e 15,3 milhões em extrema pobreza, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2017. Isso mostra que existem 70,1 milhões de pessoas precisando de ajuda do bolsa família, para conseguirem pelo menos o básico para viverem dignamente. [...] Enfim, é preciso destacar que o benefício do bolsa família é sim um grande avanço contra a pobreza, miséria e em favor da igualdade social (Ana Késia. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Não tenho dúvida de que, tomando os excertos acima como referência, a consciência social das articulistas, senão se expandiu por completo, sobre os

assuntos em questão, pelo menos é certo que começou a se formar. Afirmo que não é apenas sobre os assuntos tratados por ela, mas também a percepção do papel que podem, e agora se encontram mais aptas, desempenhar na sociedade. Isso é, sem dúvida, abrir espaço para formação e expansão da consciência social.

Todo esse processo de criação, seja do enunciado ou de quem o cria, acontece pela linguagem, no uso do signo linguístico que, por natureza, é substancialmente ideológico, logo constituinte do que é e do que pode se tornar o sujeito.

Quando reflito sobre o processo de criação dos artigos de opinião, bem como ao analisar o conteúdo dos artigos e da avaliação que as sete alunas fizeram, não há dúvidas de que as práticas de linguagem realizadas foram importantes para o avanço formação da consciência social de cada uma delas. Muitas atividades envolvendo a linguagem foram desenvolvidas no experimento didático-formativo, as quais certamente auxiliaram nessa formação, mas destaco o ato de criar enunciados argumentativos escritos como atividade nuclear desse processo. A esse respeito, Geraldi (1996, p. 100), demonstra que:

A conquista humana do domínio da técnica da escrita alarga incomensuravelmente, no tempo e no espaço, os horizontes de nossas possibilidades interativas, e por isso mesmo da constituição de nossas consciências.

Pelas palavras do autor, digo que o domínio do ato da escrita, por envolver outras práticas de linguagem, é a atividade que forma e substancia a consciência da pessoa humana.

A escrita, ensina Bajard (2002, p. 51), reproduzindo a afirmação de Anne-Marie Christin, diz que “é a filha da imagem” e seu surgimento não é recente. Mas a origem dela não só é remota, como também imprecisa. Sinais, desenhos, símbolos, usados para representar coisas, estados de espírito, situações existem desde que o homem passou a viver em pequenos grupos ou mesmo, quem sabe, muito antes disso quando, ao construir uma ferramenta rudimentar ou abater um animal, representava sua criação ou ação nas paredes de cavernas onde vivia. Tudo isso são apenas hipóteses, mas o que realmente a mim interessa destacar é o fato de que, hoje, há um meio verbal de dar forma a pessoas e a todos os seus atos humanos: a escrita.

Quando escreve, o sujeito mobiliza saberes que, certamente, não são tão necessários a outra ação linguística, e dialoga com eles para formar um novo discurso. Esse processo de criar enunciados verbais escritos, a partir do que se apreendeu e do contato com outros discursos, é o próprio processo de construção e obtenção de

conhecimentos vários, os quais formam a consciência social, a exemplo do que escreveu Gabriela Ribeiro, no artigo “Um bem necessário”, que trata da doação de sangue. Após contato, pelo ato de ler, com outros discursos, bem como reflexões sobre o assunto, ponderou:

Triste a situação brasileira que em período frequente tem de elaborar campanhas como “Setembro Amarelo” e “Novembro Azul” para despertar a sociedade que parece estar inerte às ações que vão ao encontro de minimizar o sofrimento humano. [...]

Esse sangue doado é utilizado para procedimentos e intervenções médicas, além de ser indispensável para pacientes com doenças crônicas graves. Por isso é extremamente necessário que tratemos desse tema com seriedade, responsabilidade e afeto. Doar traz uma satisfação de ser útil, de praticar a humanidade, enfim, de estar melhorando a sociedade (Gabriela Ribeiro. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Nota-se a defesa de valores e virtudes humanos no fragmento da articulista. Quando expõe que é necessário tratar o tema “com seriedade, responsabilidade e afeto”, e, ainda, ao afirmar que o ato de doar é “praticar a humanidade”, “melhorando a sociedade” é prova cabal de que se preocupa com o coletivo e o bem que cada um pode fazer, para si e para o próximo. Essa análise se confirma na parte final do artigo, momento em que Gabriela cria um argumento interpelativo chamando o leitor para “fomentar a questão empática, com o propósito de fazer com que as pessoas se motivem a doar vida, que é o que o sangue proporciona”.

Defendo que a escrita é a prática de linguagem com maior poder de formar e expandir a consciência social do sujeito, pelo fato de que o ato da criação escrita resulta da efetividade das outras práticas. Equivale dizer que, ratifico, sem o ato de ler, as trocas discursivas na interação, orais e escritas, com outros enunciados, a observância da força significativa do signo linguístico, combinada à escolha desse ou daquele termo, sem a reflexão sobre como a linguagem se organiza estruturalmente, dentre outras práticas de linguagem, a escrita não se efetiva, logo não atua para o processo de humanização e de formação do ser.

No ato da escrita, evidenciam-se inúmeros fatores envolvidos. Além de condições, instrumentos e sujeitos que absorvem discursos de outros e se expressam em enunciados, o processo depende de saberes oriundos, sobretudo, da vida cultural, das interações entre outras culturas e conhecimentos, seja por meio de leituras, debates ou outro aspecto, estabelecidos entre o eu escrevente e os interlocutores. (GERALDI, 2015). Sobre essa questão, o fator inspirador, como se a escrita fosse dependente de um dom, tem pouca relevância. O que possibilita a criação de um enunciado escrito tem muito mais a ver com as vivências culturais e linguísticas da

pessoa do que com um princípio criativo e decorre, sobretudo, de seu cabedal de informações exteriores propiciadas pelo ato de ler e de troca na interação social.

Os debates sobre um tema, o confronto e a troca de ideias, enfim, os usos cotidianos da linguagem e as reflexões acerca deles é que podem ser base para a concretização da escrita. Esse processo decorre de muito esforço intelectual do escrevente, pois implica, além de reflexão sobre os discursos existentes, capacidade de dar sentido ao que pretende expressar por meio da articulação interna (estrutura) e externa (discursos dos outros) da linguagem.

Parece soar com bastante desconfiança a tese segundo a qual a criação de enunciados escritos atua para a formação da consciência social do sujeito, no entanto, ao mobilizar tantas práticas linguísticas, ele tem contato com as culturas que formam a vida, e a vida se forma pelo uso da linguagem que, por sua vez, também se modifica pelos usos que todos fazem dela. Se não a linguagem verbal, tanto na modalidade oral, como a escrita, qual outro fator propicia ao homem apreender e mobilizar a cultura diferente da sua, os conhecimentos já produzidos tempo afora, enfim, todo o cabedal de saberes, empíricos ou científicos, propalados de boca em boca, ou pelas tecnologias da informação e comunicação, na esteira da vida cotidiana?

Sobral (2017, p. 107), baseado nas contribuições de Bakhtin e Volóschinov, explica que:

[...] a consciência depende da linguagem para formar-se e manifestar-se. E como a linguagem se acha imersa no mundo, a consciência não é uma instância que imponha suas categorias ao mundo, precisando, em vez disso, desse mundo para se constituir, ao tempo em que também o “constroi”.

O trabalho desenvolvido no experimento didático-formativo propiciou às alunas desenvolverem práticas de linguagem ligadas ao processo de criação dos artigos de opinião e, por meio delas, não só passaram a dominar melhor a linguagem, como também desenvolverem-se como pessoa. Como já mencionado no segundo capítulo, ao iniciar o processo, percebi as dificuldades apresentadas por elas, tanto no entendimento da linguagem como instância social, que se realiza nos usos cotidianos presentes na interação dialógica verbal, quanto no ato de criar enunciados escritos.

Isso posto, sou levado a afirmar ser pouco provável que Gabriela Ribeiro, por exemplo, escreveria um artigo sobre o Jovem, aventando ser ele presente ou futuro e chegar à conclusão, por meio de argumentos coerentes e analogias, de que é presente e futuro, sem questionamentos, caso não fizesse parte do processo de criação do artigo de opinião ou de outra ação afim. Ela costurou de tal modo o assunto

que é difícil imaginar alguém que não concorde com seus argumentos. Destaco, abaixo, dois parágrafos que confirmam o que disse e servem como prova da expansão de sua consciência social:

Viver é participar dos eventos da história, querer mudar o mundo, encarar com ousadia o que ocorre em nossa vida, independente do chorar ou do sorrir, e é dessa forma que o próprio futuro se constrói em cada um de nós. Como disse o poeta romano Horácio em seu livro Odes “[...] *carpe diem, quam minimum credula postero*” que significa “aproveita o dia e confia o mínimo possível no amanhã”, é isso que temos que ter como base central em nossa vida, não em como viver o amanhã, o amanhã é incerto, já o agora está em nossas mãos, é o verdadeiro presente. [...]

Na música “Como os nossos pais”, interpretada por Elis Regina, há o retrato dos desafios pelos quais o jovem passa, como é difícil as nossas escolhas e como elas afetam diretamente a nossa vida, “Por isso cuidado meu bem, há perigo na esquina, eles venceram, e o sinal está fechado prá nós, que somos jovens”. Aparentemente os jovens não se sentem incluídos nessa nossa sociedade e isso é um dos motivos para quererem pensar no amanhã, mas se focarem somente nisso, não haverá bons resultados. Viver no agora é essencial para conseguirmos mudar o futuro. “Os homens perdem a saúde para juntar dinheiro, depois perdem o dinheiro para recuperar a saúde”, apesar de ser um clichê, é válido para entendermos essa realidade. Por pensarem ansiosamente no futuro esquecem-se do presente de forma que acabam por não viver nem no presente nem no futuro. E vivem “como se nunca fossem morrer... E morrem como se nunca tivessem vivido”, como bem registrou Jim Brown (Gabriela Ribeiro. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Como é possível notar, a aluna leu, refletiu, chegou a conclusões sobre o tema e escreveu. Para criar a atmosfera persuasiva que criou, é certo que antes ela se convenceu do discurso que proferiu. A linguagem atuou, inicialmente, na organização das ideias, das reflexões, das possibilidades argumentativas para, depois, ser concretizada no enunciado que a articulista criou. Antes de persuadir os outros, a articulista se convenceu do que escrevera, por isso seu discurso é passível de adesão. O ato de apropriar-se de informações, articulá-las, convencer-se, é o próprio ato de produzir conhecimento sobre um assunto. Compreendo que nisso reside a construção do conhecimento, ou antes, é nesse processo que a linguagem atua para a formação da consciência social do sujeito.

Nessa mesma dimensão, cito dois fragmentos conclusivos sobre o mesmo tema, *Gravidez na adolescência*, de Tainara Paloma e Gabriely Melchior. Ambas tratam o assunto com responsabilidade social que o assunto exige e, para isso, não só o expõem e o discutem com seriedade, como também propõem ações intervencionistas para minimizar ou resolver o problema.

Existem algumas formas de ajudar e prevenir gravidez na adolescência, a principal delas é a educação sexual nas escolas. Muitos pais ou responsáveis pensam que educação sexual nas escolas serve para ensinar seus filhos a praticarem o ato sexual, mas é exatamente o contrário. É uma forma de ajudar os mais jovens nas fases de mudanças não só psicológicas mas também

corporais. É um ensino que informa sobre menstruação, puberdade e outros vários fatores; demonstra as implicações, positivas e negativas, de se ter uma vida sexual ativa. Traz, ainda, informações como os adolescentes podem se proteger e ter uma vida sexual saudável. Ou seja, discute tópicos de interesse da juventude com o objetivo de buscar saúde sexual e emocional de todos (Tainara Paloma. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Para minimizar ou resolver os problemas que uma gravidez nessa fase da vida gera, é necessário que haja equipes da saúde, juntamente com equipe do Conselho do Tutelar, para trabalhar com palestras, com depoimentos e fatos de jovens grávidas, relatando a realidade de uma gravidez precoce. Ter diálogo no âmbito familiar, com os pais orientando e aconselhando os filhos sobre os riscos de uma relação sexual sem o devido cuidado. A função da mídia, com campanhas publicitárias mostrando todas as consequências de uma gravidez na adolescência. Investir na criação de vídeos no YouTube que levem adolescentes e jovens a refletir sobre sexualidade, relacionamentos e gravidez, mostrando o outro lado do romantismo que supostamente uma gravidez na adolescência gera, pois, muitas vezes, as jovens idealizam uma gravidez sem considerar os riscos e as consequências desse acontecimento (Gabriely Melchior. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

As articulistas propõem ações que vão ao encontro das necessidades e direitos que as adolescentes têm, estando elas grávidas ou não. Não têm receio de afirmar que a responsabilidade é de todos: “pois e responsáveis”, “a escola”, “o poder público”, “a mídia”, ou seja, como afirmou Tainara, cujo objetivo é o “de buscar saúde sexual e emocional de todos”.

À medida que o processo de escrita era executado, paulatinamente as dificuldades foram sendo minimizadas, consoante as atividades realizadas, e a consciência social, ratifico, ia sendo desenvolvida. À semelhança dos fragmentos acima, cito um trecho escrito pela Maria Fernanda, sobre a união civil de pessoas do mesmo sexo. Como já mencionado, a articulista em questão se diz evangélica e dialoga com o discurso religioso tanto para contrastá-lo, como para referendá-lo na defesa dos homossexuais:

Muitos dos que criticam, discriminam, ofendem os homoafetivos o fazem por razões religiosas, pois eles acreditam que o homem nasceu para mulher e a mulher nasceu para o homem, e que os mesmos não passam de abominações. Afirmam que na bíblia diz que é pecado. Essa postura religiosa contrasta com os ensinamentos de Jesus. Este nos ensinou o amor, ou seja, amar o próximo, não julgar. Mesmo alguns afirmando que a bíblia diz sobre esse casamento ser uma abominação, no entanto, na mesma bíblia, Jesus nos afirma em Cântico dos Cânticos, capítulo 8, versículo 6 “Que o amor é mais forte que a morte”, sendo assim, que a união dos mesmos não é para a morte, mas sim, como tudo deveria ser, para o amor (Maria Fernanda. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

Julgo que se desprender de um discurso, como o religioso, que certamente ouviu desde muito cedo, não seja tarefa fácil. Maria não só o fez como também percebeu nele significados para formar sua argumentação sobre o assunto e, com

isso, persuadir o leitor. Encerra seu enunciado com a mudança que percebeu em si e que a fez “não julgar”, mas “amar o próximo”, como Jesus: “Diante dessas ações, talvez possamos mudar o pensamento de muitos e tornar o mundo um lugar melhor.

No subitem seguinte, apresento as respostas relativas a uma avaliação realizada no final do processo com os envolvidos na pesquisa. Procuro evidenciar em que dimensão essas respostas, combinadas com o trabalho desenvolvido que resultou nos artigos de opinião que criaram, confirmam, de fato, a formação da consciência social.

4.2 Avaliação do experimento didático-formativo pelos sujeitos da pesquisa

A avaliação que fizeram ao final do processo era composta por quatro questões subjetivas: 1 - Primeiramente, relate sua percepção sobre o experimento didático-formativo de que participou; 2 - Reflita especificamente sobre o trabalho com artigo de opinião e expresse o que significou escrever esse gênero argumentativo; 3 - Deixe registrada sua opinião acerca do processo de criação de enunciados. Se, de fato, o trabalho contribuiu para a expansão de sua visão de mundo, ou seja, para a constituição de sua consciência social; e 4 - Se ainda quiser expressar algo mais sobre o processo de criação de artigos de opinião, este espaço está disponível para isso.

Destaco, primeiramente, a resposta da Maria Fernanda à primeira indicação: “Primeiramente, relate sua percepção sobre o experimento didático-formativo de que participou”.

Eu particularmente gostei muito, pois, de certa forma, aprendi muito, aprendi a fazer um artigo de opinião, e o mais importante para mim, aprendi a fazer uma redação, evolui bastante de acordo de como eu era. Adorei muito! (Maria Fernanda. Fonte: o pesquisador).

É preciso analisar a resposta da Maria sob dois aspectos: o primeiro diz respeito ao que considera ter avançado na escrita “aprendi a fazer um artigo de opinião”, “aprendi a fazer uma redação” e, segundo, refere-se à constatação de que evoluíra no processo de construção dos enunciados “evolui bastante de acordo de como eu era”. A evolução de que fala refere-se, objetivamente, ao domínio do ato de escrever – consciência linguística –, mas, no contexto subjetivo, aliado ao que eu percebi no processo de criação dos artigos de opinião, posso afirmar que traduz também o seu próprio desenvolvimento pessoal. Junto ao avanço do domínio do ato de escrever, foi se desenvolvendo nela também a apreensão dos conteúdos presentes nos assuntos

sobre os quais escreveu. Isso propiciou a expansão de sua consciência social, como provam os fragmentos expostos acima, bem como este em que discute a busca do jovem pela independência:

Para termos nosso próprio lar, precisamos ter uma estabilidade emocional adequada, porque, com o fato de morar sozinho, se a pessoa não estiver bem de todas as fórmulas, a solidão chega junto, e acarreta estrago grande, como a depressão, ansiedade, cansaço psicológico, a preguiça, a tristeza entre outros pontos negativos. Por isso, precisamos acima de tudo nos conhecermos, para termos a certeza de que estamos preparados para essa nova etapa (Maria Fernanda. Fonte: o pesquisador).

Para consolidar sua aprendizagem acerca da argumentação, apreender e criar enunciados segundo o gênero artigo de opinião, Maria executou práticas de linguagem que a fizeram expandir sua visão de mundo, portanto moveu-se de forma ascendente de seu *status* pessoal anterior à participação no experimento, por isso diz “como eu era”, alcançando outra dimensão de consciência dos fatos.

Percepção semelhante tiveram outras alunas, ao se referirem à participação no experimento pedagógico e a apreensão do gênero artigo de opinião. Como exemplo, adiante cito a resposta da Gabriela Ribeiro:

O experimento didático-formativo foi muito bom, tanto por ter ampliado o meu vocabulário como por também ter me ensinado a fazer um artigo de opinião (Gabriela Ribeiro. Fonte: o pesquisador).

Não é forçoso afirmar que as menções a “ter ampliado o meu vocabulário” e “me ensinado a fazer um artigo de opinião” denotam crescimento intelectual da avaliadora, pois, para ampliar vocabulário e apreender e criar um enunciado escrito, é necessário realizar exercício intelectual que potencializa o avanço no modo de compreender e agir no mundo.

Todas as alunas avaliaram como positivo participar do experimento e destacaram o avanço, tanto no ato de escrever como na compreensão da realidade, que alcançaram na criação de artigo de opinião. Para chegar à materialidade do gênero, muitas citaram as práticas de linguagem realizadas para conseguirem escrever os artigos: ler, reler, pensar, escrever, reescrever, corrigir, como se verifica na resposta da Ana Késia à questão 2: “Refleta especificamente sobre o trabalho com artigo de opinião e expresse o que significou escrever esse gênero”:

Foi muito bom trabalhar com artigo de opinião, porque com ele eu consegui falar de assuntos importantes e expressar o que eu estava pensando sobre, e com a minha opinião eu ia atrás de artigos já publicados para assim conseguir provas e mostrar os lados possíveis que existiam (Ana Késia. Fonte: o pesquisador).

No mesmo sentido, sobre as práticas de linguagem necessárias à criação dos artigos de opinião, Maria Fernanda expõe:

Com o artigo de opinião, entendi que para produzir um texto, precisa-se de muita leitura, concentração, dedicação e foco, porque de outro modo, produzir um artigo de opinião não é fácil, precisa-se usar o máximo de seu cérebro para buscar assuntos que impressionem o leitor. Significou muito, porque foi um passo importante dado por mim, aprendi muito (Maria Fernanda. Fonte: o pesquisador).

As atividades realizadas propiciaram que as alunas envolvidas no processo reconhecessem o crescimento que tiveram quanto à obtenção de conhecimento, ao domínio da escrita e, principalmente, à expansão da visão de mundo. Todas, de algum modo, sinalizaram crescimento. Abaixo, cito as manifestações delas quanto à participação no experimento didático-formativo e, principalmente, quanto à criação dos enunciados argumentativos concernentes ao gênero artigo de opinião.

A concepção de como faz um artigo de opinião, mudou muito minha consciência, pois ele me mostra que eu preciso correr atrás de publicações verdadeiras para com isso eu conseguir montar a minha opinião sobre, e não só pensar sobre e formar a minha opinião, porque pode ser muito diferente do que só pensar sobre, é melhor ir fundo, pois desse modo podemos saber se são verdades os fatos que pensamos (Ana Késia. Fonte: o pesquisador).

O trabalho contribuiu muito para o meu crescimento, me levou a ler e refletir mais, fazendo assim que eu obtivesse mais conhecimento (Gabriela Ribeiro. Fonte: o pesquisador).

Contribuiu muito para ampliar minha visão sobre diversos assuntos, principalmente os que impactam na sociedade, aprendi a argumentar melhor, defender mais argumentos (Gabrielly Melchior. Fonte: o pesquisador).

O processo de criação de textos é muito importante para todos, pois usamos muito a interpretação, concentração, e usam de fato argumentos. Contribui muito para minha visão de mundo (Maria Fernanda. Fonte: o pesquisador).

Ajudou a abrir a mente, ampliando minha área de conhecimento sobre alguns assuntos, podendo ver opiniões diferentes da minha e com isso criando novos argumentos (Nathally Gabrielly. Fonte: o pesquisador).

Ajudou a nos mostrar ideias e opiniões diferentes expandindo nosso conhecimento (Verônica Maria. Fonte: o pesquisador).

Significou um grande processo de aprendizagem principalmente na área da leitura e escrita. Foi uma forma de ter mais conhecimentos pelo fato de termos que expressar nossos pontos de vista, uma experiência que me ajudou e ainda vai me ajudar muito (Tainara Paloma. Fonte: o pesquisador).

O processo de escrita dos artigos envolveu a prática do ato de ler; discutir temas diversos; dialogar com outros discursos, ora favoráveis, ora contrários à opinião dos sujeitos; analisar quais elementos lexicais empregar, consoante ao valor semântico de cada um; e, por fim, refletir profundamente sobre como mobilizar os

discursos circundantes para concatenar períodos com vistas à criação e recriação de enunciados argumentativos. Em outras palavras, reafirmo que o ato de escrever é o que mais favorece a formação da consciência social, em virtude dos atos linguístico-discursivos envolvidos à sua preparação e a imersão reflexivo-linguística que promove o sujeito ao realizá-lo.

Nas respostas acima citadas, algumas expressões são emblemáticas e revelam que, de alguma forma, houve mudanças na condição de cada uma delas que participaram do processo. Expressam ao que significou participar do experimento: “contribuiu muito para o meu crescimento [...] fazendo assim que eu obtivesse mais conhecimento”; “contribuiu muito para minha visão de mundo”; “Ajudou a abrir a mente, ampliando minhas áreas de conhecimento”; “expandindo nossos conhecimentos”; “Foi uma forma de ter maiores conhecimentos”.

Diante das manifestações acima, sou levado a relacionar o conteúdo do que escreveram com a formação da consciência social. Isso se comprova, para além das avaliações, pelo fato de que todas criaram artigos de opinião, o que já revela terem efetivado as práticas de linguagem citadas anteriormente. Ademais, além de atenderem plenamente às características do gênero discursivo em questão, formaram opinião dos assuntos sobre os quais escreveram: “contribuiu muito para ampliar minha visão de mundo”, como revelou Maria Fernanda, e Gabriely Melchior: “Contribuiu muito para ampliar minha visão sobre diversos assuntos, principalmente os que impactam na sociedade”. Essa expansão no modo de ver e entender a sociedade e os assuntos que a cercam foi determinante para construir estratégias e enunciados argumentativos capazes de persuadir os leitores.

Aquele que adota uma posição frente a um assunto já não será mais o mesmo, pois o posicionamento assumido passa a representar também sua condição social, logo precisa defendê-lo como sendo a melhor opção para entender o assunto. Isso significa ser prova incontestável da evolução de tiveram. Noto que, se antes de participarem do processo de escrita, as alunas não reconheciam ter um ponto de vista ou um lugar de onde poderiam falar, depois dele conseguiram se reconhecer como parte do debate social. A relevância dos temas abordados nos artigos confirmam essa análise. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 43) destacam que ter um ponto de vista e criar argumentos para defendê-lo significa ter certeza de que defende boa causa: “Ademais, aquele que defende um determinado ponto de vista está, o mais das vezes, convencido de que se trata de uma tese que objetivamente é a melhor e de

que seu triunfo é o triunfo da boa causa”. A explicação dos autores pode ser ratificada pela avaliação que Tainara Paloma faz ao afirmar que: “Foi uma forma de ter mais conhecimentos pelo fato de termos que expressar nossos pontos de vista”.

Baseado no que percebi no processo de escrita empreendido, destaco que, antes de convencer alguém, o sujeito se convence do que se propõe discutir, logo o efeito dessa circunstância é a sua compreensão antecipada do objeto em questão. Isso acontece porque, como asseveram Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 61), “A argumentação é uma ação que tende sempre a modificar um estado de coisas preexistentes”. Esse entendimento é confirmado por outro trecho de resposta da Tainara: “uma experiência que me ajudou e vai me ajudar muito” e, com mais evidência pelo que escreveu Maria Fernanda: “evolui bastante de acordo de como eu era” e, também, pelas palavras de Verônica Moura, ao dizer que o processo de criação do gênero argumentativo “Ajudou a nos mostrar ideias e opiniões diferentes expandindo nosso conhecimento”.

Além do intercâmbio com outros discursos, por meio do ato de ler, também evidenciou a interação entre as alunas e isso contribuiu sobremaneira para o crescimento intelectual de cada uma. Quando questionada sobre o que significou participar do percurso do experimento didático-formativo, Tainara Paloma destaca a interação com as demais colegas:

Ajudou muito pelo fato de trabalhar não só com o meu artigo, mas também poder acompanhar de perto minhas colegas construindo seus próprios artigos e adquirindo mais conhecimento não só pelas minhas pesquisas, mas também pelos artigos que foram construídos ao meu redor em sala (Tainara Paloma. Fonte: o pesquisador)

A consciência social do sujeito se forma na relação que estabelece com o outro por meio da linguagem. A resposta dada acima corrobora a tese de que a interação com outros discursos, aliada às contribuições decorrentes do fluxo linguístico de criação dos artigos revelam-se como atividades substanciais para o alcance dela.

Como proponente do experimento didático-formativo, à medida que um perguntava, eu procurava responder de maneira que todos ouvissem e pudessem participar da interação, o que suscitava outros questionamentos. Quando Tainara se refere a “poder acompanhar de perto minhas colegas construindo seus próprios artigos”, prova que o avanço do conhecimento é dinâmico, na mesma proporção que é dinâmica a linguagem usada para fomentar a interação. Nessa relação estabelecida

entre elas está a base para a internalização dos conteúdos que foram objeto do trabalho coletivo.

Assim como Tainara, Nathally também se referiu à interação presente no ato de criação dos artigos e influência desse diálogo com outros discursos para a criação de argumentos. Afirmou ter ampliado suas “áreas do conhecimento sobre alguns assuntos, podendo ver opiniões diferentes da minha e com isso criando novos argumentos”. Assim, como ensina Volóchinov (2017, p. 200):

De fato, o ato discursivo, ou mais precisamente o seu produto – o enunciado – de modo algum pode ser reconhecido como fenômeno individual no sentido exato dessa palavra, e tampouco pode ser explicado a partir das condições psicoindividuais e psíquicas ou psicofisiológicas do indivíduo falante. O *enunciado é de natureza social*.

Com efeito, afirmo que o processo de criação dos enunciados também é de natureza social. Mesmo que exista um sujeito que lhe dá forma, a partir de um gênero, ele surge da colaboração e constitutividade imanente à interação decorrente do uso da linguagem, que é, por natureza, social e dialógica, portanto o enunciado não pode ser, de fato, um produto individual, como afirma Volóchinov.

É nítida nas respostas dadas pelas alunas a presença da alteridade, que se constrói a partir do outro, ou seja da relação estabelecida entre mim e o outro, cujo resultado é a constituição de ambos considerados seres sociais. (GERALDI, 2015) ensina-nos que a relação interacional pressupõe a alteridade na medida em que os contatos pela linguagem, sejam eles harmoniosos ou não, ocorrerem. Nessa troca dialógica, o sujeito histórico-cultural e social que é, contribui, cada um à sua maneira, com o alargamento dessa mesma cultura de que se apropriou e com a constituição da vida em sociedade.

Nesse contexto, Petrilli (2013, p. 172) pontua que “O significado do signo é dado pelo interpretante, ou seja, por um outro signo que interpreta aquele precedente e o identifica e o responde a ele com vários graus de alteridade dialógica”, ou seja, não é forçoso, portanto, afirmar que a alteridade reside no conteúdo da relação entre sujeitos e se vale e se consolida desse processo ininterrupto de trocas simbólicas mediado pela linguagem.

É tênue, e por vezes confunde, a relação entre linguagem e alteridade. É crível afirmar que esta resulta do uso daquela, ou antes, do uso que a pessoa faz da linguagem para apreender e promover aprendizagens, o que lhe possibilita reconhecer-se, constituir-se e contribuir para a constituição do outro. Essa dinâmica

de fazer-se pessoa social, por meio do uso da palavra (que é linguagem) e que se encontra no bojo das relações do eu com o outro, formula e vai expandindo a consciência social, como esclarece Faraco (2009, p.84), ao explicar que “Em outros termos, o mundo interior é uma arena povoada de vozes sociais em suas múltiplas relações de consonâncias e dissonâncias; e em permanente movimento, já que a interação sociológica é um contínuo devir”.

Ao longo do período, como já mencionado, as sete alunas que participaram da investigação criaram artigos de opinião, sobre os mais variados assuntos em voga na sociedade. Mas, para além da quantidade, é importante refletir sobre o resultado do processo de consecução deles. Destaco que, para mim, ficou evidente o crescimento quanto à melhoria na escrita, como na obtenção de conhecimentos que expandiram a visão de mundo que tinham sobre os assuntos tratados.

Como evidência, refiro-me ao reconhecimento de que para criar um enunciado é necessário conhecer o assunto em questão. Inúmeras foram as vezes que elas disseram não saber o que escrever ou que não havia mais nada a acrescentar ao enunciado. Quando chegavam a essa situação, eu insistia que era necessário realizar novas leituras e refletir mais sobre o assunto a fim de materializar o enunciado. A compreensão, e a posterior adesão, de que o ato de ler é imprescindível para a escrita, foi salutar ao desenvolvimento e êxito do processo.

Na avaliação que fizeram, as alunas, ao se referirem à questão da leitura, mormente falavam da construção da própria alteridade. Geraldi (2015, p. 75) diz que “Desde de que estejamos falando em linguagem, já estamos falando em relação com a alteridade. A palavra que reconheço é própria porque é do outro; a palavra se reveste do tema na relação com a alteridade”. Ao afirmarem que o trabalho realizado “levou a ler e refletir mais”, como ponderou Gabriela Ribeiro; para efetuar a criação de enunciados “precisa-se de muita leitura, concentração, dedicação e foco, como esclareceu Maria Fernanda, e, ainda, que “significou um grande processo de aprendizagem principalmente na área de leitura e escrita”, nas palavras da Tainara Paloma, é prova cabal do alcance da alteridade.

Esse entendimento da função da leitura como prática de linguagem necessária à busca por informações sobre um assunto e à expansão do conhecimento é consoante ao que pondera Geraldi (2015, p. 147), quando explica que “A escrita populariza-se e a leitura do produzido não mais se faz em função da repetição, mas em função da construção de compreensões distintas, engrandecendo os horizontes

de possibilidades humanas”. Ou seja, primeiramente elas compreenderam a leitura como atividade que favorece a apreensão de informações necessárias ao ato de escrever, para, depois, reconhecerem que escreviam para que alguém lesse. O que é o enunciado escrito senão para ser lido. A escrita tem, portanto, a leitura como fim, como ensina Geraldi (1996, p. 112) ao afirmar que “[...] o texto produzido completa-se na leitura. Neste sentido, o texto é condição para a leitura; a leitura vivifica os textos”.

Quando menciono a constituição do ser humano, não me refiro ao plano biológico, como podem pensar alguns. Defendo a tese de que sua consciência social está em formação a partir do fluxo de elementos interiores e exteriores. Significa constituí-lo como ser histórico e social a partir da apropriação da cultura e conhecimento já produzidos. Nesse processo, ao mesmo tempo em que vivencia a realidade circundante, contribui para ampliação dos aspectos culturais e epistemológicos, que passam a estar disponíveis às gerações vindouras. Essa dinâmica vital somente é possível por meio da realização da linguagem, como afirma Geraldi (2015, p.61) [...] “a linguagem é mais um modo de constituição das subjetividades do que de uma forma de expressão das representações de mundo”.

Pode-se imaginar que a concretização da escrita é uma repetição sem fim. Que um enunciado criado é resultado de outros discursos falados ou escritos em outras épocas, logo como pode promover a formação da consciência social de alguém? Ao considerar que o gênero artigo de opinião pode alicerçar-se no diálogo com outros discursos, logo na criticidade e contradição, esse posicionamento além de frágil não espelha o que de fato pode alcançar escrita de enunciados argumentativos. A escrita é linguagem em uso. A linguagem é, a um só tempo, resultante e promotora do processo histórico cultural no qual se insere o ser humano e a partir do qual, de igual modo, apreende e constrói conhecimentos. A formação da consciência social decorre exatamente desse jogo discursivo linguístico de troca entre sujeitos socialmente organizados porque, como assegura Geraldi (2015, p. 86),

Os sulcos abertos no ar pela palavra enunciada não levam aos ouvidos sentidos prontos e acabados: levam impulsos à compreensão participativa que engloba mais do que a mera remessa objetos e a fatos. Há vida na voz que fala; há vida no ouvido que escuta.

Apreender a realidade, ou seja, o mundo concreto, e participar dela, ora sendo construído, ora constituindo-a, é parte da realidade do homem e essa ação ocorre em lugar e momento histórica e socialmente situados por meio da linguagem que utiliza em todos os momentos da vida.

4.3 Relação entre o ato de escrever e a formação da consciência social

Escrevi na apresentação deste trabalho que “O ensino da linguagem devia servir para libertar”, mas, por meio de um ensino pautado nas descrições gramaticais, acaba “privando os alunos de tudo o que a linguagem proporciona ao indivíduo”. Afirmei também que é necessário “Buscar e definir abordagens, estratégias e metodologias com vistas a minimizar” as dificuldades que envolvem a efetividade das práticas de linguagem, sobretudo leitura e escrita, no ensino da linguagem. Neste momento, retomo essa discussão e, com base no saldo da pesquisa, sobretudo o processo em si, reflito sobre o trabalho que, acredito, deve ser desenvolvido com a linguagem em sala de aula.

No contexto escolar, o estudo da linguagem sempre teve espaço de destaque por meio das disciplinas de Línguas, tanto no ensino da portuguesa, como no das estrangeiras. Porém, percebe-se que o fator gramatical ainda impera na prática docente e, com isso, o caráter dialógico e constituidor que a linguagem possibilita ao ser humano fica à margem do processo. Assim, para iniciar uma reflexão sobre como e o que deve ser ensinado, é preciso questionar: Por que estudar a linguagem? Com qual finalidade estudá-la? Como fazer isso? Estudar sua organização interna basta para o sujeito desenvolver-se linguisticamente? Se não a estrutura gramatical, o que sobra para ensinar? Dessas perguntas, ao longo deste item destaco duas: Para que estudar a linguagem? e Como fazer isso? E já adianto que as respostas a essas questões estão na própria natureza da linguagem: um fenômeno social, cultural e histórico, com característica dinâmica e evolutiva no tempo e no espaço e com função dialógica, interacional, discursiva e constitutiva de tudo o que existe, porque, como afirma Volóchinov (2017, p. 218, 219):

A realidade efetiva da linguagem não é o sistema abstrato de formas linguísticas nem o enunciado monológico isolado, também pouco o ato psicofisiológico de sua realização, mas o acontecimento social da interação discursiva que ocorre por meio de um e de vários enunciados.

Início esta reflexão com as palavras de Volóchinov e afirmo que o trabalho com a linguagem na escola não deve objetivar ela mesma, ou seja, linguagem sobre linguagem, como se o fim fosse a compreensão e o domínio dela para fazer uma prova, por exemplo. Não há dúvida de que a aprendizagem cada vez maior da sintaxe, do léxico e dos demais elementos que a formam é necessária e precisa ser desenvolvida sempre. A grande questão é como fazer isso. Não acredito que por meio de exercícios metalinguísticos ou meramente descritivos, em que o aluno é condicionado a detectar a classe gramatical da palavra ou atribuir o nome ao termo

da frase, seja suficiente para que alcance a consciência linguística, tampouco para ela propiciar a formação da consciência social, cuja característica é imanente à linguagem em uso.

Faz-se necessária uma mudança na prática docente no que se refere à compreensão do que seja linguagem e seu ensino. É urgente promover a passagem de um ensino ainda baseado na nomenclatura da palavra ou da frase, sob a perspectiva puramente gramatical, para um estudo para *além* das questões metalinguísticas, cujo foco seja a efetividade da linguagem nos usos cotidianos pelos sujeitos, com o propósito de ensino, como diz Antunes (2009, p. 37), considerar a

língua-em-função, que só ocorre sob a forma de atividade social, para fins da interação e da intervenção humana, acontece inevitavelmente sob a forma da textualidade, isto é, sob a forma de textos orais e escritos, sejam eles breves ou longos.

Essa defesa reside no fato de eu entender a linguagem como social, presente em todas as ações humanas, logo como atividade. Por isso concordo com Weedwood (2002, p. 152) quando esclarece que “A língua não reside na mente do falante, nem é um sistema abstrato que paira acima das condições sociais. A língua é um trabalho empreendido conjuntamente pelos falantes, é uma atividade social, é enunciação”.

Defendo que é possível ao sujeito compreender tudo isso, desenvolvendo-se como pessoa humana, executando atos de escuta, de fala, de leitura, de discussão, de interação dialógica, de criação de enunciados dos mais diversos gêneros, os quais formam as práticas de linguagem e, assim, refletindo sobre a linguagem. Isso significa trabalhar com a apreensão, a reflexão sobre e criação de enunciados orais ou escritos, mesmo que, como diz Geraldi (2015, p. 140):

Privilegiar o estudo do texto, em sala de aula ou em outros espaços, é aceitar o desafio do convívio com a instabilidade, com um horizonte de possibilidades de dizer que em cada texto se concretiza em uma forma a partir de um trabalho de estilo.

A aprendizagem da linguagem que se refere aos usos cotidianos, cujas características referem-se a uma perspectiva utilitarista da linguagem, o que também é importante, ratifico, mas o foco do ensino, advogo, não deve ser apenas esse. É preciso entender a linguagem como instrumento de formação do ser humano, para isso, em seu ensino, é preciso fomentar o desenvolvimento das práticas de linguagem.

Digo que é preciso entender que a língua, compreendida como sistema de normas, contrasta com o que de fato é a linguagem e não atende ao ensino que a toma como construtora. Pelo contrário, assim entendida, tende a propiciar um ensino

estéril, como observa Volóchinov (2017, p. 199), quando afirma que “A língua como sistema de formas normativas e idênticas é uma abstração que pode ser justificada de modo teórico e prático apenas do ponto de vista da decifração e ensino de uma língua alheia e morta”.

Quando o aluno ouve, fala ou escreve, não ouve, fala e escreve o nome do sujeito, se é predicado verbal ou nominal, objeto direto ou indireto, se a palavra é verbo ou preposição, se há dígrafo. Ele ouve, fala e escreve a linguagem, ou antes, o que ela significa. A estrutura interna da linguagem verbal se apresenta no curso dialógico, independentemente da vontade deste ou daquele falante ou escrevente.

O ensino que busca analisar a estrutura da língua impede que se desenvolva, de fato, a própria linguagem. Para estudar sua estrutura, dando nome à cada parte que a compõe, foca-se em algo estático. Como venho afirmando neste trabalho, a linguagem não é estática, portanto estudá-la nessa perspectiva é prescindir de sua função constitutiva da consciência social do sujeito. A linguagem é atividade e, assim o sendo, seu uso contribui para a formação do que é e o que pode vir a ser o ser humano. Seu ensino deve favorecer o desenvolvimento dessa característica formativa.

A linguagem possui uma organização interna, que é importante e necessária, mas sua natureza é dinâmica, o que a impede de ser reduzida a uma estrutura fixa. Focar seu ensino e seu desenvolvimento apenas nessa estrutura interna é desprezar todas as possibilidades e necessidades de uso cotidiano e, principalmente, impedir que sua função formadora da consciência humana aconteça. Nesse turno, discutir a linguagem na formação do sujeito é, a um só tempo, urgente, como também imprescindível para que o ensino da linguagem supere o caráter meramente formal, gramatical, metalinguístico com vistas a alcançar a dimensão constitutiva que lhe é peculiar. A relevância dessa discussão reside no fato de pensar a linguagem como fenômeno que vai se construindo, ao mesmo tempo que propicia a humanização, formação e expansão, individual e social, dos sujeitos que a usam em todos os eventos da vida em sociedade.

Assim, a linguagem de que falo e na qual acredito ser a ideal para o ensino é a concebida como instância social, portanto realizada no bojo das relações e inter-relações cotidianas. Dito de outro modo, digo que é no ato de viver e de se relacionar dos interlocutores entre si que a linguagem acontece e se forma em sua plenitude, pelo menos para atender àquele grupo ou comunidade. Nesse sentido, a linguagem

em uso na interação sociodiscursiva é um processo ininterrupto em formação e potencializadora da constituição do sujeito. Como explica Volóchinov, (2017, p. 224) “As leis de formação da língua não são de modo algum individuais e psicológicas, tampouco podem ser isoladas da atividade dos indivíduos falantes. As leis de formação da língua são leis sociológicas em sua essência”.

O que defendo é que tanto o estudo quanto o ensino devem fundamentar-se metodologicamente a partir de situações que envolvem, Volóchinov (2017, p. 220), a) interação discursiva realizada em situações concretas a partir de formas e tipos concretos (enunciados) de comunicação; b) uso dos gêneros discursivos verbais alinhados à realidade e à situação em que se assenta a interação discursiva; e c) “revisão das formas da língua em concepção linguístico habitual”.

O uso da linguagem deve servir para potencializar sua característica imanente que é a de promover a interação, favorecer o diálogo, contribuir para a organização do pensamento e a formação da consciência social do sujeito. Com efeito, o ensino da linguagem não se deve resumir em reproduzir seus termos constituintes, como se fossem ela própria. Seu ensino deve centrar-se nas práticas de linguagem desenvolvidas na prática da vida cotidiana.

Se é verdadeiro que ela está em todos os empreendimentos humanos, possibilitando que eles aconteçam, e que o promotor deles é o próprio homem que os cria, é fato que os realiza por meio da linguagem. Ao mesmo tempo em que o sujeito usa a linguagem, particularmente aqui para criar um enunciado escrito, é atingido pelos atos linguísticos que o circundam e, na esteira da ocorrência desses atos, vai formando sua consciência social. Esse processo somente é possível pela linguagem, ou antes, pela efetivação de suas práticas de linguagem, pois é por meio delas que os acontecimentos da vida e a própria vivência do ser são construídos, apreendidos e expressos. Daí advém a necessidade de a escola, como promotora de formação humana, tomar a linguagem como processo de construção dessa formação, cujo objetivo seja o de propiciar aos sujeitos, de modo sistemático, praticarem as mais diversas manifestações linguísticas das quais dependem para se comunicar, interagir, apreender, expressar e, principalmente, expandir sua consciência social.

Nesse sentido, penso que o fato que se impõe a todos nós professores é o de criar condições para desenvolver essas práticas de linguagem favoráveis à compreensão, à expressão, à interação e, sobretudo, à construção do próprio ser que cria, por meio delas, enunciados que dão substância à vida. Isso sim deve ser objetivo

fundamental da escola quanto ao desenvolvimento da linguagem. O que digo encontra ressonância em Possenti (2007, p. 33) ao propor que o ensino da linguagem precisa acontecer condicionado por atividades que privilegiem “ler e escrever, discutir e reescrever, reler e reescrever mais, para escrever e ler de forma sempre mais sofisticada”.

A linguagem faz parte do que é o sujeito, porque ela só existe em tamanha complexidade, variedade e dinamicidade tal qual se apresenta em nós, humanos. Nesse sentido, o uso dela nos distingue dos demais seres porque o homem é o único ser vivo que faz uso desse tipo de comunicação em ambiente natural. Usar o signo linguístico competentemente favorece a compreensão da natureza humana, portanto conhecê-lo é conhecer a nós mesmos, já que todos nós somos resultado de sua efetividade. Como assevera Volóchinov (2017, p. 134): “A compreensão de qualquer signo, tanto do exterior como do interior, está indissociavelmente conectada a toda a situação de realização do signo”.

Quando penso no ensino da Língua Portuguesa, não o percebo apartado do fenômeno do enunciado, seja ele na modalidade oral ou escrita. Na oral, o sujeito o produz a todo o tempo e em qualquer lugar, mas na escrita, isso não é recorrente. A escrita demanda um conjunto de fatores para se concretizar. Entende-se por conjunto de fatores toda uma gama de estratégias, metodologias, recursos, humanos e materiais, como também o desenvolvimento das demais práticas de linguagem que são mobilizadas para a criação de enunciados escritos.

Nessa linha de raciocínio, uma pergunta pertinente é a seguinte: o que pode fazer a escola de modo a promover ações que atuem na formação da consciência social dos alunos? A resposta à pergunta precisa ser muito bem pensada para que não se credite à escola uma responsabilidade além de sua capacidade. O que ela pode fazer, já que é prerrogativa pedagógica formar o sujeito, é trabalhar com as práticas de linguagem para o processo de humanização e formação social do sujeito. Na prática docente, deve-se consignar às práticas de linguagem, ao ato de ler e ao de escrever, sobretudo, a relevância que têm na atuação para a formação da consciência social do aluno.

O homem, como se sabe, é, antes de tudo, um ser biológico, considerando sua formação anatômica e funcional, no entanto importa, neste trabalho, sua configuração histórico-cultural e social que resulta das relações e vivências dessa mesma dinâmica histórica, cultural e social da qual faz parte e na qual esteve inserido tempo afora. À

escola compete, então, criar meios sistemáticos para que a linguagem atue como promotora do desenvolvimento individual e coletivo na relação social. Por meio dela, é preciso criar meios para que a escola seja uma instância de possibilidades aos alunos na constituição da alteridade e da consciência social coletiva. Isso faz sentido, quando se observa o que Geraldi (2015, p. 123) afirma: “A linguagem, enquanto processo de constituição da subjetividade, marca as trajetórias individuais de sujeitos que se fazem sociais pela língua que compartilham”.

Mas é preciso esclarecer que não se pode esperar que o compartilhamento e construção de saberes aconteçam de forma natural. Mesmo que haja verdade na condição natural, natural no sentido de “sem empecilhos”, cabe à escola promover um ensino que conceba a relação homem/linguagem como intrínseca, o que de fato o é, de maneira que, a um só tempo, ele participe da construção dessa linguagem, constitua-se a partir dela e, por meio dela, contribua com a formação de outros sujeitos na vida em sociedade. Desse processo de autoconstruir-se e construir, está, segundo Geraldi (2015, p. 106), a:

[...] concepção de linguagem como atividade constitutiva tanto da consciência dos sujeitos, e portanto da formação da subjetividade pelos processos de internalização dos signos nas interações sociais, quanto da própria língua, entendida esta como uma sistematização em aberto de recursos expressivos, signos cuja vocação é a mudança, paradoxalmente pelo reaparecimento e reconhecimento do idêntico e mesmo em novo contexto – um enunciado concreto – em que é a construção do novo, e portanto do diferente, que importa.

A formação e expansão da consciência social do sujeito devem ser o objetivo primeiro no ensino da linguagem porque ela (a linguagem) está presente em todas as ações da vida humana, ou seja, o homem precisa dela para viver em sociedade e agir como ser que já é e como pode vir a ser. Como exercício de reconhecimento da relação da linguagem com a formação do ser humano, dou um exemplo: imagine que uma pessoa tenha uma ideia. Não simples, mas algo que pode beneficiar uma coletividade, um povo, uma nação, ou, talvez, todos os seres humanos da terra. Imagine, também, que essa pessoa jamais verbalize tal ideia, de maneira que fique aprisionada, até ser esquecida, para sempre. Pode-se dizer que essa ideia exista no plano concreto? Pode-se afirmar que houve ação material resultante do pensamento/ideia? Não é possível. Por outro lado, é possível constatar que a ideia surgiu do exterior da pessoa, de sua relação com o outro, mediada pela linguagem. Em outras palavras, é crível reconhecer que a linguagem possibilita a formulação da

ideia (e de todas as ideias possíveis), no contexto interior, mas é na dimensão exterior que ela que dá forma, por meio de enunciado, concreta dessa mesma ideia.

O caráter construtivo da linguagem deve prevalecer sobre sua estrutura e seus elementos constituintes. Linguagem é atividade, portanto é ela que possibilita ao sujeito agir socialmente. Não é o pensamento interior que a forma, mas é exatamente ela que o constitui e, ainda, possibilita sua efetividade no contexto exterior. Por isso defendo a ideia de que o ensino da linguagem deva partir de enunciados, orais ou escritos, resultantes dos usos que todos fazem da linguagem em sociedade, como o que desenvolvi no experimento didático-formativo, cuja hipótese creio ter sido comprovada: a criação de enunciado do gênero artigo de opinião atuou na formação e expansão da consciência social das alunas que do processo participaram. O êxito do trabalho, bem como a confirmação da hipótese se comprovam, também, no que escreveu Geraldi (1996, p. 71), ao afirmar que:

Centrar o ensino no texto é ocupar-se e preocupar-se com o uso da língua. Trata-se de pensar a relação de ensino como o lugar de práticas de linguagem e a partir delas, com a capacidade de compreendê-las, não para descrevê-las como faz o gramático, mas para aumentar as possibilidades de uso exitosa da língua

Como já citei acima, a linguagem, por ser viva, evolutiva, por constituir-se nos usos cotidianos, ao mesmo tempo em que colabora para a constituição do sujeito, na relação dialógica que promove entre este e seus interlocutores, seu ensino não pode ficar preso a questões ligadas à gramática normativa. Sobre a necessidade de mudança no foco do ensino, é importante ressaltar que, como afirma Geraldi (1996, p. 53),

Antes de mais nada, o deslocamento da noção de representação para a noção de trabalho linguístico exige incorporar o processo de produção de discursos como essencial, de modo que não se trata mais de aprender uma língua para dela se apropriar, mas tratar-se de usá-la e, em usando-a, aprendê-la.

O experimento didático-formativo realizado para a investigação evidenciou que, para além do estudo das questões da linguagem, foi possível perceber a atuação dela na formação das alunas. É imperativo afirmar que elas, ao mobilizarem a linguagem, realizando as práticas de linguagem para a criação de enunciados escritos, foram paulatinamente construindo entendimento mais amplo dos assuntos sobre os quais escreveram. Ao expandir o conhecimento que julgavam ter sobre um determinado assunto, passaram a ter outra conduta diante dos fatos, o que resultou na própria formação da consciência social como cidadãs, revelada na discussão que

empreenderam nos artigos, consoante ao que disse Ana Késia “A concepção de como [se] faz um artigo de opinião, mudou muito minha consciência”, e ao que revelou Gabriely Melchior, quando afirmou que o processo “Contribuiu muito para ampliar minha visão sobre diversos assuntos, principalmente os que impactam na sociedade”.

Penso que o processo de criação dos enunciados começou a formar a consciência social delas, de forma mais evidente, quando reconheceram estar participando desse fluxo constitutivo da linguagem na realização das atividades referentes aos artigos que escreviam. Os debates sobre um tema, o confronto argumentativo e as trocas de ideias, enfim, os usos cotidianos da linguagem e as reflexões acerca dele, aliados ao esforço intelectual imprescindível à escrita, propiciaram, mesmo que ainda de modo embrionário, o domínio do ato de escrever e o avanço da constituição da consciência social.

Isso posto, não tenho dúvidas de que todo o conhecimento construído no processo de criação dos artigos de opinião propiciou às alunas avançar na compreensão da realidade e na criação de enunciados que refletissem os assuntos nela em voga. A manifestação de Maria Fernanda “Contribui muito para minha visão de mundo”, aliada à da Gabriela Ribeiro “O trabalho contribuiu muito para o meu crescimento” e da Tainara Paloma ao dizer que o processo, “Significou um grande processo de aprendizagem” confirmam que o processo de criação de enunciados argumentativos atuou para o crescimento obtido por todas elas, sobretudo quanto ao progresso na constituição da consciência social.

A maioria escreveu sobre temas relevantes no contexto social e não se esquivaram de emitir seus pontos de vista, mesmo que contrastassem à opinião vigente. A consecução dos enunciados evidenciou que um avanço na formação da consciência social, a qual, acredito, foi expandindo-se no processo de trabalho com a linguagem, no ato de escrever sobre questões relevantes. Os artigos versaram sobre assuntos caros à sociedade, como o sistema de cotas; a gravidez na adolescência; a doação de sangue; as causas envolvendo a comunidade LGBTQIA+; o porte de armas; a questão relativa ao ensino religioso na escola; o abuso sexual, dentre outros que impactam a vida em sociedade. Como evidenciado nos capítulos 2 e 3, principalmente, as articulistas discutiram em alto nível os assuntos mencionados, criando argumentos sólidos em defesa das teses que definiram. Isso revela que não só se colocaram presentes no grande debate social, contribuindo com a construção da sociedade pela linguagem, como também o crescimento pessoal obtido no

processo, como o que disse Verônica Moura “Ajudou a nos mostrar ideias e opiniões diferentes expandindo nosso conhecimento” e que expressou Tainara Paloma “uma experiência que me ajudou e ainda vai me ajudar muito”.

Não acredito que esse processo tenha um fim. A formação que conseguiram no experimento realizado possibilita expandir ainda mais o que já sabem para o agir linguística e socialmente, mas não significa que já estejam prontas. Com efeito, é importante esclarecer que formação da consciência social não significa um processo concluído, como alguns podem entender. Pelo contrário, do mesmo modo que a linguagem é dinâmica e evolutiva, no tempo e no espaço, como já afirmei, sua força constitutiva no sujeito também o é. Desse modo, julgo que a consciência nunca está pronta, do ponto de vista linguístico-social, mas em constante expansão.

Na infância, por exemplo, a criança primeiro executa a prática de linguagem da audição, depois da compreensão, alcançando a expressão, para, depois de forma sistemática, geralmente efetivada pela escola, apropriar-se do domínio da escrita. Todas essas fases, e logicamente as posteriores também, contribuem para a formação da consciência social. Como se nota, não é um processo estanque, mas dinâmico, e a escola deve propiciar ao aluno realizar o maior número de práticas de linguagem que favorecem sua formação, como audição, expressão, leitura, escrita, dentre outras, distante das atividades que procuram desvendar a língua no interior dela mesma. Linguagem é realização exterior, pois para Volóchinov (2017, p. 94) “O signo é um fenômeno do mundo externo”

Como já disse neste trabalho, quando menciono a formação da consciência social do sujeito, refiro-me à tomada consciência das coisas que o cercam, e isso passa, inevitavelmente, pela consciência da linguagem que utiliza, à semelhança do que disse Ana Késia: “A concepção de como [se] faz um artigo de opinião, mudou muito minha consciência”.

As palavras da articulista confirmam o que percebi ao longo do processo e o que as alunas demonstraram nos artigos que criaram. O reconhecimento como sujeito, a compreensão de seu lugar na sociedade, onde tem voz e vez; a noção de que pode agir sobre os acontecimentos, entendendo causas e consequências deles; a percepção dos aspectos da vida em sociedade, compreendendo que suas ações podem incidir positiva ou negativamente no curso da sociedade; a capacidade de participar ativamente dos eventos sociais, emitindo seu ponto de vista, como revelou Tainara Paloma, ao dizer que o processo de a criação de enunciados argumentativos

“Foi uma forma de ter mais conhecimentos pelo fato de termos que expressar nossos pontos de vista”, bem como tantas outras ações realizadas, comprovam a expansão da consciência social das alunas que participaram da investigação. Isso posto, como diz Amossy (2018, p. 209), “É preciso aceitar que a argumentação influencia os pontos de vista, dirige comportamentos, mas também convida o auditório a compartilhar uma experiência e apela para sua colaboração”.

Como exemplo da profundidade discursiva e o consequente crescimento intelectual da articulista, cito abaixo um trecho do artigo “Abuso sexual: um grito por socorro”, escrito pela Tainara Paloma, em que discute a questão polêmica, cujo debate social é relevante e urgente:

Nós, pessoas que repudiam o abuso sexual, não podemos ficar imunes a essa tragédia social. É preciso que não fiquemos passivos. É preciso que denunciemos. É de extrema importância que pessoas e instituições de unam para que possam agir em favor das vítimas, levando-as assim a se sentirem protegidas e amparadas. É necessário, ainda, que as leis que protegem crianças e adolescentes sejam aplicadas sem ressalvas. Para isso faz-se necessário que se denuncie e haja investigações de “supostas denúncias”, para que essas brutalidades sejam abolidas da vida desses jovens, podendo assim eles viverem em um mundo onde o medo não seja companhia do seu dia a dia (Tainara Paloma. Fonte: *Blog Jovem, Fala Sério!*).

O trecho evidencia que ela tem ciência da relevância do assunto e que se coloca no bojo da discussão, assumindo um ponto de vista em defesa de uma causa maior: “Nós, pessoas que repudiam o abuso sexual, não podemos ficar imunes a essa tragédia social”. Suas palavras revelam a urgência no combate ao abuso sexual e evidenciam o alcance de uma consciência social sobre a temática. Não se trata apenas de mais um artigo de opinião sobre o assunto, o modo como construiu o enunciado e o significado que se extrai dele são prova de que, ao compô-lo, Tainara alcançou uma consciência social sobre a questão, a ponto de se colocar para ajudar, pelo enunciado que criou, pessoas que sofrem abuso sexual e, mais, emancipando-as para agirem sobre a realidade em que se encontram.

As referências ao longo do artigo: à Constituição, ao Estatuto da Criança e do Adolescente, ao Sistema de Informações do Ministério da Saúde – SINAN –, ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar revelam que para criá-lo foi necessária muita leitura, diálogo com o que esses órgãos e instrumentos legais pontuam sobre o assunto, bem como análise das informações e articulação para a construção do enunciado. Arrisco-me afirmar que certamente não se trata mais da mesma pessoa. Ao comparar a realidade anterior da articulista, no início do experimento didático-

formativo, com *posteriori* em que o artigo foi concluído, digo tratar-se de outra pessoa, pois não há dúvidas de que o conhecimento adquirido ao longo do processo contribuiu para a formação de sua consciência social.

Tainara, no início do processo, mostrou-se muito tímida, retraída em sua condição de aluna; mas ao final, revelou-se ativa e segura ao discutir assuntos sérios, complexos e polêmicos, como o abuso sexual. Os artigos escritos por ela e as respostas às perguntas do formulário citado anteriormente confirmam o que expressei. Em “Aborto – um problema social”, discute o assunto na perspectiva da mulher e da legalidade, como uma questão humana e de saúde pública, sem se contaminar com argumentos fáceis e frágeis relativos à moral cristã. Afirma que o aborto “pode causar riscos à saúde não só física, mas também mental e emocional da mulher. Isso precisa mudar, para que a vida, tanto do ser em formação como a da gestante, seja preservada”. Em “Gravidez na adolescência: falta de informação ou irresponsabilidade”, relaciona a temática ao futuro: “gravidez na adolescência. Esta sim é uma questão que pode comprometer qualquer futuro, entre tantos outros acontecimentos que envolvem esse período da vida”. Chama a atenção da sociedade para a urgência de se criarem meios “com o objetivo de buscar saúde sexual e emocional de todos”.

De algum modo, não há dúvidas de que a construção de discursos argumentativos escritos, possibilitada pela realização das práticas de linguagem, favoreceu e expandiu a constituição das alunas que os criaram, bem como, acredito, o avanço no domínio do aspecto linguístico elevou-as a outro patamar de consciência individual e social. O que digo sobre a função da argumentação encontra respaldo no que esclarece Amossy (2018, p. 29), ao afirmar que:

Discursiva e dialógica a argumentação modela os modos de ver e de pensar por meio de processos que colocam em jogo tanto a imagem que os parceiros da troca têm um do outro quanto os pré-construídos culturais (premissas, representação, *topoi*...), sobre os quais se funda a troca.

Outro exemplo que ratifica a atuação dos enunciados argumentativos escritos na formação da consciência social das articulistas que participaram do processo de escrita vem dos artigos criados pela Nathally Gabrielly: “Cotas, sim!”, “Se liga, respeite” e “ENEM X Opinião jovem”. Neles, a forma como ela discute os temas demonstra ter atingido consciência social relativa à luta por igualdade de oportunidades sobre a concessão das cotas: “Agir com igualdade precisa estar

amparado no princípio de justiça, ou seja, havendo igualdade entre negros, pardos, índios e suas etnias, tendo mais aceitação com o diferente”.

A articulista, como ela própria se define, é extrovertida, mas impaciente, debochada e, às vezes, impulsiva, o que a faz ser uma pessoa crítica. Mas expressa uma crítica responsável. Quando defende o feminismo, em contraponto ao machismo, não radicaliza o debate, de forma a anular qualquer opinião contrária, mas o faz de forma consciente e construtiva: “feminismo é um movimento, e não uma forma de as mulheres fazerem bagunça, como dizem alguns. Esse movimento organizado é um meio de as mulheres buscarem seus direitos, de buscarem a igualdade”. Essa conduta proativa confirma estar ciente de sua participação social e, também, revela, crescimento pessoal, que significa avanço na formação de sua consciência social.

No último artigo, em que discute o tema do ENEM 2019, expõe que “É necessário que o INEP reveja os critérios de escolha do tema da redação do ENEM, pois a prova deve levar em consideração algo realmente importante para a sociedade e não assuntos distantes dos reais problemas que o Brasil precisa enfrentar”. Ao referir-se a “algo realmente importante para a sociedade”, prova que está concatenada à realidade e seu discurso revela que se coloca como agente para transformá-la: “reais problemas que o Brasil precisa enfrentar”, o que demonstra que possui consciência do seu papel social.

A crítica da Nathally, referente à escolha do tema da redação do ENEM 2019, conjugada à defesa que faz de temas relevantes e que impactam, positiva ou negativamente, a vida das pessoas, denota que ela alcançou certo grau intelectual, ou seja, que foi dando forma à sua consciência social. Seu discurso argumentativo arquiteta-se na defesa de duas questões-chave: primeiramente discute temas que tendem a beneficiar a coletividade, bem como, distante de um pensamento individualista, para tanto expressa: “como por exemplo: evasão escolar; meio ambiente; a questão dos desaparecidos no Brasil; jovem no mercado de trabalho e patriotismo. Mas longe disso, propiciaram um tema fútil “A democratização do acesso ao cinema no Brasil”, e, segundo, concebe aos jovens, como ela, o papel de discutir, na redação argumentativa, novos rumos para a sociedade: “São mais de 5 milhões de participantes que poderiam refletir sobre importantes temas”.

O artigo que Nathally escreveu sobre o tema da redação do ENEM 2019 traduziu a participação das demais alunas no ENEM. Depois que o INEP divulgou as notas da redação, enviei a elas um formulário com perguntas sobre a realidade atual

de cada uma e como haviam se saído na prova de redação. Todas reclamaram do tema e expuseram que o desconheciam ou conheciam pouco, o que incidiu sobre a nota que tiraram.

Gabriela Ribeiro, que tirou 700 pontos na redação, escreveu: “achei o tema fora do padrão, nada discutível, não tinha indício nenhum desse tema, pra mim foi uma surpresa um tema tão pouco conhecido e nada polêmico”. Gabrielly Melchior teve a mesma percepção sobre o tema: “Achei complicado. Estávamos na expectativa de outros temas, pois o país passa por tanta situação ruim e foi escolhido um tema que não estava ‘tão em alta’”, ela tirou 440 pontos e informou que ainda não ingressou na faculdade. Verônica Moura disse que iniciou o curso de Educação Física, mas que os 540 pontos obtidos na redação do ENEM não foram usados para ingressar no curso.

Uma questão a se registrar refere-se à Tainara Paloma. Os três artigos escritos por ela são excelentes, pois conseguiu discutir assuntos polêmicos e urgentes na sociedade: aborto, abuso sexual e gravidez na adolescência, com argumentação sólida. Com esse fato, aliado ao que evoluiu no decorrer do processo, era de se esperar que ela alcançasse maior nota na redação do ENEM. Ela informou-me que tirara 580 pontos. Percebo que o questionamento feito pela Nathally no artigo ENEM X Opinião jovem traduza o que ocorreu com Tainara. Nathally escreveu: “Como escrever sobre algo que não se conhece?” Mesmo que tenha conseguido escrever muito bem os artigos, discutindo os assuntos sociais com profundidade, a falta de familiaridade com a temática da redação do ENEM 2019 foi preponderante para a nota que obteve. No formulário que distribuí, as perguntas “a) Gosta de cinema” e “b) Já foi a um cinema” ficaram sem resposta da aluna. Até o momento, segundo semestre de 2020, Tainara informou que não iniciou a faculdade e que no momento está trabalhando em uma loja.

Ana Késia, que tirou 620 pontos, afirmou conhecer pouco o tema e que esse fato a prejudicou. No formulário que respondeu, escreveu: “Eu achei muito complicado esse tema, pois pessoas que nunca tiveram acesso a cinema e nem conhecem sobre foram prejudicados, porque nem todas as cidades do Brasil tem cinema em sua cidade”. Atualmente, Ana faz o curso de Ciências Contábeis, como objetivava, e revelou que a nota que tirou na redação do ENEM a ajudou a ingressar na faculdade.

A mesma articulista que criara o artigo discutindo a escolha, Nathally Gabrielly, após receber a nota, mesmo tendo alcançado 800 pontos na redação, continuou com o ponto de vista de outrora sobre o tema do ENEM 2019: “Não gostei, foi um tema que

ninguém esperava, dentro de tantos temas realmente importantes escolheram esse completamente bobo”. A persistência do mesmo posicionamento revela que o artigo de opinião que escrevera não era uma desculpa antecipada pela nota baixa que poderia tirar, mas significa que realmente expôs o que pensava sobre o assunto. Atualmente, Nathally Gabrielly informou que está cursando faculdade, fazendo o curso de Estética e Cosmética, diferentemente do que desejava que era fazer Psicologia ou Direito. Segundo ela, a nota da redação do ENEM a ajudou a ingressar no curso.

Para concluir a reflexão acerca da construção da consciência social a partir da criação dos artigos de opinião, cito dois dos enunciados escritos pela Maria Fernanda: “Independência: morar sozinho” e “Somos todos iguais”. Embora tratem de assuntos distantes um do outro: o primeiro refere-se ao desejo jovem em ganhar a liberdade e o segundo foca a questão LGBTQIA+, eles têm em comum as marcas pessoais da articulista. Maria é impulsiva, crítica e questionadora. No decorrer do experimento didático-formativo, suas expressões corriqueiras eram: “Por quê”; “Não concordo” e, ainda, a onomatopaica “Huummm”. Seu estilo rebelde possibilitou tanto atuar na defesa da causa LGBTQIA+, como colocar-se favorável à liberação das armas. O que pode parecer contraditório, na verdade revela que a articulista, assim como os jovens de 17 anos, é um ser em construção, cujo processo acontece por muitas vertentes, logo é comum ter pontos de vista que denotam certa incoerência teórica.

No artigo “Independência: morar sozinho”, apesar de defender a liberdade de escolha do jovem, inicia-o chamando a atenção para as dificuldades inerentes ao objetivo. Diz que “Grande maioria dos jovens de hoje só anseia a uma coisa: a independência. Isso significa, principalmente, morar sozinho. Muitos não percebem que esse desejo implica outras questões, como a financeira principalmente”.

No decorrer dele, a articulista defende o direito de os jovens morarem sozinhos, mas não aponta apenas os benefícios. Seu discurso reafirma o direito, porém pondera que não são apenas benefícios, como nos trechos: “A questão de arrumarmos trabalho, alugar ou comprar uma casa ou um apartamento, pagar as contas, a alimentação, saúde e etc... é o nosso principal desafiador para darmos esse passo” e “Para termos nosso próprio lar, precisamos ter uma estabilidade emocional adequada, porque, com o fato de morar sozinho, se a pessoa não estiver bem de todas as fórmulas, a solidão chega junto, e acarreta estrago grande, como a depressão, ansiedade, cansaço psicológico, a preguiça, a tristeza entre outros pontos negativos. Por isso, precisamos acima de tudo nos conhecermos, para termos a certeza de que

estamos preparados para essa nova etapa”. Essa conduta discursiva da articulista demonstra avanço na construção da responsabilidade individual e social.

A estratégia persuasiva de defesa da independência foca dois públicos: os jovens que desejam a independência, representada pelo desejo de morar sozinhos, e a sociedade em geral, sobretudo os pais, cujos filhos são jovens. Para persuadir esse segundo público, usa argumentos como: “Mesmo com tantas adversidades, é direito, sim, de o jovem buscar conquistar sua liberdade”. Depois de ratificar de forma incisiva o que defende: “é direito, sim”, cria uma situação de causa e efeito para alcançar a adesão dos responsáveis que têm o poder de proibir ou liberar que os jovens morem sozinhos. Para isso, coloca a independência como causa da obtenção de responsabilidade e atitude: “Junto com a construção da independência, damos seguimento à formação da responsabilidade, da atitude, pois, como diz a frase do escritor Victor Hugo “Tudo quanto aumenta a liberdade, aumenta a responsabilidade”. Seu argumento envolve os leitores a fim de fazê-los observar os benefícios de os filhos morarem sozinhos, como a busca pela construção da responsabilidade e atitude, tão necessárias à vida de todos, sobretudo dos mais jovens.

Encerra seu artigo afirmando: “Mesmo que os pais sejam terminantemente contra; mesmo que Manoel de Barros tenha afirmado que ‘A minha independência tem algemas’; mesmo que a sociedade reprove; enfim, mesmo que muitos digam o contrário e não incentivem, ainda sim é importante ressaltar que cada um pode fazer a escolha que quiser”. Penso que quem cria um artigo dessa envergadura argumentativa avançou significativamente na formação da própria consciência social.

Em “Somos todos iguais”, defende as causas LGBTQIA+, sob a argumentação de que devemos amar e não julgar. Maria diz-se evangélica, o que explica o discurso religioso ser uma constante em seu artigo. Ela o usa tanto para se referir aos que não aceitam os homossexuais: “Muitos dos que criticam, descriminam, ofendem os homoafetivos o fazem por razões religiosas”, como para defender seu ponto de vista: “Essa postura religiosa contrasta com os ensinamentos de Jesus. Este nos ensinou o amor, ou seja, amar o próximo, não julgar”. Ao concluir seu raciocínio, continua com o expediente bíblico tanto para contrastar a visão de que a união entre pessoas do mesmo sexo é abominação e morte, como para ratificar seu posicionamento de aceitação, diz que o amor é mais forte que a morte e que a união entre homossexuais “não é para a morte, mas sim, como tudo deveria ser, para o amor”.

Os artigos da Maria são densos, de excelente conteúdo discursivo, com argumentos que se distanciam do senso comum. Suas colocações fogem das respostas fáceis. Prefere o embate, o que ainda não está posto, do ponto de vista social, certamente por isso seus enunciados são provocadores. Ela consegue tecer sua argumentatividade em contraste ao que muitos julgariam como assunto pacificado, logo busca a adesão dos leitores pela provocação discursiva. Talvez essa característica discursiva seja explicada pela nota que alcançou no ENEM 2019, 640 pontos. Com base nos artigos que escreveu, afirmo que sua consciência social dos fatos foi se formando à proporção que lia, discutia, escrevia e reescrevia, ou seja, na efetividade das práticas de linguagem. No início, Maria revelava-se muito desconfiada, certamente duvidando do que eu dizia. Aos poucos, percebi que fui ganhando a confiança dela, assim como a das demais alunas, o que possibilitou avançar na criação dos artigos.

Todos os enunciados são de alunas com 17 anos, à época em que foram escritos, ou seja, muito jovens para esperar que tivessem a atitude discursiva que tiveram ao criar os artigos de opinião. Embora jovens, os enunciados demonstraram (e demonstram) maturidade pessoal e social no contexto dos assuntos tratados. Afirmo que evoluíram a partir do processo do qual participaram. Com efeito, julgo que essa construção pessoal a que foram submetidos não retroage, pelo contrário, serve de base para expandir ainda mais a consciência social que cada uma tem sobre a realidade. Defendo que esse avanço foi possível pelo caráter dialógico e construtivo da linguagem materializada nos enunciados escritos. Os enunciados criados são a prova de que, ao escreverem-nos, se moveram em alguma medida do lugar em que se encontravam antes do experimento rumo a um avanço da consciência social. Como diz Amossy (2018, p. 42), ao se referir ao que postularam Bakhtin e Volóchinov:

Todo enunciado confirma, refuta, problematiza, posições anteriores, quer tenham sido expressas de modo preciso por um dado interlocutor, ou de modo difuso no interdiscurso contemporâneo. Tal é a consequência inevitável da natureza dialógica da linguagem, como bem demonstrou Bakhtin/Volóchinov.

O que explicita Amossy presenciei no experimento didático-formativo. À medida que definiam o assunto sobre o qual escreveriam, passavam a ler outros artigos sobre a questão e, por vezes, flagrei as alunas inquietando-se com o que liam, ora concordando, ora discordando, ou, ainda, perplexas com o que descobriam. Um exemplo foi quando a Tainara começou a ler sobre abuso sexual. Percebi sua revolta

ao ler o artigo “Ela atende vítimas de estupro no IML, de bebês de dias a senhora de 80 anos”, de Camila Brandalise, Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/09/30/sexologa-criminal-do-impl-ja-atendi-bebe-de-7-dias-a-senhora-de-80-anos.htm>. Nele ela descobriu histórias horríveis de violência sexual praticada pelos que deveriam dar amor e proteção e isso reforçou seu posicionamento contrário a todo tipo de abuso sexual e balizou sua argumentatividade. São ocorrências como essa que confirmam a explicação de Amossy, quando afirma que “Todo enunciado confirma, refuta, problematiza, posições anteriores”.

À luz da FL, já afirmei que a linguagem é social, que se constitui na dinâmica da vida e das ações humanas, ao mesmo tempo que constrói a realidade da qual fazem parte os sujeitos, assim, como explica Geraldi (2015, p. 76) [...] “com a língua, não representamos o mundo, mas construímos uma realidade sobre o mundo”. Os artigos foram surgindo de uma realidade preexistente, de situações exteriores, do diálogo com discursos vários, ao mesmo tempo em que as articulistas construía outras realidades advindas dos novos discursos que eram criados.

Essa possibilidade somente foi possível porque a linguagem com a qual trabalharam para escrever os enunciados não ser a representação da realidade, mas o instrumento que permitiu agir sobre ela, apreendendo o que ela traduz no contexto de conhecimento e cultura. Ao criar argumentos, significados, outros discursos, enfim, enunciados escritos que passaram a formar nova realidade, as alunas consignaram o que diz Geraldi (2015, p. 34) quando postula que:

A linguagem é condição *sine qua non* na apreensão e formação de conceitos que permitem aos sujeitos compreender o mundo e nele agir; ela é ainda a mais usual forma de encontro, desencontro, e confronto de posições porque é através dela que estas posições se tornam públicas. Por isso é crucial dar à linguagem o relevo que de fato tem: não se trata evidentemente de confinar a questão educacional à linguagem, mas trata-se da necessidade de pensá-la à luz da linguagem.

Com efeito, é imprescindível dar relevo à linguagem no contexto educacional, no sentido de fomentá-la, de modo amplo e responsável, nos alunos para que estes expandam suas potencialidades por meio dela. Se a linguagem permite ao homem compreender o mundo e nele agir, criando outras realidades, outros discursos, a resposta à escola quanto ao que trabalhar já está dada. Isso não significa prescindir das demais áreas do conhecimento, com seus conteúdos, atividades e relevâncias, em relação única e exclusivamente à linguagem, mas o de fazer confluírem todas as

áreas do conhecimento a partir dela, ou antes, a partir da efetividade das práticas de linguagem de falar, ouvir, ler, discutir, escrever e reescrever enunciados que traduzam o próprio conhecimento da disciplina.

Para isso ser possível, não há dúvidas de que é imprescindível ao docente refletir em qual perspectiva linguística embasa sua prática, com quais objetivos, ao quê e a quem atender. Com atitude reflexiva, certamente será capaz de promover um ensino cada vez mais profícuo de modo a potencializar o aluno a alcançar sua autonomia como cidadão para que, como sempre digo, seja autor de sua história e não objeto dela.

Em particular o ensino da linguagem, defendo que se deve pautar nas práticas de linguagem de leitura e escrita, sobretudo, aquelas que, de fato, num processo linguístico ininterrupto, as pessoas possam apreender os múltiplos conhecimentos, os quais possibilitam-lhes interagir, compreender e expressar aquilo que desejam. Por meio do trabalho com a linguagem em atividade, insisto, o aluno vai se construindo como cidadão e, em se constituindo, torna-se independente, capaz de decidir-se por si mesmo, combatendo atos e conceitos que flagrantemente reproduzem e intensificam a opressão, a exclusão, a injustiça. Nesta perspectiva, o ensino da linguagem caracteriza-se como constituidor da própria consciência social do sujeito, que o possibilita ser promotor de outras transformações pessoais e sociais.

O experimento didático-formativo realizado no processo investigatório confirma o trabalho com a linguagem como condição *sine qua non* quando o objetivo é formar a pessoa humana em todos os aspectos. O gênero artigo de opinião favoreceu a formação e expansão da consciência social, já que é essencialmente um gênero que dialoga com outros discursos, ora conflitantes, o que força o sujeito que o cria a tomar partido, construir argumentos que confirmem seu posicionamento e persuadam os interlocutores. Trata-se, como já afirmei, de um gênero social e polêmico por natureza, que potencializa tanto o que fala ou escreve como quem ouve ou lê a constituírem-se nas práticas de linguagem que realizam. Esse entendimento é confirmado pelo que expressou Geraldi (2015, p. 37):

Não é pelo silêncio e pela interdição que o novo se produz: é pelas enunciações (e novamente o processo interativo reaparece como lugar de produção) e pelo embate dos enunciados que se poderá contribuir para a construção de uma sociedade de sujeitos, sem adjetivos, fim último da educação que tem historicamente recusado a formação de unidade de consumo (e às vezes por acaso privilegiados produtores).

A consciência individual se constrói na interação com o universo cultural dos envolvidos no discurso criado ou em criação e isso ficou evidente no processo de construção dos enunciados argumentativos pelas alunas envolvidas na pesquisa. (VOLÓCHINOV, 2017). A interação, seja por meio das atividades realizadas, seja pelas leituras que fizeram, seja, ainda, por meio dos diálogos entre mim e elas ou entre elas, ocorridos em sala de aula, possibilitou que os artigos de opinião fossem criados e representassem grande riqueza discursivo-argumentativa. Essa interação no ato de escrever enunciados propiciou o que Faraco (2009, p.42) chama de “duplo movimento: como réplica ao já dito e também sob o condicionamento da réplica ainda não dita, mas já solicitada e prevista, já que Bakhtin entende o universo da cultura como um grande e infinito diálogo”.

Os enunciados criados se entrecruzaram com outros discursos e juntos possibilitaram, a um só tempo, a construção das que os produziram e, certamente, a dos leitores que foram persuadidos por elas, ou seja, a troca dialógica contribuiu para a formação da consciência social tanto das alunas que criaram os artigos, como, é possível, daqueles que os leram. Essa troca construtiva somente é possível porque o enunciado, segundo Petrilli (2013, p. 178,179), “Trata-se de uma entidade aberta, expressão em tornar-se da experiência concreta que é experiência da consciência plural, social, do contexto social com o qual o indivíduo único entra em relação e com o qual interage”.

Outro ponto que destaco, e que penso ter contribuído para a formação da consciência social, foi a publicação dos artigos no *Blog Jovem, Fala Sério!*. Com isso, as articulistas perceberam que passaram a fazer parte do grande diálogo discursivo promovido pelo gênero argumentativo. Compreenderam que seus discursos agiriam sobre outros, possibilitando-lhes conhecimentos para escreverem seus próprios enunciados. Elas assumiram uma posição, dialogaram com outros discursos, criaram argumentos que referendaram o posicionamento com vistas a persuadir os leitores. Com efeito, esse exercício atuou fundamentalmente para a formação da consciência social de cada uma delas.

Diante disso, afirmo que o experimento evidenciou que o ato de escrever, como atividade nuclear para o ensino da linguagem, é o caminho para a formação linguística, social e cidadã do sujeito, consequentemente para que a sociedade mude, como evidencia Bakhtin (2013, p. 16) “De fato, o principal objetivo de quem ensina

língua é levar o aluno a ler e a escrever com autonomia, tornando-se sujeito dessas duas atividades interligadas para a sua condição de cidadão”.

A realidade atual do trabalho com a linguagem precisa mudar sob pena de continuar a formar pessoas que não conseguem compreender além do que está escrito, do que é escutado e do que está diante dos olhos, tampouco criar enunciados escritos para expressar o que desejam. Praticar incessantemente atos de escrita em sala de aula é um ato político na medida em que, por meio deles, o sujeito tem possibilidade de alavancar seus conhecimentos acerca do mundo, dos acontecimentos, não apenas conhecê-los, mas entender por que eles acontecem e quais suas consequências na sociedade. Nesse contexto, criar enunciados é o próprio ato de construir a consciência social. É o próprio ato de amalgamar a vida social plena.

A linguagem é a maior criação humana e tem possibilitado ao sujeito ir se constituindo individual e socialmente a partir dos usos que faz dela. A escola não pode prescindir de trabalhá-la como fenômeno de natureza social, dinâmica e constitutiva. Ora, se ela é dinâmica, evolutiva no tempo e no espaço, é alterada pelos usos que os falantes fazem dela; se é social, está presente em todos os empreendimentos e relações de comunicação e interação humanos; se, enfim, atua na constituição da consciência social do sujeito, como demonstrei até aqui, por que e como ensiná-la devem partir dos usos que as pessoas fazem dela na vida em sociedade. No cotidiano, todos precisam falar, ouvir, interagir, dialogar, ler, reler, escrever, reescrever, portanto é preciso que o ensino parta dessas práticas de linguagem e compete à escola, a nós professores, ou seja, a todos diretamente envolvidos com o ato de educar a tarefa de efetivar a linguagem em atividade como prática recorrente do processo de ensino e de aprendizagem, com vistas à formação da consciência linguística e social dos alunos.

Por fim, pensar, criar e executar em sala de aula atividades que favoreçam os atos de fala, audição, interação, diálogo, leitura, releitura, escrita, reescrita, como as desenvolvidas no experimento didático-formativo, é condição *sine qua non* para que a prática docente desenvolva uma linguagem que, de fato, atue na formação integral do ser humano, formando sua consciência social. De outro modo, a prática docente continuará a focar a parte estática e estéril da língua, sua estrutura, distante da linguagem como fenômeno vital que é capaz de tornar o aluno autor de sua história e não objeto dela.

CONCLUSÃO

Este trabalho de investigação se arquitetou a partir da tese segundo a qual “a criação de artigos de opinião atua para a constituição da consciência social”, cujo objetivo se pautou em investigar como a criação de enunciados escritos propicia a constituição da consciência social do sujeito que escreve. Para concretizá-lo, executei a pesquisa bibliográfica e a de campo. As duas modalidades de pesquisa foram embasadas pelas contribuições de autores ligados à Teoria Histórico-Cultural, para a construção do material de estudo e efetivação do experimento didático-formativo; a Teoria da Argumentação, quanto ao estudo e construção do gênero artigo de opinião; e a Filosofia da Linguagem, com destaque para a relação pensamento–linguagem e o papel constitutivo da linguagem na constituição da consciência social do sujeito.

A linguagem, entendida sob a perspectiva da Filosofia da Linguagem, foi preponderante para a realização de todas as etapas da pesquisa. Penso que noutra perspectiva linguística, certamente o processo investigatório, bem como todas as ações a elas concernentes, não se realizaria, considerando os objetivos do trabalho e a tese aventada. Ela propiciou que o produto final – artigos de opinião – se materializasse pela ação das alunas. Nesse contexto, destaco o diálogo, que favoreceu (e obviamente favorece) a interação, o debate e a relação entre pesquisador e alunas e as alunas entre si, e a possibilidade de contato com outras vozes e discursos presentes nos enunciados, por meio das leituras realizadas.

Mobilizar três teorias em um mesmo trabalho, corre-se o risco da contradição, no entanto, as teorias com as quais trabalhei concorreram harmonicamente para a execução de todas as etapas da geração e análise dos dados. Todas elas – a THC, a TA e a FL, que postularam (e postulam) ações que intuíram a formação da pessoa humana, seja a partir da apreensão e do conhecimento teórico do objeto, da construção da argumentatividade, seja pela interação constitutiva promovida pela linguagem.

Inicialmente, como se nota no primeiro capítulo, aludi a questões metodológicas e teóricas da pesquisa, com destaque para o fazer científico nas ciências humanas. Para tanto expliquei como ocorreram os primeiros contatos formais para a realização da investigação, como também a interação com os envolvidos na pesquisa. Registro que a relação com o Diretor–Geral e sua equipe gestora e de apoio da escola em que se realizou o experimento foi muito positiva desde o início e não há dúvidas de que

esse fator colaborou para o êxito de todo o processo. Destaco também que a atuação do Diretor, professor Rosemar Erdmann, sempre flagrantemente motivadora e proativa, junto às alunas, sujeitos da pesquisa, propiciou um ambiente favorável à realização da pesquisa.

Nesta primeira parte, destaquei ainda a interação com as sete alunas. Desde o início, para agir com coerência teórica, considerei-as não como um grupo a que eu submeteria um experimento investigatório, mas como seres humanos com suas subjetividades, vivências e histórias. Essa minha conduta, para além de pesquisador, mas, como também, um ser que está em construção pelas ações de linguagem que realiza, fez com que a confiança, o respeito e as interações entre nós fossem se construindo. Hoje, posso dizer que as alunas Ana Késia, Gabriela Ribeiro, Gabriely Melchior, Maria Fernanda, Nathally Gabrielly, Verônica Moura e Tainara Paloma e eu, mesmo que distantes espacialmente, somos amigos e não há dúvidas de que elas também assim me consideram. Afirmo isso pela prevalência da relação que persiste entre nós, a partir dos diálogos efetivados nas redes sociais.

Depois de conhecidos as pessoas envolvidas no processo, relatei como aconteceu a criação do material utilizado no experimento didático-formativo, embasado nos postulados da THC. As atividades propostas no material visaram à apreensão do objeto artigo de opinião, bem como as questões que envolveram todo o processo de criação dos enunciados argumentativos. Coloquei-me como sujeito mais experiente e conduzi as ações de maneira a considerar o que os demais já conheciam sobre o gênero, o ato de escrever e de criar argumentos e com intuito de levá-los a uma maior aprendizagem, a fim de que alcançassem conhecer do objeto mais amplamente para criá-lo. Esse processo de apreensão e criação dos enunciados argumentativos escritos foi possível pela característica constitutiva, dialógica e interacional da linguagem.

Antes de se iniciar a exposição do experimento, em que ocorreu a geração de dados, julguei ser necessário expor cada uma das teorias presentes no trabalho, fazendo uma discussão explicativa acerca da atuação de cada uma em todo o processo investigatório. Acredito que dessa maneira a realização das ações no experimento didático-formativo, tanto minhas como pesquisador como as das alunas que criaram os artigos de opinião, e as posteriores análises dos resultados dessas ações seguiram o rigor teórico necessário à investigação científica.

O segundo capítulo referiu-se à realização do experimento em que as alunas tiveram contato com o gênero artigo de opinião e com as questões a ele ligadas. Quanto à construção da argumentatividade, elas reconheceram a linguagem, na perspectiva da FL, tal qual a abordamos, como fundamental para a definição de pontos de vista e criação de argumentos que os embasassem. Com essa compreensão da linguagem, foi possível a elas realizarem as atividades propostas no material de estudo, ao mesmo tempo em que reconheciam estar expandindo a própria capacidade de ver e conceber a realidade a partir dos assuntos que liam, refletiam e discutiam e sobre os quais escreveram os artigos de opinião.

Destaco que, assim como a FL, a Teoria da Argumentação, principalmente pelos ensinamentos de Perelman, Olbrechts-Tyteca e Amossy, ao defender a argumentação no discurso, sustentou e consolidou as ações de linguagem – práticas de leitura, discussão, interação e escrita – desenvolvidas com vistas à criação de enunciados argumentativos escritos que levassem os leitores a aderirem ao posicionamento defendido pela articulista, a fim de orientar a visão deles para a apreensão do real, como muito bem esclarece Amossy (2018, p. 273), ao afirmar que “Estudar argumentação no discurso é explorar a maneira pela qual a palavra oral ou escrita age sobre o outro, ora levando-o a tomar uma posição, ora orientando sua visão do real”.

O estudo da argumentação foi fundamental para possibilitar às alunas compreenderem como construir argumentos com finalidade persuasiva, capazes de obter a adesão dos leitores ao ponto de vista defendido sobre um assunto. No capítulo, mostrei como os enunciados iam sendo construindo, ou seja a evolução da escrita a partir das versões de parágrafos criados. Digo que, no capítulo em tela, os recursos e as estratégias argumentativo-persuasivos foram criados e, à medida que liam, refletiam, debatiam, escreviam e reescreviam, era flagrante a melhoria na qualidade da argumentatividade e dos artigos.

Além do processo de criação dos enunciados, no mesmo capítulo, também expus e expliquei como ocorreram as ações de correção, finalização e publicação dos artigos de opinião no *Blog Jovem*, *Fala Sério!* e no jornal *Extra* de Rondônia. Ao todo, foram publicados 17 artigos no Blog, sobre os mais variados assuntos presentes na realidade. Concomitante à realização das práticas de linguagem que culminaram com a criação dos artigos, percebi a evolução das alunas envolvidas. A cada parágrafo escrito, discutido e reescrito, a cada artigo pronto e publicado, não se tratava mais da

mesma pessoa, pois a compreensão da linguagem e a noção da realidade e das questões que a cercam estavam mudando nos sujeitos, portanto a consciência social de cada uma também estava se expandindo de forma mais célere.

No penúltimo capítulo, foquei a exposição e análise dos enunciados argumentativos sob a luz da FL e da TA. Nessa parte, foi possível expor detalhadamente as estratégias e os recursos criados nos enunciados escritos, bem como a força e atuação deles na persuasão dos leitores. Todos os artigos foram discutidos a partir da linguagem como atividade nuclear da argumentatividade: a questão do *ethos* e do *pathos* no discurso, a ideologia presente no signo, a palavra e sua força significativa, o uso das figuras de linguagem, com destaque à analogia, na construção persuasiva e, por fim, debati o diálogo com outras vozes, outros discursos presentes na argumentação.

No capítulo, por vezes fiz menção à força persuasiva das estratégias e recursos criados pelas articulistas, comparando à situação do início do processo de escrita, momento em que elas apresentaram muitas dificuldades, tanto na escrita em si, no conteúdo do que escrever e, principalmente, na organização das ideias a serem materializadas nos enunciados. Como se nota, houve grande desenvolvimento delas em todos os sentidos: na apreensão do gênero, na mobilização da linguagem escrita com objetivo persuasivo, no diálogo com outros discursos e com eles concordar ou deles discordar, na compreensão de que todos devem ter um posicionamento e defendê-lo, como fizeram, e, enfim, na criação de artigos de opinião sobre assuntos, de cuja discussão a sociedade não se pode prescindir. O legado desse crescimento foi ter possibilitado a elas apreender e construir novos conhecimentos que certamente são e serão usados em benefício próprio e coletivo.

No último capítulo, ratifico que a tese de a criação de artigos de opinião atuou para a constituição da consciência social é verdadeira, e discuto como e o que fazer para que, de fato, a prática docente favoreça a atuação da linguagem como constituidora do ser humano. A defesa que faço gira em torno da efetivação das práticas de linguagem em sala de aula, principalmente pelos professores de linguagem.

Do decorrer do capítulo final, questiono o ensino da linguagem a partir de sua organização interna, sua língua, em defesa de um ensino que concebe a linguagem como um processo social, do qual todos fazem parte. À medida que discuto, vou provando o que digo a partir do que presenciei no percurso do experimento, pelas

respostas à avaliação que as alunas fizeram sobre o processo de criação de enunciados argumentativos escritos e, ainda, com trechos dos artigos criados por elas.

Defendo que a prática do ato de escrever seja uma atividade recorrente no contexto escolar, de maneira que os alunos passem a criar enunciados, a partir da efetivação de outras práticas: atos de escuta, de fala, de leitura, de interação com outros discursos e de reflexão sobre eles. Chamo à atenção para o fato de que a prática docente precisa pôr a linguagem no centro do desenvolvimento do ensino. Quando chegar esse momento, afirmo que cada um terá dado passo importante na formação do sujeito.

Com respaldo do saldo da investigação, advogo em favor da relação entre a formação da consciência social e o ato de escrever, o qual é efetivado a partir da realização de outras práticas de linguagem. Desse modo, penso que a escrita de enunciados é a mais complexa e completa ação do trabalho com a linguagem, portanto promotora da construção, configuração e reconfiguração da consciência social do ser humano.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suárez. **A Arte de Argumentar: Gerenciando Razão e Emoção**. – 8. ed. Ateliê Editorial: São Paulo, 2009.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Trad. Angela Maria da Silva Corrêa (et al). São Paulo: Contexto, 2018.

AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Pires e Moisés Olímpio Ferreira. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n.1, p 129-144, 2011.

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ANTUNES. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

AQUINO, Orlando Fernández e LOPES, Lívia Mara Menezes. A base orientadora da ação: seu uso intencional na formação de conceitos de língua portuguesa. *In* **Educativa**. Goiânia, v. 19, n. 2, p. 562-585, maio/ago. 2016.

ARENA, Dagoberto Buim e Adriana Pastorello Buim Arena. Mikhail Bakhtin: rastros de vida, rastros de obras. *In* **Ensino desenvolvimental**: vida, pensamento e obra dos principais representantes russos: livro III / Roberto Valdés Puentes / Andréa Maturano Longarezi, organizadores. Uberlândia, MG. Edufu e Paco Editorial, 2019.

ARENA, Patrick Sériot e Volochínov: um encontro crítico. *In* Rev. **Humanidades**, v. 32, n. 1, p. 40-46, jan./jun. Fortaleza: 2017

BAGNO, Marcos. 1999. **Preconceito linguístico** – o que é, como se faz. São Paulo: Ed. Loyola.

BAJARD, Élie. **Caminhos da escrita: espaços de aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2002.

BAKHTIN, Mikhail (1895 – 1975). **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 1ª ed., 2016.

BAKHTIN, **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão; rev. trad. Marina Appenzeller. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRAIT, Beth e MELO, Rosineide de. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. *In*: BRAIT, Beth (Org.) **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 5º ed. 4ª reimpressão, 2017.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, Vozes, 2006.

COLELLO, Sílvia de Mattos Gasparian. **A escola que (não) ensina a escrever**. 2ªed. Revisada – São Paulo: Summus, 2012.

COSTA, Marcos Antônio. Estruturalismo. In: MARTELOTTA, M.E. (Org.) et al. **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.

DAVÍDOV, Vasili Vasilievich. **Problemas do ensino desenvolvimental** – A experiência da pesquisa teórica e experimental na psicologia. (Problems of developmental Teaching – The experience of theoretical and experimental psychological research. Soviet Education, Ago. vol. XXX, nº. 8). Tradução de José Carlos Libâneo e Raquel A. M. M. Freitas. 1988.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e diálogo**: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FIORIN, José Luiz. Argumentação e discurso. **Bakhtiniana**. São Paulo, Número 9 (1): 53-70, Jan./Jul. 2014.

FREITAS, Raquel Aparecida Marra da Madeira. Pesquisa em didática: o experimento didático formativo. In: **X Encontro de Pesquisa em Educação** da ANPED Centro-Oeste: Desafios da Produção e Divulgação do Conhecimento. Uberlândia, 2010. v. I. p. 1-11.

GAIO, Roberta; CARVALHO, Roberto Brito de; SIMÕES, Regina. Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão. In: GAIO, Regina. (org.). **Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento**. Petrópolis, Vozes, 2008.

GARCEZ, Lucília. **Técnicas de redação**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GERALDI, João Wanderley. (org.) **O Texto na Sala de Aula**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011.

GERALDI, João Wanderley. **A aula como acontecimento**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015.

GERALDI, João Wanderley. **Ancoragens – estudos bakhtinianos**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de Passagem**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 5. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

JAKUBINSKI, Lev. **Sobre a fala dialogal**; tradução Dóris de Arruda Carneiro da Cunha, Suzana Leite Cortez – 1. ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

KLEIMAN, Ângela. **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. 1995.

LEFFA, Vilson J. O texto em suporte eletrônico. **DELTA**: São Paulo, v. 17, p. 121-136, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010244502001000300008&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 06 nov. 2020.

LAVILLE, Christian e DIONE, Jean. **A Construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução de Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. — Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMQ 1999.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONE, Mariana de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. — São Paulo: Atlas, 2010.

LEONTIEV, Alexis. **O Desenvolvimento do Psiquismo**. Ed. Horizonte Universitário, 2004.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

LYONS, John. **Linguagem e Linguística**: uma introdução. Rio de Janeiro: LCT, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PERELMAN, Chaim. **Tratado da Argumentação** – a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERROTTI, Edmir. **Confinamento cultural**: infância e leitura. São Paulo, Summus, 1990.

PETRILLI, Susan. **Em outro lugar e de outro modo**. Filosofia da linguagem, crítica literária e teoria da tradução em, em torno e a partir de Bakhtin. São Carlos: Pedro e João Editores, 2013.

PONTOS de Vista: **Caderno do Professor**: orientação para a produção de textos / [Equipe de produção: Ana Paula Severiano, Egon de Oliveira, Eliana Gagliardi, Heloísa Amaral]. São Paulo: Cenpec – Coleção da Olimpíada, 2019. Disponível em: <https://www.escrevendoofuturo.org.br/blog/especial-artigo-de-opiniao>. Acesso em 25 julho de 2019, às 14h32min.

PONZIO, Augusto. **No Círculo com Mikhail Bakhtin**. São Carlos: Pedro e João, 2016.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras, 1996/2003.

PAULINELLI, Maysa de Pádua Teixeira. Retórica, argumentação e discurso em retrospectiva. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 14, n. 2, p. 391-409, maio/ago. 2014.

Poço, O. Direção: Galder Gaztelu-Urrutia. Espanha. Netflix. Duração: 94 min. Ano: 2019

ROCHA, Regina Braz da Silva Santos. **O ensino da escrita argumentativa na perspectiva dialógica**. Bakhtiniana, São Paulo, 7 (1): 199-218, Jan./Jun. 2012

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: uma abordagem de Bakhtin. (p.152 - 183) *In*: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-Roth, Désirée (orgs.). **Gêneros**: teorias, métodos. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIGNIFICADO de Blog. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/blog/>>. Acesso em 10 de agosto de 2019, às 9h35min.

SILEPSE. Disponível em: <https://www.soportugues.com.br/secoes/estil/estil8_2.php>. Acesso em 10 de maio de 2020, às 15h20min.

SOBRAL, Adail. Ato/atividade e evento. *In*: BRAIT, Beth (Org.) **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 5º ed. 4ª reimpressão, 2017.

SOBRAL, Adail. Ético e estético: na vida, na arte e na pesquisa em Ciências Humanas. *In*: BRAIT, Beth (Org.) **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 5º ed. 4ª reimpressão, 2017.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de linguística geral. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 24ª ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2002.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VOLÓCHINOV, Valentin. **A Construção da Enunciação e Outros Ensaios**. São Carlos: Pedro e João editores, 2013.

VOLÓCHINOV, **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34, 1ª ed., 2017.

WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da linguística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. Aprendizagem e desenvolvimento na idade escolar. *In*: VYGOTSKY, Lev Semenovich.; *et al.* **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 7. ed. São Paulo: Ícone/EDUSP, 2001, p. 103 - 117.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. Obras Escogidas. **Psicologia infantil**. vol. iv. Madrid: Visor, 2006.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **Sete aulas de L.S. Vigotski sobre os fundamentos da pedologia**. Organização e tradução de Zoia Prestes, Elizabeth Tunes; tradução Cláudia da Costa Guimarães Santana. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2018.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A Construção do Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Material de Estudo



MATERIAL DE ESTUDO

Quando as pessoas não sabem falar ou escrever adequadamente sua língua, surgem homens decididos a falar e escrever por elas e não para elas.

(Wendell Jhonson)

1 Identificação

Pesquisador – Moisés José Rosa Souza

Sujeito Colaborador/a - _____

1ª aula

- Apresentação e explicação iniciais
- A escrita – origens, importância e funções

A escrita – origem, importância e funções

Como já se sabe, este trabalho é sobre escrita, ou seja, sobre a criação de textos escritos. Para iniciarmos, vamos refletir e discutir sobre esta prática de linguagem a partir do que já sabemos sobre o assunto e, em seguida, a partir dos textos citados abaixo. Vamos lá.

Se a linguagem é a maior das invenções humanas, a escrita é a maior conquista da civilização, motivo pelo qual ela marca o início da história da humanidade. Graças às suas características, a escrita promove uma ruptura com o espaço (interlocução a distância), como o tempo (permanência do texto como portador autônomo) e com as exigências dialógicas primárias da interlocução (intercâmbio na ausência do outro), ampliando indiscutivelmente os limites da existência humana, (COLELLO, 2012, p. 16 e 19). (Grifos nossos)

A escrita é o resultado do ato de escrever, ou seja, do ato de registrar em palavras a realidade material, imaginada ou sentida. Ela surge inicialmente como desenhos, imagens... entre os sumérios, a cerca de 3.000 a.C. na Mesopotâmia. Posteriormente, em torno de 1.500 a.C., há o surgimento da escrita na China e a cerca de 300 a.C. na Mesoamérica. Desde sua invenção, a escrita passou por muitas transformações, mas como antes, continua, essencial para o registro de todas as atividades humanas.

A criação da escrita proporcionou uma ferramenta poderosa, pois, diferente da fala, e por seu caráter permanente, ela atravessa o tempo e o espaço, logo podemos saber hoje o que se escreveu há milhares de anos. Podemos citar como exemplo, os escritos sagrados da bíblia que, como se sabe, mudaram (e ainda mudam) o rumo da história.

A conquista humana do domínio da técnica da escrita alarga incomensuravelmente, no tempo e no espaço, os horizontes de nossas possibilidades interativas, e por isso mesmo da constituição de nossas consciências (GERALDI, 1996, p. 100).

No ato da escrita, evidenciam-se inúmeros fatores envolvidos. São, Geraldi (2015), além de condições, de instrumentos e de sujeitos envolvidos, o processo depende de conhecimentos prévios oriundos, sobretudo, das interações, seja por meio de leituras, debates ou outro aspecto, linguísticas estabelecidas entre o eu escrevente e os outros interlocutores.

[...] por mais que se tenham inventado técnicas, por mais que se tenham mobilizado linguagens diversificadas para a assimilação do saber, por maior que possa ser a crise do escrito na era individual, a realidade é que, nas condições atuais, o conhecimento formal não consegue prescindir do escrito (PERROTTI, 1990, p. 74, *apud* BAJARD, 2002, p. 62).

Pode-se concluir, portanto, que a escrita é uma das mais importantes invenções humanas. Tempo afora, ela contribuiu para o desenvolvimento social, intelectual e humano do homem, por possibilitar o registro, a absorção e a propagação do conhecimento histórico-culturalmente construído pela humanidade.

2ª aula

▪ Texto – Enunciado – Discurso

Texto – é uma construção linguística com sentido advindo dos aspectos da vida, da cultura, das ideologias em que se forma e circula. O texto é considerado o próprio *lugar* da interação entre interlocutores que, dialogicamente, o constroem e, ao mesmo tempo, são construídos por ele.

Enunciado – é a unidade real da linguagem verbal que nasce na inter-relação discursiva. É sempre uma resposta a outros enunciados socialmente presentes.

Ora, a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados que a vida entra na língua (BAKHTIN, 2016, p. 16).

O centro organizador de qualquer enunciado (está) no meio social que circunda o indivíduo (VOLÓCHINOV, 2017, p. 216).

Discurso – é a manifestação linguística que expressa ideias, crenças, princípios, valores, ideologias e significados presentes nos textos. As concepções sociais, filosóficas, econômicas, religiosas, políticas são expressas por meio de discursos que representam a visão de mundo de cada indivíduo, ou seja, o modo de conceber e construir a realidade, pois “Discurso é a língua *in actu*” (BAKHTIN, 2016, p. 117).

Atividade

É o fim do mundo

(...) Considero o casamento entre homossexuais o fim do mundo. Homossexual é um anormal. O casamento entre eles é uma anormalidade dupla. Aceitá-lo é uma ofensa à sociedade. O homem e a mulher foram criados com uma certa destinação. Estão destinados à procriação. Crescei e multiplicai-vos, diz a Bíblia. Como é que dois homens juntos vão crescer e se multiplicar? O homossexualismo sempre existiu, mas nunca foi aceito. Hoje eles são aceitos porque fazem parte das minorias. Então traficante também tem que se aceite, porque também é minoria. O homossexual é um viciado (...). (Newton Cruz)

Sonhar é Preciso

Nós somos do tamanho dos nossos sonhos. Há, em cada ser humano, um sebastianista louco, vislumbrando o Quinto Império; um navegador ancorado no cais, a idealizar 'mares nunca dantes navegados'; e um obscuro D. Quixote de alma grande que, mesmo amesquinhado pelo atrito da hora áspera do presente, investe contra seus inimigos intemporais: o derrotismo, a indiferença e o tédio.

Sufocado pelo peso de todos os determinismos e pela dura rotina do pão-nosso-de-cada-dia, há em cada homem um sentido épico da existência, que se recusa a morrer, mesmo banalizado, manipulado pelos veículos de massa e domesticado pela vida moderna. É preciso agora resgatar esse idealista que ocultamente somos, mesmos que D. Sebastião não volte, ainda que nossos barcos não cheguem a parte alguma, apesar de não existirem sequer moinhos de vento. Senão teremos matado definitivamente o santo e o louco que são o melhor de nós mesmos, senão teremos abdicado dos sonhos da infância e do fogo da juventude; senão teremos demitido nossas esperanças.

O homem livre num universo sem fronteiras. O nordeste brasileiro verde e pequenos nordestinos, risonhos e saudáveis, soletrando o abecedário. Um passeio a pé pela cidade calma. Pequenos judeus, árabes e cristãos, brincando de roda em Beirute ou na Palestina. E os vestibulandos, todos, de um país chamado Brasil, convocados a darem o melhor de si no curso superior que escolheram. Utopias? Talvez sonhos irrealizáveis de algum poeta menor, mas convicto de que nada vale a pena, se a alma é mesquinha e pequena. (Vestibulando da Fuvest)

Bilhete complicado

O Gumerindo, quando jovem, era daqueles cavalheiros à moda antiga, que gostava de tudo certinho e no seu devido tempo. Namorava uma linda donzela, por quem estava realmente apaixonado.

Um dia, quando fazia uma viagem de negócios, Gumerindo entrou em uma loja e comprou um presente para a namorada: finíssimo par de luvas de pelica. Só que na hora do embrulho, a balconista se enganou e colocou na caixa uma calcinha de renda, e o pacote foi despachado pelo correio com o seguinte bilhete:

"Estou mandando este presente para fazer-lhe uma surpresa. Sei que você não usa, pois nunca vi usar. Pena não estar aí para ajudá-la a vestir. Fiquei em dúvida com a cor, no entanto a balconista experimentou na minha frente e me mostrou que esta era a mais bonita. Achei meio larga na frente, mas ela me explicou que era para a mão entrar mais fácil e os dedos se mexerem bem. Você não deve lavar em casa por recomendação do fabricante. Depois de usar, passe talco e vire do avesso para não dar mau cheiro. Espero que goste, pois este presente vai cobrir aquilo que vou lhe pedir muito em breve. Receba um afetuoso abraço do seu Gumerindo". (Marcos Vinícius Ribeiro)

Respeito à individualidade

Manifesto meu apoio porque respeito à individualidade. Respeito o direito de as pessoas buscarem a própria felicidade e terem seus direitos assegurados. No caso do contrato civil entre pessoas do mesmo sexo, o objetivo é estender aos homossexuais alguns direitos básicos da cidadania. Pessoas que moram juntas por anos, com o falecimento de um dos parceiros, o outro não tem direito à Previdência ou aos bens do falecido. Por quê? Não há explicação razoável, a não ser o preconceito. (Vicente Paulo da Silva)

3ª aula

▪ A argumentação

O ato de argumentar na escrita

Argumentar é uma atividade peculiar ao ser humano e envolve reflexão e organização lógica do pensamento. Consiste em relacionar fatos, dados, estudos a partir de construções linguísticas coerentes para sustentar uma opinião ou tese sobre um determinado assunto. Visa convencer, persuadir, levar o outro (leitor) a seguir uma linha de raciocínio e a concordar com ela.

A argumentação está presente na vida cotidiana e profissional de qualquer indivíduo “de fato, é durante conversas cotidianas que a argumentação tem mais oportunidade de exercer-se” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 44) e opera para que este seja capaz de avaliar assuntos, acontecimentos e situações da vida moderna e tomar decisões mais racionais; assim, a lógica é tornar-se um cidadão mais consciente e participativo.

Globalmente, pode-se dizer que há argumentação quando uma tomada de posição, um ponto de vista, um modo de perceber o mundo se expressa sobre um fundo de posições e visões antagônicas, ou tão somente divergentes, tentando prevalecer ou fazer-se aceitar (AMOSSY, 2018, p. 42).

Segundo Amossy (2006), o que resulta do homem é quase sempre da ordem do verossímil, do opinável, do plausível, ou seja o que ele apreende e formula racionalmente não como verdade absoluta, mas como algo possível. Nesse território, em que a verdade absoluta não pode ser garantida, a argumentação encontra seu lugar, permitindo ao homem desenvolver raciocínios e interagir com os outros, convencendo-os ou aceitando seus argumentos. Essa tese encontra respaldo em (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 1) quando afirmam que “o campo da argumentação é o do verossímil, do plausível, do provável”.

[...] a argumentação não é um raciocínio abstrato *per se*, menos ainda uma demonstração efetuada em termos de lógica formal, mas um discurso que se desenvolve numa situação de comunicação, implicando, ao menos, dois parceiros. Discursiva e dialógica a argumentação modela os modos de ver e de pensar por meio de processos que colocam em jogo tanto a imagem que os parceiros da troca têm um do outro quanto os pré-construídos culturais (premissas, representação, *topoi*...) sobre os quais se funda a troca (AMOSSY, 2018, p. 29).

Não há dúvidas de que o ato de argumentar evidencia como atividade imprescindível para o exercício da cidadania de que o indivíduo lança mão para participar ativamente da vida em sociedade, seja tendo os argumentos aceitos ou contestados; seja aceitando ou contestando argumentos de outros.

Qual é a finalidade da argumentação? Transformar o pensamento do outro. Para isso, é necessário levar em consideração esse pensamento para transformar, não para impor. É o diálogo que permite regular a vida coletiva em uma sociedade democrática. Assim, o aluno tem que desenvolver autonomia de opinião. A argumentação é onipresente na vida social. Quando se conta uma fábula, que tem uma moral, o texto é narrativo, mas a finalidade é argumentativa. Do mesmo modo, o diálogo entre a raposa e o lobo também pode ser argumentativo. Então, o trabalho sobre a argumentação pode incluir

uma reflexão sobre o que é a dialética, o raciocínio lógico, a persuasão (DOLZ, 2016, p. 14).

Enfim, pode-se dizer que o ato de argumentar é uma forma de o indivíduo estar no mundo, de participar da dinâmica da vida, interagindo com os outros, convencendo-os sobre algo, e, ao mesmo tempo, sendo afetado pelos argumentos contrários. No processo argumentativo, os indivíduos constroem ou refutam posicionamentos, valores, crenças, relações sociais...; ou seja, estabelecem modos de conceber e de viver a vida em sociedade e, assim, vão se constituindo como cidadãos porque “A argumentação é uma ação que tende sempre a modificar um estado de coisas preexistentes” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 61).

Atividade

a) Em dupla, discutam e registrem, nas linhas abaixo, que benefícios uma sólida argumentação pode trazer.

b) Para cada proposta, escreva pelo menos três argumentos defendendo seu ponto de vista acerca do assunto dado.

Aulas aos sábados

- Eu sou contra/a favor haver aulas aos sábados porque

Casamento entre pessoas do mesmo sexo

- Eu sou contra/ a favor do casamento entre pessoas do mesmo sexo porque

Redução da maioridade penal

- Eu sou contra/ a favor da redução da maioridade penal porque

- Defina o assunto _____

- Eu sou contra/a favor da/o _____

porque _____

4ª aula

▪ Gênero artigo de opinião – definição, características e funções

Artigo de Opinião

Em nossa vida estamos sempre interagindo, conversando com as pessoas sobre os acontecimentos do cotidiano. Frequentemente emitimos nossa opinião e temos que defendê-la com bons argumentos. Isso ocorre no bate-papo após um jogo de futebol, na discussão durante um noticiário da TV, na conversa sobre um programa de fim de semana ou algum assunto ou evento que esteja em voga.

Dar opinião oralmente sobre os mais diversos assuntos em situações informais é algo corriqueiro, que fazemos quase sem sentir ou pensar. Há situações de comunicação, porém, que são mais formais. Um exemplo são os debates, na televisão, entre candidatos a cargos públicos, sobre seus projetos de governo em época de campanha eleitoral. Esses debates devem ser cuidadosamente planejados, pois argumentos mal sustentados podem significar até mesmo a derrota na eleição. Mas as opiniões não se restringem à fala – elas também podem, e devem, ser dadas por escrito. Jornais, revistas, *blogs* publicam textos em seus editoriais com a finalidade de discutir um assunto presente na atualidade. Esses textos são chamados de artigos de opinião.

Artigo de opinião é um gênero jornalístico argumentativo escrito publicado em jornais, revistas e em *blogs*, sempre assinado por um articulista, que é uma autoridade no assunto ou uma pessoa de representatividade social. A função social do artigo é, basicamente, a de abrir, manter e alimentar o debate sobre questões relevantes de interesse público. Isso faz desse gênero um veículo para a construção de soluções e um excelente meio para o exercício da cidadania.

Ao escrever um artigo, o articulista parte de uma questão polêmica de relevância social, criada em torno de um fato que foi ou está sendo notícia. Sem questão polêmica não existe artigo de opinião. A questão gera discussões porque há pontos de vista opostos sobre o assunto. Por isso, o articulista, ao escrever, assume uma posição, defende-a com argumentos e dialoga com diferentes pontos de vista que circularam sobre a polêmica. Por essa e outras razões, esse gênero é um importante instrumento para a formação do cidadão. Aprender a lê-lo e a escrevê-lo contribui para desenvolver a capacidade de participar, com argumentos convincentes, das discussões sobre as questões relevantes que nos cercam. Esse processo de formar opinião sobre assuntos que afetam, positiva ou negativamente, as pessoas, pode contribuir para que o indivíduo se constitua como cidadão, ou seja, para a construção de sua consciência.

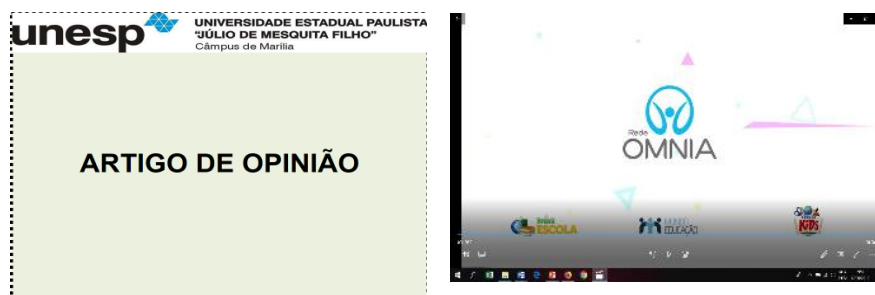
Enfim, o Artigo de Opinião é um gênero textual comumente requisitado em exames de vestibulares e concursos públicos de uma forma geral e tem por finalidade a exposição do ponto de vista acerca de um determinado assunto. Portanto, é imprescindível incorporá-lo aos nossos conhecimentos e, sempre que necessário, colocá-lo em prática.

Quanto à estrutura do Artigo de Opinião, existem várias possibilidades de organizar um artigo de opinião, porém, didaticamente, podemos recorrer à seguinte estrutura e elementos.

- apresentação da questão (assunto) a ser discutida;
- explicitação da tese (posicionamento assumido);
- criação de argumentos que sustentem o posicionamento;
- exposição de posição ou posições contrárias;
- retomada da posição assumida e exposição de argumentos que refutam a posição contrária;
- intervenção (possibilidades de negociação e sugestões);
- conclusão (ênfase no posicionamento defendido).

Atividade

Vamos acompanhar os slides e assistir ao vídeo sobre o gênero artigo de opinião.



Exemplos de artigo de opinião

A natureza já não se defende. Vinga-se!

Um dos maiores paradoxos atuais da humanidade é zelarmos tanto pela saúde e bem-estar de nossos filhos e pouco nos importamos com a qualidade de vida daqui a 30 ou 50 anos. “A terra não nos pertence. Ela foi emprestada de nossos filhos”, advertia um cacique indígena americano, há mais de um século. Ademais, torna-se insensato e irônico: nós, humanos, que nos proclamamos inteligentes, somos os únicos – os únicos – a promover o desequilíbrio natural.

Existe uma relação direta entre as agressões ao ambiente e aos cataclismos provocados pela natureza injuriada. Conforme estimativa da Organização das Nações Unidas (ONU), o aquecimento global tem provocado, a cada ano, 150 mil mortes e prejuízos de 70 bilhões de dólares. Em relação a 2005, a ONU também catalogou 360 desastres ambientais, dos quais 259 foram creditados à elevação da temperatura na Terra. O agravamento foi de 20% sobre o ano anterior.

A Mãe Natureza é, a um só tempo, primitiva e nobre ao agir. É agradecida com quem a trata bem, além de ser espontaneamente dadivosa, bela e vivificante. Porém, pedagógica, ou sabe ser vingativa aos 6.5 bilhões de terráqueos: se alterarem o equilíbrio natural, eu os arruíno” - diria ela. “A sobrevivência de toda humanidade está em perigo. É o momento de sermos lúcidos. De reconhecer que chegamos ao limite do irreversível, do irreparável”, adverte o Comunicado de Paris, assinado por representantes de 40 países, reunidos em fevereiro deste ano.

Não há mais o benefício da dúvida. O ser humano é o principal indutor do efeito estufa, de furacões, tufões, secas, inundações, incêndios. De fato, a Terra lança gritos agônicos por meio dos quais clama por uma atitude não apenas compassiva, mas também proativa. Não

basta que haja uma consciência ambiental. Não basta condoer-se com a morte dos ursos polares.

A bem da verdade, o planeta será salvo não apenas pelos governos ou ONGs nem pela nossa compaixão, mas pelas ações concretas de cada ser humano.

É preciso agir. Mesmo fazendo pouco, como o fabulativo beija-flor: “Era verão e o fogo crepitava feroz na floresta. Sobressaltados, os animais se dividiram. Alguns fugiram para o grande rio que permeava a floresta; outros se puseram a debelar o incêndio. Um beija-flor, nas suas idas e vindas, apanhava uma minúscula porção de água e arremessava sobre as chamas. O obeso elefante, mergulhado no rio para proteger-se do fogo, perguntou ao beija-flor:

– Meu pequeno pássaro, o que fazes? Não vês que de nada serve a tua ajuda?

– Sim, respondeu o beija-flor, mas o importante para mim é que estou fazendo a minha parte!”.
(Jacir Venturi - *Jornal Folha de Londrina*)

Deficientes, feios e pobres

Esse mundinho de criar frase politicamente correta para os excluídos ou injustiçados é mais que hipocrisia. É idiotizante. Querem transformar negros em afrodescendentes. Índios em nativos. Deficientes físicos em portadores de necessidades especiais. Tudo isto não passa de uma forma que os politicamente corretos acharam para tentar esconder que - mesmo com o pomposo nome de portadores de necessidades especiais - os deficientes físicos continuam sem acesso, sem respeito e sem poder exercer plenamente sua cidadania.

Tenho um irmão cadeirante (que anda de cadeira de rodas, um paraplégico TA) - aviso logo, antes que digam que estou comentando algo que eu não entendo. E não é uma terminologia pomposa que o vai dignificar ou mudar a situação de exclusão em que vive, mesmo rodeado de pessoas que o apoiam e o ajudam a ultrapassar obstáculos tanto físicos quanto psíquicos. Os prédios não dão acessibilidade, os taxistas fazem cara feia e não param, os ônibus não estão adaptados e as pessoas, em vez de tratarem o deficiente físico como um cidadão, acabam os classificando como coitadinhos ou os rodeando de uma pena irritante.

Entre eles mesmos, os cadeirantes se divertem os colocando apelidos e chamando sem ardeios ou hipocrisia por suas deficiências. E nós, tendo um em nossa família, aprendemos que essa história de palavras politicamente corretas não passam de uma cortina para esconder as graves falhas da sociedade com quem é diferente, feio, aleijado, pobre, de cor... Não importa se chamamos de puta, garota de programa, mulher da vida ou qualquer terminologia politicamente correta. O que importa é se este politicamente correto é só da boca para fora ou estamos carregados de preconceito ou exclusão.

Não interessa se o cadeirante é paraplégico, aleijado, deficiente ou portador de necessidades especiais. Importa é o engenheiro construir rampas, o taxista parar e dobrar sua cadeira no porta- malas, o prédio público ter banheiros adaptados e os meios-fios adaptados.

Jamais iremos construir um mundo sem exclusão achando que buscando palavras politicamente corretas estamos acionando uma varinha de condão para incluir e dar acessibilidade aos deficientes ou mudando a mentalidade de quem discrimina e exclui. Só vamos mudar a realidade de quem está em desvantagem em relação aos que se acham normais permitindo que os portadores ou deficientes de toda espécie exerçam sozinhos seu direito de ir e vir, sintam-se cidadãos plenos e possam viver sem ser tratados como coitadinhos, que precisam de pena e dó para que as leis sejam respeitadas. (Jessé de Souza – jornalista)

5ª aula

▪ A vida em sociedade – o papel de cada indivíduo

Como exercer a cidadania ativamente

Até agora, lemos e discutimos sobre o gênero argumentativo artigo de opinião. Como vimos, nos textos lidos, estava registrado que:

“Aprender a lê-lo e a escrevê-lo contribui para desenvolver a capacidade de participar, com argumentos convincentes, das discussões sobre as questões relevantes que nos cercam. Esse processo de formar opinião sobre assuntos que afetam, positiva ou negativamente, as pessoas, pode contribuir para que o indivíduo se constitua como cidadão, ou seja, para a construção de sua consciência”.

Mas para começar refletir e discutir os assuntos que estão em voga na sociedade em alto nível e depois poder escrever sobre eles, ou seja, participar da vida em sociedade de forma ativa, é necessário que o indivíduo tenha conhecimento de algumas questões que, inevitavelmente, estão ligadas aos assuntos do universo discursivo. Saber, por exemplo, o que é ser cidadão, o que significa cidadania, conhecer os deveres e direitos das pessoas; os modelos e tipos de sociedade, bem como as várias concepções sócio-político-ideológicas presentes na atualidade é imprescindível para discutir os temas e escrever sobre eles. Esse entendimento certamente vai possibilitar aceitar ou refutar argumentos, bem como direcionar e sustentar posicionamentos na discussão e escrita de um assunto.

Povo e Cidadão

Costuma-se entender **Povo** como o conjunto de indivíduos ligados ou pertencentes a um determinado território por um vínculo chamado nacionalidade. No conceito jurídico de povo, estão incluídos os brasileiros natos e naturalizados. Distingue-se do conceito de população, pois neste incluem -se, além dos natos e naturalizados os estrangeiros e os apátridas.

Já Cidadão demoniza-se como o habitante de uma cidade, ou o **indivíduo que convive em sociedade e que tem** direito à liberdade, à vida, à propriedade e à igualdade perante a lei. É, em suma, ter garantido seus direitos civis e poder participar das decisões da sociedade, ser votado, votar e possuir direitos políticos. Quando o cidadão tem consciência e passa a exercer seus deveres e direitos para com a nação, ele está praticando a **cidadania**.

Cidadania vem do latim *civitas*, que quer dizer cidade. Na Grécia antiga, considerava-se cidadão aquele nascido em terras gregas. Em Roma a palavra cidadania era usada para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos que essa pessoa tinha ou podia exercer. Enfim, ser cidadão significa praticar cidadania, ou seja, ser parte ativa da vida em sociedade. Segundo Dalmo Dallari: “A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo”.

Democracia

Democracia é o regime político em que a soberania é exercida pelo povo. A palavra democracia tem origem no grego *demokratía* que é composta por *demos* (que significa povo) e *kratos* (que significa governo/poder). Neste sistema político, o poder é exercido pelo povo, portanto todas as importantes decisões políticas estão com o povo, que elege seus representantes por meio do voto. É um regime de governo que pode existir no sistema presidencialista, cujo presidente é o maior representante do povo, ou no sistema

parlamentarista, em que há, além do presidente eleito, o primeiro ministro que toma as principais decisões políticas.

A democracia tem princípios que protegem a liberdade humana e baseiam-se no governo da maioria, associado aos direitos individuais e das minorias. Uma das principais funções da democracia é a proteção dos direitos humanos fundamentais, como as liberdades de expressão, de religião, a proteção legal, e as oportunidades de participação na vida política, econômica, e cultural da sociedade.

Podemos dividir o princípio democrático em Democracia direta e Democracia representativa. É Direta quando o povo expressa sua vontade por meio do voto direto. É Representativa quando o povo exprime sua vontade elegendo representantes que tomam as decisões em nome dele.

Autocracia

A palavra autocracia vem do grego e significa governo por si próprio. É um regime político em que as leis e decisões são baseadas nas convicções de um governante ou de um grupo. Na autocracia, o poder do líder é absoluto e ilimitado, e o governo acaba por ter suas políticas confundidas com as ações pessoais do autocrata, como uma personalização do poder.

Um exemplo moderno do regime autocrático é o governo ditatorial alemão de Adolf Hitler. Durante o período em que Hitler governou, as decisões políticas eram exclusivamente de caráter pessoal do ditador, baseadas em suas crenças sobre uma Alemanha superior.

Diferenças entre Democracia e Autocracia

	Democracia	Autocracia/Ditadura
Modelo de eleições	- eleições são diretas: o próprio povo vota e escolhe o governante e seus representantes	- eleições indiretas, em que os governantes são escolhidos por um colégio eleitoral ou, simplesmente, não há eleição
Tipo de Estado	- Estado é democrático	- o Estado é autoritário e totalitário
Divisão de poderes	- divisão de poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário são independentes	- os poderes são concentrados na mão de uma só pessoa ou grupo
Proteção de direitos	- Estado democrático protege e assegura direitos	- os direitos são frequentemente desrespeitados
Ação Popular	- manifestações são comuns em uma democracia, logo as pessoas são livres para se expressarem sem a repressão do Estado	- há censura ou impedimento de manifestações populares, notícias ou qualquer tipo de veiculação contrária aos seus ideais

No campo político-ideológico, o que é ser de esquerda? E ser de direita, o que é?

Esquerda e Direita são posições ideologias políticas diferentes. De forma geral, podemos dizer que a esquerda tem princípios mais revolucionários e a direita, mais conservadores.

Os termos "direita" e "esquerda" surgiram como designações políticas nas assembleias francesas do século XVIII, durante o segundo período da Revolução Francesa (1789-1799). Na assembleia para criação da nova Constituição, os partidários do Rei não quiseram ficar do lado esquerdo, perto daqueles que eram mais pobres e a favor da revolução. Optaram, assim, por sentar do lado direito. Desde então, a Esquerda ficou associada à ideia de luta pelos direitos do povo e dos trabalhadores enquanto a Direita ficou associada aos mais tradicionais e conservadores que querem manter o poder da elite.

Diferenças entre a esquerda e a direita

Ideologias	Esquerda	Direita
Políticas		
Estado	- defende um Estado maior, que tenha o papel de fazer da sociedade um lugar de oportunidades, ou seja, garantir que todos os cidadãos tenham direitos iguais	- defende um Estado menor (Estado Mínimo) e permite espaço para a iniciativa individual, ou seja, cada indivíduo deve ser responsável por garantir as suas oportunidades
Política econômica	- defende a igualdade de renda, maiores taxas de imposto para os ricos, gastos governamentais em programas sociais e de infraestrutura	- defende a redução dos impostos e menor regulamentação das empresas. Prega que aqueles que têm capacidade e privilégios para ganhar devem ser livres para fazê-lo
Políticas públicas	- defende que o governo garanta o bem-estar social e, por isso, os seus gastos são altos	Defende a redução de gastos do governo e de seus programas assistencialistas
Filosofia	Progressista – defende a legalização do aborto, a pesquisa com células-tronco; geralmente apoia o casamento homossexual, as leis contra a discriminação, a descriminalização das drogas	Conservadora - geralmente atua contra o aborto, a pesquisa com células-tronco e, em geral, luta contra o casamento homossexual, a favor da liberação do porte de armas e da redução da maioridade penal
Quem são?	- geralmente são progressistas, ambientalistas, socialdemocratas, libertários socialistas, socialistas, comunistas, anarquistas...	- geralmente são liberais, neoliberais, econômico-libertários, conservadores, reacionários...

Liberalismo

O **liberalismo** é uma ideologia político-econômica baseada na organização da economia em linhas individualistas. Defende a economia de mercado, segundo a qual existe um equilíbrio natural decorrente da lei da oferta e da procura, o que reduz a necessidade de intervenções (Teoria do Estado mínimo) e, ainda, a propriedade privada dos bens de produção e a garantia de funcionamento da economia a partir do princípio do lucro e da livre iniciativa, o que valoriza o espírito empreendedor e competitivo. Desde o início, o liberalismo defende a existência do Estado laico, recusando a intervenção da Igreja nas questões políticas, e não-intervencionista.

O criador dessa teoria foi Adam Smith, economista britânico, que defendia a tese segundo a qual a geração de riqueza está no potencial de trabalho individual sem ter o Estado como regulador e interventor. O ponto fundamental é o fato de que todos os agentes econômicos são movidos por um impulso de crescimento e desenvolvimento econômico, que poderia ser entendido como uma ambição ou ganância individual, que no contexto macro

traria benefícios para toda a sociedade, uma vez que a soma desses interesses particulares promoveria a evolução generalizada, um equilíbrio perfeito.

Neoliberalismo

Neoliberalismo é uma **redefinição do liberalismo clássico** e pode ser uma corrente de pensamento e uma ideologia, ou seja, uma **forma de ver e julgar o mundo social** em um movimento intelectual organizado, em que se realizam reuniões, conferências e congressos. Esta teoria baseada no liberalismo nasceu nos Estados Unidos da América e teve como alguns dos seus principais defensores Friedrich August e Milton Friedman.

Na política, neoliberalismo é um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a total liberdade de comércio, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. Seus defensores pregam a não intervenção do governo no mercado de trabalho, a política de privatização de empresas estatais, a livre circulação de capitais internacionais e ênfase na globalização, a abertura da economia para a entrada de multinacionais, a adoção de medidas contra o protecionismo econômico, a diminuição dos impostos e tributos excessivos etc. Esta teoria econômica propunha a utilização da implementação de políticas de oferta para aumentar a produtividade e indicava como forma essencial para melhorar a economia local e global era reduzir os preços e os salários.

No campo educacional, o neoliberalismo defende: modernização da escola, adequação do ensino à competitividade do mercado internacional, incorporação das técnicas e linguagens da informática e da comunicação, abertura da universidade aos financiamentos empresariais, pesquisas práticas, utilitárias, produtividade. Porém, de acordo com a vertente neoliberal, a educação não é incluída no campo social e político, e sim integrada no mercado. Assim, alguns dos problemas econômicos, sociais, culturais e políticos abordados pela educação são muitas vezes transformados em problemas administrativos e técnicos. Uma escola-modelo deve conseguir competir no mercado. O aluno passa a ser visto como consumidor do ensino, enquanto o professor fica conhecido como um funcionário treinado para capacitar os seus alunos a se integrarem no mercado de trabalho.

Capitalismo e Socialismo

O capitalismo e o socialismo correspondem a dois tipos distintos de sistemas político-econômicos.

O capitalismo é um sistema econômico, cujo principal objetivo é o lucro e a acumulação de riquezas, por meio dos meios de produção. Essa acumulação de capital e de lucro favorece quem tem dinheiro, logo dá liberdade para criação de empresas por parte dos indivíduos, mas cria classes sociais muito distintas e conseqüentes desigualdades sociais.

No sistema capitalista, os meios de produção e de distribuição são de propriedade privada e o maior esforço deste processo está nas mãos dos trabalhadores, chamados de proletariados. Eles executam grande parte das atividades de trabalho coletivo para que os donos das empresas alcancem o lucro; o acúmulo de rendimentos (lucro) tanto pode ser concentrado como distribuído, mas depende da vontade de cada empresa ou sociedade. O capitalismo é dominante no mundo ocidental desde o final do feudalismo.

O socialismo tem como base a socialização dos meios de produção, o bem comum a todos e a extinção da sociedade dividida em classes. Nesse sentido, o socialismo é contrário a propriedade privada dos meios de produção, defende os direitos dos trabalhadores, o controle do Estado na economia e divisão igualitária da renda.

O principal pensador do socialismo foi Karl Marx, para ele esse regime surgiu a partir do capitalismo e seus meios de produção, tendo seu controle desempenhado pelo proletário, assim dando origem ao comunismo que corresponde a uma sociedade sem governo, polícia, forças armadas entre outros, além de não possuir classes sociais e economia de mercado.

6ª aula

1. Em dupla, procurem identificar e destacar ao lado as partes que o compõem o artigo abaixo, considerando:

- apresentação da questão (assunto) a ser discutida;
- exposição de posição contrária;
- explicitação da tese (posicionamento assumido);
- intervenção;
- criação de argumentos que sustentam a tese;
- conclusão (ênfase no posicionamento defendido).

Carne, um vilão ecológico

Há duas maneiras de olhar o mundo e os impactos que o homem provoca nele. A primeira, capitalista, por ser uma visão míope e devastadora, impede de ver que os recursos naturais são destruídos em curto prazo, como se não houvesse futuro. A segunda visão, essa merece uma reflexão mais profunda, é a longo prazo, onde se percebe que o resultado da primeira, na maior parte das vezes, é irreversível.

É fato que as atividades humanas, principalmente no século XX, foram responsáveis pelas alterações do clima no planeta, e provocam o superaquecimento da Terra. Segundo estudos publicados pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a comida atual da humanidade, à base de carne, se tornou uma das grandes fontes depreciativas e poluidoras do meio ambiente.

Todo o processo de produção e consumo de carne de boi, peixe, frango ou porco, dentre outras, é responsável pela poluição do ar, do solo e da água, quando aplicado sem respeito ao meio ambiente. Os animais são grandes emissores de gases poluentes, além das áreas de recursos naturais que são devastadas para criá-los.

É inegável que a maior parte do crescimento da criação bovina no Brasil se dá à custa da destruição das florestas. O especialista em ecoturismo, João Meirelles Filho, autor de "O livro de Ouro da Amazônia" diz que o boi é a principal razão da destruição dos ecossistemas brasileiros. Foram 93% da Mata Atlântica, 80% da Caatinga, 50% do Cerrado e 18% da Amazônia, devastados para essa função.

Além de poucas vantagens coletivas na atividade bovina, é um péssimo empregador. Poucos cuidam de milhares de cabeças de gado, altamente lucrativas para um segmento, e prejuízo para a natureza. Anualmente, mais de 20 bilhões de metros quadrados da Floresta Amazônica são derrubados para plantio de grãos, seguido da criação de pasto. Segundo dados do IBGE (2000), no Brasil o número de cabeças de gado praticamente ultrapassa a população, são mais de 200 milhões de bovinos. Quase

70% da pecuária é representada por bovinos, a maioria para corte, outra parte, para leite. Foi estimada uma emissão em torno de 9,2 milhões de toneladas de metano, gás liberado pelos animais, que polui até 21 vezes mais do que o gás carbônico, provenientes da pecuária.

Dos gases que formam a camada do efeito estufa, 18%, vêm da criação bovina e suína. Segundo a FAO, cerca de 37% das emissões globais de metano e 65% de óxido nitroso, gases poluentes dezenas de vezes superior ao gás carbônico, surgem dessas atividades. Uma vaca chega a produzir 600 litros/dia de metano. Há país que esse número chega até 700 litros, devido à fermentação do alimento recebido.

Atualmente, a questão ética se passa, fundamentalmente, pela postura do consumidor ao adquirir produtos ecologicamente corretos. Ambientalistas, ecologistas e climatólogos apontam a importância do consumo consciente na alimentação à base de carne, como forma de poluir e degradar menos.

Quase metade das terras propícias para agricultura, no planeta, já virou pasto. Cerca de 35% de todos os grãos produzidos mundialmente são destinados à ração bovina, quantia que supriria a fome nos países pouco desenvolvidos, carentes de alimentos. Mas parece que é a fome que é ilícita e ignorada, em detrimento do delírio mercantilista de poucos.

Mato Grosso, econômica e politicamente, tem títulos internacionais como maior parque pecuário do país e grande produtor de grãos. Na primeira visão, a do velho paradigma de ganho, isso pode ser sinônimo de riqueza e desenvolvimento. Mas para quem? Para quantos? Por quanto tempo? Talvez seja o momento de uma profunda reflexão a longo prazo, preservar e conservar mais, sem poluir tanto.

Pense no impacto dos próximos anos em que o planeta terá de suportar 9 bilhões de pessoas, se não houver uma mudança ecológica nos hábitos alimentares. Sem radicalismos, mas isso merece um repensar individual e coletivo. Mais que uma questão de saúde, é uma atitude ambientalmente correta. Qual a sua visão? É em curto ou em longo prazo? Isso é o que pode fazer você agir diferente, e seus filhos viverem melhor.

Jair Donato, consultor - *Life Coach* -, professor universitário, especialista em gestão de pessoas e qualidade de vida

7ª aula

▪ Artigo de opinião – exposição do assunto e criação da tese

Atividade

Depois de conhecer artigo de opinião, ler alguns deles, conhecer suas partes constituintes, é hora de começar a construí-lo. A partir do assunto dado, crie um parágrafo expondo o assunto sobre o qual se vai escrever e formule uma tese a ser defendida. Antes de escrever, além do textos motivadores, pesquise outras fontes para construir o parágrafo,

ou seja, busque informações sobre os assuntos propostos com o propósito de aprofundar a discussão.

Proposta 1 - Casamento entre pessoas do mesmo sexo

Desde que a Resolução n. 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) entrou em vigor, obrigando os cartórios a realizarem casamento entre casais do mesmo sexo, milhares de casamentos homoafetivos foram feitos no Brasil.

Proposta 2 - Redução da maioridade penal

Hoje, no Brasil, a legislação prevê a imputação de crime a uma pessoa acima de 18 anos. Em 19 de agosto de 2015, a Câmara dos Deputados aprovou em segundo turno a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) nº 171/93, que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos nos casos de crimes hediondo (estupro ou latrocínio), homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte. Porém o texto ainda não está em vigor. O que você pensa sobre reduzir a maioridade penal para 16 anos?

Proposta 3 – Eleger um assunto que faça parte da realidade dos sujeitos da pesquisa

Da 8ª a 35ª aula

- Definição do assunto do artigo de opinião e discussão
- Pesquisa e leitura de textos sobre o assunto definido
- Escrita de artigo de opinião pelos sujeitos da pesquisa
- Reescrita dos textos produzidos
- Publicação dos artigos de opinião no *blog*

No período compreendido entre 27 de setembro a 02 de dezembro, produziremos artigos de opinião sobre os assuntos definidos. Nesse período, também ocorrerão leituras e correções dos textos pelo pesquisador, discussão com o autor do texto e reescrita com a finalidade de melhorar o artigo. À medida que os textos forem sendo produzidos e avaliados como passíveis de publicação, serão publicitados no *blog*.

É importante que, após a definição do assunto sobre o qual se vai escrever, os sujeitos pesquisem textos que tratem do assunto escolhido e os leem com a finalidade de buscar informações e expandir o conhecimento sobre o que se vai escrever.

Encerramento

- Avaliação do experimento pedagógico pelos sujeitos envolvidos no processo – alunos e pesquisador

Ao término do experimento pedagógico, será feita uma avaliação pelos sujeitos participantes da pesquisa e pelo pesquisador. O objetivo é que todos os envolvidos se expressem sobre o processo de estudo e criação de artigos de opinião e avaliem, em que medida, as ações realizadas contribuíram para o desenvolvimento como cidadãos.

Textos Anexos

Sou contra a redução da maioridade penal

A brutalidade cometida contra dois jovens em São Paulo reacendeu uma fogueira: a redução da idade penal. Algumas pessoas defendem a ideia de que a partir dos dezesseis anos os jovens que cometem crimes devem cumprir pena em prisão. Acreditam que a violência pode estar aumentando porque as penas que estão previstas em lei, ou a aplicação delas, são muito suaves para os menores de idade. Mas é necessário pensar nos porquês da violência, já que não há um único tipo de crime.

Vivemos em um sistema socioeconômico historicamente desigual e violento, que só pode gerar mais violência. Então, medidas mais repressivas nos dão a falsa sensação de que algo está sendo feito, mas o problema "59 piora. Por isso, temos que fazer as opções mais eficientes e mais condizentes com os valores que defendemos.

Defendo uma sociedade que cometa menos crimes e não que puna mais. Em nenhum lugar do mundo houve experiência positiva de adolescentes e adultos juntos no mesmo sistema penal. Fazer isso não diminuirá a violência. Nosso sistema penal como está não melhora as pessoas. O problema não está só na lei, mas na capacidade para aplicá-la.

Sou contra porque a possibilidade de sobrevivência e transformação destes adolescentes está na correta aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lá

estão previstas seis medidas diferentes para a responsabilização de adolescentes que violaram a lei. Para fazer bom uso do ECA é necessário dinheiro, competência e vontade.

Sou contra toda e qualquer forma de impunidade. Quem fere a lei deve ser responsabilizado.

Mas reduzir a idade penal é ineficiente para atacar o problema. Problemas complexos não serão superados de modo simplório e imediatista. Precisamos de inteligência, orçamento e, sobretudo, de um projeto ético e político de sociedade que valorize a vida em todas as suas formas. Nossos jovens não precisam ir para a cadeia. Precisam sair do caminho que os leva até lá. A decisão agora é nossa: se queremos construir um país com mais prisões ou com mais parques e escolas.

Renato Roseno

A favor da redução da maioridade penal

No dia 31 de março, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que pretende reduzir a maioridade penal de 18 para 16 anos. Pela primeira vez, um órgão parlamentar reconhece que a matéria não afronta a Constituição e pode continuar sua tramitação no Congresso Nacional, permitindo ampliar o debate sobre essa questão tão delicada e polêmica.

Concordo com o parecer da CCJ da Câmara. A redução da imputabilidade penal, hoje fixada em 18 anos pelo Artigo 228 da Constituição, pode ser alterada por emenda à Carta, uma vez que não está entre os direitos e garantias individuais elencados no Artigo 5º, esses, sim, imutáveis.

Superada a questão da constitucionalidade, trata-se, agora, de discutir o mérito da proposta. Deverão os delitos cometidos por jovens entre 16 e 18 anos, independentemente de sua gravidade, do grau de discernimento e periculosidade de seus autores, serem sancionados tão somente pelas medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entre as quais a internação por no máximo três anos? Ou será preciso buscar uma maior correspondência entre as condições do delito e a gravidade das punições?

Faz um ano, um jovem brasileiro matou sua namorada com um tiro no rosto, pretextando ciúmes. Filmou o assassinato com o celular, compartilhou as imagens nas redes sociais e ocultou o cadáver. Faltava apenas um dia para ele completar 18 anos. Preso no dia seguinte, foi julgado com base no ECA e será posto em liberdade quando completar 21 anos, sem que nada conste em sua folha de antecedentes. Caso o crime tivesse ocorrido um dia depois, já aos 18 anos, não escaparia de uma condenação com base no Código Penal por homicídio muitas vezes qualificado. Poderia permanecer no cárcere por 30 anos.

Fatos como esse, ainda que felizmente não sejam frequentes, exigem maior adequação do sistema penal aos dias de hoje. Por que, então, a redução para 16 anos? A partir dos 16 anos, o jovem vota se quiser, seu testemunho é aceito em juízo e pode ser emancipado, inclusive sem consentimento dos pais, se tiver economia própria. O Direito brasileiro reconhece, assim, que a partir dos 16 anos o adolescente tem condições de assumir a responsabilidade pelos seus atos.

Por isso é legítimo o debate que se abre agora: redução pura e simples da idade-limite para a aplicação da lei penal para os 16 anos (nos termos da proposta da Câmara dos

Deputados) ou a redução da maioria penal apenas em casos de excepcional gravidade, conforme emenda que apresentei ao Senado.

Reconheço os riscos de legislar sob o clamor público e, justamente por isso, apresentei, ainda em 2012, quando o assunto não estava estampado nas manchetes, uma PEC que oferece um “caminho do meio” a essa discussão. Minha proposta mantém a regra geral da imputabilidade aos 18 anos, mas permite sua redução em casos excepcionais, mediante uma criteriosa análise do juiz e do Ministério Público, perante a Vara da Infância e da Juventude. Chamo essa análise de “incidente de desconsideração da imputabilidade penal”

Dessa maneira, diante de uma denúncia envolvendo um menor de 18 e maior de 16 anos, que tenha cometido uma infração capaz de ser enquadrada como crime hediondo ou múltipla reincidência de lesão corporal grave e roubo qualificado, o juiz fará, a partir de um pedido do promotor de justiça, uma avaliação, mediante exames criteriosos e laudos técnicos de especialistas, do grau de discernimento sobre o caráter ilícito do seu ato. Em caso afirmativo, o juiz da Infância e da Juventude poderia decretar a sua imputabilidade e aplicar a ele a lei penal. Condenado, o menor, acima de 16 anos, somente poderia cumprir a sentença em estabelecimento especial, criado especificamente para o cumprimento de penas por esse tipo de criminoso juvenil, isolado dos demais presos comuns.

Trata-se de uma solução intermediária e prudente, pois reconhece, a um só tempo, a evolução da sociedade moderna e um problema efetivo de criminalidade envolvendo menores. Minha PEC não foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado por uma escassa maioria, o que revela quanto o Legislativo está dividido. Alguns senadores e eu recorremos ao Plenário, onde minha PEC ainda será apreciada, desde que o presidente Renan Calheiros cumpra seu compromisso de submetê-la à votação. Apesar do calor da emoção, não podemos admitir que argumentos radicalizados impeçam o debate. Dizer que a redução da maioria penal afronta garantias fundamentais e cláusulas pétreas é interpretar a Constituição com visão limitada, fugindo ao debate pela saída mais conveniente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei justa e generosa, ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção. Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica. Os poderes públicos, inclusive o Judiciário, estão em dívida com a sociedade por conta da inobservância do estatuto em sua integralidade.

Reconheço que a punição não é o único remédio para a violência cometida pelos jovens. Evidentemente, políticas sociais, educação, prevenção, assistência social são medidas que, se aplicadas no universo da população jovem, terão o condão, efetivamente, de reduzir a violência. Mas, em determinados casos, é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

ALOYSIO NUNES FERREIRA é senador pelo PSDB de São Paulo. Formado em Direito, foi ministro da Justiça em 2001 e 2002. Disponível em:

<https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/04/favor-da-reducao-da-maioridade-penal.html>.

Acesso em 13 de junho de 2019.

A favor do casamento homoafetivo

Antes de explicar minha opinião favorável a respeito do casamento entre pessoas LGBTs, um fato precisa ficar bem claro: as lutas travadas já há tanto tempo pela comunidade LGBT – da qual muito orgulhosamente faço parte – nada têm a ver com vitimismo ou com a busca por uma "superioridade", como alguns insistem em categorizá-las. Muito pelo contrário, nossa luta é por justiça social. Nossa luta é em busca do fim de uma era que já demorou para acabar em que somos obrigados a contribuir com os mesmos deveres que todo cidadão deste país e recebemos, em contrapartida, direitos pela metade. Tendo isso esclarecido, posso prosseguir.

Eu sou absolutamente a favor do casamento LGBT. O mais interessante é que eu nem mesmo penso em casar – ao menos não por enquanto. Eu seria a favor mesmo que não fosse LGBT e o motivo é muito simples e nada muito ideológico. Nossa constituição diz sermos todos iguais em direitos e deveres perante a lei. Contudo, a comunidade LGBT tem figurado na parte mais baixa da balança de desigualdade de direito desde sempre neste país. Perguntas simples: por que é que na hora de pagar meus impostos eu devo pagar o mesmo que qualquer cidadão hétero e na hora de casar com quem eu bem entender meu direito seria negado? Seriam as condutas que fogem do padrão hétero normativo realmente tão marginalizadas se nossas leis seguissem a premissa de corresponderem à ordem de um Estado realmente laico? O direito ao casamento entre LGBTs realmente interfere tanto assim na sociedade a ponto de causar a ira e o ódio amplamente difundidos e que geram até mesmo crimes contra nossa comunidade? Nós temos as respostas a todas essas perguntas. Essas respostas dão base à nossa luta (quase ganha) por direito ao casamento igualitário. Entretanto, essas perguntas parecem ser ignoradas por tanta gente que prefere disseminar o ódio passional arraigado na cultura cristã ao invés de agir racionalmente e ponderar que justiça social se faz com direitos iguais a TODOS.

Aproveito o espaço para dizer que nossa luta está longe do fim. Para garantirmos direitos iguais num país onde as minorias sociais ainda são tão postas à margem, é preciso que se criem leis específicas que garantam a essas minorias um princípio básico da sobrevivência em sociedade – a dignidade. É impossível que atinjamos a igualdade de direitos enquanto qualquer integrante da comunidade LGBT não possa sair na rua sem se preocupar com a possibilidade de voltar para casa vivo ou não apenas pelo fato de ser quem é.

Lucas Peresin, jornalista

Contra o casamento homoafetivo

Antes de falar em casamento gay, é importante saber o que é e para que serve o casamento. O matrimônio tem duas finalidades: a satisfação do interesse individual, seja por qual razão for — amor, dinheiro, sexo e por aonde mais andar a fantasia humana — e o interesse comunitário, que se orienta para a fundação da família. Um é a pura fruição individual, o outro, a doação social. Essas duas finalidades, embora de tendências contrárias, coexistem em todo casamento. São elas que garantem tanto a felicidade dos nubentes quanto à sobrevivência da comunidade. O casamento entre dois cônjuges está sempre aberto à participação de um terceiro elemento, a prole, que é o representante da sociedade no matrimônio. Por meio desse terceiro, o casal se liga a outra família, e esta união gerará uma terceira família, e assim por diante. Essa responsabilidade social é historicamente o fundamento da relação duradoura de que necessitam a prole e a comunidade (já que os interesses imediatos dos cônjuges podem mudar como mudam as estações) e a fonte dos chamados direitos de família.

Sob esse ponto de vista, a expressão casamento gay é apenas figura de linguagem, pois os cônjuges, pela natureza da união, estão impedidos de ir além da mera fruição individual do parceiro. Além disso, sem a complementariedade sexual entre homem e mulher, não há razão objetiva para a união se limitar a duas pessoas. Sem seu fundamento social, o "casamento gay" poderia ser contraído entre duas, três, 11 pessoas, em infinitas combinações.

Se a coabitação homossexual for equiparada, jurídica e socialmente, ao casamento, as infinitas combinações matrimoniais e seus desdobramentos jurídicos criariam o caos em questões como guarda de filhos, herança, divórcio, pensão, benefícios sociais e trabalhistas, planos de saúde etc, tornando o fundamento último do direito o poder discricionário do Estado. Sem garantias definidas a priori, uma vez que o legislador não teria mais um fundamento real sobre o qual construir o edifício jurídico, o direito se torna a vontade do Estado. E o que havia surgido como uma reivindicação por mais direito e liberdade se converte no aumento do poder estatal sobre os indivíduos e na consequente perda de autonomia da comunidade. É mais um engodo da modernidade e da mentalidade burguesa, que oferecem um direito nominal e aparente a um grupo para obter um maior controle real sobre a sociedade.

O casamento gay, portanto, é uma das estratégias para realizar o sonho do tirano fascista Benito Mussolini: "Tudo no Estado, nada contra o Estado, e nada fora do Estado".

Silvio Grimaldo, sociólogo e editor da Vide Editorial

O Acerto do Bolsa Família

Faz tempo, o flagelo da evasão escolar vem sendo denunciado. Ministros discursavam, alarmados porque metade dos alunos do primeiro ano abandonava a escola. Daí a ideia de dar às famílias uma mesada, para que mantivessem seus filhos estudando. O governo atirou no que viu e nasceu o Bolsa Escola. A intenção foi a melhor possível. Mas o programa padeceu de um pecado original: quando criado, praticamente já não havia evasão. Com uma modesta participação minha, P. Fletcher e Costa Ribeiro demonstraram que, já nos anos 70, a evasão no primeiro ano não era metade, mas menos de 1% da turma. Existia um erro clamoroso na leitura das estatísticas. Quando começou o Bolsa Família, a evasão entre 7 e 14 anos já estava se aproximando de 3%. Portanto, não havia como fazer grande coisa, pois o flagelo já estava quase extinto. De fato, o impacto do programa sobre a evasão foi mínimo.

Mas o programa, rebatizado de Bolsa Família, acenou no que não viu – e de forma espetacular. Quem acompanha o assunto sabe das dificuldades crônicas de dar dinheiro aos pobres, sem perdas, sem custos administrativos astronômicos e identificando as famílias certas. Ao usar a escola como âncora para o programa, resolve-se um problema antigo, de forma robusta e eficiente. É preciso entender que o Bolsa Família não foi um coelho magicamente tirado da cartola, de um dia para o outro. Pelo contrário, foi o coroamento de muitos anos de amadurecimento da capacidade técnica do governo. Antes de tudo, foi uma proeza estatística e houve muita criatividade gerencial. Uma comissão municipal identifica a família beneficiária e confirma que se enquadra no programa. Como os favorecidos são claramente identificados, qualquer um pode denunciar abusos. Cria-se automaticamente uma conta de banco (para a mãe) e emite-se, então, um cartão magnético permitindo retirar o dinheiro mensalmente.

Vários estudos cuidadosos já foram realizados (cito aqui dados de André Portela). Como se previa, o impacto sobre a evasão é minúsculo, pois oito anos de Bolsa Escola aumentam a frequência em apenas 0,2 ano. As mães participantes são obrigadas a exames pré-natais e vacinas, mas o impacto sobre saúde e nutrição também é ínfimo.

O impacto sobre trabalho infantil é inconclusivo. Mas isso tudo é detalhe diante do resultado espetacular de distribuir recursos para 29 milhões de pessoas, ajudando a tirá-las da pobreza – uma das façanhas festejadas no país e reconhecidas no exterior. Um dos aspectos mais notáveis do programa é ser muito barato, consumindo 0,5% do PIB. Em contraste, o programa de transferências para idosos e inválidos, somado ao que assegura renda mínima, consome 0,6 % e beneficia 3.5 milhões de pessoas. A aposentadoria rural consome 1,7% do PIB, para 8.1 milhões. Compare-se também com os 12% que custa a Previdência. Por tudo o que se sabe, há poucos desvios, pois os valores são pequenos e são robustos os mecanismos de distribuição e fiscalização. Ou seja, passa no teste da eficiência e da equidade, coisa rara em programas desse tipo.

“O irmão da minha empregada não quis aceitar um emprego, para não perder o Bolsa Família.” Essa é uma típica acusação da classe média, que costuma torcer o nariz para o programa. Contudo, estudos rigorosamente contradizem essa observação direta. De fato, as análises quantitativas existem justamente porque a observação casual pode levantar suspeitas ou hipóteses, mas é incapaz de avaliar os fenômenos no seu todo. No caso, as pesquisas mostram que, embora possa existir, o desincentivo a aceitar empregos pesa pouquíssimo. Ou seja, o senso comum está equivocado. Em suma, o Bolsa Família pode ter errado no que viu, mas acenou espetacularmente no que não viu. É considerado pelo Banco Mundial como o melhor sistema de transferência de renda. O que ainda não sabemos é quanto tempo essas famílias levarão para não precisar mais dele. Experimenta-se com vários programas de criação de emprego, alguns bastante promissores e já bem grandinhos. Mas ainda é muito cedo para dizer que o problema está sendo resolvido.

(Claudio Moura e Castro é economista). Fonte: Revista Veja, abril, 2012

Bolsa Família: Viver ou Sobreviver?

O Bolsa Família é um programa de distribuição de renda fornecido às famílias de todo o país. Apesar de aparentar ser um programa digno e solidário, este não passa de ser mais uma maneira de alienar a população.

Para algumas pessoas, o Bolsa Família é um programa de renda que beneficia famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza em todo o país, já para outras, esse programa não passa de politicagem de compra de votos. É justa a tese segundo a qual se afirma que ele não é um programa benéfico para as famílias necessitadas do país e, sim, uma forma que influencia as pessoas a serem acomodadas e sobreviverem apenas com o dinheiro fornecido pelo governo.

As pessoas que usufruem desse programa não se preocupam em procurar emprego, pois sabem que mesmo sendo pouco, o dinheiro já está garantido todo mês. Com isso as pessoas que se contentam com o pouco recebido vão passando a sobreviver muitas vezes sem o mínimo necessário, ou seja, continuam na miséria.

O verbo “viver”, citado anteriormente, na verdade está se referindo a uma maneira de viver bem, trabalhando e recebendo um dinheiro justo, honesto, em que o indivíduo lutou para obtê-lo, não um dinheiro ganho sem nenhum esforço ou coisa do tipo. Há dignidade em se contentar apenas com o dinheiro recebido do governo? E a ação de ir à luta, buscar conhecimento, buscar crescimento, onde fica?

Pessoas insistem em dizer que o Bolsa Família ajuda a população. Mais ajuda em que? A ganharem o “peixe sem o ter pescado”? A aprenderem apenas a sobreviver? A não lutarem por uma vida melhor uma vida mais digna? Por que, em vez do governo fornecer dinheiro aos cidadãos, ele não cria políticas públicas que forneçam oportunidades de emprego e incentivo para que possam ganhar um dinheiro mais digno?

O Bolsa Família é uma maneira de enganar o cidadão. Os políticos usufruem do poder ideológico e fornecem o programa para receberem em troca os votos da população. Convém destacarmos a afirmação de Maquiavel no momento em que diz que “o bem deve ser feito pouco a pouco para melhor saborear”.

A citação acima está relacionada com as ideias dos políticos que são afins às de Maquiavel, tendo como por exemplo do “bem que deve ser feito pouco a pouco” o programa estabelecido pelo governo do Bolsa Família.

Portanto o Bolsa Família não deve ser substituído por oportunidades de emprego, em que as pessoas ganharão um salário digno de cidadão sem ter que ficar mendigando o dinheiro do governo? Além disso, os cidadãos também precisam contribuir para que essa ação seja cumprida. Mas de que maneira? Estudando para mais tarde se tornarem ótimos profissionais e lutando por seus objetivos, passando assim a viver e não mais sobreviver.

Thaynara Rodrigues de Souza – aluna do 3º ano do Ensino Técnico/Médio. Texto escrito para o Concurso de Produção de Textos “O Poder da Palavra”, realizado Pelo IFRO – *Campus Colorado*, em 2015.

Maconha legal, investimento fatal

A legalização da maconha é um tema polêmico que vem sendo discutido e causa mal-estar para muita gente. Uma decisão tão séria de legalizá-la não traria benefício algum a ninguém.

Será que não basta ver tantos acidentes, desgraças, vidas perdidas por drogas já legalizadas como o cigarro e bebidas alcoólicas? A descriminalização da maconha tende a acentuar esse problema.

Tantos jovens que acabam com suas vidas e vidas de outros, destroem suas famílias, tudo por um mal que vem aumentando cada vez mais, a cada dia que passa. As mortes causadas por drogas cresceram 60% nos últimos 14 anos no Brasil, sendo mais de 1 milhão de jovens e adultos que a usam diariamente. Diante disso, legalizar a droga, é uma ação no mínimo temerária.

Algumas pessoas defendem a legalização da maconha, alegando que acabaria com o tráfico de drogas, mas, qual traficante que irá querer pagar impostos para o governo sobre seu produto e outras drogas, sendo que podem contrabandear-las? Porém, muitos jovens querem sair dessa vida, mas não encontram apoio, ajuda, e os tratamentos são caros e as clínicas para dependentes químicos mantidas pelo governo são caóticas, sem estrutura e assim acaba que não conseguem salvá-los. Isso faz com que os jovens, sobretudo eles, que são mais susceptíveis às drogas não cheguem à maioridade por terem suas vidas interrompidas estupidamente.

Os defensores da legalização contrapõem dizendo que as mortes em tentativas de combater o tráfico diminuiriam, a criminalidade para financiar o tráfico reduziria e ainda alegam que como é um produto legal poderia melhorar a sua qualidade, reduzindo a dependência. Porém esses problemas não terminariam com tanta facilidade, pois as violências e conflitos entre policiais e traficantes não findariam, existiriam mais viciados, o número de crimes para poder sustentar seus vícios aumentaria, e, como melhorar uma droga que comprovadamente prejudica o ser humano em muitos fatores?

As indústrias incentivariam a ingestão da droga assim como fazem com o álcool e o cigarro. O mal que eles fazem nós já conhecemos e não é fácil de ser combatido. Por fim haveria mais dependentes, mais dinheiro seria gasto em tratamentos e a criminalidade aumentaria ainda mais.

Precisamos “abrir os olhos” e perceber que a solução não está em tomar uma decisão tão radical, inconsequente e mal pensada, e sim na sua prevenção e conscientização, pois “a porta de entrada” desse como vários vícios está na falta de infraestrutura de saúde, lazer, educação, investimento nas pessoas, nos nossos jovens, apoio para terem o que fazer, estudar e ter um trabalho digno e assim distanciar-se cada vez mais dos vícios.

Mayara Amarante da Silva – aluna do 3º ano do Ensino Técnico/Médio. Texto escrito para o

Concurso de

Produção de Textos “O Poder da Palavra”, realizado Pelo IFRO – *Campus Colorado*, em
2015.

A maconha deve ser liberada?

A liberação da maconha é um assunto que vem ganhando força, pois o Brasil mantém essa droga proibida e muitas pessoas não concordam com isso.

O Uruguai que já permitia o consumo de maconha, legalizou a produção e a venda da droga, porém esta deve ser vendida para pessoas maiores de 18 anos, e na quantidade de 40 gramas da erva por mês, em farmácias credenciadas pelo governo.

O Brasil não tem uma opinião fixa quanto à liberação da maconha. Veja o que diz o neurocientista da Universidade de Brasília (UnB) Renato Malcher sobre a liberação da maconha: “A legalização é a coisa mais humana. Ao contrário do álcool, a maconha não tira a consciência de ninguém. Com a legalização, o mercado paralelo fica enfraquecido, sem contar que a maconha oferecida no mercado negro tem excesso de Tetrahydrocannabinol (THC) que é um princípio ativo da droga”.

Há também pessoas que dizem que o Brasil tem como proibir a maconha para evitar que jovens se droguem, mas como, se bebidas alcoólicas estão à venda em qualquer bar de esquina. “A droga cujo abuso mais mata, o álcool, não só é vendida legalmente, como é vendida também na televisão”. Isto é o que diz o deputado Federal (PSOL-RJ) Jean Wyllys que é a favor da liberação da maconha.

A liberação da maconha é possível desde que haja um monitoramento rígido, farmácias certificadas para a venda do produto, consumidores cadastrados e inúmeros outros pontos que devem ser abordados. Se houver a liberação da maconha o tráfico de drogas irá diminuir, pois os “clientes” do traficante estarão comprando um produto de farmácias certificadas, com menor índice de THC e mais barato.

É claro também que se houver só a liberação, irá piorar a situação, pois os jovens irão comprar a droga em qualquer lugar, e por ela não ser proibida eles consumirão cada vez mais e mais a droga, sem ter ninguém para puni-los. A liberação já deve vir com leis que indiquem quantos gramas o cidadão deve ingerir por mês, onde ele deve comprar, tudo o possível para o consumo ser bem organizado.

O Brasil poderia tomar como exemplo o Uruguai que está acabando com o tráfico da maconha graças ao programa de liberação da droga. Assim, não haveria tantas mortes de pessoas, seja por tiroteios entre policiais e traficantes, seja por pessoas que consomem um produto de má qualidade, com alto nível de THC.

Sou a favor da liberação da maconha, devido ao fato de que o Brasil está travando uma luta desnecessária com o tráfico dessa droga, pois a maconha tem um efeito menos devastador do que muitas outras drogas que estão à venda em nosso país, como o tabaco e o álcool.

Weliton Aparecido R. dos Santos – aluno do 2º ano do Ensino Técnico/Médio. Texto escrito para o Concurso de Produção de Textos “O Poder da Palavra”, realizado Pelo IFRO – Campus Colorado, em 2015.

Drogas, legalização e sociedade

Há um corrente que toma, cada vez, mais força a favor da legalização das drogas. Há projetos tramitando no Parlamento e, por isso, esse é um assunto que deve ser conhecido e amplamente discutido, por envolver política, economia, saúde pública e a sociedade em geral. Precisamos ter opiniões formadas sobre essas questões e estar dispostos a expô-las, contanto que estas sejam sensatas e realistas.

Sabemos que a Polícia brasileira está mais do que longe de manter o tráfico de drogas sob controle; desse modo, há muitos esforços e gastos públicos envolvendo o combate à venda de entorpecentes. Será que a simples legalização seria uma meio de acabar com toda esta luta, a qual o governo parece estar perdendo? Penso que não. É errado pegar atalhos simplesmente para evitar dilemas ou decisões difíceis. Devemos analisar todas as decisões possíveis e suas conseqüências e, só assim, escolher aquela menos danosa, por mais que isso implique em um grande esforço de nossa parte.

Infelizmente, a nossa sociedade não lida muito bem com a problemática dos vícios. Muitos são coniventes, outros omisso e, ainda, outros têm vergonha. Pais com filhos drogados não procuram ajuda, nem menos denunciam os fornecedores da droga à polícia anonimamente. Pelo contrário, eles acobertam o vício de seus entes queridos e, dessa maneira, incentivam o tráfico indiretamente. Também não há casas de recuperação suficientes ou realmente eficazes. Assim, o número de dependentes só aumenta e a sociedade permanece de mãos atadas assistindo a jovens com um futuro próspero destruírem suas vidas e a dos que estão ao seu redor e lhes amam.

Legalizar as drogas seria uma péssima decisão no caso do Brasil. Primeiramente, com tal liberdade o número de usuários cresceria vertiginosamente, pois o preço reduziria bastante, a droga condenaria condenada pela sociedade (“se for errado é melhor ainda...”) e curiosos finalmente estariam livre para se satisfazerem. Segundo, nosso país não tem a capacidade de lidar com essa realidade, por ser um caso de risco à saúde pública. Em terceiro lugar, devido à perda de consciência e capacidade de julgamento, haveria muito mais crimes e acidentes, cometidos por usuários fora de suas faculdades mentais usuais. Se em países ricos e com uma política séria lidar com as drogas já constitui um drama, imagine em um país bizarro como o nosso.

É necessário ressaltar que nos países que permitem a venda legal de drogas, não há um comércio livre e deliberado, mas um rígido e eficiente controle e monitoramento. É necessário permissão do governo para a compra e tendo este que lidar com viciados impõe uma reabilitação onde doses da respectiva droga são cedidas em concentrações gradativamente menores. Sabemos que um Poder Executivo como o nosso que não é, nem de longe, capaz de controlar a venda de bebidas a menores de idade, não seria capaz de garantir o “consumo responsável” de drogas ou auxiliar na recuperação de usuários que exageram.

Portanto, tenhamos consciência e pé no chão com relação à legalização das drogas: nosso país não possui a mínima capacidade para suportar tamanha liberdade, e muito menos sua sociedade, omissa e silenciosa. Trata-se de uma questão séria de saúde pública e que só traz prejuízos à população. Como sociedade, não devemos aceitar o consumo de drogas (exceto as prescritas) sob nenhuma circunstância.

Diego Magalhães

Cotas: o justo e o injusto

O medo do diferente causa conflitos por toda parte, em circunstâncias as mais variadas. Alguns são embates espantosos, outros são mal-entendidos sutis, mas em tudo existe sofrimento, maldade explícita ou silenciosa perfídia, mágoa, frustração e injustiça. Cresci numa cidadezinha onde as pessoas (as famílias, sobretudo) se dividiam entre católicos e protestantes. Muita dor nasceu disso. Casamentos foram proibidos, convívios prejudicados, vidas podadas. Hoje, essa diferença nem entra em cogitação quando se formam pares amorosos ou círculos de amigos. Mas, como o mundo anda em círculos ou elipses, neste momento, neste nosso país, muito se fala em uma questão que estimula tristemente a diferença racial e social: as cotas de ingresso em universidades para estudantes negros e/ou saídos de escolas públicas.

O tema libera muita verborragia populista e burra, produz frustração e hostilidade. Instiga o preconceito racial e social. Todas as "bondades" dirigidas aos integrantes de alguma minoria, seja de gênero, raça ou condição social, realçam o fato de que eles estão em desvantagem, precisam desse destaque especial porque, devido a algum fator que pode ser de raça, gênero, escolaridade ou outros, não estão no desejado patamar de autonomia e valorização. Que pena. Nas universidades inicia-se a batalha pelas cotas. Alunos que se saíram bem no vestibular – só quem já teve filhos e netos nessa situação conhece o sacrifício, a disciplina, o estudo e os gastos implicados nisso – são rejeitados em troca de quem se saiu menos bem mas é de origem africana ou vem de escola pública. E os outros? Os pobres brancos, os remediados de origem portuguesa, italiana, polonesa, alemã, ou o que for, cujos pais lutaram duramente para lhes dar casa, saúde, educação?

A ideia das cotas reforça dois conceitos nefastos: o de que negros são menos capazes, e por isso precisam desse empurrão, e o de que a escola é péssima e não tem salvação. É uma ideia esquisita, mal pensada e mal executada. Teremos agora famílias brancas e pobres para as quais perderá o sentido lutar para que seus filhos tenham boa escolaridade e consigam entrar numa universidade, porque o lugar deles será concedido a outro. Mais uma vez, relega-se o estudo a qualquer coisa de menor importância.

Lembro-me da fase, há talvez vinte anos ou mais, em que filhos de agricultores que quisessem entrar nas faculdades de agronomia (e veterinária?) ali chegavam através de cotas, pela chamada "lei do boi". Constatou-se, porém, que verdadeiros filhos de agricultores eram em número reduzido. Os beneficiados eram em geral filhos de pais ricos, donos de algum sítio próximo, que com esse recurso acabaram ocupando o lugar de alunos que mereciam, pelo esforço, aplicação, estudo e nota, aquela oportunidade. Muita injustiça assim se cometeu, até que os pais, entrando na Justiça, conseguiram por liminares que seus filhos recebessem o lugar que lhes era devido por direito. Finalmente a lei do boi foi para o brejo. Nem todos os envolvidos nessa nova lei discriminatória e injusta são responsáveis por esse desmando.

Os alunos beneficiados têm todo o direito de reivindicar uma possibilidade que se lhes oferece. Mas o triste é serem massa de manobra para um populismo interesseiro, vítimas de desinformação e de uma visão estreita, que os deixa em má posição. Não entram na universidade por mérito pessoal e pelo apoio da família, mas pelo que o governo, melancolicamente, considera deficiência: a raça ou a escola de onde vieram – esta, aliás, oferecida pelo próprio governo.

Lamento essa trapalhada que prejudica a todos: os que são oficialmente considerados menos capacitados, e por isso recebem o pirulito do favorecimento, e os que ficam chupando o dedo da frustração, não importando os anos de estudo, a batalha dos pais e seu mérito pessoal. Meus pêsames, mais uma vez, à educação brasileira.

(Lia Luft. Veja, nº 2046, 06 fev. 2008. p.16)

Em Defesa das Cotas

Mais da metade dos brasileiros se declararam negros, pardos ou indígenas no último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010. Mesmo com este percentual, não é fácil encontrar por aí negros e pardos vivendo em situação igualitária com brancos. Uma das medidas que busca introduzir e diminuir a desigualdade entre brancos e negros no país é a chamada Lei de Cotas.

A Lei nº 12.711 foi aprovada em 2012, o que representa que a partir desta data todas as instituições de ensino superior federais do país precisam obrigatoriamente reservar parte de suas vagas para alunos oriundos de escolas públicas, de baixa renda, e negros, pardo e índios. A reserva começou em 12,5% e precisa chegar aos 50% até 2016.

Segundo o professor de Cultura Brasileira Marcos Minuzzi, doutor pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), essas medidas são importantes para mostrar que há uma preocupação sobre a intensa desigualdade no país. “Tenho opinião favorável, no sentido de que democratiza o acesso, considerando nossas grandes desigualdades sociais. Pode-se criticar o sistema ou tentar encontrar outras formas de democratização de acesso mais eficazes, mas o importante é que os mecanismos existentes refletem uma preocupação de resolver o problema”.

Além da dívida histórica que o país tem com os afrodescendentes por anos de exploração, a lei veio para minimizar as diferenças raciais e socioeconômicas que sempre existiram no Brasil. Aqui, somente 47,73% dos brasileiros se declaram brancos, segundo o Censo de 2010, tornando-se assim um dos países mais miscigenados do mundo. Mesmo com toda essa mistura ainda há diferenças que gritam aos nossos olhos.

As cotas sociais representam os motivos de sua própria existência. O abismo existente entre escolas públicas e particulares fornecem, claramente, oportunidades distintas a estudantes de classes sociais diferentes. Sem as cotas para os estudantes de classes sociais menos favorecidas, as cadeiras nas melhores universidades continuarão sendo conquistadas por candidatos com melhor estabilidade financeira. O ideal seria qualificar o ensino público, mas isso levaria décadas.

A Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira instituição federal a aprovar cotas para minorias étnicas e raciais e a primeira instituição brasileira a aprovar cotas exclusivamente para negros. De 2004 até o 2013, 18,5% dos estudantes que se formaram pela universidade são negros e ingressaram na instituição graças ao sistema.

No Brasil, negros e pardos representam 52% da população, mas nas instituições federais esse índice cai para 40%, sendo 32% de pardos e apenas 8% negros, segundo estudo feito pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), em 2011. Com a política de cotas a expectativa é que dentro de alguns anos este panorama mude e haja maior inclusão dos menos favorecidos na sociedade.

Letícia de Oliveira Januário. Disponível em:

<https://vestibular.mundoeducacao.bol.uol.com.br/cotas/argumentos-favor-das-cotas.htm>.

Acesso em 13 de junho de 2019.

Em defesa das cotas

Em compensação, cruzei com centenas de negros limpando as salas, cuidando dos jardins da universidade, servindo café e atuando em outros serviços em tese menos qualificados.

Estudo na Universidade de São Paulo (USP) desde 1985. Sou formado em História, sou mestre em Cinema e, atualmente, faço doutorado na mesma área. Centenas de outros já trilharam esse percurso. O que poderia fazer desse caso algo digno de nota nesta revista?

Provavelmente uma coisa: sou negro.

Para a maioria dos leitores, minha história é um exemplo de que sempre “é possível chegar lá”, desde que haja esforço e determinação. Eu não vejo as coisas assim. Sou exceção às regras perversas que regem a vida de negros e negras neste país.

Isso ficou evidente desde o primeiro dia em que cheguei à universidade. Fui praticamente o único estudante negro nas salas de aula. E nunca tive um professor negro. Em compensação, cruzei com centenas de negros limpando as salas, cuidando dos jardins da universidade, servindo café e atuando em outros serviços em tese menos qualificados. Seriam essas tarefas o indício de que os negros são piores do que os brancos? Evidentemente não. Apenas revelam o fato de que o Estado e a sociedade no Brasil continuam impedindo que os negros construam uma história diferente. Mesmo depois da abolição.

Como podemos ser livres se, no supermercado ou nas portas giratórias dos bancos, somos tratados como “suspeitos até que se prove o contrário”? Como conseguir oportunidades profissionais numa sociedade que nos vê como seres inferiores, cidadãos de segunda linha?

A resposta a essas perguntas é complexa e passa inevitavelmente pela criação de uma política de cotas para os negros nas universidades, no serviço público e até na publicidade. Hoje, ser negro significa ocupar um papel pre-determinado na sociedade. E mais: quem operou essa discriminação foi o próprio Estado e seus representantes. Foi a própria sociedade brasileira, por meio de suas instituições ou com o apoio delas, que sequestrou meus ancestrais da África e os transformou em um insumo barato. Assim como foram as políticas estatais que, após a abolição, inviabilizaram toda forma de reparação oficial pelos quase 400 anos de escravidão, jogando milhões de pessoas das senzalas para as ruas, da escravidão para o desemprego ou para as garras de patrões que nunca deixaram de tratá-las como seus “negrinhos” e suas “negrinhas”.

Foi também o Estado brasileiro que tentou nos transformar em uma “Terra Nostra” embranquecida, já que, como pregavam diversos intelectuais no final do século XIX, o Brasil não seria desenvolvido enquanto fosse habitado por negros. Mais tarde, esse racismo foi disfarçado em nome de uma falsa democracia racial, cujo único objetivo tem sido procurar conter a revolta de negros – tentando fazer crer que aqui não há racismo.

Para cada negro que conquista algum espaço no mercado de trabalho, milhões vagam na mais completa desesperança. De quem é a culpa por essa situação?

Por isso, defendo a política de cotas, uma forma legítima de fazer com que o Estado brasileiro assuma que é o principal responsável pelo racismo no país e tome medidas efetivas para sanar seus efeitos. Não tenho a mínima ilusão de que as cotas – seja na universidade, no serviço público ou na publicidade – signifiquem a resolução definitiva dos problemas enfrentados pelos negros. Sei que esse sistema é um paliativo necessário para que seja possível, pelo menos, começar a superar séculos de opressão e exploração que foram impingidos aos negros pela sociedade brasileira.

Essa política não é um favor. Muito menos uma ação que irá desqualificar o negro ou a negra que porventura ingresse na USP, por exemplo, através desse sistema. Não se trata, portanto, de um empurrãozinho. É um dever do Estado reparar, de todas as formas possíveis, a sua ação racial deletéria realizada ao longo de cinco séculos.

Não aceito o argumento de que o sistema de cotas ameaça a qualidade de ensino, como dizem os opositores da ideia dentro da universidade. Não acredito que o filtro que é colocado hoje na porta da universidade seja uma garantia de qualidade. É, sim, uma garantia de homogeneidade social. Uma tentativa de fazer da universidade um espaço exclusivo para a elite.

Por fim, defendo que as cotas sejam aplicadas de acordo com a presença populacional de negros e negras em cada região. Em São Paulo, por exemplo, os negros deveriam ocupar cerca de 31% das vagas. Em Salvador, na Bahia, eles teriam direito a 80%. Eis aí uma pequena parcela da enorme dívida que nunca nos pagaram.

Wilson da Silva. Coordenador executivo do Núcleo de Consciência Negra na USP

O grito pela IGUALDADE!

Sabemos que no Brasil, uma grande parte da população é negra, pois descende dos antigos habitantes trazidos ilegalmente da África, ou seja, os negros escravos. Parte dessa camada, ou por que não dizer a sua maioria, forma o extrato da classe de baixa renda, formada por pessoas com menos condição econômica e social.

Essa situação passa cotidianamente despercebida pela sociedade que quase sempre está ocupada de mais para perceber a condição do seu próximo. Mas isso não pode ser entendido como algo normal e muito menos ser aceito passivamente pela sociedade. A voz oprimida das classes menos favorecidas grita por oportunidades. Até quando vamos nos fingir de surdos e nos calar diante de tanta necessidade? Através dessa realidade percebemos que aquelas pessoas não tinham acesso à educação e muito cedo começavam a trabalhar, não aprimorando assim suas capacidades intelectuais.

Hodiernamente, vemos que a situação mudou, mas ainda falta um longo caminho, para o alcance da igualdade social e racial. A escravidão acabou, mas a exploração permanece, a desigualdade continua e a discriminação insiste em ficar, já que alguns vedados pelo preconceito não conseguem e muitas vezes não querem enxergar as mudanças sociais e o valor que cada indivíduo guarda sob a cor da pele. Atualmente, a população negra tem recebido por parte do Estado, políticas públicas que se destinam a dar oportunidades a essa população e procuram corrigir as distorções seculares à que foi acometida, a fim de garantir a sua inserção no ensino superior. E isso se deve ao governo, que possibilitou a introdução das cotas nas universidades. Esta nova realidade foi ratificada pelo STF (Supremo Tribunal Federal), que há pouco julgou constitucional o sistema de cotas etnicorraciais, concedentes assim o direito de vagas a pretos/pardos/pardos e a outros igualmente excluídos, nas universidades públicas do país.

No meio social, isso tem gerado um grande debate, já que muitos se deixam dominar pelo sofrimento de indignação e sentem-se “lesados” pelo sistema. Há quem diga que por meio das cotas a discriminação fica provada, podendo ocorrer mais conflitos, preconceitos e desavenças entre negros e brancos. Mas esse difícil relacionamento entre ambas as raças não começará agora por conta de oportunidades concedida a um dos lados. Deve-se lembrar de que foram poucos os que pensaram em igualdade social no tempo da escravidão, foram poucos que ajudaram na luta pela Carta de Alforria e menos ainda os que a ela aderiram de forma imediata!

Para muitos é extremamente fácil dizer: “- Existe muito negro que é rico e estudou a vida inteira em escolas privadas, não precisam de cotas!” Porém, mais são ainda aqueles que não tiveram a oportunidade de acesso ao ensino básico oferecido pelo Governo. São milhares os que não puderam concluir estudos, devido a trajetórias acidentadas e sonhos interrompidos. A dúvida massacrante entre a forma de saber e a necessidade de comer.

Como dissemos, essa é uma questão nacional que afeta a população como um todo, desde o interior às grandes metrópoles. A exemplo, tomemos a cidade de Pontes e Lacerda, situada no estado de Mato Grosso. Por aqui, nota-se que a maior parcela da população é preta/parda e por conta de ser uma região fronteira (Brasil/Bolívia), percebe-se ainda a presença de chiquitanos e bugres.

A diferença social é notável no município. Uns com pouquíssimos recursos e outros com excesso. A questão sobre a inserção do negro nas universidades também fica evidente, podendo ser claramente observada nas instituições locais, como a UNEMAT (Universidade do Estado do Mato Grosso), no IFMT - CAMPUS FO/PL, na UAB (Universidade Aberta do Brasil) e outras, em que se constata a participação minimizada dos negros, o que dificulta a

sua interação no meio social e asfixia o seu potencial. A consequência dessa realidade para os negros certamente resultará em um futuro com poucos recursos, sem conforto de vida e esquecimento por parte da sociedade.

Portanto, é de fundamental importância que vejamos a implantação de cotas como uma possibilidade, um impulso para um futuro próspero na vida de muitos que possuem pouco recurso e muita vontade. Faz-se necessário que as pessoas, de uma forma geral, entenderam o real sentido desta política de ação afirmativa, que ao fim resultará em benefício para toda sociedade. É preciso que se compreenda que o negro pode ser mais do que um ocupante de um cargo subalterno. É importante que ele passe de explorado a explorador. Um explorador de ideias, de potenciais, de lugares nunca antes alcançados. Que o negro possa a cada dia, conquistar bons cargos na sociedade, que busca incessantemente a igualdade e que pouco a pouco faça se dissipar a discriminação, o preconceito e o racismo. Que alcancemos patamares onde a desigualdade seja uma questão de discussão e conhecimento e que se possa dizer, que o nosso país é lugar de direitos igualitários, paz e respeito mútuo entre raças e etnias. Que venhamos a ter orgulho do rosto do nosso Brasil e bradar, com um sorriso no rosto: - Este é o lugar onde vivo! (Thalita Souza Santos - aluno do 4º ano do Ensino Técnico/Médio, 3º colocada no concurso 'O poder da Palavra', realizado pelo IFMT, em 2012)

Escola sem Partido: retrocesso na Educação e propagação da homofobia

Gênero é a forma física de nascimento (masculino ou feminino);
Identidade de gênero é a maneira como a pessoa se identifica.

Retrocesso é a palavra que define a posição favorável dada na última terça-feira, 8 de maio, pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados ao projeto de Lei da chamada "Escola sem Partido". O texto pretende proibir o uso da palavra "gênero" e da expressão "orientação sexual" durante as aulas, baseando-se no posicionamento religioso de deputados da chamada "Bancada da Bíblia", embora o Estado seja laico.

Após a leitura do parecer, haverá o prazo de cinco sessões para que emendas sejam apresentadas. Depois, o texto será discutido e votado na Comissão.

Com teor religioso, a justificativa do deputado Flavinho (PSC-SP), relator do projeto, propaga preconceitos contra homossexuais e transgêneros. Em seu voto, o político diz que uma sociedade diversificada não tem sustentação comprovada e complementa com a afirmação: "o que sabemos por experiência concreta é que uma cultura heteronormativa foi imprescindível à perpetuação da espécie humana e ao desenvolvimento da civilização ocidental".

Tentar interferir no uso de determinadas palavras em aula é censurar educadores e subestimar o poder de compreensão e discernimento dos alunos. Palestras e aulas sobre educação sexual são importantes para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis; conhecimento do próprio organismo; esclarecimento de dúvidas que surgem na puberdade e até mesmo para mostrar aos estudantes o que é ou não abuso e o conceito de consentimento.

O Escola sem Partido quer atribuir aos pais a responsabilidade exclusiva no que a bancada considera como "criação adequada" de seus filhos. Não permitir que profissionais esclareçam dúvidas de pré-adolescentes e adolescentes dificulta ainda mais o desenvolvimento saudável dos indivíduos, já que a sexualidade é tabu em grande parte das famílias.

Outro ponto preocupante é usar uma falácia para promover o seu ponto de vista. Os apoiadores do Escola sem Partido usam frequentemente a expressão "ideologia de gênero". No entanto, o conceito de ideologia não se encaixa nesse cenário, pois o gênero não é uma crença, um ideal. Não se influencia ou se obriga alguém a se identificar como "masculino" ou "feminino". O que existe é a identidade de gênero, forma como a pessoa se identifica - uma percepção individual e que não atinge ou estimula ninguém.

Proibir o uso de uma palavra ou expressão, assim como restringir disciplinas sobre sexualidade humana só servirá como repressão às minorias, não dando espaço aos adolescentes e jovens que já convivem com o preconceito por sua orientação sexual. A escola é um ambiente de debate, de conhecimento e esclarecimento de dúvidas, não de repetição de velhos padrões e cerceamento do direito à igualdade e livre pensamento.

A educação é fundamental para o desenvolvimento de qualquer país. Deixar uma parte tão importante da vida em sociedade sob influência da chamada "Bancada da Bíblia", permitindo e apoiando a propagação da censura, é ceder ao retrocesso da democracia.

Lorraine Vilela Campos. Disponível em:

<https://vestibular.brasilescola.uol.com.br/blog/escola-sem-partido-retrocesso-na-educacao-propagacao-homofobia.htm>. Acesso em 13 de junho de 2019.

Escola Sem Partido: pluralidade ou censura?

Há pouco mais de dois meses, professores e educadores da rede pública de Alagoas estão proibidos de manifestar opinião sobre diversos temas em sala de aula. Isso porque a Assembleia Legislativa do estado promulgou a **lei nº 7.800**, conhecida como Escola Livre ou Escola Sem Partido, que defende a neutralidade política, ideológica e religiosa.

Imediatamente, o Ministério da Educação (MEC) encaminhou à Advocacia-Geral da União (AGU) argumentos que justificaram uma ação direta de inconstitucionalidade, como cerceamento do exercício docente, restrição do papel do professor, censura de conteúdos e materiais e proibição do livre debate no ambiente escolar.

Contudo, apesar de o órgão ter se posicionado contra a medida, processos semelhantes continuam sendo debatidos na Câmara dos Deputados e em estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal. Um deles é o **Projeto de Lei nº 193, de 2016**, que está em tramitação no Senado Federal e motivou abertura de **consulta pública** sobre o Programa.

Favoráveis

Até as 10h30 desta quarta-feira, 20 de julho, 108.364 pessoas já haviam se manifestado favoráveis à medida. Esta parcela da sociedade vem defendendo que a doutrinação política e ideológica em sala de aula ofende a liberdade de consciência do estudante, afronta o princípio de neutralidade política e ideológica do Estado e ameaça o próprio regime democrático.

Além disso, os favoráveis argumentam que a falta de regulamentação no sistema de ensino extrapola limites éticos e jurídicos da liberdade de ensinar e muitas vezes expõe conteúdos que possam estar em conflito com as convicções morais dos estudantes e de seus pais. A imparcialidade e a defesa de uma educação neutra também são apontadas para defender o Programa.

Já os contrários somavam 131.420 votos até as 11h30. Para eles, o Programa representa censura de ideias, retrocesso na democracia e risco à liberdade de pensamento, expressão e diversidade. A proposta, apelidada por muitos de “Lei da Mordaza”, também é vista pelo grupo como uma medida para silenciar e perseguir professores e prejudicar o processo de ensino-aprendizagem.

Quem é contra a Escola Sem Partido reforça, ainda, que a medida acaba defendendo uma partidarização da escola, diferente do seu slogan, já que cita somente conteúdos considerados de esquerda. Além disso, ela compromete a pluralidade de ideias, a ampliação do debate e a orientação e formação de pensamento crítico, e dificulta a resolução de conflitos que possam ocorrer em sala de aula, como ligados a gênero e religião.

Wanja Borges. Disponível em: <https://vestibular.brasilescola.uol.com.br/blog/escola-sem-partido-pluralidade-ou-censura.htm>. Acesso em 13 de junho de 2019.

Escola sem Partido? É possível?

O Projeto de Lei denominado “Escola Sem Partido” pretende alterar os Artigos da LDB 9394/1996 que prescrevem respectivamente que “a educação é dever da família e do Estado inspirada por princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade” (Artigo 2º.) e “as bases e os princípios de liberdade, solidariedade, respeito e tolerância nos quais o ensino deve ser ministrado” (Artigo 3º.). Particularmente no que diz respeito “às convicções dos estudantes e dos seus pais, ou responsáveis, tendo os valores da ordem familiar **precedência** sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa vedada à transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas”.

O Projeto apresenta uma narrativa que vem sendo compartilhada desde 2004, quando o movimento foi criado e se espalhou pelas redes sociais. Por meio de uma linguagem simples, se vale de polarizações no campo político que transbordam no campo educacional. [...]

A escola foi pensada como uma das instituições importantes do Estado Democrático. Nela, a educação comparece como “direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Artigo 205º. Constituição de 1988). Os princípios que regem a educação escolar se pautam na igualdade de condições de acesso e permanência; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento a arte e o saber; no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” (Artigo 206º. da Constituição Federal, 1988) comprometidas com a preservação e difusão do patrimônio cultural brasileiro em sua diversidade. Segundo esses princípios a escola se constitui como um espaço plural de sociabilidade entre diferentes e desiguais, condição fundamental para uma convivência democrática. O Projeto afronta essas disposições na medida em que obriga a escola a tomar como partido único a pauta de um segmento da sociedade brasileira: a bancada evangélica.

O professor é um profissional certificado por meio de um longo processo de formação inicial no ensino superior, formação continuada através de ações das redes de ensino e formação em serviço desenvolvida nas dinâmicas das relações escolares. Quando o projeto propõe que os valores de ordem familiar tenham “precedência sobre a educação escolar” contribui para a desqualificação da instituição escolar e a desprofissionalização do professor.

A proposta de fixação obrigatória em todas as salas de aulas de ensino fundamental e médio de cartazes com conteúdos que prescrevem o que o professor **não deve realizar**, expressa uma desqualificação e concepção negativa e cerceadora do trabalho do professor, partindo do princípio de que o estudante é “audiência cativa” e que por trás do currículo escolar, existem intenções de doutrinação ideológica, propaganda partidária e manipulação moral por parte do professor. Essa estratégia discursiva fomenta uma relação de delação, desconfiança e antagonismo entre professores e estudantes. Ela cerceia a ação do professor e a liberdade de expressão e de cátedra em sala de aula e, até certo ponto, contribui para o aprofundamento de polarizações das relações políticas e sociais que em nada coadunam com um projeto de formação humana tendo em vista uma sociedade mais igualitária e menos violenta.

Os argumentos que insinuam que a escola “tira a autoridade dos pais”, o professor “representa um ataque frontal à família” e o currículo “promove doutrinação religiosa, ideológica e de orientação de gênero”, representam um ataque à educação como direito social de primeira geração e apontam para um projeto educativo em que valores individuais de defesa do poder total da família sobre o(a)s filho(a)s se sobrepõem aos interesses de uma

sociedade democrática. Nesta perspectiva, a esfera privada invade e subsume a esfera pública.

Por isso, o projeto Escola sem Partido foi denunciado à ONU pelo Instituto de Direitos Humanos como uma ameaça aos direitos humanos. Além disso, ele é uma pauta neoconservadora que aponta para transformações socioculturais, partindo de um pretenso diagnóstico de uma suposta degeneração social e moral das sociedades. O Projeto tem sido utilizado estrategicamente por grupos econômicos nacionais e internacionais que visam retirar os pobres e as políticas sociais do orçamento do Estado. O argumento neoconservador esconde o aprofundamento e a consolidação de um projeto neoliberal.

Dirce Zan – é diretora da Faculdade de Educação (FE) da Unicamp. Docente do Departamento de Ensino e Práticas Culturais (DEPRAC), pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas, Educação e Sociedade (GPPES).

Débora Mazza - é diretora associada da Faculdade de Educação (FE) da Unicamp. Docente do Departamento de Ciências Sociais na Educação (DECISE), pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas, Educação e Sociedade (GPPES).

Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/educacao/escola-sem-partido-e-possivel>.

Acesso em 13 de junho de 2019.

Ensino religioso nas escolas públicas: problema ou oportunidade?

Em setembro, o Supremo Tribunal Federal deliberou que o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras pode ter natureza confessional, ou seja, vinculado às diversas religiões e igrejas. O debate incluía desde alertas sobre o risco de proselitismo – o esforço para convencer pessoas que uma determinada religião é a melhor que existe – até propostas que, para defender um Estado laico, reduziam as atividades escolares a assuntos técnicos. Mas, considerando que a decisão já foi tomada, que as religiões compõem parte do acervo moral da humanidade e que vivemos uma grave crise ética e moral, o ensino religioso pode ser útil para ajudar os jovens a repensar seu projeto de vida.

Além da abordagem confessional (que trata de uma religião em particular), há espaço para um ensino religioso não confessional. Para entender o assunto com clareza é interessante rever os conceitos de religiosidade, religião, igreja e escola. Religiosidade é a sensibilidade em relação à importância da vida, que todas as pessoas têm em maior ou menor grau, e que já se encontra, por exemplo, nas crianças, através de demonstrações de respeito ao outro, à natureza e aos animais. Religião é o conjunto de respostas que um grupo cultural desenvolve ao longo da sua história para responder questões complexas como a origem do existente, da vida, o destino do ser consciente, da alma ou espírito; bem como o sentido da vida, da dor e da morte, e a ação moral correspondente a tais entendimentos. Igreja é uma estrutura organizada para preservar e difundir uma entre as várias interpretações religiosas existentes. E escola é o local para o encontro do conhecimento em sentido amplo. É um laboratório, promovendo a capacitação do indivíduo para uma vida consciente, produtiva e harmoniosa em sociedade.

Muitos pais defendem que a educação moral e religiosa deve vir do lar e que a escola deve se ater à instrução científica. No entanto, embora a família deva ser a referência principal, a escola desempenha importante papel nessas questões – desde que não atue para catequizar ou impor uma doutrina em particular. Também se deve considerar que parte da sociedade já teve acesso ao ensino religioso confessional, podendo-se argumentar que tal esforço não gerou maior resultado ao se avaliar seus efeitos no comportamento ético de maneira geral.

Mais que discutir as particularidades de religiões e igrejas, é possível, no espaço da escola, avaliar com os alunos questões religiosas e morais básicas, que todas as religiões procuram responder. O pensamento religioso é um dos elementos decisivos para sustentar as ações éticas, é parte da cultura e do pensamento humano, e essencial para se viver bem. Cabe à sociedade insistir que o currículo escolar desenvolva instrumentos para fazer uma espécie de “vacinação moral”, promovendo a religiosidade natural sem proselitismo religioso.

Um caminho poderia ser o de ensinar a evolução do pensamento religioso, discutir as grandes questões religiosas, e apresentar os princípios que fundamentam as principais religiões, deixando a cada aluno a escolha do sistema de ideias que lhe pareça mais coerente. Outro caminho complementar é promover o autoconhecimento, fundamental para ajudar o jovem a construir uma resposta coerente, desenvolvendo o conjunto de princípios que irão sustentar seu projeto de vida. Cada pessoa deve decidir como quer viver, fazendo as escolhas em função de valores. E o pensamento religioso é uma referência rica para essas decisões pessoais.

(Paulo Henrique Wedderhoff.

<https://www.gazetadopovo.com.br/opinioao/artigos/ensino-religioso-nas-escolas-publicasproblema-ou-oportunidade-01dzbg4njv1vltrz0bl9ldv1d/>)

Ensino religioso confessional, uma catástrofe anunciada

A recente decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), segundo o qual é constitucional o ensino religioso confessional nas escolas públicas brasileiras, é desastrosa – ou melhor, é catastrófica; não há como qualificá-la em termos mais brandos. Pura e simplesmente, a maioria da corte – composta, no caso, pela presidente do tribunal, a ministra Cármen Lúcia; pelo ‘filopetista’ Ricardo Lewandowski; pelos petistas Edson Fachin e Dias Toffoli; e pelos paragovernistas Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes – errou e esse erro custará caro ao país, em diversos sentidos. Antes de prosseguirmos, convém notar que a maioria favorável ao ensino religioso confessional votou contrariamente ao parecer do relator, o ministro Luís Roberto Barroso (embora este tenha tido o apoio dos ministros Luiz Fux, Rosa Weber, Marco Aurélio Mello e Celso de Mello).

Qual a polêmica? A possibilidade ou não de as aulas de Ensino Religioso nas escolas públicas terem um caráter laico ou confessional: no caso de serem laicas, seriam cursos que conjugariam história, filosofia e antropologia das religiões, com um caráter comparativo e científico; no caso de serem confessionais, seriam aulas ministradas por sacerdotes das várias religiões, mormente os cristanismos (católico, luterano e evangélicos de modo geral). Na opinião do Ministério Público Federal, que iniciou a ação em 2010, essa disciplina teria de ser laica, entendendo que a versão confessional feriria a laicidade do Estado e permitiria o proselitismo.

A base para essa polêmica está na Constituição Federal de 1988, a que se segue, como consequência, a Lei 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB): ambas citam expressamente a disciplina de “Ensino Religioso”, a ser ministrada nas escolas públicas nos horários regulares, embora com caráter facultativo. O que se deve notar é que a Constituição Federal de 1988 estabelece em seu artigo 19 – como uma de suas cláusulas pétreas – a impossibilidade de o Estado professar, apoiar ou obstar qualquer fé ou doutrina religiosa, o que consiste precisamente na laicidade do Estado. Mas, ao mesmo tempo, a única disciplina expressamente citada na Constituição, no artigo 210, é a de Ensino Religioso: nem Português, nem Matemática, nem História, Geografia ou qualquer outra goza desse monstruoso privilégio. Deve-se notar que, se houvesse a necessidade de citar na Constituição alguma disciplina obrigatória, ela deveria ser a Língua Portuguesa, que, afinal de contas, é definida como a língua oficial da República (artigo 13).

E é mesmo um privilégio. Afinal de contas, qual a necessidade de inscrever na Constituição Federal a obrigatoriedade de lecionar uma disciplina qualquer? Será que havia, ou há, algum medo de que, sem a imposição da força do Estado, a “religião” perdesse influência social e política? Ora, ninguém tem medo de que a língua portuguesa vá “perder influência” social no Brasil; ou, por outra, ninguém teme que a matemática se torne um conhecimento obsoleto: por esses motivos, ninguém se deu ao trabalho estapafúrdio de torná-las disciplinas constitucionalmente obrigatórias."

Gustavo Biscaia de Lacerda

<https://www.gazetadopovo.com.br/opinioao/artigos/ensino-religioso-confessional-uma-catastrofe-anunciada-9j0k7od1usdurlnrscg332g9j/>

Apêndice 2 – Artigos de Opinião criados pelos sujeitos da investigação

Cotas, sim!

A lei de cotas veio para corrigir o erro de ter privado negros e pobres de poderem entrar em uma universidade, de poder conseguir um curso superior completo.

Cotas sociais fazem parte de um sistema que prevê oportunizar acesso a negros, índios, pessoas de baixa renda e àquelas com necessidades especiais a conseguirem ingressar em uma faculdade, seja pública ou privada. É um sistema de reserva de vagas a esse público secularmente desprovidos de oportunidades sociais, econômicas e educacionais.

A Lei 12. 711/2012 é a que rege as cotas e assegura a todos os alunos que estudaram em escolas públicas o direito de fazer um curso superior. Segundo site G1, as vagas ocupadas por alunos cotistas em instituições federais totalizaram, em 2012, ano da criação da Lei, 50.146 para 127.282 alunos matriculados, um acréscimo aproximado de 154%. Já em 2016, o prazo inicial de vigor da lei, observou-se que o objetivo dela foi um sucesso, alcançando 50,6% dos alunos matriculados em cursos superiores, ou seja, das 243.131 vagas oferecidas, 122.555 foram ingressantes pela Lei de Cotas.

A Lei, como se nota, trouxe oportunidade a uma parcela da sociedade, negros, pardos, indígenas e pessoas necessitadas que, noutra situação, não conseguiriam estudar. As cotas, portando, sinalizam como uma forma de redimir a conta secular devida pela sociedade desigual. Nesse sentido, engana-se quem pensa que se trata de uma esmola. Elas corrigem uma distorção social e propiciam equidade nos direitos relacionados à educação, logo esse benefício precisa ser defendido e ampliado.

Mesmo com as cotas, é possível notar que persiste grande desigualdade. Prova disso é o fato de a grande maioria dos negros que têm o curso superior concluído ainda trabalharem em funções inferiores a seu ensino ou nível educacional. A presença de negros hoje em dia no mercado de trabalho tanto com ensino superior ou não, ainda é ínfima mesmo havendo o sistema de cotas, desde 2012.

Por mais que estejamos no século XXI, com toda a evolução e conhecimento, algumas pessoas ainda assim parecem viver como nos séculos passados, em que o preconceito estava em evidência, não aceitando que o mundo mudou e com essa mudança trazendo consigo a aceitação e igualdade.

As cotas não eram aceitas em algumas instituições do país, reforçando o preconceito contra negros e pobres. Com o passar do tempo, mais e mais faculdades foram aderindo ao sistema porque perceberam que com isso estariam ajudando a educação do país. Assim o que era para ser apenas uma tentativa de melhora, acabou virando lei, o que é ótimo, pois

todos têm o direito de se tornarem alguém na vida pelas vias da educação, mesmo que seja pobre ou negro, isso não muda nada.

Mesmo que comprovadamente as cotas promovem justiça social, muitos ainda são contra. Argumentam que cotistas só têm esse direito porque não são capazes de conseguir ingressar em uma universidade sem esse recurso. Essa visão não tem consistência, pois dizer que são ou não capazes depende se as oportunidades também são ou não iguais para todos. Isso é reforçado pelo que afirmou Aristóteles quando disse que “A democracia surgiu quando, devido ao fato de que todos são iguais em certo sentido, acreditou-se que todos fossem absolutamente iguais entre si”, logo se não há democracia nas oportunidades, deve haver correção para que as diferenças não sejam discriminatórias.

Agir com igualdade precisa estar amparado no princípio de justiça, ou seja, havendo igualdade entre negros, pardos, índios e suas etnias, tendo mais aceitação com o diferente.

A lei de cotas veio para corrigir o erro de ter privado negros e pobres de poderem entrar em uma universidade, de poder conseguir um curso superior completo. Corrige, ainda, a falha da sociedade que muitas vezes está ocupada demais para perceber a condição de seu próximo e tentar ajudar.

As oportunidades, hoje em dia, realmente mudaram muito, muitas coisas são aceitas, mas claro ainda existe o preconceito e a exploração. Apesar disso acredito que ainda podemos ter um país melhor, que aceita o diferente, como diz a música do cantor Gui Amaral “[...] talvez não exista o ódio, seja só carência de amor...” talvez seja isso que falte, mais amor e menos preconceito, mais aceitação e menos discriminação. Essa postura pode começar a mudar reconhecendo o sistema de cotas como justo.

Nathally Gabrielly, outubro de 2019

Independência: morar sozinho

Junto com a construção da independência, damos seguimento à formação da responsabilidade, da atitude, pois, como diz a frase do escritor Victor Hugo 'Tudo quanto aumenta a liberdade, aumenta a responsabilidade'.

Grande maioria dos jovens de hoje só anseia a uma coisa: a independência. Isso significa, principalmente, morar sozinho. Muitos não percebem que esse desejo implica outras questões, como a financeira principalmente. Mesmo com tantas adversidades, é direito, sim, de o jovem buscar conquistar sua liberdade.

Desde cedo, somos criados para o mundo, ou seja, para nos virarmos sozinhos. Mas por que os pais não aceitam que é hora de nos deixar ir? Muitos usam a desculpa de que não estamos preparados ainda. Porém, não são apenas os pais a colocarem empecilhos; a questão financeira pesa, pois ela é a principal chave para se permitir ou impedir que se abra essa porta.

A questão de arrumarmos trabalho, alugar ou comprar uma casa ou um apartamento, pagar as contas, a alimentação, saúde e etc... é o nosso principal desafio para darmos esse passo. Hoje em dia arrumar emprego não é impossível, mas é difícil. Precisa-se de requisitos que muitos não possuem, tornando mais complicada a empreitada. Existem aquelas pessoas que na família já têm uma questão financeira melhor, que ajuda a prosseguir com o desejo de independência.

Para termos nosso próprio lar, precisamos ter uma estabilidade emocional adequada, porque, com o fato de morar sozinho, se a pessoa não estiver bem de todas as fórmulas, a solidão chega junto, e acarreta estrago grande, como a depressão, ansiedade, cansaço psicológico, a preguiça, a tristeza entre outros pontos negativos. Por isso, precisamos acima de tudo nos conhecermos, para termos a certeza de que estamos preparados para essa nova etapa.

Como tudo na vida tem seus dois lados, a independência de morar sozinho é esplêndida, pois ter nosso próprio lugar, fazermos o que quisermos sem a interrupção de ninguém, fazer as atividades domésticas no dia em que quisermos, ter sua própria paz, se encontrar, muitas das vezes somente precisamos disto para ser feliz. Por outro lado, como toda escolha que fazemos, ela também tem suas consequências. Junto com a construção da independência, damos seguimento à formação da responsabilidade, da atitude, pois, como diz a frase do escritor Victor Hugo "Tudo quanto aumenta a liberdade, aumenta a responsabilidade". Também podemos citar o fato de sermos o autor das nossas próprias conquistas, ou seja, como diz o ditado, "correr atrás do prejuízo", não esperar que as coisas caiam do céu, lutar por um futuro melhor. Ainda podemos falar sobre o reconhecimento do valor das coisas, como não gastar sem pensar no amanhã, economizar ao máximo e, acima de tudo, ter consciência do que fazer ou não. E o não menos importante, ter o próprio crescimento pessoal e social, tendo assim, orgulho de si mesmo por estar conquistando tudo que almejou na vida.

Mesmo que os pais sejam terminantemente contra; mesmo que Manoel de Barros tenha afirmado que "A minha independência tem algemas"; mesmo que a sociedade reprove; enfim, mesmo que muitos digam o contrário e não incentivem, ainda sim é importante ressaltar que cada um pode fazer a escolha que quiser, e mesmo que não apoiem, devemos lembrar, que quem cria nosso futuro somos nós próprios, e ninguém tem o direito de interferir quando a vida não é sua.

Maria Fernanda Carvalho de Oliveira, outubro de 2019.

Direito dos que necessitam

Enfim, é preciso destacar que o benefício do bolsa família é sim um grande avanço contra a pobreza, miséria e em favor da igualdade social.

O Bolsa Família é um benefício disponibilizado pelo governo, para ajudar famílias com baixa condição financeira. No entanto, pessoas que não precisam desse apoio governamental se beneficiam, tirando dos necessitados esse direito. Isso tem de mudar.

Uma parte da população de classe média recebe a ajuda financeira, mesmo não precisando. Isso ocorre devido a essas pessoas mentirem sobre seus ganhos mensais e, o que é mais grave, por haver falhas na fiscalização efetiva dos órgãos de controle. Para combater fraude, há o CadÚnico, por meio dele são analisados os dados das famílias, para verificar se a pessoa que está solicitando o benefício necessita mesmo. Como diz Newton, ao se referir à lei da ação e reação, toda força gera como reação outra força; isso significa que se pessoas que não precisam do benefício forem beneficiadas, acabará tirando de quem precisa de verdade.

Por ano, a exemplo de 2019, segundo o jornal eletrônico Gazeta do Povo, são destinados aproximadamente 30 bilhões para o Bolsa. Esse benefício é utilizado para pessoas com baixa renda, com o intuito de proporcionar mais acesso à educação, saúde e qualidade de vida. Neste ano de 2019, houve um reajuste de 2,6 bilhões, em relação ao ano anterior, beneficiando mais de 14,1 milhões de famílias necessitadas. Entretanto esse programa não atinge todas as pessoas que precisam, pois existem 54,8 milhões de pessoas consideradas em situação de pobreza, e 15,3 milhões em extrema pobreza, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2017. Isso mostra que existem 70,1 milhões de pessoas precisando de ajuda do bolsa família, para conseguirem pelo menos o básico para viverem dignamente.

Mesmo diante desta realidade, existem pessoas que têm coragem de dizer que o Bolsa Família não é necessário. É preciso sim, para ajudar pessoas que não têm condições financeiras. Muitos dizem que o “bolsa família não cria políticas públicas que forneçam oportunidades de emprego e incentivo para que possam ganhar um dinheiro mais digno.”, mas por que ganhar o benefício não é digno?, só não é digno, quando a pessoa está ganhando, mas não precisa. É digno sim porque ajuda famílias a não passarem fome, ajuda as crianças não desistirem de seus estudos, com isso garantindo um futuro melhor.

Argumentos contrários ao Programa, como os citados, são facilmente vencidos quando descobrimos que o valor do Bolsa, em famílias que tenham entre seus componentes jovens, pode chegar até 96,00 reais. Mas quando é verificada extrema pobreza, não existe um valor definido, já que o valor depende do cálculo que é realizado na família nessa

condição. Em alguns casos, pode chegar a 205,00 reais mensais. Nota-se, portanto, que se trata de um valor baixo, mas que contribui com aqueles que pouco ou nada têm.

As prefeituras de cada cidade, gestoras do Programa, precisam cada vez mais investir tempo e esforço para que haja maior fiscalização dos órgãos de controle, para verificar se estão fazendo o seu trabalho. É preciso rigor no controle do programa, para que ele não seja para sempre e sim até que a pessoa consiga estudo e condições suficientes para trabalhar e se manter. Para assim o benefício ser passado para outra família que precisa. Além do CadÚnico, existe o cadastro único do governo Federal. Nele é classificado o grau de necessidade das famílias, mas como o cadastro é pela internet, é possível que sejam colocados dados falsos. E assim pessoas que não precisam, continuem ganhando.

Enfim, é preciso destacar que o benefício do bolsa família é sim um grande avanço contra a pobreza, miséria e em favor da igualdade social. Então, é necessário que ocorra uma expansão do benefício, para que atinja pessoas que estão na miséria e na pobreza. É necessário que ocorra um controle rígido, para que não tenha quebra nas regras estipuladas. Para que, assim, pessoas que não precisam não ganhem, e aquelas que realmente necessitam sejam beneficiadas.

Ana Késia da Silva Rocha, outubro de 2019

Um bem necessário

Esse sangue doado é utilizado para procedimentos e intervenções médicas, além de ser indispensável para pacientes com doenças crônicas graves.

A solidariedade humana tem o poder de salvar vidas de diversas formas, uma delas é a doação sanguínea. Entretanto, deve ser levado em consideração que a sociedade não tem se doado a praticar esse ato tão nobre. O que e como fazer para que as pessoas doem sangue?

Doar sangue não é apenas contribuir com aquele que precisa, é praticar empatia, se importar com o próximo, elevar a condição humana. Apesar de ser ato nobre, como já foi dito, apenas 1,8% da população brasileira doa sangue. Isso é deplorável, visto que, deveríamos estar unidos na luta, em busca de um país mais cidadão e humano, oportunizando, esperança, qualidade de vida e vida plena aos que necessitam.

Triste a situação brasileira que em período frequente tem de elaborar campanhas como “Setembro Amarelo” e “Novembro Azul” para despertar a sociedade que parece estar inerte às ações que vão ao encontro de minimizar o sofrimento humano. As campanhas são importantíssimas para incentivar as pessoas a se importarem mais com o próximo. Mas, de certa forma, é insultuoso por, de certa forma, fazer com que sejamos “forçados”, “obrigados”, convencidos a praticar tal ação. Algo que deveríamos fazer naturalmente e de forma espontânea. Elas provam que há muito a melhorar nos seres humanos.

Esse sangue doado é utilizado para procedimentos e intervenções médicas, além de ser indispensável para pacientes com doenças crônicas graves. Por isso é extremamente necessário que tratemos desse tema com seriedade, responsabilidade e afeto. Doar traz uma satisfação de ser útil, de praticar a humanidade, enfim, de estar melhorando a sociedade. Assim como as pessoas que recebem sangue se sentem gratas a ponto de se tornarem doadoras pela gratidão sentida. É como um efeito cascata em que a solidariedade contagia outros para fazer o mesmo.

A religião tem um papel inegável em questão de ajudar na doação sanguínea, uma vez que tem como base em seus princípios o “amor ao próximo”, se as igrejas se juntarem pelo menos duas vezes por ano, que seja, imagina o quanto haveria nos bancos de sangue. Além das instituições religiosas, há o incentivo da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT –, em seu Art. 473, que prevê que o funcionário tenha um dia de descanso do serviço, sem prejuízo do salário, e a cada 12 meses, em caso de doação voluntária de sangue, devidamente comprovada.

Diante disso, como vimos a doação de sangue é uma questão que precisa ser ampliada. Para isso, é necessário que o quarto poder, a mídia social deve usar de todo seu poder de persuasão para surtir efeitos positivos na sociedade, por meio de campanhas publicitárias nos mais diversos meios de comunicação, trazendo, assim, a doação presente na vida das pessoas, tornando-nos mais familiarizados com o ato de doar. Além disso, o poder público deve incentivar instituições de educação e as ligadas à saúde em uma só causa: fomentar a questão empática, com o propósito de fazer com que as pessoas se motivem a doar vida, que é o que o sangue proporciona.

Gabriela Ribeiro, outubro de 2019

Aborto – um problema social

Estima-se que mais de 20 mil mulheres morrem anualmente em decorrência de abortos inseguros feitos em condições degradantes...

No Brasil, o aborto ou abortamento é considerado crime. Apesar de o feto sofrer as consequências ao ser retirado, esse método também pode causar riscos à saúde não só física, mas também mental e emocional da mulher. Isso precisa mudar, para que a vida, tanto do ser em formação como a da gestante, seja preservada.

Por ser um ato ilegal mulheres acabam se submetendo a procedimentos clandestinos causando assim maiores riscos à saúde e à vida, pois um procedimento incorreto e sem condições higiênicas pode levar também à morte. Estima-se que mais de 20 mil mulheres morrem anualmente em decorrência de abortos inseguros feitos em condições degradantes, segundo o Instituto Guttmacher. A criminalização do aborto não é obstáculo para que seja praticado de maneira clandestina. No entanto, em clínicas não confiáveis e se acompanhamento médico a vida delas corre perigo. Por se tratar de uma prática ilegal não há dados concretos quanto à quantidade de ocorrências. O fato se agrava quando, até mesmo os abortos previstos em lei, são subnotificados. Isso ocorre porque muitas das que fazem a interrupção por conta própria sofrem consequências e têm que recorrer ao Sistema único de Saúde – SUS – para atendimento.

O aborto pode ocorrer de maneira intencional ou de maneira totalmente espontânea, sendo em ambos os casos um processo doloroso para mulher que vive esse momento. Muitas pessoas, ao se depararem com uma gravidez indesejada, optam por tomar substâncias e medicamentos que visam a interromper a gestação. Essas substâncias, por vezes vistas como alternativas pela mulher, podem colocar a sua própria vida em risco. O público mais propenso a recorrer a procedimentos citados são os mais jovens.

Na internet, muitas mulheres encontram receitas e venda de medicamentos proibidos que garantem a realização do aborto. Entretanto, a maioria não sabe os riscos que doses inadequadas podem causar. São relativamente frequentes os casos de mulheres que procuram os hospitais, após o uso dessas substâncias, com queixas de vômitos, diarreia, dores no estômago, sangramentos intensos, alterações na respiração e circulação. Em alguns casos, a intoxicação é extremamente grave, levando a mulher à morte. O aborto espontâneo acontece com maior frequência em algumas situações, sendo considerados fatores de risco mulheres com idade materna acima de 45 anos, as obesas, as com baixo peso, as que fazem consumo de drogas e o uso de alguns medicamentos.

De maneira geral, as mulheres casam e têm filhos mais velhas do que há alguns anos, o que gera preocupações em torno de uma gravidez de risco, principalmente após os trinta e cinco anos de idade. Diversos estudos apontam a relação entre aborto espontâneo e a idade

avançada, cuja taxa média de nessa idade pode chegar 60%, trazendo riscos à saúde física e psicológica. Enquanto mulheres com idade mais avançada tentam engravidar e constituir uma família, mas não conseguem, pois a Medicina considera o período biológico ideal para engravidar entre os dezoito e vinte e oito anos, mulheres jovens e com alto índice de fertilidade acabam cometendo esse ato ilegal e pecaminoso, por não se prevenirem durante o ato sexual.

Desse modo, afirma-se que a realização do aborto com ingestão de substância pode ser extremamente perigosa, além de ser considerada crime em nosso país. Para combater esse problema, é preciso que o país tenha uma política pública para a prevenção. Criar centros de ajuda, atenção e assessoria nas comunidades, sobretudo as mais carentes, para mulheres, especialmente em casos de gravidez indesejada. Apresentar programas e ações já existentes e específicos de ajuda a adolescentes grávidas para enfrentar os problemas particulares que este grupo especialmente vulnerável pode ter. Outra ação que pode contribuir é a de agilizar os trâmites de adoção para aquelas mulheres que, chegando ao final da gestação, não desejem ou não podem assumir a maternidade. Tudo isso pode evitar, portanto, que muitas mulheres e crianças morram nesse processo agressivo e doloroso.

Tainara Paloma Canuto de Souza, outubro de 2019

Respeitar é preciso

Mesmo que as conquistas sejam uma realidade, o preconceito ainda persiste, e isso precisa ser mudado.

A constituição de família nos dias atuais está evoluindo cada vez mais. São novos conceitos, em contraponto ao modelo tradicional composto por homem e mulher, abrindo espaço para o casamento entre casais do mesmo sexo. Não se pode negar essa tendência, pois tudo evolui e, com isso, a sociedade também, logo aceitar as mudanças sociais é a melhor opção para que não se cometam injustiças, tampouco discriminação.

Os casais homoafetivos a cada dia vêm conquistando seu espaço na sociedade, como o direito de adotar uma criança e isso precisa ser expandido e aceito cada vez mais. É notável que essa classe ainda sofre preconceito. Na mesma medida que eles lutam por respeito, de certo modo soa como agressão para alguns, como os religiosos, como se fosse a própria morte. Como argumento contrário à união de pessoas do mesmo sexo, citam o livro bíblico Levítico, 18-32, onde diz que “Com homem não se deitarás como se fosse mulher, abominação é”. Como se nota, para os religiosos, isso é abominável, mas para os que pensam no ser humano, na felicidade, é apenas uma forma de amor.

Casos de agressão são registrados diariamente. Assassinatos de LGBT cresceram 30% entre 2016 e 2017, segundo relatório de O Globo. Levantamento mostra que a maioria das vítimas morre com armas fogo e na rua. A cada 19 horas, um LGBT é assassinado ou se suicida, vítima de “LGBTfobia” o que faz o Brasil campeão desse tipo de crime.

Apesar desses problemas, diversas conquistas foram possíveis, por exemplo, leis que amparam os casais homoafetivos. No dia 13 de junho deste ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passe a ser considerada crime. Mais leis devem ser criadas para amparar essas pessoas, a fim de que elas não sejam agredidas pelo simples fato de serem gays. Devemos combater não são somente agressões físicas, mas também agressões psicológicas, as quais podem trazer problemas sérios, por exemplo, infelicidade, depressão, suicídio, pelo fato da pessoa não suportar essa pressão sobre ela.

O nome social para pessoas que trocam de gênero foi uma outra conquista. Segundo o decreto Nº 8.727, há a garantia de que, no atendimento em qualquer local público, se respeite o nome social, incluindo o preenchimento de fichas, formulários, crachás e prontuários, isso é válido para o uso administrativo. Essa mesma lei proíbe o uso de palavras discriminatórias para se referir a pessoas trans. A lei é de abril de 2016.

Para que pessoas homoafetivas tenham seus direitos garantidos e não sofram discriminação, é preciso que existam mais palestras que combatam o preconceito, mais campanhas publicitárias, mostrar para as pessoas que essa parcela da sociedade é igual a todos. Não é porque eles são homossexuais que são diferentes, que merecem apanhar ou sofrer pressão psicológica por isso, devem ser tratados como humanidade.

Mesmo que as conquistas sejam uma realidade, o preconceito ainda persiste, e isso precisa ser mudado. Apesar de essa parcela ter opiniões, ideias e, às vezes, ações diferentes do que a maioria, eles são seres humanos como todos e precisam ser tratados como tal.

Verônica Maria Alves de Moura, novembro de 2019

Abuso sexual: um grito por socorro

É preciso que denunciemos. É de extrema importância que pessoas e instituições de umam para que possam agir em favor das vítimas, levando-as assim a se sentirem protegidas e amparadas.

Mulheres, meninas, crianças e até mesmo meninos, não importa a cor a raça ou gênero, todos podem sofrer com abuso sexual. Um pedido de ajuda um grito por socorro são essas as palavras que deveriam ser usadas por suas vítimas. Jovens que sofrem caladas por medo de serem julgadas. Até quando viveremos com esse problema?

Esse problema é grave e precisa ser combatido porque pode ser praticado por quem menos esperamos: um pai, tio, amigo, vizinho primo e até mesmo um avô. Não é possível que uma criança que teve sua Inocência roubada e em um futuro uma adolescente viva aprisionada em medos e pesadelos com pavor que seu agressor retorne e não tenha amparo. Em 2016, o sistema de saúde registrou 22,9 mil atendimentos a vítimas de estupros no Brasil. Em mais de 13.000 deles 57% dos casos, as vítimas tinham entre 0 e 14 anos. Desses cerca de 6000 vítimas tinham menos de nove anos.

As estatísticas são do Sinan, o Sistema de Informações do Ministério da Saúde, que registra casos de atendimento de diferentes ocorrências médicas desde 2011. É uma é uma espécie de ponta do iceberg do problema. Mesmo os números do Sinan, oferecendo uma visão central do problema, não retratam todos os casos de abuso sexual de crianças que acabaram no sistema de saúde. Isso porque nem todos os municípios do país reportam os casos, embora o procedimento seja obrigatório. Isso demonstra o quanto essas pessoas estão vulneráveis acarretando assim outro problema, impossibilitando que o governo proteja as vítimas e puna seus agressores, com isso colabora para que esse problema se agigante.

“Crianças e adolescentes de Até 14 anos são mais vulneráveis a ocorrências de estupro principalmente na Esfera doméstica. Os autores da violência, na maioria das vezes, são familiares e pessoas conhecidas” afirma a médica Fátima Marinho, da secretaria da vigilância em saúde do Ministério da Saúde.

A constituição é o mais importante conjunto de normas de um país que determina as atribuições e limites das instituições, os direitos dos cidadãos e os deveres do Estado. A constituição, também conhecida como Carta Magna, é a lei Suprema e fundamental do Brasil e se situa no topo de todo o ordenamento jurídico. Ou seja, nenhuma lei pode Contrariar o que está determinado nela. Para serem efetivadas os preceitos da Constituição devem ser transformados em leis. No caso da infância, a lei mais importante é o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Nº 8069/1990, o ECA é considerado um Marco na proteção da Infância e tem como base a doutrina de Proteção Integral, reforçando a ideia de “propriedade absoluta da Constituição”.

No ECA estão determinadas as questões, como os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, as sanções, quando há o conhecimento de ato infracional, quais órgãos devem prestar assistência, e a tipificação de crimes contra crianças até hoje, desde que criado, em 1990, o eca é um importante Instituto legal para proteção de crianças e adolescentes.

Uma das ligações que mais marcaram a atendente Camila, que trabalha desde 2016 no Disque Denúncia 100, foi um caso de abuso sexual de um bebê de 1 ano de idade. Ela recebeu a ligação de uma pessoa anônima, dizendo que, ao trocar a fralda da criança, encontrou seu órgão genital machucado e com pus ponto segundo o relato. A menina estava sendo abusada pelo padrasto, e a mãe não fazia nada porque não queria que o marido fosse preso. O fato da maior parte dos abusos físicos e sexuais virem da própria família torna o problema mais complexo e difícil de ser resolvido, já que a criança fica completamente desamparada e sem apoio justamente de quem deveria protegê-la.

O Conselho Tutelar foi e continua sendo uma forma que encontraram para dar maior apoio e estabilidade à Criança e Adolescente vítimas não só de abuso sexual mas também de agressões físicas, psicológicas e emocionais. Por mais que o estatuto sirva para proteção dessas vítimas e conte também com a colaboração e outros órgãos, como MP (Ministério Público), há casos que os próprios familiares contribuem para que essas agressões se agravem como citou a médica Legista do IML (Instituto Médico Legal) Mariana da Silva Ferreira, “sobre uma garota de 15 anos cujo pai a estuprou por dois anos”, quando a médica falou com a mãe, essas foram as palavras da pessoa que deveria proteger a garota. “ela já é grande, sabia o que estava ela já é grande, sabia o que estava fazendo”.

São por pessoas assim que continuamos sem justiça em milhares de casos de abuso sexual. São atitudes e discursos como dessa mãe que tornam Esse ato abominável como normal e em grande número. Prova disso é o que a médica afirma que a porcentagem de paciente do sexo feminino segue os números das pesquisas sobre estupros: cerca de 70% a 80% dos casos ponto por serem mais frágil acabam sendo alvos mais fáceis. Soma-se a isso o fato de não terem tanta força para reagir em um ato brutal como esse.

Nós, pessoas que repudiam o abuso sexual, não podemos ficar imunes a essa tragédia social. É preciso que não fiquemos passivos. É preciso que denunciemos. É de extrema importância que pessoas e instituições de unam para que possam agir em favor das vítimas, levando-as assim a se sentirem protegidas a amparadas.

É necessário, ainda, que as leis que protegem crianças e adolescentes sejam aplicadas sem ressalvas. Para isso faz-se necessário que se denuncie e haja investigações de “supostas denúncias”, para que essas brutalidades sejam abolidas da vida desses jovens, podendo assim eles viverem em um mundo onde o medo não seja companhia do seu dia a dia.

Tainara Paloma Canuto de Souza, novembro de 2019

Se liga e respeite!

Então lembre-se, você mulher tem SEUS direitos, tem SUAS vontades, tem SEUS momentos, e não é um ser de outro gênero que vai ditar o que você pode ou não fazer, pois autoridade alguma ele tem sobre sua vida. Escolha ser feliz, não se importando com que o outro diz!

Nos tempos mais afastados da atualidade, o machismo era um ato muito natural na sociedade. O homem era o centro de tudo, era quem mandava e desmandava e as mulheres eram literalmente submissas ao que fosse ordenado a elas. Triste realidade é que nos tempos atuais esse problema ainda persiste e precisa ser combatido sempre.

Os maridos não deixavam as esposas trabalharem, mas, mesmo que trabalhassem, não ganhariam um bom salário, pois as mulheres não eram vistas como mão de obra boa. Por mas que fizessem o mesmo trabalho, ou até mesmo melhor, que os homens, ganhavam bem menos, o que claramente era (é) uma injustiça. Por mais que isso fosse comum em séculos passados, hoje em dia ainda se vê muito isso, mulheres trabalhando em funções iguais a de homens e ganhando um salário inferior ao deles. Alguns homens não gostam quando sua esposa/namorada ganha mais que eles, porque de certa forma se sentem inferiores, e assim até pedem ou fazem sua companheira sair do emprego, para satisfazer o seu ego machista!

Quando a mulher é deixada pelo marido, ela era vista como incapaz pela sociedade, principalmente quando era ela que escolhia se separar. Um dos maiores julgamentos aparecia quando ela era traída, porque todos diziam que não era uma boa mulher, que era uma perda de tempo, porque não foi capaz de satisfazer seu marido, o obrigando assim a ir “procurar na rua o que não tinha em casa”. O homem visto como vítima, pois ninguém o via como uma pessoa de caráter duvidoso.

Conforme os anos foram se passando as mulheres foram buscando seus direitos, foram ficando mais empoderadas. Por mais que ainda existam algumas que aceitam o machismo, que aceitam serem mandadas, deixando de lado seus princípios e vontades para fazer as vontades de um ser que não tem moral alguma para tentar mandar em sua vida e seus anseios, percebe-se diminuição de atitudes machistas.

Um dos grandes problemas hoje é conhecido como o feminicídio, quando uma mulher é violentada até a morte de forma brutal e desumana, somente pelo fato de ser mulher. A legislação brasileira prevê dois casos que configuram na justiça como o feminicídio: – Violência Doméstica e Familiar; - Menosprezo ou Discriminação à Condição de Mulher.

O feminicídio é um acontecimento presente hoje em dia. Estudos mostram que 12 mulheres são assassinadas por dia e 135 são estupradas por dia. No mundo, 1 de cada 10 mulheres também adolescentes já sofreram abuso sexual. Dizem que “em briga de marido e mulher não se mete a colher” mas, se mete sim! Se você vê uma mulher sendo maltratada,

espancada pelo... sendo violentada física ou psicologicamente e não faz nada para tentar ajudar, em outras palavras, deixa por aquilo mesmo, você está só ajudando mais um agressor a escapar da justiça, não receber seu devido castigo, a prisão. A pena máxima para um caso de feminicídio segundo a Lei N° 13.104/2015 é de 12 a 30 anos de cadeia.

Um equívoco: a mulher é tida como sexo frágil pelo fato de que a grande maioria é mais debilitada de força física. Ledo engano. A mulher é forte e prova isso no seu dia a dia, né moreh! É certo que pode ser mais propensa a maus tratos. Algumas mulheres aceitam que seus “companheiros” batam nelas, não por gostarem, mas, sim por medo, medo de não conseguir seguir em frente, medo por muitas vezes estarem sendo ameaçadas de morte, ou por simplesmente seu “amado” mexer com seu psicológico, afirmando que mais ninguém vai querer ficar com ela, que ninguém mais vai amá-la. Chegam a insultar falando que é gorda, que não presta para nada, que não é bonita, demonstrando claramente seu sexo afetado que para conseguir de certa forma segurar a mulher precisa xingar ela, porque sabe que se ela quiser tem total capacidade de seguir em frente, de conseguir alguém melhor ou de conseguir se virar sozinha, não dependendo de ninguém.

O feminismo é um movimento, e não uma forma de as mulheres fazerem bagunça, como dizem alguns. Esse movimento organizado de as mulheres buscarem seus direitos, de buscarem a igualdade. Se o feminismo não existisse, nós (mulheres) não teríamos o direito a muitas coisas, os homens ainda teriam o poder em completamente tudo e ainda seríamos “escravas” de uma época sem direitos e aprimoramento algum a mulher.

Então lembre-se, você mulher tem SEUS direitos, tem SUAS vontades, tem SEUS momentos, e não é um ser de outro gênero que vai ditar o que você pode ou não fazer, pois autoridade alguma ele tem sobre sua vida. Escolha ser feliz, não se importando com que o outro diz!

E aja diferente para que não tenha o mesmo destino de Eulália, personagem criada por Marina Colasanti que diz:

“É uma santa. Diziam os vizinhos. E dona Eulália apanhando.

É um anjo. Diziam os parentes. E dona Eulália sangrando.

Porém igualmente se surpreenderam na noite em que, mais bêbado que de costume, o marido, depois de surrá-la, jogou-a pela janela, e dona Eulália rompeu em asas o voo de sua trajetória.”

Então, vai continuar nessa de não se meter, não tentar ajudar? Diga CHEGA à violência contra mulher, se sabe de alguém que precisa de ajuda, que sofre em casa, ligue 190 e faça sua parte. Mulher nenhuma merece sofrer, VOCÊ, Mulher, merece o mundo, então não aceite menos que isso!

Nathally Gabrielly, novembro de 2019.

Somos todos iguais

*O amor é uma das maiores dádivas que Jesus Cristo nos deixou.
No mundo em que estamos precisa-se de muita caridade, compaixão e etc.*

Atualmente, a luta dos LGBTs pelo casamento homoafetivo vem acarretando pontos positivos comparado aos anos anteriores. Mesmo assim, ainda existem pessoas que não aceitam isso, mas por que, se todos temos o livre arbítrio para fazermos o que quisermos, e se a constituição garante a liberdade individual?

Vivemos em um país em que na teoria todos temos direitos iguais perante a lei. Mas na prática não é bem assim, porque algumas pessoas não respeitam as escolhas dos homossexuais. Muitos chegam a afirmar que são abominações. Isso explica o fato de que em alguns lugares (países e estados) ainda não é liberado o casamento de pessoas do mesmo sexo.

O amor é uma das maiores dádivas que Jesus Cristo nos deixou. No mundo em que estamos precisa-se de muita caridade, compaixão e etc. Se pararmos para prestar atenção, os homossexuais são os que mais transmitem afeição, carinho, solidariedade, entre outros sentimentos e ações de que precisamos. Os LGBTs também têm o direito de serem felizes, portanto temos que aderir à ideia de que cada um faz a escolha que quiser, e que somente Deus tem o direito de julgar.

Muitos dos que criticam, discriminam, ofendem os homoafetivos o fazem por razões religiosas, pois eles acreditam que o homem nasceu para mulher e a mulher nasceu para o homem, e que os mesmos não passam de abominações. Afirmam que na bíblia diz que é pecado. Essa postura religiosa contrasta com os ensinamentos de Jesus. Este nos ensinou o amor, ou seja, amar o próximo, não julgar. Mesmo alguns afirmando que a bíblia diz sobre esse casamento ser uma abominação, no entanto, na mesma bíblia Jesus nos afirma em Cântico dos Cânticos, capítulo 8, versículo 6 “Que o amor é mais forte que a morte”, sendo assim, que a união dos mesmos não é para a morte, mas sim, como tudo deveria ser, para o amor.

O Estado brasileiro, que é laico, já deu um passo à frente quanto à união de casais homoafetivos. Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) concedeu a permissão de transformar a união estável dos LGBTs em casamento. Com isso, o casamento homoafetivo não só é uma ação legal, como também, um direito adquirido por eles.

Como vemos atualmente, os relacionamentos de pessoas assim estão evoluindo diante da sociedade, porém, sem a velocidade necessária. Esperamos que as pessoas tenham consciência disso e aceitem, uma vez que já estamos no século XXI e é hora de evoluir!

Com base nos dados acima, o Ministério da educação deveria corroborar a ideia de incentivar que as instituições de ensino promovam palestras, debates, eventos de modo que chamem a atenção, com o propósito de explicar a importância da aceitação. Instituições Religiosas deveriam pregar mais o amor e julgar menos. E o mais importante, a família deve, além de tudo, apoiar e conversar com seus filhos, parentes e estar do lado independente da escolha que o membro familiar fizer. Diante dessas ações, talvez possamos mudar o pensamento de muitos e tornar o mundo um lugar melhor.

Maria Fernanda Carvalho de Oliveira, novembro de 2019

Depressão não é Frescura

Estamos vivendo em uma época em que a interação, o olho no olho, a presença física estão se tornando cada vez mais dispensáveis.

Depressão é uma doença psiquiátrica que produz alterações no humor, como tristeza profunda, duradouras e sem motivo aparente. No entanto, ainda há pessoas que pensam que é frescura, que é fase, coisa de adolescente, enquanto isso, perdemos pessoas para o suicídio, principalmente, jovens entre 16 a 24 anos. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), 15 a cada 100 pessoas com a doença decidem por um fim na própria vida. No contexto mundial a situação é mais grave: são aproximadamente 300 milhões de pessoas com depressão. No Brasil, esse percentual chega a 5,8% da população com a doença. Definitivamente não é frescura.

Muitas pessoas têm a doença, porém não procuram ajuda por medo do "julgamento da sociedade", então recorrem a bebidas alcoólicas ou a drogas. O consumo de maconha na adolescência é também ligado à depressão. Em um estudo realizado pela revista *Jama Psychiatry* da Associação Médica Norte-americana traz evidências de que o consumo *cannabis* na adolescência aumenta o risco de depressão, ansiedade e comportamento suicida.

Há várias causas que levam uma pessoa a um quadro depressivo, como perdas, conflitos familiares, amorosos ou de amizades. Não existe uma cura exata, apenas acompanhamento psicológico, em alguns casos mais graves, acompanhamento psiquiátrico e uso de medicamentos. Como vimos, o adolescente está mais susceptível à doença, pois há uma pressão sobre corpo, cabelo, estudos, vida amorosa, decisões que irão impactar no seu futuro, uma pressão que o adolescente impõe a si próprio. As redes sociais também contribuem para um quadro depressivo, quando postamos uma foto e não ganhamos tantas curtidas, logo vem a sensação de fracasso, de ter feito algo errado.

Estamos vivendo em uma época em que a interação, o olho no olho, a presença física estão se tornando cada vez mais dispensáveis. Fazemos amizades virtuais, compras, vemos filmes, praticamente tudo pela internet, por isso estamos nos tornando sozinhos, criando gerações de pessoas (e também nos tornando) isoladas e deprimidas. Muitas vezes vemos nas redes sociais uma falsa felicidade. Por outro lado, existem pessoas depressivas que se refugiam na internet para criar algum tipo de vínculo com pessoas desconhecidas, por não conseguirem vincular-se fisicamente ao que estão mais próximos.

A sociedade precisa aceitar a depressão como uma doença, e ajudar a minimizar os índices de ocorrência dela e de suicídios. É necessário fazer campanhas com artistas e o público afetado para falar sobre a doença, promover ações em todos os tipos de mídias, principalmente, a internet por alcançar um público maior, fornecer informações sobre essa doença. Palestras nas escolas e empresas, com relatos reais dos que têm ou que tiveram a doença e já tentaram se suicidar e com pessoas que perderam parentes e/ou amigos por causa da depressão.

Gabriely Silva Melchior, novembro de 2019

Ensino religioso no país laico

...e eu digo que ela precisa ser laica, para que assim não seja só ensinada a crença que o docente acredita ser a válida.

Já foi o tempo que o ensino religioso na escola era apenas mais uma disciplina. Depois da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, ela torna-se facultativa. Isso se nota no Art. 33 da referida Lei, que diz: “O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo”. Como se percebe no artigo citado, é considerada uma disciplina normal, mesmo que facultativa, porém é obrigatório que se respeite a diversidade religiosa em sua efetivação, uma vez que o país é laico, logo se devem respeitar todas as religiões.

Quanto ao ensino religioso na escola, para que não precise ser tirada a disciplina, é necessário que ocorram grandes mudanças, dentre elas como os professores a ensinam. É necessário que não seja ensinada a religião que o docente acredita, e sim todos os tipos existentes, para que assim seja respeitada a lei. Deve-se respeitar a escolha de todos, logo a escola não pode impor a sua escolha.

Este assunto é tão polêmico que já chegou nas instâncias da justiça. O Ministério público Federal, por exemplo, diz que “essa disciplina teria de ser laica”, e eu digo que ela precisa ser laica, para que assim não seja só ensinada a crença que o docente acredita ser a válida.

Como muitos países defendem que a educação religiosa tem que vir de casa, cria-se um problema: nem todos os pais têm alguma religião, então se os pais não seguem uma doutrina religiosa os filhos também não seguirão. Além disso, mesmo que sigam uma doutrina, será só uma, e assim os filhos não aprenderão todas e sim só a que os pais acreditam. A Lei 9.394/1996 cita expressamente no artigo 19 que “Estado não pode professar, apoiar ou obstar qualquer fé ou doutrina”. Percebemos com isso que, embora seja citada em uma lei a disciplina, mostra que o Estado não pode interferir na religião de nenhum aluno, e sim defender e criar condições para que todas as religiões sejam contempladas. Muitas das vezes os docentes dessa área não ensinam todas as religiões por simplesmente ter preconceito contra elas. Isso se deve ao fato de acreditarem em uma só divindade, consequentemente têm dificuldade de respeitar a dos outros. É preciso entender que na escola precisamos de conhecimento amplo, e não em só um tipo. Com isso defendemos ser tão importante ter esse conteúdo, no currículo escolar.

Outro exemplo é a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2017, que permitiu o ensino confessional de religião nas escolas, significa que pode explicar exclusivamente informações referentes a uma determinada religião. Esta decisão é incoerente e cria dois problemas: permite que os docentes acabem ensinando só a fé que professam e contradiz o ensino facultativo descrito na LDB.

Diante de toda problemática, e mesmo que a LDB preveja, é preciso que ocorra a abolição dessa disciplina, e deixe seu ensino sob responsabilidade da família. Se o Estado é laico a educação também precisa ser. Logo não é lógico que a educação religiosa continue na LDB, mesmo que facultativa.

Ana Késia da Silva Rocha, novembro de 2019

Gravidez na adolescência: falta de informação ou irresponsabilidade

Esta sim é uma questão que pode comprometer qualquer futuro, entre tantos outros acontecimentos que envolvem esse período da vida.

Dizem que os jovens são o futuro da nossa nação. O que há de verdade nessa afirmação? Quem diz isso reflete sobre todas as questões que envolvem a juventude? E os problemas são levados em conta? Pode-se citar um deles: gravidez na adolescência. Esta sim é uma questão que pode comprometer qualquer futuro, entre tantos outros acontecimentos que envolvem esse período da vida.

A cada mil adolescentes brasileiras, entre 15 e 19 anos, 68,4% ficaram grávidas e tiveram seus bebês, diz relatório de 2011 da Organização Mundial da Saúde. Isso precisa mudar, pois o risco para a vida da criança e da mãe se multiplica entre meninas com menos de 15 anos, sobretudo em países pobres ou nos em desenvolvimento. A adolescência é uma época de várias descobertas, entre elas o início da vida sexual, que uma fase necessária para a vida adulta. Porém é grande a parcela da população jovem que ignora a existência de métodos contraceptivos no início das relações sexuais, embora conhecendo-os não os adota. Com isso, observa-se alto índice de casos de gravidez e o aumento de doenças sexualmente transmissíveis nessa faixa etária.

Muitas meninas adolescentes precisam abandonar a escola devido à gravidez, isso tem um impacto de longo prazo, como a perda das oportunidades de completar a escolarização e dificuldade de se inserir no mercado de trabalho. Como resultado, as mães adolescentes estão expostas a situações de maior vulnerabilidade e condicionadas a reproduzir padrões de pobreza e exclusão social. Existem muitos fatores de risco de gravidez na adolescência a serem analisados: questões sociais, econômicas, familiares, culturais e de educação, os quais precisam ser resolvidos, além da questão da saúde, tanto na prevenção quanto na gestação, parto e pós parto das adolescentes.

A lei 13.798/2019 prevê a realização de uma Semana Nacional de prevenção da gravidez na adolescência, que deve se iniciar no dia 1º de fevereiro de cada ano. A data pode ter sido estipulada por ser um mês carnavalesco, momento em que há flagrante exposição da sexualidade, em decorrência, principalmente, das festas e o consumo de bebidas alcoólicas. O fato de uma lei ter sido estipulada evidencia que esse é um problema social e mostra que o crescimento de gestantes menores de idade vem aumentando gradativamente, portanto essa questão é grave e precisa ser discutida para ser minimizada.

Apesar da ampla variedade de métodos contraceptivos, a taxa de gravidez não planejada é extremamente alta. Isso tem impacto na gravidez, já que é alta a taxa de mulheres que não faz pré-natal ou o faz de forma inadequada, não interrompendo o tabagismo, por exemplo. Soma-se a isso o baixo peso ao nascer, a prematuridade, e consequências para toda vida em relação à situação não planejada. O problema se agrava quando ela termina em aborto, o que potencializa muito os riscos de mortalidade materna.

Existem algumas formas de ajudar e prevenir gravidez na adolescência, a principal delas é a educação sexual nas escolas. Muitos pais ou responsáveis pensam que educação sexual nas escolas serve para ensinar seus filhos a praticarem o ato sexual, mas é exatamente o contrário. É uma forma de ajudar os mais jovens nas fases de mudanças não só psicológicas mas também corporais. É um ensino que informa sobre menstruação, puberdade e outros vários fatores; demonstra as implicações, positivas e negativas, de se ter uma vida sexual ativa. Traz, ainda, informações como os adolescentes podem se proteger e ter uma vida sexual saudável. Ou seja, discute tópicos de interesse da juventude com o objetivo de buscar saúde sexual e emocional de todos.

Tainara Paloma Canuto de Souza, novembro de 2019

Causas e consequências da gravidez na adolescência

Independentemente das causas, a gravidez na adolescência é um problema de saúde pública, pois acarreta riscos à saúde da mãe e do bebê, portanto essa situação tem impacto socioeconômico na sociedade.

Muitos dizem que o jovem é o futuro do Brasil, mas poucos refletem sobre as questões que envolvem esse período da vida. Uma delas é gravidez na adolescência, que vem se tornando um problema social. A situação é grave, cerca de 30% das meninas que engravidam precocemente acabam engravidando ainda no primeiro ano de vida do seu primeiro filho. Essa realidade precisa mudar.

Muitas são as causas da ocorrência de gravidez na adolescência. Falta de diálogo no âmbito familiar? Falta de informação? Falta de educação sexual nas escolas? O atrevimento de meninas e meninos, motivados pelas músicas e danças sensuais? Penso que todos esses fatores influenciam, pois o sexo continua sendo tabu. Prova disso é o fato de muitos pais não conversarem ou orientarem seus filhos. Isso faz com que eles fiquem à mercê de todo tipo de influências que podem não ser positivas.

Por acreditarem que uma gestação precoce nunca aconteceria, as jovens não aderem ao uso de métodos contraceptivos, talvez por vergonha de adquirir o produto ou, até mesmo, por objeção do parceiro. Isso tudo acrescido de um misto de irresponsabilidade, tão comum nessa idade. O problema se grava quando não há educação sexual nas escolas, quando falta diálogo em casa, quando os pais se negam a tocar no assunto por vergonha, ou por não saberem como abordá-lo.

Independentemente das causas, a gravidez na adolescência é um problema de saúde pública, pois acarreta riscos à saúde da mãe e do bebê, portanto essa situação tem impacto socioeconômico na sociedade. Prova disso, é o fato de uma gravidez precoce trazer muitos riscos à vida da mulher, como pré-eclâmpsia e eclâmpsia, risco de ter uma IST- Infecções Sexualmente Transmissíveis, como HPV, que causa câncer do colo do útero e maior incidência de mortalidade, por causa da demora de iniciar o pré-natal.

Outra questão diz respeito ao fato de inúmeras jovens grávidas abandonarem os estudos, pois acreditam que não é possível conciliar a maternidade com os estudos, além disso, há a pressão da sociedade e da família que a jovem ou adolescente sofre por estar grávida tão jovem. Essa situação pode levar à falta de perspectivas, pelo não planejamento familiar, o que pode acarretar depressão, bebês cuidados pelos avós, ou abandonados em abrigos. A jovem grávida geralmente tem maior dificuldade para conseguir emprego, ter independência, tornar-se ativa na sociedade. Estar grávida é, muitas vezes, motivo de as empresas não contratarem a jovem por conta dos gastos gerados pela licença maternidade.

Para minimizar ou resolver os problemas que uma gravidez nessa fase da vida gera, é necessário que haja equipes da saúde, juntamente com equipe do Conselho do Tutelar, para trabalhar com palestras, com depoimentos e fatos de jovens grávidas, relatando a realidade de uma gravidez precoce. Ter diálogo no âmbito familiar, com os pais orientando e aconselhando os filhos sobre os riscos de uma relação sexual sem o devido cuidado. A função da mídia, com campanhas publicitárias mostrando todas as consequências de uma gravidez na adolescência. Investir na criação de vídeos no YouTube que levem adolescentes e jovens a refletir sobre sexualidade, relacionamentos e gravidez, mostrando o outro lado do romantismo que supostamente uma gravidez na adolescência gera, pois, muitas vezes, as jovens idealizam uma gravidez sem considerar os riscos e as consequências desse acontecimento.

Gabriely Silva Melchior, novembro de 2019

Jovem – presente ou futuro?

*Por pensarem ansiosamente no futuro esquecem-se
do presente de forma que acabam por não
viver nem no presente nem no futuro.*

Na atualidade, muitos jovens não sabem o que é viver, pensar no futuro é a maior prioridade. O futuro, o que vem a acontecer, passou a ser o nosso novo presente, passou a ser o que vivemos para ver acontecer. Mas, nesse jogo temporal (presente/futuro–futuro/presente), muitos jovens acabam tendo uma perda gradual na construção da identidade, fato que gera frustração, desordem emocional e vários outros tipos de insuficiências, resultando em pessoas frágeis, que não vivem o presente e nem conseguem projetar o futuro.

Viver é participar dos eventos da história, querer mudar o mundo, encarar com ousadia o que ocorre em nossa vida, independente do chorar ou do sorrir, e é dessa forma que o próprio futuro se constrói em cada um de nós. Como disse o poeta romano Horácio em seu livro Odes “[...] *carpe diem, quam minimum credula postero*” que significa “aproveita o dia e confia o mínimo possível no amanhã”, é isso que temos que ter como base central em nossa vida, não em como viver o amanhã, o amanhã é incerto, já o agora está em nossas mãos, é o verdadeiro presente.

Viver o hoje traz desafios, desafios que estão reservados para cada um de nós, barreiras que precisamos enfrentar, entretanto, os adolescentes não pensam em como vencer esses desafios, eles parecem estar inertes a isso, mesmo não aguentando a pressão que é viver o hoje, ainda sim, querem mais, mais problemas e menos soluções. Querem estar em um amanhã que nem existe, e o agora? O agora fica para depois. O que eles não sabem é que esses desafios não vão simplesmente desaparecer, eles vão continuar ali, esperando por você, se não resolvermos agora, amanhã virão mais problemas e, assim sucessivamente.

Na música “Como os nossos pais”, interpretada por Elis Regina, há o retrato dos desafios pelos quais o jovem passa, como é difícil as nossas escolhas e como elas afetam diretamente a nossa vida, “Por isso cuidado meu bem, há perigo na esquina, eles venceram, e o sinal está fechado prá nós, que somos jovens”. Aparentemente os jovens não se sentem inclusos nessa nossa sociedade e isso é um dos motivos para querer pensar no amanhã, mas se focarem somente nisso, não haverá bons resultados. Viver no agora é essencial para conseguirmos mudar o futuro. “Os homens perdem a saúde para juntar dinheiro, depois perdem o dinheiro para recuperar a saúde”, apesar de ser um clichê, é válido para entendermos essa realidade. Por pensarem ansiosamente no futuro esquecem-se do presente de forma que acabam por não viver nem no presente nem no futuro. E vivem “como se nunca fossem morrer... E morrem como se nunca tivessem vivido”, como bem registrou Jim Brown.

Gabriela Ribeiro, dezembro de 2019

Meio ambiente: a questão das queimadas

O meio ambiente preservado depende de cada um de nós.

O meio ambiente sofre, pela ação do homem, inúmeras interferências e, muitas vezes, elas não são positivas. Pelo contrário, são danosas ao equilíbrio ambiental. Dentre as várias ações humanas que agredem o meio em que vivemos estão as queimadas. Usadas para limpar o terreno para o plantio, elas destroem a fauna, a flora e a fertilidade do solo. É preciso combater essa prática danosa ao ambiente.

Há registros de que a utilização das queimadas, no Brasil, tenha começado no período colonial, quando já era usada para a retirada da vegetação original, para o plantio ou formação de pastagem. Segundo uma análise feita pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), 33% das queimadas de 2019 estão em propriedades privadas. Por ser uma técnica rápida e barata, continua sendo muito utilizada no meio rural, além disso, muitos agricultores utilizam a queimada como uma forma de fertilização do solo, pois as cinzas seriam uma forma de adubo. Porém, esse modo de limpeza de terreno, é alvo de críticas por ambientalistas, na atualidade. É um equívoco achar que com a queima o solo será adubado.

No entanto, em alguns casos acabam perdendo o controle, provocando incêndios de grandes proporções. Há uma estimativa, de 15 000 Km, que o Brasil perca a cada ano por conta de incêndios que perderam o controle. Além disso, as queimadas provoca alteração do equilíbrio dos ecossistemas, na fauna, na circulação de águas superficiais e subterrâneas, nas condições da temperatura e na liberação de vapor de água na atmosfera. Também podemos citar o aumento das doenças respiratórias, o agravamento do aquecimento global e a diminuição da biodiversidade.

É de costume, para combater queimadas, o uso de retardantes de chamas, como por exemplo, o polifosfato de amônio, um sal inorgânico que produz água quando entra em processo de queima, porém, esse sal não é capaz de ter eficiência a longo prazo, pois a água presente na substância evapora em algum momento.

Algumas causas que podemos citar são: Técnica agrícola, desmatamento para a retirada de madeiras, a colheita manual de cana-de-açúcar, balões das festas juninas e fogos de artifício que são usados em comemorações, disputas por posse de terra, também motivam as queimadas criminosas.

Alguns pesquisadores dos Estados Unidos desenvolveram um gel que age como se fosse uma "vacina", para prevenir incêndios florestais. A composição desse gel, tem o polímero celulose, que é um derivado das plantas, que fixa na vegetação, mesmo na chuva ou sol. Com essa nova invenção, os pesquisadores podem ter resolvido parte desse problema, pois quando misturado, o polifosfato de amônio com o gel, eles conseguem uma mistura que faz com que 50% do retardante de chamas, fixe por mais tempo na vegetação. A "vacina" ainda passará por testes e experimentos até que possa estar segura, para então, ser aplicada nas florestas, por máquinas e aeronaves. Segundo os testes iniciais, não há alta taxa de toxicidade, e além de servir para evitar queimadas, o gel pode ser usado para ajudar a apagar incêndios no momento exato.

Enquanto esse gel não é aprovado, podemos evitar queimadas, como evitar de jogar bitucas de cigarro em vegetação seca, não soltar balões, não fazer fogueiras próximas de vegetações, não queimar móveis e/ou lixos. O meio ambiente preservado depende de cada um de nós.

Gabriely Silva Melchior, dezembro de 2019

Porte de armas, sim

Precisamos repensar nossas ideias, e refletir no seguinte fato, estamos realmente protegidos?

Com a chegada do novo Presidente da República, Jair Bolsonaro, ampliou-se a discussão sobre a liberalização da posse e do porte de armas de fogo. Como tudo tem seu lado bom e ruim, devemos repensar sobre esse assunto, pois, com os argumentos apresentados até agora, percebe-se que o porte de armas será um grande passo para a sociedade.

Muitos dos que defendem a legalização do porte usam como argumentos a proteção de si mesmos ou de sua família. E em de algum modo estão certos, pois, o número de sobreviventes, com o porte de armas, a assaltos são razoáveis comparado com os que não possuem o porte, o que explica assim, a frase “Armar para amar” ou seja, se arma para se proteger e proteger quem ama.

Com duas semanas de governo, Bolsonaro assinou um decreto que sinaliza um compromisso com suas principais promessas de campanha: a permissão da posse de armas. Em maio, outro decreto foi assinado pelo presidente, aumentando a quantidade de profissões que podem ter acesso ao porte de armas. Nota-se, com essas medidas, um avanço, uma vez que a sociedade pode estar mais segura.

No Brasil, o porte de armas é regido pela lei 10.826 de dezembro de 2003, conhecida como estatuto do desarmamento, que assegura a somente algumas pessoas o direito de ter o porte. O artigo 6º da lei assegura a “proibição do porte de armas em todo território nacional”, salvo casos específicos como: agentes de segurança pública, membros do exército ou funcionários de empresas privadas de segurança. Porém, em 15 de janeiro de 2019, o presidente sancionou o decreto presidencial nº 9.685, que altera o estatuto do desarmamento.

Como disse anteriormente, esse assunto divide as pessoas, contra e a favor. A maioria dos que são contra dizem ser, pois, para eles, o Brasil já é um perigoso demais para mais pessoas terem o porte, ou seja, que já há bastante gente armada (bandidos) para liberarem o porte para todos. Dizem também que não deve ser liberado, pois, o brasileiro é conhecido por ser extremamente alterado, e que quando eleva o nível de estresse, já não pensa com clareza por seus atos. Outros usam a ideia de que muitas pessoas já morreram por engano por terem uma arma de fogo em casa, ou até mesmo que seria como ajuda para os suicidas.

Porém, ao afirmar isso, eles esquecem que se a legalização do porte for aprovado, não será tão fácil obter uma. Para obter o direito do porte, é preciso acima de tudo, comprovar capacidade técnica e psicológica para o uso. É preciso ter acima de 25 anos, não ter antecedentes criminais, nem estar respondendo a inquérito ou processo criminal, ter residência própria e ocupação lícita. Diante desses dados, já vemos que grande parte dos brasileiros já não poderiam ter o porte, né, meus amados?!!!

O perfil das pessoas apresentadas comprova que seriam pessoas sensatas, ou seja, que não agiriam no momento de estresse, que pensariam duas vezes antes de agir, que seriam pessoas de bem, e saberiam o que fazer. Isso desmonta os argumentos citados acima.

O país ainda não consegue proibir a entrada ilegal de armas de fogo, sendo assim, bandidos (pessoas que não se enquadram nas características acima) têm acesso a armas facilmente, colocando em risco vidas de pessoas inocentes. Isso é injusto, pois que bandidos têm, por que pessoas de bem não podem ter esse direito?

Já passou da hora de a sociedade brasileira poder se defender. O Congresso precisa confirmar a proposta do presidente, e aceitar que precisamos de defesa, precisamos nos sentir seguros. A sociedade precisa entender que não basta ter leis, precisa-se abraçar a ideia, precisamos parar de nos vitimizar, e começar a lutar por nossa autodefesa. Precisamos repensar nossas ideias, e refletir no seguinte fato, estamos realmente protegidos?

Maria Fernanda Carvalho de Oliveira, dezembro de 2019

ENEM vs opinião jovem

Discutir amenidades contribui pouco com a participação social dos jovens, pois, como já foi dito, o tema proposto não beneficiou a discussão relevante para a sociedade.

A falta de sensatez na escolha do tema do ENEM para a redação deste ano de 2019 foi enorme. O tema deveria ser algo que estivesse em voga no país, um problema que realmente pudesse estar afetando o Brasil, para que assim os jovens pudessem argumentar, dar sua opinião sobre a problemática. São mais de 5 milhões de participantes que poderiam refletir sobre importantes temas, como por exemplo: evasão escolar; meio ambiente; a questão dos desaparecidos no Brasil; jovem no mercado de trabalho e patriotismo. Mas longe disso, propiciaram um tema fútil “A democratização do acesso ao cinema no Brasil”.

Nosso país está passando por um momento crítico. Neste momento, a nação pode estar se afundando e o que os organizadores do ENEM propiciam aos jovens? Discutir a democratização do cinema. Uma forma de pôr cinemas em cidades mesmo sendo evidente que não se precisa mais sair de casa para assistir a um filme, sendo claro que só é preciso baixar filmes pelo YouTube ou pagar uma conta na Netflix, sendo simples e prático.

No Brasil há aproximadamente 3.316 salas de cinema em funcionamento, levando em consideração que possa haver até 5 cinemas em cada estado, seria até desnecessário querer construir mais cinemas no país, pois como dito antes, cinemas não são mais o primeiro lugar que as pessoas buscariam para assistir a filmes. Hoje há outros modos e outras possibilidades para o lazer.

O tema da redação do ENEM de 2019, como já dito, destoou do que seria o ideal. O real objetivo para o ENEM é propiciar aos jovens fazer uma redação expondo suas opiniões sobre temas realmente importantes, que afetam nossa sociedade. Discutir amenidades contribui pouco com a participação social dos jovens, pois, como já foi dito, o tema proposto não beneficiou a discussão relevante para a sociedade.

Algumas pessoas que fizeram a prova disseram gostar do tema, afirmando que “foi um bom tema, ou, que fizeram uma boa escolha”. Um deles foi o *YouTuber* Umberto Mannarino que afirmou ter gostado da proposta. O que ele não pensou é que o tema não beneficiou grande parte da população, principalmente a de lugares que a própria prova dizia não ter cinema. Como escrever sobre algo que não se conhece?

É necessário que o INEP reveja os critérios de escolha do tema da redação do ENEM, pois a prova deve levar em consideração algo realmente importante para a sociedade e não assuntos distantes dos reais problemas que o Brasil precisa enfrentar. Assim, não voltando a esse equívoco de escolher um tema que, por si só, já exclui candidatos de pequenas cidades, onde sequer há cinema.

Nathally Gabrielly, dezembro de 2019.

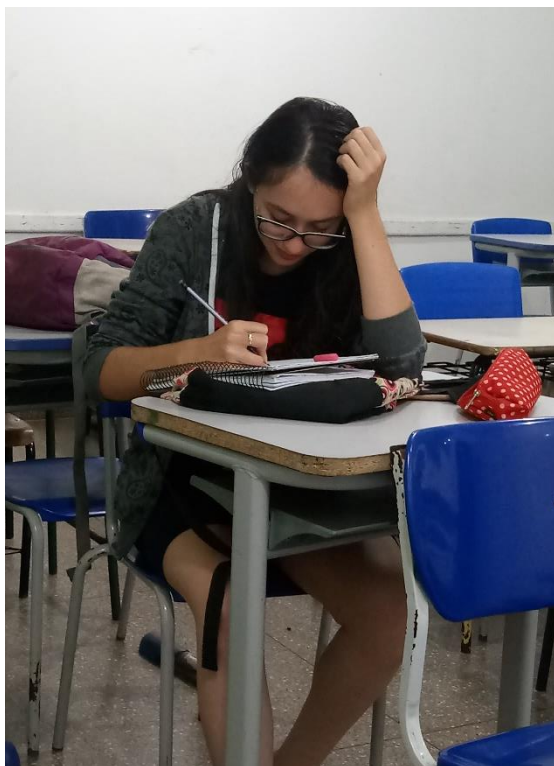
ANEXOS

Foto da fachada da escola onde se realizou o experimento pedagógico



Foto da Escola Maria Arlete Toledo. Arquivo do pesquisador.

Fotos dos sujeitos em atividade no experimento pedagógico



Nathally Gabrielly. Arquivo do pesquisador.



Gabriely Melchior. Arquivo do pesquisador.



Verônica Moura e Tainara Paloma.
Arquivo do pesquisador.



Maria Fernanda e Ana Késia.
Arquivo do pesquisador



Nathally Gabrielly, Maria Fernanda, Tainara Paloma, Gabriely Melchior e Gabriela Ribeiro.
Arquivo do pesquisador.